UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Imigrantes italianos em Santo Amaro: de
agricultores a empresários (1886 – 1935).

Iverson Poletto dos Santos

Tese apresentada ao Programa de
Pós Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de doutor em História
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Inez Garbuio Peralta

Versão corrigida

São Paulo
2015

ABREVIATURAS

Arquivos e Bibliotecas Consultadas

ACMSP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

AHSP - Arquivo Municipal de São Paulo

BMA - Biblioteca Municipal Mario de Andrade

DAESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

FFLCH – Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

FEA – Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração – USP

CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História – FFLCH/USP

MI – Memorial do Imigrante de São Paulo

Resumo

A imigração italiana para Santo Amaro, município independente de São Paulo de 1832 até 1935, apresentou alguns aspectos deveras diferentes do ocorrido no interior do Estado. Para lá acorreram imigrantes que não eram agricultores de ofício que estabeleceram unidades de negócios aproveitando a dinâmica econômica da região e introduziram outras atividades trazidas da Itália. Sua presença, apesar de pequena numericamente, conseguiu estabelecer importantes relações no município. Como imigrantes instalados em um meio urbano, porém dependente de um grande centro, eles se fixaram e rapidamente conseguiram conquistar seu espaço na sociedade santamarense amalgamando-se à população nativa logo na primeira geração.

Palavras-chave: Imigração, Imigração italiana, Santo Amaro, Cafeicultura.

Abstract

Italian immigration to Santo Amaro, a small city near São Paulo, was in many aspects different of their peers who were located in rural areas of the coffee farms. A small part of them was farmers and many reached out the cities to get better means of survival and, most of all, reach the opportunity to “make America”. Some of them was successful and could make small fortunes but most did not achieve the same success. As immigrants in an urban area, they could establish their own business unities or work as professionals they were in Italy. It was not difficult to them to blend with the native population and get important relations in Santo Amaro’s society even though in their first generation.

Keywords: Immigration, Italian immigration, Santo Amaro, Coffee plantation.

SUMÁRIO

Abreviaturas	II
Resumo	III
Índice de tabelas, gráficos e apêndices	1
Introdução	4
Capítulo 1 – O imigrante italiano na sociedade do município de Santo Amaro dos séculos XIX e XX	8
1.1 – A vila de Santo Amaro: um outro destino para o imigrante italiano	14
1.2 – A família italiana em Santo Amaro	56
1.2.1 – Italianos que chegaram casados	61
1.2.2 – Italianos casados em Santo Amaro.....	75
1.2.3 – Estratégias matrimoniais	85
1.3 – Análise dos óbitos	94
1.4 – A assistência social	122
Capítulo 2 – A contribuição italiana para a urbanização de Santo Amaro	126
2.1 – Obras e intervenções públicas	132
2.2 - Cartas de data	171
2.3 – Cotidiano	198
Capítulo 3 – Italiano e o trabalho em Santo Amaro	217
3.1 – A economia santamarense no final do século XIX	232
3.2 – A participação do imigrante italiano na economia de Santo Amaro	286
3.2.1 – Atividades econômicas ocupadas por italianos	289
3.2.2 – O comércio em Santo Amaro e o comércio “italiano”	290
3.2.3 – As olarias e a construção civil	304
3.2.4 – As pedreiras	310
3.2.5 – Profissionais urbanos	311
3.2.6 – Fábricas	318
3.3 – Taxas de mortalidade das unidades de negócios italianas	323
3.4 – A presença da mulher italiana nas unidades de negócios	331
Conclusão	337
Bibliografia	343

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E APÊNDICES

TABELAS

Tabela 1.1 – Crescimento populacional	22
Tabela 1.2 – Italianos na população de São Paulo e Santo Amaro – 1886 e 1920	23
Tabela 1.4 – Tamanho das famílias por número de filhos	65
Tabela 1.5 – Idades dos filhos ao chegar ao Brasil	66
Tabela 1.6 – Filhos dos emigrados por sexo	66
Tabela 1.8 – Idade dos filhos dos emigrados	68
Tabela 1.9 – Tamanho das famílias por número de pessoas	71
Tabela 1.10 – Idade dos imigrantes casados ao chegar	73
Tabela 1.11 – Idade média dos nubentes italianos	75
Tabela 1.12 - Casamentos por origem (1887 – 1911)	77
Tabela 1.13 - Casamentos por origem (1911 a 1917)	80
Tabela 1.14 - Casamentos por origem (1917 a 1924)	82
Tabela 1.15 – Casamentos fora do grupo	86
Tabela 1.16 – Origem dos padrinhos nos casamentos de italianos e descendentes (1887 a 1924)	94
Tabela 1.17 - “Causas da morte” para as crianças italianas até 12 anos	99
Tabela 1.18 – Óbitos por idades das crianças	105
Tabela 1.19 – Óbitos de italianos em Santo Amaro (1886 a 1937)	107
Tabela 1.20 – “Causas da morte” entre adultos (1886 a 1937)	108
Tabela 1.21 – Óbitos por idade (1886 a 1937)	112
Tabela 2.1 – Bombas de gasolina de 1924 a 1934	198
Tabela 3.1 – Proporção escravos/livres na população da cidade de São Paulo - 1765 a 1886	236
Tabela 3.2 – Proporção escravos/livres na população da província de São Paulo - 1803 a 1886	236

Tabela 3.3 – Proporção escravos/livres na população da Villa de Santo Amaro - 1836 a 1886	237
Tabela 3.4 - Classificação dos municípios paulistas por Renda (doze primeiros), Anos escolhidos (em contos, valor corrente, arredondados)	240
Tabela 3.5 – Receitas com impostos de Santo Amaro	242
Tabela 3.6 - Totais das Unidades de negócios - 1886 a 1934	246
Tabela 3.7 – Evolução da cobrança de impostos sobre os pastos de aluguel	261
Tabela 3.8 – Estabelecimentos agrícolas	265
Tabela 3.9 – Concentração fundiária em 1905	266
Tabela 3.10 – Atividade pecuária em Santo Amaro – 1920 a 1934	267
Tabela 3.11 – Evolução da cobrança de impostos sobre a produção de Farinhas	268
Tabela 3.12 – Serrarias na Villa de Santo Amaro – 1886 a 1934	274
Tabela 3.13 – Comércio de madeiras e carvão de 1890 a 1934	280
Tabela 3.14 – Unidades de negócios comerciais e outras atividades	294
Tabela 3.15 - Açougues e a participação de italianos - 1886 a 1934	303
Tabela 3.16 - Olarias - 1886 a 1934	307
Tabela 3.17 - Atividades fabris por italianos - 1890 a 1934	319
Tabela 3.18 – Fábricas em Santo Amaro - 1894 a 1934	321
Tabela 3.19 – Taxas de mortalidade de unidades de negócios de italianos	324
Tabela 3.20 - Sociedades de italianos com não italianos	325
Tabela 3.21 - Sociedades de italianos com italianos	326
Tabela 3.22 – Proeminência italiana nas atividades econômicas	331
Tabela 3.22 - Mulheres italianas com unidades de negócios	333

GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Evolução das bombas de gasolina - 1924 a 1934	199
Gráfico 3.1 - Pastos de aluguel	263
Gráfico 3.2 - Unidades produtoras de farinhas	270
Gráfico 3.3 - Totais das Unidades de negócios - 1886 a 1934	296

APÊNDICES

Apêndice 1 – Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911	I a IX
Apêndice 2 – Lista de italianos por tempo de permanência	I a XIII

Introdução

Existem na historiografia vários trabalhos a respeito da imigração italiana, principalmente analisando a opção pelo trabalho nas fazendas de café São Paulo. Por várias razões, sendo a principal delas as condições de trabalho, estes imigrantes encontraram dificuldades de fixação que os levaram a deixar os locais de trabalho e a procurar outros locais onde pudessem se fixar. A primeira opção foi pelas grandes cidades do estado, principalmente São Paulo, para onde incorreram aos milhares a partir da década final do século XIX. Estes imigrantes foram quantitativamente bem estudados pela historiografia. No entanto, uma pequena parcela, não se fixou em São Paulo, ou em outras cidades do interior paulista. Segundo Hall (HALL, 1969), para os imigrantes trabalhadores nas lavouras de café, a mobilidade espacial foi uma constante. Vangelista (VANGELISTA, 1991) também aponta que a mobilidade dos imigrantes italianos se dava principalmente em busca de melhores condições de trabalho e de melhores salários, procurando primeiramente fazendas que os oferecessem de modo satisfatório. Porém, uma considerável parcela destes italianos não era agricultor de ofício, muitos deles foram atraídos para São Paulo para trabalhar nas lavouras, mas não se interessaram em permanecer por diversas razões. Mesmo a Sociedade Promotora de Imigração, a principal responsável pela atração destes imigrantes de 1886 a 1895, e a instituição formada pelos fazendeiros para negociar com o Estado a subvenção à imigração estrangeira, admitia em seus contratos celebrados com o poder público que aceitava “5% de operarios de artes mechanicas industriaes e que se destinam ao serviço domestico, de moralidade comprovada”, conforme mostrado no trabalho de Santos (SANTOS, 2008, p. 115). Tal êxodo aumentou rapidamente a população das cidades paulistas, principalmente a da Capital, um polo de atração aos imigrantes citadinos deslocados no processo de imigração. Muitos estudiosos confirmam que a cidade não conseguiu absorver de forma satisfatória estes imigrantes, levando-os a procurar as mais diversas atividades para conseguir suprir sua sobrevivência. Os trabalhos de Carlos Santos e Maria Inez Pinto¹ indicam que no final do século XIX, a população imigrante recém-

¹ Ver SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)*, São Paulo: Annablume, 1998 e PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914)*, São Paulo: Edusp, 1994.

chegada a São Paulo pressionava a população nacional, a base inferior da pirâmide populacional que também para lá acorria ou que já estava instalada, para trabalhos cada vez mais indesejados e concorria com eles na busca pela sobrevivência. A imprensa da época, principalmente a independente², mostrava um sentimento antiimigrante, pois a sua presença maciça em alguns setores trazia ressentimentos pelo fato de os imigrantes estarem ocupando mercados que a população nativa considerava seus e também, por estarem sendo desviados do que se considerava o seu papel que era trabalhar nas lavouras do interior do estado. Uma parte destes imigrantes italianos, após algum tempo de permanência na Capital, decidiu se fixar nas cidades circunvizinhas da região atualmente conhecida como Grande São Paulo. Muitos também não permaneceram, porém outros conseguiram se fixar com sucesso e estabelecer raízes nestes locais. Santo Amaro foi uma destas localidades.

A documentação pesquisada, em geral, é falha na descrição da nacionalidade das pessoas envolvidas, pois em muitos casos a preocupação não era defini-la daí surgiu a necessidade de se estabelecer parâmetros metodológicos que destacassem os imigrantes italianos. A forma encontrada foi por meio dos nomes de família e pela forma com que os nomes inteiros foram escritos já que muitas vezes o responsável pela escrituração do documento repetia a forma com que lhe era dito o nome. A utilização dos nomes de família foi utilizada também por Chiara Vangelista (1998), porém com a intenção de definir as relações familiares dentre uma lista de embarque. Foi comum que os nomes italianos grafados no final do século XIX e início do XX fossem relacionados com o nome de família antes do primeiro nome. Para o estudioso da imigração italiana, há uma certa familiaridade com os nomes de família da península itálica, entretanto, alguns deles podem ser confundidos com outras nacionalidades. Diante disso, o procedimento foi o de excluí-los para não prejudicar o estudo. Um outro problema é que o método também não permite diferenciar italianos dos seus descendentes, porém é um problema localizado temporalmente já que a população italiana no Brasil antes da grande imigração do final dos oitocentos era muito pequena. Entretanto, na documentação pesquisada que serviu para fins demográficos, foi possível estabelecer a nacionalidade. Nos documentos relacionados com as atividades profissionais e impostos municipais, como o Livro de Industrias e Profissões e

² Como imprensa independente são considerados os veículos sem ligação oficial com os grandes veículos controlados pela elite cafeeira como O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e Diário Popular.

Imposto Predial não havia esta preocupação da edilidade. Porém, deve-se lembrar que a legislação italiana³ da época considerava como italianos os filhos de italianos mesmo nascidos fora do país, o que não invalida os dados para os fins desta pesquisa.

A primeira preocupação de que se ocupa o historiador social deve relacionar-se em consideração sobre o que Marc Bloch (1942) escreveu sobre a diversidade de documentos que podem ser utilizados pelo historiador abarcando tudo o que foi produzido pelo homem como forma de se conseguir informações sobre ele. A documentação produzida pelos serviços de imigração e pela municipalidade de Santo Amaro auxiliou a estabelecer uma série de dados estatísticos que permitiu utilizar técnicas de análise próprias da demografia histórica para conhecer mais sobre a vida destes imigrantes italianos. Logo, saber a idade com que chegou ao Brasil, onde se localizou em primeiro lugar, se chegou casado ou solteiro, o tamanho das famílias trazidas, se trouxe filhos ou parentes relacionados, com que idade se casou em Santo Amaro, quando se estabeleceu em Santo Amaro, e, também importante com qual que idade e do faleceu, são informações que respondem questões importantes à História Social e que permitem mostrar como os imigrantes se relacionaram com a terra hospedeira e quais estratégias realizaram para permitir sua fixação entre a população nativa.

Mesmo tendo sido um grupo numericamente pequeno, os italianos de Santo Amaro, por meio de suas atividades profissionais, deixaram contribuições à sua urbanização e ao seu crescimento urbano. Portanto, as questões relativas à fixação deste grupo populacional e sua relação com a terra hospedeira por meio da aquisição de cartas de datas ou de imóveis, as suas atuações no cotidiano que puderam ser retomadas pelas Atas da Câmara ou por requerimentos, propostas de obras ou de melhoramentos urbanos e solicitações à Câmara Municipal foram também preocupações que permearam este trabalho.

A estudar a imigração italiana para Santo Amaro uma outra preocupação que surge é que ela não representou a mesma monta que em São Paulo, pois quantitativamente a sua população não chegou a representar 5% do total, sendo a maior participação em 1920 em torno dos 3% da população. Também ao contrário de São Paulo, Santo Amaro não foi um centro atrator de imigrantes estrangeiros, pois no seu auge da imigração estrangeira, o qual

³ A lei em questão é a nº 555 de 1912 denominada "Sobre a cidadania italiana" que reafirmava o princípio quase absoluto do *jus sanguinis*.

foi somente em 1920, a participação dos estrangeiros era de apenas 8,4% da população. Comparativamente, do ponto de vista da grande corrente imigratória, não existiam razões atrativas o bastante para fazer o imigrante trocar a Capital pela pequena Villa periférica. Porém, se analisadas pelo ponto de vista do indivíduo, Santo Amaro se mostrou como uma opção viável para aqueles imigrantes que possuísem conhecimentos profissionais especializados como oleiros, comerciantes, ferreiros, sapateiros e uma gama de profissões urbanas que poderiam ser exercidas em qualquer aglomeração urbana da época. Pode-se afirmar que a imigração italiana para Santo Amaro era residual dos grandes centros atratores, assim como São Paulo também o era, pois efetivamente, o imigrante foi localizado na Europa para trabalhar no interior do estado nas lavouras de café e esteve intimamente ligada a São Paulo. É importante estabelecer que Santo Amaro era um município que devia sua existência material às atividades econômicas e ao crescimento econômico e urbano de São Paulo. Mesmo sendo um importante centro regional de produção e distribuição de gêneros alimentícios e de produtos oriundos da exploração extrativa como pedras de cantaria e para construção, seus excedentes eram comercializados com a Capital, principalmente. E de São Paulo vinham os produtos que não produzia. Portanto, o imigrante italiano que se estabeleceu em Santo Amaro permaneceu de uma forma ou outra ligado a São Paulo. Logo, a primeira preocupação deste trabalho foi estabelecer do que se ocuparam os imigrantes italianos estabelecidos na Villa. Por questões metodológicas, a maior parte dos italianos estudados possuiu unidades de negócios com duração de vida bastante variável. Por meios indiretos foi possível conhecer dados relativos a uma população italiana flutuante no município, sendo esta intimamente ligada a São Paulo, que prestava serviços esporádicos ou mercadejava como ambulantes ou outras formas de comércio.

Capítulo 1 – O imigrante italiano na sociedade do município de Santo Amaro dos séculos XIX e XX

A historiografia sobre a imigração estrangeira vem mostrando que, de um modo geral, os imigrantes europeus não tiveram problemas de inserção e aculturação no Brasil. Nos centros urbanos ela aconteceu, comparativamente, de forma mais rápida que no interior segundo os apontamentos de Azzi (AZZI, 1993, p. 30) que ressalta ter havido um esforço consciente de uma parte da Igreja Católica para uma busca da identidade nacional e a favor da cultura local devendo inseri-los na população. Esta forma célere com que os imigrantes europeus se aculturaram surpreendeu Dean (DEAN, 1977) que observou a perda, principalmente de italianos, da fluência no idioma materno em uma geração, ou seja, de forma muito rápida. Segundo ele, porém, o mesmo não ocorria com alemães e ingleses que preservavam o idioma por mais gerações por questões muito mais práticas que culturais, pois as empresas alemãs e inglesas, além de preferir empregados de mesma procedência, prezavam o conhecimento do idioma. Entretanto, os imigrantes alemães da colônia de Santo Amaro perderam logo na primeira geração a língua e a cultura alemãs. Mesmo as famílias que conseguiram se destacar na sociedade santamarense perderam suas características culturais germânicas, como evidenciou Evanice Ribeiro (RIBEIRO, 2002)¹. A principal razão para este desenraizamento foi a falta de escolas que ensinassem aos pequenos colonos as primeiras letras. Um outro fato a se considerar é a religião. Na sua maioria, os alemães que vieram para a colônia de Santo Amaro eram protestantes e na localidade não existiam pastores protestantes e nem igrejas. Considerando que no culto protestante o letramento é muito importante, pois os fiéis devem fazer a leitura da Bíblia, percebe-se que a sua falta interrompeu o fluxo das letras dos imigrantes prejudicando também as relações sociais dado que sem o ritual cotidiano de ir à igreja, os alemães foram se isolando socialmente cada vez mais. E isolados dos outros conterrâneos, a necessidade

¹ Para mais informações sobre a colônia alemã de Santo Amaro ver RIBEIRO, Evanice Maria Hoigler. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831 – 1914)*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, tese de doutoramento, 2002 e também SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã. Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827 – 1889)*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

de se integrar à nova terra e aos seus habitantes cresce. Também Azzi (op. cit., p. 30) chegou a esta conclusão ao enfatizar que “(...) *já os filhos dos imigrantes nascidos no Brasil passaram a se considerar integrados na nova pátria na condição de ítalo-brasileiros.*” Ou seja, o meio urbano, porém não somente ele, facilitou a aculturação, inserção e a permanência do imigrante italiano no Brasil. A necessidade de se inserir e permanecer no mundo do trabalho foi preponderante para a rápida assimilação e trocas culturais entre brasileiros e imigrantes como Azzi apontou ao observar (op. cit., p. 31) que “(...) *deve-se assinalar a presença frequente de brasileiros trabalhando em atividades comerciais estabelecidas nesses pequenos centros urbanos, ou por outro lado, a necessidade de atendimento dos brasileiros que vinham fazer compras em casas de negócios mantidas por italianos.*” Ao discutir este mundo do trabalho ocupado por imigrantes europeus, muitas vezes em detrimento do elemento nacional, Alvim (op. cit., 1986) observou que não existia um mercado de trabalho pré-industrial no Brasil e que, na realidade, foram os imigrantes europeus que o formaram ao trazer consigo as suas bagagens culturais, sociais e de ofícios. Uma outra característica apontada por ela é o apego dos imigrantes italianos aos valores familiares e que eles procuraram, dentro do possível para suas realidades, repeti-los aqui. Esta busca pelos valores familiares, tanto pelos italianos do norte quanto pelos *braccianti* do sul, foi percebida também por Alvim (op. cit., p. 76) o que a levou a concluir que “*não foi, portanto, difícil aos fazendeiros paulistas estabelecerem um excedente de mão-de-obra (sic), acenando para o imigrante com a possibilidade de reconstrução de seu mundo perdido*”.

Deve-se, porém, analisar a definição de Fausto (FAUSTO, 1984, p. 60) de que “*tomada em suas grandes linhas, a imigração estrangeira para o Estado de São Paulo pode ser vista como uma success story não só e principalmente do ponto de vista da elite que a promoveu, mas também do ângulo dos imigrantes. No que diz respeito ao meio urbano e à cidade de São Paulo em particular, as oportunidades foram maiores*”. É uma macroanálise que considera o processo como um todo e seus resultados. Pode-se inferir ainda que mesmo com todos os problemas ocorridos, principalmente no início, o imigrante, de um modo geral, conseguiu um lugar na sociedade brasileira e muitos conseguiram ascensão social. Isto considerando apenas o imigrante europeu, mas Fausto fez a sua análise do processo imigratório considerando também a elite que o planejou e executou e, para ela,

foi a solução, muito mais vantajosa por sinal², de um problema que se arrastou por décadas, que era a substituição da mão de obra cativa.

Ocorreram, no entanto, sérios problemas no universo das relações trabalhistas, causados em sua maior parte pelo processo de adaptação dos empregadores às novas formas de relações de trabalho. A principal queixa dos imigrantes se deu pelo tratamento dispensado que foi, muitas vezes, similar ao dado aos cativos. Tais reclamações causaram sérias repercussões no exterior a ponto de causar a proibição temporária da imigração para o Brasil³, porém não foram suficientes para estancar por completo o processo.⁴ Para Franceschini⁵, entretanto, estas queixas estavam muito mais relacionadas com a forma com que o imigrante foi atraído para o Brasil, pois a propaganda realizada e o trabalho dos localizadores contratados criaram uma expectativa que não poderia ser superada pela vida real. De fato, os historiadores que trabalharam com o tema, mais notadamente italianos⁶, notaram que o trabalho realizado pela rede de agenciadores de mão de obra formada para

² Sobre a elite cafeeira, sua participação e vantagens obtidas no processo imigratório ver GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da imigração europeia para o novo mundo*, São Paulo: tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2008. Sobre a compensação pela libertação dos cativos ver MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*; São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª edição, 1981 e SANTOS, Iverson Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração como compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895)*, São Paulo: Revista de Economia Política e História Econômica, v.1, p.26/21 - 54, 2010.

³ Vários países europeus proibiram, mesmo que momentaneamente, a emigração para o Brasil. Entre eles estão os principais países emigratórios como a Itália, Espanha, Alemanha e França. A Inglaterra não chegou a proibir, mas na prática dificultou ao ponto de torná-la muito difícil.

⁴ Trento aponta que as proibições realizadas pelo governo italiano em duas oportunidades, em 13 de março de 1889 até 17 de julho de 1891 devido a uma epidemia de febre amarela e de setembro de 1893 a maio de 1894 devido à guerra civil no Rio Grande do Sul, foram meramente restritivas e não orgânicas, pois na realidade visavam apenas o momento e não uma crítica pontual ao sistema de emigração destinada a garantir a proteção necessária a quem viria trabalhar no Brasil.

⁵ Ver FRANCESCHINI, Antonio. *L'emigrazione italiana nell'America Del Sud*, Roma: Forzani e C. Tipografi Editori, 1908.

⁶ Sobre o assunto ver FRANZINA, Emilio. *A grande emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 170-171 e TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1989.

celebrar os contratos fez o Brasil parecer com o paraíso na terra. Franzina (FRANZINA, 2006, p. 321) coloca a questão sobre o ponto de vista do emigrante italiano:

“Entretanto, os camponeses (como se deduz da leitura de algumas contas suas) também interpretam do mesmo modo o gesto da expatriação, concedendo um grande espaço, durante a primeira fase do êxodo transoceânico, sobretudo à “miragem” da “terra fácil” e desejando intensamente mais tarde, na fase da emigração de massa, a “quimera” da vida barata, o “sonho” do trabalho capaz de garantir o sustento de si e dos familiares, a “esperança absurda” da propriedade e do bem-estar.”

Desta forma, a expectativa dos recém-chegados foi aumentada e as decepções decorrentes, inevitáveis. Há críticas muito pungentes decorrentes do trabalho dos agentes como a de Franzoni (FRANZONI, 1908, p. 600) que os comparou aos mercadores de escravos em termos de avidez e falta de escrúpulos.⁷

Todavia, nem toda sociedade brasileira acolheu os imigrantes de braços abertos, Carelli (op. cit., p. 27) afirma que o primeiro choque cultural ocorreu quando os grandes fazendeiros perceberam que estavam recebendo gente das classes sociais mais baixas e que “*os poverelli que chegam às suas propriedades são quase sempre rudes ou pelo menos, muito diferentes da imagem que faziam dos europeus*”. Decerto esperavam que mesmo os europeus das camadas sociais mais baixas tivessem um nível cultural próximo aos das camadas mais altas, o que, certamente, não se constituiu em verdade.

Até a década de 1920, Carelli (op. cit., p.69) sugere que as tensões no campo entre italianos e caipiras ainda não estavam inteiramente resolvidas, pois, segundo ele, o caipira invejava a prosperidade alcançada pelos italianos. Fato que pode ter sido intensificado pela forma de trabalho familiar e pela tendência dos italianos de permanecer em grupos isolados no interior. Esta tendência a um relativo isolamento pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência, mas que com o passar dos anos foi sendo eliminada pela necessidade de integração com os nacionais por questões também de sobrevivência. E, deve-se atentar para o fato que no Brasil não foi comum a formação de grupos isolados de imigrantes ou de guetos, como ocorreu nos Estados Unidos da América. A proximidade

⁷ O assunto foi retomado no final do século XX por pesquisadores italianos. Ver GROSSELLI, Renzo M. *Da schiavi bianchi a coloni. Um progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1991.

cultural e, mesmo, linguística, favoreceu a integração dos grupos. A conclusão de Lanna (LANNA, 2012, p. 872) para o bairro do Bexiga em São Paulo de que “*apesar da presença majoritária de italianos e seus descendentes o bairro nunca foi exclusivamente italiano, nem gueto nem little italy*” pode ser estendida para o resto do país. Algumas comunidades no sul e no Espírito Santo podem ter ficado por algum tempo isoladas, porém não foram comunidades fechadas.

Mesmo não sendo a integração do imigrante europeu na sociedade o objetivo principal dos seus trabalhos, Warren Dean⁸ na construção de seu raciocínio acerca da industrialização de São Paulo percebeu uma dinâmica de alianças por meio de casamentos entre os membros da elite paulista com os imigrantes europeus recém-chegados, porém bem sucedidos. No seu raciocínio, para a elite paulista tal estratégia era utilizada e justificada pela intenção de realizar uma purificação racial já que se consideravam racialmente inferiores devido às uniões inter-raciais ocorridas nos séculos anteriores.⁹

No período estudado por este trabalho ocorreu o predomínio de duas formas distintas de imigração: a subsidiada, que predominou de meados da década de 80 do século XIX até aproximadamente 1902, quando o governo central, e depois os provinciais, estimularam a entrada de imigrantes europeus com o pagamento das suas despesas de viagem desde a Europa até a sua localização nos seus destinos finais e a espontânea, mis notadamente após 1902, na qual os imigrantes vinham para o Brasil por sua própria conta. O primeiro tipo de imigração visava notadamente a substituição da mão de obra cativa por trabalhadores livres europeus e foi auxiliada por situações de expulsão de trabalhadores nos países europeus decorrentes de processos de unificação como a Itália e a Alemanha e de reorganização do uso da mão de obra que dados os novos processos produtivos introduzidos liberavam, porém não providenciavam novos postos de trabalho. Concernente a este processo Verona (VERONA, 1999) analisou a frase proferida pelo empresário e

⁸ Ver DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*, São Paulo: DIFEL, 3ª ed., 1977.

⁹ Esta tese da imigração europeia como política de embranquecimento da população brasileira é discutida por Warren Dean (op. cit). Ver também ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*, IN NOVAIS, Fernando A. (org.), *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 2010.

senador do reino da Itália Alessandro Rossi “*I xe come la zavorra*”. Ele observou que a sociedade italiana estava produzindo tamanhos excedentes de mão de obra que seria melhor para a nação que eles deixassem o país. A sua frase faz uma alusão aos navios que jogam os lastros no mar para conter o excesso de carga e outros problemas de navegação. A imigração espontânea predominou após 1902 quando os fluxos migratórios iniciados pelo período anterior se mantiveram sendo estimulados e fortalecidos pela eclosão da Grande Guerra.

Neste sistema de imigração subsidiada segundo Santos¹⁰ (SANTOS, 2008), a Sociedade Promotora de Imigração, empresa privada montada pelos grandes cafeicultores de São Paulo, montou um sistema de localização de imigrantes europeus que os levava da mais recôndita vila italiana até a mais distante fazenda de café no oeste paulista. Por este sistema, o imigrante contratado era trazido exclusivamente para trabalhar nas fazendas de café. Portanto, era muito difícil que conseguisse colocação em outra atividade. A mesma opinião é compartilhada por Alvim (op. cit., p. 74) ao analisar os contratos de trabalho assinados pelos imigrantes que ressalta que “*praticamente representavam a única opção para o imigrante ao chegar em São Paulo*”. Além disso, Rezende (2005) aponta também que muitos escondiam suas profissões para obter a passagem gratuita que era oferecida majoritariamente a agricultores de ofício.

A Promotora ao celebrar os contratos com os governos central e provincial garantia que pelo menos 95% dos imigrantes seriam agricultores de ofício. Entretanto, mesmo seus diretores consideravam ser uma ação de difícil completude, como aponta Santos (SANTOS, 2008, p. 115), pois no aditamento ao terceiro contrato celebrado com o governo da província de São Paulo em 1892 ocorreu modificação na cláusula primeira que passava a prever o dito percentual de agricultores “*5% de operarios de artes mechanicas industriaes e que se destinam ao serviço domestico, de moralidade comprovada*”. Este contrato reforça a preferência da Sociedade Promotora de Imigração pelas famílias constituídas.

¹⁰ Para mais informações sobre a Sociedade Promotora de Imigração ver BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886 –1895)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo; e SANTOS (op. cit.).

No relatório provincial de 1888 o administrador mostra preocupação com as profissões e ocupações dos homens que se dirigiam a São Paulo ao dizer que *“Pagar-se indistinctamente, e, não raro, sem criterio, a todos aquelles que vêm procurar fortuna, sem objectivo do trabalho rural, é, além de introduzir elementos cosmopolitas e perigosos de desordem no seio da nossa sociedade, fazer despezas avultadas e inuteis com individuos que, muitas vezes, vêm apenas fazer jus ao auxilio do Thesouro, e, sem intenção de estabilidade, sahem para outras Provincias ou para as Republicas do Rio da Prata”*. Por meio deste documento oficial pode-se depreender que a fuga do homem contratado da lavoura para a cidade se mostra como um perigo real para os investimentos realizados com o dinheiro público, pois a intenção era fomentar a lavoura e não os ofícios urbanos como indiretamente o estava fazendo. Este movimento já era observado pelas autoridades e seu número já assustava os responsáveis pelas políticas públicas. As províncias citadas são as do Sul do país, mais notadamente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde a política imigratória privilegiava a pequena propriedade e muitos imigrantes desejam um lote nas colônias formadas e não trabalhar nas fazendas de café. As Repúblicas do Rio da Prata citadas são, mais notadamente, a Argentina. Muitos imigrantes entravam no Brasil por causa da passagem gratuita e se dirigiam depois para o país vizinho, principalmente por causa dos salários mais atraentes.

1.1– A vila de Santo Amaro: um outro destino para o imigrante italiano

Para se compreender a imigração italiana para Santo Amaro e as suas peculiaridades é necessário conhecer, em linhas gerais, o processo de imigração estrangeira para São Paulo. Para isso, deve-se primeiramente considerá-la como uma etapa secundária da imigração italiana cujo destino era São Paulo, pois a Vila não foi, em geral, a primeira escolha do italiano, já que os relatórios de entrada e saída de imigrantes constantes nos Relatórios Provinciais observados mostram que não ocorreu entrada direta de imigrantes e, se as entradas ocorreram, foram em número bastante reduzido¹¹. Pode-se afirmar que para o

¹¹ Foram consultados os Relatórios Provinciais. Os Mappas de Entrada e Saída de Imigrantes não constavam nos Relatórios Provinciais anuais, por isso a dificuldade em afirmar que não houve entrada direta de imigrantes para Santo Amaro.

período da década de 1880 até o final do século XIX, as entradas diretas, ou não existiram, ou foram muito reduzidas. No Mappa dos destinos que tiveram os Immigrantes entrados na Hospedaria da Provincia de São Paulo de 1º de Janeiro a 30 de Novembro de 1887¹² consta a entrada de um imigrante para o bairro do Campo Limpo¹³, porém não é possível saber sua nacionalidade. É um número muito pequeno considerando um universo de imigração de pelo menos 12 mil imigrantes. De 1901 a 1933, também Camargo não registrou a entrada direta de estrangeiros. Entretanto, é possível que possam ter havido entradas diretas não contabilizadas, pois os italianos já estabelecidos no período anterior podem ter chamado seus parentes que ficaram na Itália. Porém, de um modo geral, pode-se afirmar que a vila não foi a primeira opção dos italianos que lá se estabeleceram. Porém, este trabalho não busca explicar as razões que fizeram os italianos se localizarem em Santo Amaro. O objetivo é explicar a sua permanência, inclusão e assimilação. Neste capítulo tenciona-se mostrar a evolução das composições familiares, estratégias de casamentos, participação na vida política e a demografia. Há, no entanto, evidências que mostram que o italiano que procurou Santo Amaro para viver tencionava primeiramente trabalhar e, depois, exercer a profissão trazida da Itália, pois apesar de ter sido trazido como agricultor possuía profissão tipicamente urbana. Carelli (CARELLI, 1985, p. 40) afirma que “*os italianos que desembarcam no Brasil conhecem quase sempre uma profissão. Consequentemente, possuem um instrumento objetivo para a ascensão social*”. Ser essencialmente urbano é também uma das evidências que serão mostradas. Sobre esta característica do imigrante italiano, Alvim (ALVIM, 1986, p. 115) afirma que sua a mobilidade geográfica era uma

¹² Relatório constante à página 35 do Relatório dirigido à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo Pelo Presidente da Provincia Barão do Parnahyba No Dia 17 de Janeiro de 1887. São Paulo, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp. 1887.

¹³ Pode-se afirmar que é o bairro do Campo Limpo pertencente à vila de Santo Amaro, pois no ano referido o atual município de Campo Limpo Paulista pertencia à cidade de Jundiaí, portanto suas entradas foram computadas ao referido município. Para mais informações acerca das variações de população da região metropolitana de São Paulo ver CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Ensaio sobre a demografia e a economia*, São Paulo: FFLCH-USP, Boletim nº 53, nº 1, vols. I, II e III, 1952 e LANGENBUCH, Jürgen Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971.

forma de resistência à vida difícil que encontrava nas fazendas e que “*o campo não era de fato o objetivo da maioria daqueles que desembarcaram em São Paulo*”.

Sob o aspecto demográfico, a imigração estrangeira para as vilas planaltinas circunvizinhas a São Paulo não teve as mesmas características que para a Capital. Comparativamente, enquanto em 1886 em São Paulo a participação dos imigrantes estrangeiros era de 25,8%, nas cidades do planalto paulistano o percentual médio era de cerca de 1%.¹⁴ Para o censo de 1920, a participação estrangeira no total da população em São Paulo aumenta para 35,5%. Nas vilas planaltinas observadas o percentual aumentou consideravelmente, em torno dos 10%, mas ainda fica aquém do observado na Capital.¹⁵ Santo Amaro, assim como Itapecerica, segue o mesmo padrão das vilas observadas, diferindo porém na maior quantidade de imigrantes alemães em 1886 que italianos, o maior grupo quantitativo de imigrantes. Em 1920, há mais italianos que alemães, entretanto o número de imigrantes alemães continua maior que nas outras vilas. Uma explicação para este fato é a fundação da colônia alemã em 1827¹⁶ que, mesmo não tendo atingido os seus objetivos pelos quais foi criada, deixou, demograficamente, um legado para a região. Estes novos imigrantes alemães podem ser familiares dos primeiros colonos, pessoas da mesma região ou mesmo até pessoas que preferiram migrar para um local onde houvesse um número significativo de alemães. Há de se considerar também as levas imigratórias de meados do século XIX que levaram muitos alemães para serem colonos nas fazendas de

¹⁴ Considerando as vilas de Santo Amaro, Mogy das Cruzes, Guarulhos, Cotia e Itapecerica. Parnayba também faz parte, porém sua participação é de 9,5, o que estatisticamente foge do padrão. São Bernardo está calculada com São Paulo. Ocorreram os seguintes desmembramentos: Parnayba em 1950, desmembrou-se em Santana de Parnaíba e Barueri; em 1960, Santana de Parnaíba desmembrou-se em Pirapora do Bom Jesus e Cajamar em 1967; Barueri desmembrou-se em Carapicuíba; Itapecerica da Serra desmembrou-se em 1960 em Taboão da Serra e Embu das Artes; e, em 1967, em Jiquitiba e Embu Guaçu; Cotia desmembrou-se em 1960 em Itapevi e, em 1967, Jandira; Mogy das Cruzes, nos dias atuais grafada como Mogi das Cruzes em 1950, Suzano e Poá; em 1960, em Itaquaquecetuba, sendo que Poá desmembrou-se em Ferraz de Vasconcelos; em 1967, Biritiba Mirim e Bráz Cubas. Bráz Cubas não chegou a ser instalado como município.

¹⁵ Em 1920, são os dados da vila de Itapecerica que destoam estatisticamente das outras vilas. Seu percentual, 1,2%, está muito abaixo do observado nas outras localidades.

¹⁶ Em 1827, a vila de Itapecerica pertencia à vila de Santo Amaro, da qual se desmembrou em 08/05/1877 e elevada a vila em 19/12/1906.

café pioneiras do interior de São Paulo. As experiências de colonato realizadas em Ibicaba e em outras fazendas fizeram com que muitos imigrantes alemães procurassem a cidade de São Paulo e seus arredores para se estabelecer e conforme observou Siriani (SIRIANI, 2002, p. 68) eles se declaravam *“lavradores quando, na verdade, exerciam atividades urbanas, tais como: sapateiros, alfaiates, pedreiros, etc.”* Isso também explica a não adaptação ao serviço no café e a procura pelas cidades tão logo terminassem os contratos. O mesmo raciocínio pode ser estendido aos imigrantes alemães trazidos pela Sociedade Promotora de Imigração durante os anos de 1886 até 1895, pois muitos vinham chamados por parentes já estabelecidos em São Paulo e não tencionavam permanecer na lavoura.

Matos (1973) aponta que o visconde de Indaiatuba, um dos pioneiros da introdução de trabalhadores imigrantes livres assalariados em suas fazendas, mostrava uma predileção pelos imigrantes italianos que além de não terem cultura tão diferente mostravam grande amor pelo trabalho, moralidade condizente e que poderiam, por estas razões, melhorar a raça brasileira. A Sociedade Promotora de Imigração em seu relatório apresentado ao presidente da província Visconde de Parnaíba também não esconde a predileção pelos imigrantes desta nacionalidade, principalmente os do norte como ela mesma justifica *“predilecção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados pela moralidade e inexcusável amor pelo trabalho, aos nossos desejos, si nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça”*.

Franzina (2006) coloca que muitas vezes o que atraía o imigrante era uma “miragem” da “terra fácil” e que desejava intensamente “quimera” da vida barata, o “sonho” do trabalho capaz de garantir o sustento de si e dos familiares, a “esperança absurda” da propriedade e do bem-estar. Para ele (op. cit., p. 322) a emigração transoceânica era uma espécie de libertação:

“A libertação da necessidade e, se não do trabalho, da exploração, elementos essenciais em que se resume a “vida campestre”. Ambas, emigração e libertação, merecem, portanto, ser celebradas como um verdadeiro rito, que deixa momentaneamente na penumbra ou reabsorve e recupera de um outro ângulo de visão, a carga de ódio de classe e de aversão por “esses porcos senhores”, que também caracteriza a separação da pátria.”

O relatório apresentado ao presidente da província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração em 1887 evidencia que o governo de São Paulo e a Promotora preferiam contratar somente famílias de imigrantes agricultores que tenham sido chamadas por seus parentes e amigos já instalados nas fazendas de café do interior, pois *“são as que imediatamente acham collocação, como também por serem as mais felizes, evitando assim que ao iniciar-se o movimento immigrantista em maiores proporções, pudessem surgir queixas e descontentamentos”*. No mesmo documento, a Promotora declara que evitou a partida de crescido número de famílias de artistas e negociantes que no porto tentavam embarcar para o Brasil. Sua intenção, de fato, era de contratar evidentemente a maior proporção de possível de agricultores de ofício, no que ela mesma concorda que *“os imigrantes introduzidos pela Promotora são em seu maior número camponeses.”* O que quer dizer que nem todos os imigrantes por ela introduzidos eram agricultores e que não se sabia suas reais profissões. Porém, reafirma que *“90% deverão ser de agricultores”* embora soubesse da dificuldade de apurar suas verdadeiras profissões no momento do embarque. Ela realça ainda que *“o numero de pessoas chamadas excede em muito áquelle que deve introduzir”* evidenciando que a oferta de mão de obra era maior que as suas possibilidades de colocação naquele momento. A Promotora declara ainda que *“sem artifício de qualquer especie, temos á nossa disposição, promptos para immediato embarque, cerca de 70 mil italianos, constituindo familias, todas camponeses agricultores, que não pedem, supplicam como acto de caridade que mandemos fornecer-lhes bilhetes gratuitos de passagem”*. Tal afirmação confirma os estudos de Franzina e Trento que perceberam o movimento emigrante dentro da sociedade italiana que fazia com que milhares dos mais variados níveis sociais procurassem sair do país.

Em relação às populações absolutas, verificou-se que as vilas planaltinas não acompanharam em números absolutos o crescimento de São Paulo. Considerando os censos em dois momentos distintos, 1886 e 1920, pode-se perceber que o ganho populacional de São Paulo é muito distinto das vilas planaltinas. São Paulo em 1886 tinha uma população de 47.697 habitantes. A vila com população mais próxima é Mogy das Cruzes com 19.454 habitantes. As outras vilas tinham população que não ultrapassava os oito mil habitantes. Já em 1920, São Paulo decuplica sua população, chegando aos impressionantes 577.621 habitantes. Nenhuma das vilas conseguiu superar este aumento. Em algumas, como

Guarulhos, a população chegou até decrescer de 1886 a 1920.¹⁷ É certo que ocorreu um crescimento em números relativos, porém suas populações não aumentaram da mesma forma.

Uma definição precisa sobre o povoamento da região do Planalto Paulistano e as disparidades de ocupação humana é dada por Caio Prado (PRADO, 1989, p. 39):

“Num raio de muitas dezenas de quilômetros, é quase um deserto que se estende em volta da cidade: deserto pontilhado apenas por pequenas vilas e miseráveis povoados que são Guarulhos, São Miguel, Barueri, Cotia, Mbói, Itapeverica etc.; ou onde apenas se esboça uma vida que o poderoso influxo da própria aglomeração paulistana não podia deixar de provocar. A influência não vai aí de fora para dentro, mas em sentido contrário, da cidade para a região que a circunda; não pode portanto ser computado como fator de desenvolvimento de São Paulo.”

Prado esclarece que o impulso de crescimento dos municípios da região foi dado pelo desenvolvimento de São Paulo, da mesma forma, o raciocínio pode ser aplicado também para Santo Amaro, mesmo não tendo sido citado. A lentidão com que o desenvolvimento da Capital atingiu e influenciou as vilas vizinhas também chamou a atenção de Prado, pois mesmo já tendo São Paulo experimentado um grande crescimento desde o quarto final do século XIX, pouco ou quase nada havia se modificado até quando ele ainda fez esta observação na década de 50 do século XX.

Corroborando a afirmação de Caio Prado, Zenha¹⁸ afirma que a vila de Santo Amaro não passou por grandes transformações no século XIX mantendo seu modo de viver simples e pacato enquanto a capital e o resto do estado afetados pelo café passaram por rápidas e decisivas mudanças e que, mesmo assim, Santo Amaro continuou à margem dos acontecimentos do final do século que levaram a grande corrente imigratória para as fazendas de café no interior do estado.

¹⁷ Em 1886, a população de Guarulhos era de 7.009 habitantes para 5.961 em 1920.

¹⁸ Para mais informações sobre o autor e Santo Amaro ver também ZENHA, Edmundo. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950; O Santo Amaro de Paulo Eiró, São Paulo: Departamento de Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII e A vila de Santo Amaro, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

Da mesma opinião é Siriani (SIRIANI, 2002) que afirma que mesmo com o crescente movimento especulativo que ocorria em São Paulo a partir dos anos 70 do século XIX, as terras do planalto paulistano continuavam pouco povoadas e ocupadas.

O escasso povoamento das terras paulistas é um problema que preocupou a elite dirigente de São Paulo. Martinho Prado, um dos mais importantes idealizadores das políticas imigrantistas, em 1886 aponta para a imigração estrangeira como a solução para os problemas de povoamento das terras e, para os problemas de mão de obra. No Guia de Imigrantes publicado em 1886 pela Sociedade Promotora de Imigração em alemão, italiano e português há tentativas de melhorar a imagem de São Paulo por meio de textos que o retratam como um local de costumes europeizados para atrair os já resabiados emigrantes europeus. Sales (SALES, 1983, p. 61), seguindo o raciocínio de Martinho Prado enfatiza que:

“Precisamos não nos esquecer de que a imigração para nós não é atualmente um simples recurso contra as incertezas geradas pela crise que já começa a atravessar a lavoura, na necessidade em que se vê de substituir pouco a pouco o sistema do trabalho empregado, como aliás se vai efetuando de um modo verdadeiramente admirável; devemos também olhar para a imigração como o único meio de que podemos dispor para o rápido povoamento da província e, portanto, como um fator econômico e político de alta valia.

Ninguém ignora a íntima relação que existe entre o desenvolvimento da população e o aumento da riqueza de um país. São dois fenômenos que se produzem simultaneamente e que nunca parecem isolados. Quanto mais rapidamente cresce a população de um país, tanto mais sobe na mesma proporção a média da riqueza individual e, conseqüentemente, também a soma de bem-estar e de prosperidade de toda a comunhão social.”

Alberto Sales¹⁹ (op. cit. p. 60), irmão de Campos Sales, também corroborou com outros dirigentes políticos que “*o problema do povoamento, que é o problema capital para nós.*” Portanto, o povoamento do país, mais notadamente de São Paulo, era problema que preocupava sobremaneira a elite dirigente e que, para isso, buscava na imigração estrangeira uma solução.

¹⁹ João Alberto Sales foi deputado por São Paulo nas 1º e 2º legislaturas do Congresso Nacional. Era partidário das ideias separatistas que ganharam força no final do Império e início da República. Sua obra apresenta argumentos científicos para a separação de São Paulo do resto do país. Ver SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

A imigração estrangeira como solução para os problemas de povoamento e desenvolvimento de uma nação e para aumento da sua riqueza é oriunda da teoria econômica clássica preconizada mais notadamente por Adam Smith e Jean-Baptiste Say. Say (SAY, 1986, 195-6) afirma que as:

“[...] famílias criadas num país civilizado que vão se estabelecer num país novo, levam para ele os conhecimentos teóricos e práticos que são um dos principais elementos da indústria.

Levam para lá o hábito do trabalho, mediante o qual essas faculdades são postas em prática, e o hábito da subordinação, tão necessário à manutenção da ordem social; levam também alguns capitais, não em dinheiro, mas em utensílios e provisões variadas; essas famílias, finalmente, não dividem com nenhum proprietário os frutos de uma terra virgem cuja extensão ultrapassa, durante muito tempo, o que são capazes de cultivar”.

Tais ideias encontraram suporte na elite dos fazendeiros de café que acreditavam, como Adam Smith²⁰, que a riqueza de uma nação estava intimamente ligada ao aumento da sua população.

A análise da tabela abaixo que apresenta o crescimento das populações de Santo Amaro e São Paulo de 1874 até 1940 reitera o que foi observado pelos estudiosos da dinâmica demográfica da região do planalto paulistano. O crescimento de Santo Amaro foi muito inferior ao de São Paulo e até 1935 pode-se dizer que não se aproveitou da evolução populacional da Capital. Somente nos anos seguintes é que se pode observar uma transferência populacional mais consistente. Nem mesmo com as grandes levas imigratórias que chegaram ao estado de São Paulo a partir de 1886, as populações dos municípios do planalto paulistano sofrem uma grande elevação confirmada pelos dados de Camargo (CAMARGO, 1952) que afirma que a contribuição para estas localidades foi muito fraca. Comparativamente a população de Santo Amaro cresceu 258% enquanto que a de São Paulo aumentou incríveis 2.490% no período que começa em 1874 e termina em 1940, ou seja, 66 anos.

²⁰

Ver também sobre o aumento da população como riqueza das nações SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*, Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1986 e SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*, São Paulo: Nova Cultural Editora, 2ª edição, 1986.

Tabela 1.1 – Crescimento populacional

UNIDADES TERRITORIAIS COMPARÁVEIS (municípios)	POPULAÇÃO (nº de hab.)				
	1874	1886	1900	1920	1934/1940 ²¹
Santo Amaro ²²	5470	6259	7132	14101	26 918
Itapecerica ²³	4896	6413	10480	11830	-
São Paulo	23253	44033	239820	579033	1 294 223
Total província (1874 e 1886). A partir de 1889, estado.	837354	1221394	2282279	4592188	7 180 316

Fonte: 1874: Manuel Eufrázio de Azevedo MARQUES – Apontamentos – 1886: Comissão Central de Estatística – Relatório – 1900 e 1920 – Recenseamentos Gerais do Brasil.

A tabela 1.2 mostra que a presença numérica italiana em Santo Amaro não chegou a ter a mesma representatividade que na Capital paulista. De acordo com a tabela, em 1886 o número de italianos representava apenas 0,36% da população total sendo proporcionalmente uma representação pequena. Deve-se ponderar, entretanto, que estava apenas iniciando o período das grandes imigrações e que as entradas de imigrantes com a fundação da Sociedade Promotora de Imigração se intensificaram. Pode-se concluir, portanto, que estes imigrantes já estavam no Brasil e eram oriundos de outras levas imigratórias anteriores. Não se pode concluir, entretanto, de onde vieram, porém é grande a probabilidade de que tenham vindo de São Paulo, pois era à época o grande centro da imigração por causa da cultura cafeeira. Mas nesse momento a sua origem dentro do Brasil não é relevante, mas sim que estavam em Santo Amaro neste momento e que alguns deles estavam estabelecidos²⁴.

²¹ Os dados para Itapecerica não estão disponíveis.

²² Santo Amaro foi reincorporado a São Paulo em 1935.

²³ Em 1874, Itapecerica é freguesia e não município.

²⁴ São dois os tipos de imigrantes italianos relevantes para esta pesquisa: os italianos comprovadamente estabelecidos e os italianos que lá estavam, mas de quem não se pode comprovar a fixação

Tabela 1.2 – Italianos na população de São Paulo e Santo Amaro – 1886 e 1920

1886						
MUNICÍPIO	Total	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		ITALIANOS
Capital (com S. Bernardo)	47697	35407	74,2	12290	25,8	5717
Santo Amaro	6259	6174	98,6	85	1,4	23
Itapecerica	6413	6331	98,7	82	1,3	12
1920						
Capital (com S. Bernardo)	577621	372376	64,5	205245	35,5	91544
Santo Amaro	14083	12895	91,6	1188	8,4	362
Itapecerica	11814	11669	98,8	145	1,2	46

Fonte: LANGENBUCH, Jurgen Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971, p. 126 com adaptações.

Dos 23 imigrantes italianos relacionados na tabela, a pesquisa conseguiu atingir seis imigrantes que efetivamente estavam estabelecidos como negociantes entre 1885²⁵ e 1886.²⁶ De 1885 temos Braz Galhiano²⁷ e Vicente Celora relacionados como negociantes

com os documentos disponíveis. Alguns destes italianos estavam naquele momento prestando serviços à edilidade santamanrense ou mesmo serviços autônomos privados, mas não é possível saber precisamente se se estabeleceram na vila.

²⁵ O ano de 1885 é considerado, pois são os primeiros registros de imigrantes italianos em Santo Amaro.

²⁶ Os documentos pesquisados são o livro de Impostos de Industria e Profissões e de Arrolamento de Vehiculos ambos de 1885 a 1888 e as Atas da Camara Municipal de Santo Amaro de 1886. Também foram verificados os registros das cartas de data. Por meio do endereço eletrônico

de Fazendas e Molhados respectivamente. Pedro Norgani, que foi registrado como possuidor de um carro²⁸; Pedro Morgante, também possuidor de um carro, Theodoro Lagasse, possuidor de uma casa de pasta e Clemente Arfano, possuidor de um estabelecimento de molhados. Todos, com exceção de Vicente Celora, que era morador do bairro do Campo Limpo, eram moradores da Vila²⁹.

Sobre Pedro Norgani, entretanto, não há dados suficientes sobre ele para conhecer seus meios de sobrevivência. É provável pela dinâmica vista em anos posteriores que utilizasse o carro como fonte de renda alugando-o para o transporte de passageiros. Esta é uma hipótese a se considerar, pois não existe registro seu como possuidor de estabelecimento comercial ou como prestador de serviços.³⁰ Segundo Penteado

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimigrante>, foi verificada a data de entrada destes imigrantes, porém seus registros de entrada não existem no registro da Hospedaria dos Imigrantes, o que significa que não passaram por ela. Estes imigrantes podem ter entrado ou antes das datas consideradas ou podem ter entrado por outras formas de localização.

²⁷ Seu nome consta nos Termos de naturalização com Braz Antônio Galiano, ou seja, ocorreu uma grafia diferente de um documento para outro, fato esse que era corriqueiro. Há várias formas de aportuguesamento das grafias italianas e uma delas é a transformação do dígrafo italiano gl para lh em português. No imigrantes em questão a transformação ocorreu pela fonética do seu nome e não pela grafia. Há de se ocorrer que os escreventes não estavam acostumados com os nomes italianos e na falta de um documento em italiano que mostrasse a sua grafia, eles o aportuguesavam.

²⁸ Segundo Americano (AMERICANO, 2004, p. 175) “os veículos de aluguel em São Paulo eram carros de praça (fiacre), tálburis e landôs. [...] Todos eram de quatro rodas, exceto os tálburis que tinham duas rodas com a estabilidade sustentada pelos varais que prendiam o animal.” Estes veículos eram todos utilizados para o transporte de passageiros e não de carga.

²⁹ O termo Villa era utilizado para as localidades consideradas parte do centro do município. Este conceito mudou com o passar dos anos e com o crescimento da cidade. Distingue-se do termo villa que passou a designar município com a evolução urbana no Brasil. Desta forma, o termo será utilizado para designar Santo Amaro.

³⁰ Segundo Americano (Americano, 2004, p. 176) “os carros de praça e tálburis faziam mais ou menos o mesmo papel dos táxis de hoje. Carros de praça, cobertos pela parte posterior e descobertos pela anterior (como as capas dos carrinhos de transportar crianças), comportavam ao máximo três pessoas, com chuva, um oleado negro sobre os pés. Com bom tempo enrolava-se o oleado e arreava-se uma banqueta, com lugar para mais duas pessoas. A capota podia ser aberta em caso de bom tempo”. Para mais informações a respeito dos meios de transporte particulares ver AMERICANO, Jorge. São Paulo naquele tempo (1895 – 1915), São Paulo: Carenho Editorial, 2º ed., 2004.

(PENTEADO, 2003, p. 276), os cocheiros “*eram quase todos italianos, e não dispensavam o charuto toscano, sempre ao canto da boca*” e nesse tipo de carro de praça “*era o meio de transporte mais comum, geralmente nos casamentos, batizados ou outras festas quaisquer[...]*”³¹. Uma outra evidência colocada por Penteado (op. cit., p. 277) e verificada na documentação foi o seu registro como carro e não como “*aranha*” que era dirigida geralmente por “*açougueiros, sitiantes, etc*”. Fosse agricultor, uma carroça para transporte de carga seria a posse mais provável e não um carro de passageiros que para a época era um bem de luxo. Portanto, é possível que ele tenha vindo de São Paulo tentar a vida em Santo Amaro como carro de praça, pois não há registros de que tenha prestado serviços de frete. Segundo a Tabela dos carros de aluguel expedida em 9 de julho de 1868 apresentada por Penteado (op. cit., p. 278) havia endereços de Santo Amaro previstos nos trajetos comuns aos carros, o que demonstra ser o comum transporte por meio dos referidos carros entre as duas cidades. Os endereços citados são a Estrada de Santo Amaro, Encruzilhada de Santo Amaro e Várzea de Santo Amaro. Os preços previstos para o período das 6 horas da manhã até as 10 da noite eram os mesmos cobrados para endereços paulistanos, variando de 2\$000 pra largar o passageiro, 2\$000 pela primeira hora e para cada uma das horas que se seguirem 1\$500 para o roteiro onde estava incluída a Estrada de Santo Amaro; para o roteiro incluindo a Encruzilhada de Santo Amaro e Várzea de Santo Amaro 2\$500 para largar o passageiro, 3\$000 pela primeira hora e 1\$500 para cada uma das horas que se seguiam.

Os registros sobre Pedro Norgani somem no ano seguinte, mostrando que possivelmente tenha se mudado. Thomas Holloway³² aponta que, via de regra, o imigrante italiano era um indivíduo bastante móvel dentro do Brasil, característica trazida da Itália onde muitos faziam caminhos dentro da Europa antes da grande imigração transoceânica. É

³¹ Penteado (op. cit., p. 276-7) explica ainda que “*os carros particulares eram: vitória (de um só cavalo), landô, caleça e cupê. Muitos deles traziam gravado, na portinhola, o monograma do dono. Os cocheiros usavam sobrecasaca, cartola brilhante e luvas. Tinham um ajudante, também uniformizado, que abria a portinhola, de cartola na mão*”. Para mais informações a respeito dos meios de transporte particulares ver PENTEADO, Jacob. ***Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)***, São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

³² Ver HOLLOWAY, Thomas. ***Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885 – 1915 – uma análise preliminar***. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, v.2, n.6, 1972.

possível também que tenha falecido, porém não consta seu falecimento nos Livros de Inhumações do Cemitério de Santo Amaro verificados. Lanna (LANNA, 2012, p. 881) reunindo elementos de pesquisa sobre imigração italiana afirma que *“os estudos sobre esse imenso movimento populacional indicam um alto índice de retorno para a Itália e/ou abandono das fazendas. Este abandono da condição de trabalhador agrícola e a ida/fuga para as cidades é apontado como uma das causas centrais da vertiginosa expansão urbana da capital paulista.”* O imigrante italiano também se movimentava entre as cidades, principalmente aqueles que não tinham qualificação profissional, como o referido imigrante, pois no livro de Industria e Profissões todos os que tinham qualificação profissional eram relacionados para o provimento dos impostos devidos, portanto se ele realizasse alguma forma de prestação de serviço ele estaria relacionado. Como foi relacionado no livro de Arrolamento de Vehiculos, é bem possível que utilizasse o carro para uso próprio ou o alugasse para carretos³³.

³³ A municipalidade de Santo Amaro mantinha um controle regular dos impostos devidos pela população. Como não tinha uma atividade econômica majoritária e rentável como o café, ela dependia da eficácia da cobrança destes pequenos impostos cobrados diretamente da população. Por esta razão, pode-se dizer que seus registros são confiáveis tanto na veracidade quanto no alcance, pois era de seu interesse ampliar a base tributária e tributar uma parcela próxima a 100% da população. Santo Amaro foi uma das primeiras localidades a cobrar taxas pela licença de cachorros, o que indica a necessidade de receitas e a prontidão para cobrá-las. Em sessão ordinária de 6 de maio de 1895, foi verificada a existência de inspetores de quarteirão que se dedicavam, entre outras coisas, a verificar se os vendedores ambulantes possuíam licenças para comerciar. Tal verificação não ocorria somente do ponto de vista tributário, mas também do ponto de vista da população, pois os ambulantes, de um modo geral, eram mal vistos pela população e atribuídos como pontos de atração de cidadãos de baixa moral. A iniciativa foi do vereador José Felipe do Espírito Santo que indicou à Câmara que *“oficiasse ao Subdelegado dessa Villa, pedindo para que, por intermedio dos inspetores de quarteirão fossem exigidas as respectivas licenças dos conductores de aguardente, bandeiras, mascates &a. &a. que encontrarem dentro de seu quarteirão”*. A solicitação foi posta em votação e aprovada. Em 26 de dezembro de 1891, a Câmara cobrava dos cidadãos a quantia de 2\$000 por cachorro criado solto com coleira. Em 1 de janeiro de 1896 foi ajustado o valor de 10\$000 para os animais que fossem encontrados soltos na rua. O recibo da firma E. HEINKE & COMP. de 1 de Novembro de 1890 por 1 carimbo de aço para marcar as colleiras dos cães no valor de 10\$000 demonstra tal procedimento. *“O animal solto que for encontrado será recolhido ao deposito publico por quarenta e oito horas se durante este tempo não for retirado por quem de direito tiver será posto em hasta publica e o produto recolhido ao Cofre Municipal para ser entregue a quem de direito deduzindo-se as multas e mais dispezas”*.

Nenhum destes imigrantes relacionados nos livros de impostos continuou suas atividades para o ano seguinte, fato bastante peculiar, mas compreensível devido à quantidade ainda pequena de imigrantes italianos na vila. Podem ter ocorrido problemas de adaptação ou simplesmente não conseguiram manter-se financeiramente por dificuldades em manter suas empresas. A pequena comunidade italiana pode ter sido o problema da casa de pasta de Theodoro Lagasse³⁴, pois decerto não conseguiria dar o volume de vendas necessário para ser mantida.

A escolha do imigrante italiano por Santo Amaro como ponto de fixação implica em algumas considerações pertinentes, pois era uma vila pequena com parca população como mostrado anteriormente e, mais importante, não fazia parte do circuito das localidades produtoras de café. Seus meios de sobrevivência podem ser relacionados como os tradicionais da cultura colonial de subsistência e do comércio. Não era uma vila atrativa economicamente e muito menos politicamente, apesar de ser o centro regional de uma região considerada pobre e que atendia localidades ainda menores.

Portanto, o italiano que se fixou em Santo Amaro o fez por ter algum conhecimento prévio da localidade, ou seja, conhecia as condições de sobrevivência que ela oferecia, principalmente os que tinham alguma formação profissional. Esta hipótese explica Vicente Celora ter escolhido o bairro do Campo Limpo à época um pequeno povoado com algumas vendas na estrada que levava à Itapecerica. De povoação antiga, ganhou importância com as estradas e caminhos que levavam de Itapecerica, M'Boy, Taboão e Juquitiba a Santo Amaro. Celora pode ter sido conhecedor destas características e, por esta razão, escolheu-o

Há, porém, a dificuldade de perceber quem trabalhava com agricultura, pois os livros em questão não registravam a atividade. Percebeu-se que a municipalidade exercia um controle maior sobre a atividade urbana que a rural, pois não foram encontrados registros de controle tributário das atividades rurais. O imposto predial começou a ser cobrado em 1892.

³⁴ Uma das dificuldades da pesquisa é de decidir somente pelos registros nominais quem é imigrante italiano já que nem todos seguem a grafia típica. Uma das formas é verificar se o sobrenome está grafado antes do prenome, o que indica, entre outras coisas, que o imigrante é italiano e recém-chegado, pois esse é o seu uso. Neste caso específico o fato decisivo foi a atividade realizada: uma casa de pasta, o nome italiano para casa de massas.

para montar sua loja de molhados³⁵. Muitos imigrantes italianos tinham alguma formação profissional. Tal afirmação explica a tendência a abandonar rapidamente a fazenda e se dirigir para as cidades onde se dedicaram a uma variada gama de atividades urbanas. Dessa forma, ele ainda (CARELLI, 1985, p. 39) anota: “*Quer sejam de origem rural ou urbana, muitos italianos aceitam qualquer trabalho, desde que lhes permita sobreviver e fazer algumas economias. Os homens e as crianças começam com serviços de rua.*” São, porém, os emigrados das cidades que abriram lojas, pois ainda na Itália já estavam familiarizados com a economia urbana e com as relações de trabalho capitalistas. Sua adaptabilidade ao novo meio somada com a experiência trazida da Itália e intensidade do trabalho, a organização familiar de produção e os hábitos de economia permitiram-lhes formar um pecúlio que os diferenciou. Não eram somente trabalhadores braçais ou operários das primeiras fábricas, mas os patrões que montaram as primeiras oficinas, fábricas e lojas. Isso implica também estar a algum tempo no Brasil, pois estas informações só estavam disponíveis aos locais e, mesmo assim, devido às dificuldades da época de propagação das informações, poucos locais a conheciam. Alguns historiadores relatam em seus trabalhos que nas fazendas de café circulavam informações a respeito das condições de trabalhos oferecidas em outras fazendas ou em outras localidades.³⁶ Vangelista (VANGELISTA, 1991) também demonstra esta constante mudança dos colonos em procura de melhores condições de trabalho, muitas vezes preferindo salários menores ou iguais, mas com a liberdade de produzir gêneros. Para Alvim (ALVIM, 1986), a mobilidade geográfica do italiano constituiu em uma espécie de resistência à realidade que encontraram nas fazendas. Ela (op. cit., p. 115) ainda afirma que “[...] *jeste deslocamento do campo para as cidades justifica mais um estereótipo em relação aos imigrantes italianos: o campo não era de fato o objetivo da maioria daqueles que desembarcaram em São Paulo*”. Suas fontes são principalmente as cartas enviadas a familiares no exterior. A imprensa paulista da época

³⁵ O termo Molhados significa um ponto comercial especializado em vender todo tipo de produtos líquidos, principalmente bebidas.

³⁶ Thomas Holloway é um dos estudiosos que aborda o assunto. Ver também TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo: Nobel – Instituto Italiano de Cultura di Sao Paolo, 1985; POZZEBON, Zola Franco. *Uma odisséia na América*, Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1997 e VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850 – 1930)*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

também tratou do assunto por meio de artigos escritos, porém sua parcialidade é questionável, pois muitos desses artigos eram encomendados a personalidades ligadas aos grandes produtores de café que mostraram em suas reportagens também a constante grita por mais braços para a lavoura. Não faltavam braços, mas sim ocorria um problema de colocação e fixação dos imigrantes a terra já no Brasil.

Uma das iniciativas na década de 70 do século XIX foi da colônia de São Caetano conforme estudada por Martins³⁷ (MARTINS, 1992) que verificou terem ocorrido três levas de imigrantes que lá chegaram até 1879 não passaram antes pelas fazendas de café, pois vieram diretamente da Itália. Segundo ele, foram raros entre os lá assentados que passaram pelas fazendas de café do interior do estado. Porém, o mais importante a considerar é a mudança de orientação governamental em relação ao núcleo de São Caetano, que se tornou junto com os outros núcleos coloniais, uma peça de propaganda da imigração italiana.

Houve ainda a iniciativa do Barão de Souza Queiroz e do Senador Vergueiro de formação da Associação Promotora de Imigração em 1871 que foi uma das pioneiras na localização privada de imigrantes. Os imigrantes trazidos pela Associação eram subvencionados pelo estado que pagava 20\$000 por pessoa adulta e a metade por crianças. Esta iniciativa trouxe uma quantidade apreciável de imigrantes italianos, principalmente do Tirol italiano.

Pelas estatísticas compiladas por Sales³⁸, de 1883 até 22 de junho de 1886, haviam entrado em São Paulo oficialmente 11.284 italianos de um total de 20.874 imigrantes. Ou seja, os italianos já eram mais da metade dos imigrantes e segundo Martinho Prado (op. cit., p. 61) “entre os imigrantes contam-se muitos abastados, que adquiriram fortuna em diferentes gêneros de indústrias.” Há de se tomar cuidado com o discurso proferido por Prado, pois seus interesses eram de incrementar a onda imigratória e para isso não media esforços mesmo tendo que fazer uso do exagero. Mas não se pode descartar toda a afirmação. É possível que existissem já em 1886 muitos imigrantes com algum pecúlio poupado e investido e mesmo até com sólidas unidades de negócios estabelecidas. Bresser

³⁷ Ver MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, São Paulo – São Caetano do Sul: Ed. Hucitec, 1992.

³⁸ Sales utiliza os dados da Inspetoria Geral de Imigração.

Pereira³⁹ ao estudar as origens do empresariado paulista, concluiu que a maior parte dos empresários tem origem estrangeira de pelo menos três gerações, ou seja, desde o avô imigrante. A sua motivação é explicada por ele (PEREIRA, 1974, p. 75) da seguinte maneira:

“Estes, ao chegarem ao Brasil, viram suas possibilidades de ascensão social cortadas. A aristocracia agrária comercial brasileira e a classe média tradicional fecharam as portas da mobilidade social para cima dos imigrantes, caso estes quisessem trilhar os caminhos tradicionais de acesso⁴⁰. Eram chamados depreciativamente de “italianinhos”, ou de “turcos”, e sofriam uma clara discriminação social.”

É preciso uma atenção mais cuidadosa na afirmação de Bresser Pereira para não cair na tentação de reduzir o problema em um maniqueísmo social onde há uma dualidade entre maus e bons. A adaptação e inserção de recém-chegados em qualquer sociedade não se dão de maneira automática e simples. É preciso tempo para que se afirmem e esta afirmação se dá com muito trabalho e determinação e, mesmo assim, depois de alguns anos. Nos ramos de negócios tradicionais já estabelecidos a dificuldade é ainda maior, pois estão a cargo de líderes da sociedade que, de modo geral, não cedem seus espaços assim tão facilmente. Portanto, os imigrantes, também por serem oriundos de sociedades tecnicamente mais evoluídas, traziam conhecimentos que poderiam ser utilizados em inéditas novas unidades de negócios⁴¹. A questão pode ser posta de uma maneira simples: os segmentos econômicos em questão já estavam ocupados por uma elite que os comandava, em alguns casos, desde o início da colonização. O recém-chegado sem os capitais necessários, sem conhecimento das condições do país, do mercado e dos negócios estaria sempre em desvantagem. Principalmente para a grande agricultura comercial que necessitava de capitais e conhecimentos específicos. Salvo exceções, o Brasil não recebeu grandes empresários imigrantes estrangeiros prontos para investir, muito pelo contrário, a grande massa era de

³⁹ Ver PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974. Sua pesquisa inicia-se com os dados a partir de 1920.

⁴⁰ Bresser Pereira chama de “caminhos tradicionais de acesso” a grande agricultura comercial e o grande comércio.

⁴¹ São chamadas de “inéditas novas unidades de negócios” as atividades econômicas que não existiam e que foram trazidas pelo desenvolvimento técnico e demográfico da sociedade.

despossuídos. No comércio, entretanto, ocorreram casos de imigrantes que conseguiram se estabelecer e formar grandes unidades de negócios. Portanto, não se pode acreditar que as portas dos grandes negócios foram fechadas deliberadamente aos imigrantes europeus e somente restou a eles os negócios inovadores no sentido schumpeteriano⁴² da palavra. O Brasil era ainda território virgem na área industrial moderna, ou seja, aquela que dependia cada vez mais de maquinários mais elaborados. Como os imigrantes europeus vinham de sociedades que já haviam passado, ou estavam passando, por esta fase de transição do desenvolvimento econômico, pode-se dizer seria natural aproveitar a oportunidade de prosseguir com as habilidades técnicas que traziam e com um mercado novo que se abria. Eles, em grande parte dos casos, foram pioneiros em diversos ramos industriais e mesmo até comerciais. Mas não foi um pioneirismo imposto porque não podiam se estabelecer em outros segmentos empresariais, mas sim o aproveitamento de oportunidades. Mesmo nos segmentos tradicionais que atuaram não foram exatamente concorrentes às posições estabelecidas, pois com o crescimento demográfico abriram-se novas colocações e foram nelas que eles se ativeram. O que Bresser Pereira captou na sua afirmação foi a dificuldade que os imigrantes tiveram para se inserir nos círculos da alta sociedade paulista. Os termos pejorativos com que a elite quatrocentona se referia aos imigrantes demonstrava o seu desdém pelos novos integrantes que na sua opinião estavam enriquecendo e deixando-os para trás. Warren Dean também demonstrou a forma dual com que a elite paulista tratou-os, pois por um lado os achava racialmente superiores, porém não queria entregar as suas posições tão duramente conquistadas na sociedade. Com o abrandamento, e com o tempo, das relações ocorreram associações entre os dois grupos que satisfizeram os interesses de ambos. Os imigrantes conseguiram o apadrinhamento e a benção da elite e esta se associava ao dinheiro novo que conquistava espaço e buscava garantir dessa forma a sua permanência nos altos escalões da sociedade. Para Carelli (op. cit., p. 28), tais reações demonstravam que este ressentimento por parte da oligarquia cafeeira paulista são amostras de que ela tinha consciência de que *“que não controla mais inteiramente o processo histórico de que ela foi o principal instrumento.”* Significativo para compreender a mentalidade de quem

⁴² Ver SCHUMPETER, Joseph A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

planejou trazer imigrantes europeus para serem empregados e não para disputar posições no mesmo terreno social.

De opinião similar sobre o desprezo da elite paulista aos imigrantes “*pela pouca instrução, pelos trabalhos a princípio humildes a que muitos se dedicaram [...]*.” Boris Fausto⁴³ (FAUSTO, 1997, p.66), ele próprio de família imigrante chegada nos anos 20 do século XX, afirma, entretanto, que sua família “*vinha assim inserir-se em um meio urbano em que os estrangeiros e seus descendentes se sentiam relativamente à vontade.*” Ele, porém, concorda que a elite dificultou até onde pode a inserção dos imigrantes na política.

O caso específico dos italianos em Santo Amaro será estudado em um outro capítulo desta tese por ter suas especificidades e merecer uma consideração mais apurada.

São citados na obra de 1886 de Sales dois imigrantes como proprietários de unidades de negócio de vulto para época. É o caso de Frederico Kowarick, que tinha uma fábrica de chitas na Capital com capital de 425:000\$000 contos de réis e em Jundiaí, a fábrica de tecidos de Allen Baggot com capital de 150:000\$000 contos de réis.

Portanto, é possível que já existisse um número significativo de italianos já acostumados com o país e que grafavam seus nomes do modo comum no Brasil indicando que já estavam adaptados à cultura local, pois na grafia usual na Itália o nome da família vem primeiro e depois o prenome.

Vila pequena com parca população, a edilidade de Santo Amaro não oferecia de início aos imigrantes muitas outras possibilidades senão o trabalho em atividades esporádicas como as empreitadas por serviço tais como a limpeza das ruas. No trimestre de janeiro a março de 1889, a folha de pagamentos da Câmara Municipal tinha relacionados como empregados fixos somente um secretário, um fiscal, dois zeladores: um para o

⁴³ Ver FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Esta obra, diferentemente das outras obras do autor, não é exatamente acadêmica, mas sim um relato pessoal da trajetória de sua família imigrante em São Paulo. Pode ser enquadrada com sendo memorialista, porém de um memorialista com forte sotaque acadêmico. Ele relata que, por outro lado, os imigrantes também tinham seus receios e opiniões a respeito dos brasileiros que eram considerados “*gente acomodada, quase sempre em busca de um encosto.*” Ela cita como um dos fortes empecilhos para a integração por meio das uniões matrimoniais “*a onipresença de certas doenças, como a sífilis.*” Além de alguns mais radicais que atribuíam os “males do Brasil” à sua degenerescência racial.

cemitério e outro para o matadouro e um porteiro para o edifício da Câmara Municipal⁴⁴ que não era próprio. Ou seja, uma estrutura funcional como se diz nos dias de hoje, bastante enxuta. Mesmo assim, em algumas ocasiões, como no já trimestre de abril a junho, os pagamentos não eram realizados integralmente. O recibo nº 21 de em 30 de junho de 1889 mostra que apenas uma parte dos salários foi paga em dia sendo que não foi paga a todos a quantia fixa de 3\$475 sofrendo o maior desconto o porteiro que não recebeu nem a metade dos seus vencimentos. Os outros funcionários receberam quase que integralmente.

Não foram encontrados registros de imigrantes italianos na documentação até 1890. Deve-se ponderar que este é um período de transição demográfica do imigrante entrado no Brasil antes da grande imigração⁴⁵. Foi também um período conturbado pelo advento da República em 1889 e as decorrentes transformações. De 1870 até 1890, segundo Alvim (IN FAUSTO, 2000, p. 396)⁴⁶, as entradas de imigrantes para São Paulo foram marcadas pelas grandes famílias compostas por 12 a 15 membros e sobretudo por italianos oriundos do norte, tendo sido na origem meeiros, arrendatários e até pequenos proprietários; mais notadamente do Vêneto, para os quais a posse da terra era muito cara e valorizada. Após 1890, esta composição muda ligeiramente, as famílias diminuem e os solteiros começam a se tornar uma presença mais constante. Muda também a origem, eram na sua maioria italianos do sul, calabreses e outros que vieram já Itália sem nenhuma qualificação ou capital. Eram os *braccianti*, trabalhadores possuidores somente da sua força de trabalho. Como a maior parte destes imigrantes foi contratada como colono das fazendas e uma das concessões foi a cessão de lotes de terras dentro das propriedades, muitos podem ter permanecido mesmo com o final do colonato⁴⁷. Muitos outros, provavelmente a maioria,

⁴⁴ Nesta época, a Câmara Municipal era o similar às prefeituras que exercia os serviços públicos e contratava os servidores municipais necessários a estes serviços.

⁴⁵ Entende-se por grande imigração o período que vai de 1886 até meados da década de 10 do século XX por ser o período de maior entrada de imigrantes europeus por meio do subsídio de suas passagens e outros benefícios. Para mais ver SANTOS (op. cit.).

⁴⁶ Ver ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *O Brasil italiano*. IN FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

⁴⁷ Para informações sobre o colonato em São Paulo ver GADELHA, Regina Maria D'Aquino. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850 -1920): contribuição ao estudo da*

optaram por se fixar nas cidades próximas aos seus primitivos locais de trabalho ou mudaram para outras cidades, mais notadamente São Paulo para exercer os seus ofícios trazidos da Itália. Neste período de pelo menos 20 anos alguns conseguiram comprar terras e delas tirar seu sustento, mas segundo os estudos historiográficos, poucos foram os que conseguiram. Os rendimentos aferidos com o trabalho no café garantiam tão somente a sobrevivência, porém para as grandes unidades familiares, quando não ocorriam grandes traumas de saúde que isso seja notado, era possível atingir o sonho de fazer a América⁴⁸. Por esta razão, há a possibilidade de que existisse um número relativamente pequeno de italianos oriundos destas primeiras levas que ainda não estavam estabelecidos e que ainda procuravam se estabelecer.

A contribuição de Alvim para compreender quem eram os italianos que se dirigiram a São Paulo neste período considerado é essencial, pois sua análise considera as peculiaridades entre eles que podem explicar sua procura por Santo Amaro após passagem pelo interior do estado e pela Capital. Segundo ela (op. cit., p. 396):

[...] “entre as diferentes atividades econômicas desempenhadas no estado criou-se uma Itália cafeicultora, uma pequena-proprietária, uma de trabalhadores da indústria e ainda, em menor escala, uma Itália ligada ao setor terciário, onde comerciantes, costureiras, alfaiates, garçons, músicos, mascates foram figuras obrigatórias em todas as cidades paulistas.”

Ao italiano oriundo do norte da Itália a posse da terra era muito cara e desejada, e só partiu para outras atividades econômicas quando esta possibilidade se exauria. Já os italianos oriundos do sul eram comumente mais ligados aos centros urbanos e

colonização em São Paulo., São Paulo: tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo; SPINDEL, Sheiwa. *Homens e máquinas numa economia cafeeira (1850 – 1930)*, São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1983, mimeo; HOLLOWAY, Thomas. (op. cit.) e VANGELISTA, Chiara (op. cit.).

⁴⁸ As condições de trabalho nas fazendas e a sua rentabilidade foram objeto de estudo muitos historiadores entre eles mais notadamente ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente. Os italianos em São Paulo (1870 – 1920)*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986.

desempenhavam funções ligadas a estas características, porém há diferenciações que devem ser postuladas. Alguns dos primeiros chegaram ao Brasil com algum pecúlio, ou conseguiram adquiri-lo com o trabalho familiar realizado nas fazendas; para, então, tentar se estabelecer em unidades de negócios próprias, sejam elas urbanas ou rurais. Os segundos chegaram em sua maioria desprovidos de capital, ou seja, trabalharam como empregados nas mais diversas atividades urbanas.

Uma análise aos termos demográficos desta época mostra que o contingente italiano aportado na Capital fez com que em trinta anos, de 1890 até 1920, sua população quase decuplicasse passando de 64.934 habitantes para 579.033, o que para Alvim (op. cit., p. 404) significa que estavam “*explicadas as razões que ajudaram São Paulo não só a se tornar uma “cidade peninsular”, na época, como ainda a criar um exército de reserva para que a indústria nascente conhecesse sua primeira expansão.*” Para o que interessa a este estudo, não somente um exército de reserva para a indústria paulistana, mas também um contingente de pessoas também prontas para se mudar para outras localidades e lá se estabelecerem caso o sonho paulistano não se realizasse, ou se, com mais propriedade, a competição em determinados ramos se tornasse insuportável e os fizesse procurar locais próximos à Capital, que era o mercado consumidor propriamente, com menor competição, porém com novas oportunidades.

É uma conclusão que chega também Morse (Morse, 1970, p. 181) ao estudar o século XIX na formação histórica de São Paulo e afirmar que nas décadas de 60 e 70 “*os italianos, ainda pouco numerosos, eram, em geral, de posição mais baixa.*”⁴⁹ Destes poucos destacados por ele estão alguns que fizeram a vida com o comércio e o serviço:

Alguns vieram a ser tocadores de realejo. Outros se fizeram mascates; um exemplo foi Antonio Pontrimoly, que por fim ganhou dinheiro suficiente para abrir uma loja (1870) denominada, como o próprio dono era conhecido, “200 réis” – sendo este o preço fixo para todos os artigos. Um italiano empreendedor, Donato Severini, inaugurou em 1865 um posto de aluguel de tálburis e carruagens de quatro rodas, o que era indício de ruas mais planas, uma cidade maior, cidadãos mais ricos e uma procura de meios de transporte rápidos e asseados (bem como novos meios de diversões). Em 1868 havia cinco postos de carruagens.

⁴⁹

Ver MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*; São Paulo: DIFEL, 1970.

Tais atividades econômicas foram repetidas em Santo Amaro anos depois pelos imigrantes italianos recém-chegados, o que demonstra que possuíam profissões definidas na Itália e que ao deixar as fazendas de café no interior de São Paulo, buscavam as cidades para exercê-las.

Esta questão da mobilidade do imigrante e da sua busca pelas cidades fez Morse (op. cit., p. 239) procurar uma resposta para a seguinte indagação:

“Mas, admitindo-se que até mais ou menos 1895, a maior parte da imigração da classe inferior era subvencionada e assim destinada às fazendas, de onde vinham então aqueles estrangeiros que de 1870 a 1890 apareciam como operários têxteis e engraxates, vendedores ambulantes e trabalhadores manuais? Como explicar que, entre 1872 e 1886, a população estrangeira da cidade se tivesse elevado de 8% para 25% do total?”

Ele oferece uma resposta dupla ao problema. O imigrante depois de cumpridas as obrigações contratuais nas fazendas estava livre para se mudar e como não possuía terras e, muitas vezes, era uma pessoa acostumada com a vida urbana, seu destino foi as cidades. E esta procura aumentava proporcionalmente às oportunidades oferecidas, ou seja, quanto mais oportunidades melhores na cidade, mais crescia o interesse pela mudança. Além disso, muitos imigrantes que foram subvencionados pelos fazendeiros para trabalhar no interior, ficaram na Capital. Segunda a tabela construída por ele, entre 1879 e 1884 entraram na província de São Paulo um total de 6.411 imigrantes, destes 1.900 permaneceram na Capital, ou seja, quase 30% dos imigrantes trazidos para o trabalho no café ficaram na cidade para realizar outras atividades. São alguns destes imigrantes que provavelmente deixaram a Capital para se fixar em Santo Amaro anos depois.

Numa tentativa de manter o imigrante italiano em terras brasileiras e forçar seu enraizamento, o governo republicano decretou em 15 de dezembro de 1889 a obrigatoriedade de naturalização dos imigrantes. Os que não desejassem a nacionalidade brasileira, o que ocorreu com muitos, pois significava a perda da nacionalidade de nascimento e dificultaria um possível retorno ao país de origem, deveriam prestar um juramento público que declarava sua intenção de se naturalizar brasileiro e abandonar a cidadania anterior. Um modelo foi enviado à Câmara Municipal de Santo Amaro juntamente com a ordem vinda do Palácio do Governo do Estado de São Paulo com data de

21 de dezembro de 1889. O prazo era de seis meses contados da data de publicação do decreto, ou seja, até 15 de julho de 1890. Constava na ordem que os documentos de naturalização deveriam ser mandados de volta ao governo estadual. Como resultado dos esforços da Câmara, apenas dois imigrantes italianos fizeram a naturalização, ou seja, menos de 10% dos italianos então residentes na localidade, o que significava uma pequena adesão às ordens. Não há registro de nenhum tipo de medidas coercitivas ou punitivas aos imigrantes que não realizaram a naturalização. A naturalização destes dois imigrantes demonstra que eles tinham firmes intenções de permanecer na terra decerto por estarem fixados social e economicamente a terra e não terem a intenção de reemigrar. Sua data de chegada mais provável a Santo Amaro foi 1889, pois é a data de assinatura deste documento e não foi verificado outro registro seu na documentação disponível.

Várias considerações acerca de Affonso Vitalli⁵⁰ podem ser feitas. É um imigrante que, devido à posição social alcançada, existe uma documentação considerável. Primeiramente há a possibilidade de ele ter sido um imigrante espontâneo, pois chegou ao Brasil solteiro com uma idade aproximada de 32 anos, fato incomum à época, pois a maioria dos imigrantes italianos com esta idade chegava como chefe de família e já era comerciante na Itália. Eram numerosos os italianos que emigravam que se dedicavam ao comércio na Itália, pois lá já estavam familiarizados com uma economia do tipo urbana. Mas é fato que já estava em Santo Amaro em 1888 ou até antes, pois há o registro de seu casamento em 17 de novembro de 1888 com Eugênia Julia Guerra que era filha de uma família tradicional santamarense. Este é um tipo de ligação social que não se realiza em pouco tempo ainda mais tendo como padrinhos pessoas intimamente ligadas aos meios políticos da localidade.

Somente indiretamente pôde-se saber que ele teve ao menos uma filha. A pesquisa mostrou um atestado de vacinação datado de 11 de março de 1903. Tal documento mostra também que a vacinação contra a varíola já era comum e regular, pois afirma que *“Ursulina Victali de 13 annos de idade, natural desta Villa residente a rua Dr. Antonio*

⁵⁰ A grafia de seu sobrenome foi realizada de várias maneiras na documentação pesquisada, o que tornou difícil considerar qual é a correta. Há ainda o complicador que as formas consultadas Vitale, Vitalize, Vittale, Vitalli e Vitali também são válidas. Fatos como este são comuns na documentação referente a imigrantes italianos.

Bento, 20, filha de Affonso Victali foi vaccinada a um anno e teve vaccina regular". Não foram encontrados outros registros de filhos, porém a análise do Livro de Inhumação mostra que ele também não perdeu nenhum filho, fato não muito comum para a época quando mesmo as pessoas com situação material satisfatória perdiam filhos para as enfermidades típicas da primeira infância dada a alta taxa de mortalidade infantil.

Pode ter sido o caminho de Affonso Vitalli a *via comum*, como denominada por Morse, que era o comércio de mascates realizado por europeus da classe inferior que percorria as fazendas vendendo e fazendo trocas. Era uma forma encontrada por vários italianos e que, segundo ele, muito efetiva, pois conseguiram certo progresso material. Ele afirma ainda que (op. cit., p. 240) "*seu sonho de todos os momentos era adquirir capital para abrir um pequeno armazém de artigos generalizados numa estrada movimentada do interior, e finalmente estabelecer-se com loja ou fábrica numa cidade, idealmente São Paulo.*" De toda forma, é possível afirmar que ele tenha chegado em Santo Amaro com algum pecúlio bastante razoável, pois segundo o livro de Impostos e Profissões, abriu em 1890 um comércio de líquidos e outros artigos na vila, mais exatamente no ponto comercial mais importante, o Largo 13 de maio, e comprou duas cartas de data de dois compatriotas. Só não é possível saber se ele comprou o ponto comercial que utilizava, mas o montante necessário para abrir um estabelecimento comercial no centro de uma cidade não é pequeno⁵¹. Foi um comerciante bastante ativo, pois segundo o livro de Impostos de Industrias e Profissões da Intendencia da Villa de Santo Amaro de 1892 - 1893⁵², ele possuía três estabelecimentos comerciais: a já citada loja de Líquidos e comestíveis⁵³ no

⁵¹ Pelo livro de Impostos de Industrias e Profissões não é possível saber o porte do estabelecimento comercial, pois o imposto era cobrado por unidade e não por faturamento ou porte.

⁵² A forma com que os registros são realizados no livro de Imposto Predial de Santo Amaro não permite saber com absoluta certeza se o imóvel pertencia à pessoa citada ou se era alugado, pois eram registrados apenas o valor locativo e o valor do imposto. Aparecem, porém, algumas observações quando ocorreu a transferência de titular. Contudo, quando é verificada uma ocorrência de múltiplos imóveis sob o mesmo nome pode-se concluir que a pessoa era a dona dos imóveis, pois cruzando-se as informações deste livro com o livro de Impostos e Profissões não aparece a mesma quantidade de lançamentos como proprietário de unidades de negócio.

⁵³ É possível que a anotação Outros realizada no ano anterior ao deste registro já se referia aos comestíveis. A forma com que os estabelecimentos eram registrados variava conforme a necessidade do legislador de deixá-los mais eficazes e descritivos. Esta variação de nomenclatura dos registros foi mudando

Largo 13 de maio, uma taverna registrada somente como existente em Santo Amaro⁵⁴ e um bilhar registrado como sendo na Vila. Foi proprietário de uma carroça que era utilizada para auxiliá-lo no transporte das suas mercadorias nos seus negócios e não para seu uso particular, pois a Intendência de Santo Amaro fazia a distinção de uso particular e comercial na cobrança dos impostos o que foi verificado pelo fato de as carroças de uso particular pagarem a metade do valor do imposto das comerciais que era de 4\$000 anuais. Segundo o livro de Receita e Despesa da Intendencia Municipal de Santo Amaro de 1894, ele recebeu por conta de aluguel de um imóvel seu onde funcionou a mesa eleitoral da segunda secção do município o valor de 30\$000. Não há a discriminação do endereço do imóvel, porém pode ter sido o imóvel localizado ao Largo 13 de maio pela sua localização. É possível que tenha obtido este aluguel por causa da sua aliança matrimonial, pois sua esposa pertencia a uma família tradicional na política de Santo Amaro. O empreendimento de Líquidos e comestíveis não prosseguiu para 1893 e a partir daí, por dois anos, foram registrados Bilhar e taverna como uma única unidade de negócios. Depois disso, o registro é unificado somente como Bilhar que prossegue dessa forma até o seu falecimento em 1901. Consta a partir do livro de Imposto Predial de 1894 que sua residência era na Rua Dr. Antonio Bento, 20, onde permaneceu até o falecimento. Antes disso é muito provável que tenha residido na sua própria loja como era o costume da época. Há diversos relatos e estudos⁵⁵ que mostram que por diversas razões, os comerciantes preferiam morar em locais contíguos às suas unidades de negócios. Não é de se estranhar que ele tenha seguido o costume para depois se realocar em um outro local assim que a viabilidade dos negócios assim o permitisse, ou quando a família aumentasse.

Participou da fundação da sociedade italiana “Principe de Napoli” em 20 de outubro de 1895 e foi seu primeiro presidente, o que denota ter sido um cidadão com influência

durante todo o período da pesquisa, porém com o padrão de se tornar cada vez mais preciso e menos abrangente visto que a quantidade de estabelecimentos foi crescendo juntamente com a cidade.

⁵⁴ O termo refere-se a localidades dentro da área do município, porém fora do centro que era denominado simplesmente com Villa.

⁵⁵ Sobre o assunto ver ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente. Os italianos em São Paulo (1870 – 1920)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986 e FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

entre os seus concidadãos. Entretanto, há indícios de que o imigrante não era um homem de cultivar suas raízes italianas, ou que no mínimo, desejava permanecer na terra e se integrar a ela. O primeiro indício é a sua naturalização para cidadão brasileiro, o que denota que não pretendia retornar à Itália, porém não indica unicamente que não cultivava as raízes. O segundo é o fato de ter adotado a grafia de seu nome como é costume no Brasil, ou seja, primeiro o prenome e depois o sobrenome, ou nome da família. A grafia dos nomes completos no costume italiano é de vir primeiro o nome da família e depois o prenome da pessoa. Foram percebidos casos de italianos em Santo Amaro que passaram muitos anos de sua vida no Brasil escrevendo da forma italiana. O terceiro indício e mais importante é fato de ter se casado com uma brasileira natural de Santo Amaro, fato que não era comum entre os italianos recém-chegados. Casado com uma moça oriunda de uma família tradicional santamarense, o que indica a intenção de com o matrimônio estabelecer vínculos com a elite da localidade. Tais ligações matrimoniais, entretanto, não foram comuns em outras localidades onde os italianos se estabeleceram. Em Santo Amaro, a dinâmica foi diferente como será analisado em item mais adiante. Os estudiosos apontam que o mais comum eram as ligações na primeira geração de filhos de imigrantes quando começaram a ocorrer ligações matrimoniais com pessoas de outras nacionalidades como assinala Pessotti (1981, p. 70) que “nessa fase, decorrida mais de uma dezena de anos de sua vida os imigrantes italianos já estavam definitivamente integrados na terra brasileira. Seguiram-se uniões matrimoniais entre compatriotas, com brasileiros e demais raças aqui radicadas facilitadas pela mesma fé cristã e, em poucos anos, italianos e seus descendentes passaram a constituir a maior parte da população da região”.

Warren Dean (DEAN, 1977) chamou a atenção para estas estratégias entre os imigrantes e as famílias tradicionais paulistas. Para ambos era uma estratégia compensadora. Para a família paulista era uma forma de estabelecer ligações com pessoas consideradas racialmente superiores e em ascensão econômica e social, principalmente para os que já tinham perdido o fôlego econômico. Para o imigrante era uma forma de ligar-se com nomes tradicionais e conseguir adentrar ao círculo social da elite por meio do casamento, pois a elite paulista, ao mesmo tempo que considerava os imigrantes racialmente superiores, desdenhava-os pela sua ascensão econômica e social.⁵⁶ Seu

⁵⁶ Ver DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*, São Paulo: DIFEL, 3ª ed., 1977.

casamento ocorreu logo no princípio de sua vida em Santo Amaro, pois no Alistamento eleitoral de 1890⁵⁷ ele se declara como casado. Este alistamento é mais um indício de que pretendia fixar-se definitivamente à terra, porém não há comprovação de que tenha entrado na vida política da localidade como candidato a algum cargo eletivo. Contribuiu para o Arrolamento do imposto de captação para o Fundo Escolar do Município de Santo Amaro de 1892⁵⁸ como outros italianos fixados na localidade.

Vitalli faleceu em 24 de outubro de 1901, vítima de febre verminosa aos 44 anos de idade. Considerando que a expectativa de vida do brasileiro era de 33,4 anos, ele faleceu com 11 anos a mais que o esperado, porém a enfermidade que o acometeu era típica da falta de cuidados com a higiene e de cuidados sanitários e comum na época, segundo o verificado no Livro de Inhumações. Segundo Mello Moraes⁵⁹, a febre verminosa é um movimento febril produzido pela presença de vermes nos órgãos digestivos ou acompanhado de sua expulsão.

Sobre Braz Galiano a documentação é mais difusa. Como Vitalli, também se naturalizou brasileiro no movimento de naturalização ocorrido logo após a proclamação da República, mais especificamente em 18 de Setembro de 1889 e contribuiu para o Fundo Escolar do Município de Santo Amaro de 1892. Porém, não aparecem mais os seus registros como comerciante no Livro de Indústrias e Profissões a partir de 1885. Seu último registro é o de falecimento em julho de 1894 acometido de febre perniciosa⁶⁰ também uma

⁵⁷ As eleições de 15 de novembro de 1890 são as primeiras que utilizava um sistema de alistamento sem necessidade de comprovação da renda e que estendia o direito ao voto a uma parcela maior da população lembrando-se que as mulheres continuavam excluídas. Sobre a evolução do sistema eleitoral brasileiro, ver FERREIRA, Manuel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*; disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>, 2ª edição, 2005. Última visualização em 03/04/2014.

⁵⁸ Os italianos que contribuíram com o Arrolamento do imposto de captação para o Fundo Escolar do Município de Santo Amaro de 1892 foram, além do citado, Silverio Patricio, Domingos Morati, Carlos Girardi, Manoel Volta, Longh Arthur e David Zadra de um total de 942 contribuintes entre os cidadãos santamarenses. O valor unitário para cada um foi de 1\$000.

⁵⁹ Ver Moraes, A. J. Mello *Materia medica ou pathogenesis homoeopathica*, Rio de Janeiro: Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 2º Ed., 1857.

⁶⁰ A observação dos livros de Inhumações do Cemitério de Santo Amaro permitiu verificar, entre outras coisas, a evolução dos diagnósticos de causa mortis, que algumas vezes nem eram registrados. Até o início do século XX, a terminologia ainda era vaga e muito próxima dos termos utilizados pelo senso

causa mortis comum para sua época, embora não existam registros de ter ocorrido uma epidemia de malária em Santo Amaro. Consta no Livro de inumação de 1892 a 1905 que ele perdeu um filho de apenas oito dias, Nunziato, no início de 1893 pela mesma febre perniciososa. Foi possuidor de uma carroça com a qual prestava serviços à edilidade como o registrado em 27 de fevereiro de 1892 para as obras no aterro da Ponte de Baixo com outros italianos.

No período de 1888 até 1890 há na documentação uma pequena lacuna, quando alguns registros se tornam raros e, até mesmo, desaparecem no período de. Há algumas considerações que podem ser feitas em relação a esta lacuna existente nos registros da documentação do poder público de Santo Amaro além da já realizada anteriormente sobre a demografia dos imigrantes italianos chegados em levadas imigratórias anteriores e os chegados nas levadas a partir de 1886. Os dois imigrantes relacionados Affonso Vitalli e Braz Galhiano também desapareceram da documentação, porém foram encontrados registros posteriores indicando que continuaram na cidade. Pode ter ocorrido uma falha de registros da edilidade, ou seja, nestes anos os registros podem não ter sido feitos. Porém, o que se estranha é o fato de não haver registro dos italianos.

Analisando os dois casos, é possível que Braz Galhiano tenha saído da vila e depois retornado, ou ainda ter abandonado sua unidade de negócios⁶¹, pois o último registro encontrado é o de falecimento. Ele pode mudado a sua forma de garantir a sobrevivência fazendo serviços que a documentação não consegue alcançar. Não há registros da municipalidade a respeito das atividades ligadas à agropecuária, decerto por não serem cobrados impostos diretamente dos produtores rurais e nem de suas propriedades. Entretanto, já é muito difícil de acreditar que Affonso Vitalli tenha mudado de atividade ou de vila. No seu caso, é mais provável que tenha ocorrido erro e a cobrança dos seus impostos ou não tenha sido feita ou não foi devidamente registrada. Ele estava muito bem

comum para evoluírem para uma nomenclatura mais precisa e científica. Esta febre perniciososa é um tipo de malária muito grave com febre intermitente da qual o paciente não sobrevive aos quatro ou cinco primeiros acessos e tem fortes delírios.

⁶¹ O termo unidade de negócios foi adotado para designar os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços como forma de unificar os termos e de ser mais preciso, pois indica uma unidade que está fixada e estabelecida.

estabelecido na vila para simplesmente desaparecer da documentação como demonstrado nos registros citados.

Após esta lacuna, a documentação volta a registrar um número significativo de italianos que se estabeleceram na vila com suas unidades de negócios, ou que nela prestavam seus serviços. É um momento quando a quantidade de italianos residentes começou a crescer juntamente com o número de estabelecimentos e também o número de cartas de datas solicitadas.

Ainda em 1890, mais especificamente em 28 de dezembro, há no livro Caixa, o lançamento da realização do pagamento da licença de funcionamento do imigrante Bulcani Antonio. O mesmo imigrante aparece registrado no Livro de Industrias e Profissões como negociante de *bebidas (inclusive aguardente)*. Já no livro de 1891 á 1892, seu nome aparece grafado como Bulcani Antonio com a mesma atividade. No exercício seguinte desaparece dos registros para reaparecer no recibo assinado por Felice Daltrozso em 11 de janeiro de 1891 como tendo prestado serviços como “*Antonio Bulcanne sete dias e meios a \$500*”.⁶² Deve, portanto, ter fechado a sua unidade de negócios e ter passado a prestar serviços avulsos para a Câmara. Sua unidade de negócios deveria ser diminuta como tantas outras que existiam na época e que continuam existindo. Diminuta demais para prover o sustento do seu proprietário e família. Como não foi verificado o seu falecimento nos registros do cemitério, é possível que tenha se mudado.

Há ainda no mesmo livro de Industria e Profissões mais dois imigrantes italianos: David Zadra e Henrique Pongilupe. Sobre David Zadra há muito pouco registrado. Somente o mencionado registro como proprietário de uma unidade de negócios de líquidos e outros artigos no afastado bairro do Guavirutuba e o do ano seguinte quando permaneceu com o mesmo negócio. O Guavirutuba era um bairro rural distante da Vila e que possuía pouquíssimos habitantes, na sua maioria produtores rurais comerciais ou de subsistência. É possível que sua unidade de negócios não tenha conseguido sobreviver ao pouco movimento. Zadra aparece ainda em 1892 como contribuinte do fundo escolar.

⁶² Nos três registros conhecidos do imigrante seu nome está grafado de três maneiras diferentes. É mais provável que seu nome seja Bulcanne como grafado por Felice Daltrozso, compatriota de idioma e que era alfabetizado.

Enrico Pongiluppi, ou Henrique Pongiluppi⁶³ como consta na documentação, foi um imigrante italiano que pode ser enquadrado na definição de Boris Fausto (FAUSTO, 1984, p. 60) como uma *sucess history* em solo paulista “*não só e principalmente do ponto de vista da elite que a promoveu, mas também do ângulo dos imigrantes. No que diz respeito ao meio urbano e à cidade de São Paulo em particular, as oportunidades foram maiores*”. É um dos poucos imigrantes verificados que a pesquisa documental permitiu estabelecer com clareza pontos estratégicos de sua vida como sua data de nascimento e a região da Itália da qual foi oriundo, além de conseguir registrar o estabelecimento de seus vínculos familiares, pois, possivelmente, por causa seu sucesso em solo santamarense seguiram-no irmãos. Seu percurso é bastante similar ao de outros imigrantes italianos chegados na mesma época. Sua data de chegada ao Brasil foi em 07 de fevereiro de 1888, como imigrante espontâneo e se declarou agricultor⁶⁴. Oriundo de Mantova, norte da Itália, nasceu em 1863 e chegou solteiro com 24 anos completos. Os registros de entrada indicam que ele se fixou em São Bernardo possivelmente na colônia lá estabelecida. Casou-se com Ímara Morganti, filha de Gregório Morganti que chegou ao Brasil em 30 de setembro de 1889, não existindo, porém o seu registro de entrada. No seu caso, é possível que tenha entrado diretamente em Santo Amaro após o estabelecimento e fixação de seu pai.

Sua primeira unidade de negócios em Santo Amaro foi uma serraria de lenha estabelecida na Vila em 1890, ou seja, em apenas dois anos após sua chegada ao Brasil já estava estabelecido em Santo Amaro, uma vila distante dos centros dinâmicos da agricultura. Considerando os imigrantes verificados por esta pesquisa percebe-se que o seu tempo de permanência nas fazendas, se chegaram a se estabelecer em uma, foi muito pequeno, em média dois ou três anos. No entanto, há de se considerar que dentre o universo

⁶³ O sobrenome Pongiluppi, grafado assim por ser a maneira como a família o grafava, foi um dos que mais “sofreu” na documentação tendo sido grafado das mais variadas maneiras ao longo dos anos. Parte da documentação sobre a família Pongiluppi foi fornecida graciosamente por duas de suas herdeiras que ainda residem em Santo Amaro.

⁶⁴ Registro de chegada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=ENRICO&s=PONGILUPPI&l=008&p=096&f=01393. Última visualização em 12/05/2014.

de imigrantes pesquisados, há na sua maioria o perfil de empresários ou de artífices⁶⁵. Pessoas que possivelmente já exerciam profissões urbanas na Itália e que aqui tentaram, e alguns conseguiram, reproduzir sua vida anterior. Portanto, espera-se que seu tempo de permanência nas fazendas tenha sido reduzido, a não ser que estes casos excepcionais tenham sido a regra como afirmam alguns historiadores. Desta serraria Enrico forneceu em 09 de abril de 1890 uma carrada de varas para a Intendência Municipal no valor de 4\$000. Permaneceu, contudo, pouco tempo com esta atividade. Não se sabe o motivo, mas no ano seguinte fechou a serraria e mudou o tipo de atividade abrindo uma olaria, segundo as fontes familiares com seu irmão Antonori, no bairro do Socorro. De seu irmão, entretanto, não há nenhum registro documental, pois segundo o Livro de Industrias e Profissões de 1891 á 1892, a olaria consta como pertencente somente a ele. Ocorreram alguns casos verificados neste livro de sociedades de irmãos que foram registrados em conjunto. Acredita-se, portanto, que Antinori não teve participação na sociedade. É com esta atividade que Enrico vai ganhar a sua existência e prosperar. No mesmo registro há a indicação de Angelo Pongiluppi, familiar de Enrico do qual não há o registro de entrada, como proprietário de um depósito de madeiras. É possível que seja a mesma serraria de Enrico que apenas mudou ligeiramente a atividade. Não se manteve, contudo, para o próximo ano.

Por meio dos registros do Livro de Inhumação do cemitério de Santo Amaro, é possível verificar algumas tragédias familiares ocorridos com Enrico. Ele teve dois filhos chamados Agostinho que faleceram muito jovens, sendo que o primeiro faleceu aos 20 meses vítima de interoculite⁶⁶ em 19 de fevereiro de 1895. O segundo Agostinho faleceu aos 4 anos vítima de febre verminosa em 16 de abril de 1900. É possível que a repetição do nome do filho falecido tenha sido uma tentativa desesperada de começar novamente e tentar não repetir o ocorrido. O trauma da perda de um filho pode ter causado este tipo de comportamento, mesmo em uma época que a perda de crianças era relativamente comum e as famílias se acostumavam, na medida do possível, com isso.

⁶⁵ O termo utilizado aqui no sentido medieval da palavra busca explicar os profissionais que exercem atividades como alfaiates, pedreiros, marceneiros, ferreiros, etc. Profissionais que passavam por um aprendizado muito mais prático que teórico e que eram comuns na Europa e raros no Brasil.

⁶⁶ Respeitada a grafia original constante no documento.

Foi casado com Imara Pongeluppi, filha de Gregorio Morganti⁶⁷, imigrante italiano também estabelecido em Santo Amaro, chegado em 30 de setembro de 1887 já com 67 anos de idade, portanto alguns meses antes da chegada de Enrico. Gregorio trouxe sua unidade familiar quase completa, porém por motivos desconhecidos Imara não veio junto com eles. Com ele chegaram sua esposa Teresa Accordi⁶⁸, que tinha 46 anos; o filho Arturo, com 21 anos casado com Virginia Marconcini de 19 anos e sua filha Italia; e as filhas Teresa de 17 anos e Virginia de 11 anos. Gregorio, como muitos outros imigrantes italianos da sua época se declarou *contadino*⁶⁹. No mesmo vapor também chegou a família de sua irmã Pasqua e seu marido Gaetano Spazzini, porém não há indícios de que eles tenham se instalado em Santo Amaro. Provavelmente Gaetano se decidiu por outros rumos e os irmãos se separaram no Brasil. É possível que ela tenha entrado depois, porém pode-se afirmar que ela não passou pela Hospedaria dos Imigrantes, pois não existem seus registros de entrada. Os registros de entrada da família Morganti não indicam a sua região de origem, por esta razão não se pode afirmar que as duas famílias tenham sido de alguma forma do círculo de amizades, mas não se pode afastar a possibilidade, numa época de casamentos arranjados, de ela já estar prometida na Itália a Enrico e ter vindo ao Brasil para se casar, o que não seria incomum. Como chegou já com uma idade avançada, sua entrada foi validada pela presença do filho Arturo com 21 anos e que também se estabeleceu em Santo Amaro como comerciante. Por esta razão, ela pode ter permanecido na Itália como representante da família, como a filha mais velha, para resolver algumas pendências como venda de terras ou outras.

Enrico foi membro bastante ativo de sua comunidade tendo sido um dos fundadores da Società Italiana XX settembre Principe di Napoli da qual foi seu vice-presidente até o

⁶⁷ Seus registros de chegada constam nos arquivos eletrônicos do Arquivo Público do Estado de São Paulo disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=GREGORIO&s=MORGANTI&l=006&p=207&f=54160. Última visualização em 14/05/2014.

⁶⁸ Há casos verificados de que algumas mulheres italianas conservavam seus nomes de solteiras enquanto outras adotavam o nome de família do marido. Há casos raros de que ocorreu a junção dos dois. Os filhos, contudo, recebiam somente o nome da família do pai.

⁶⁹ Há variações percebidas nos registros de entrada. Alguns eram registrados em português agricultor, outros como *contadino*, agricultor em italiano.

seu falecimento em 26 de dezembro de 1936, aos 72 anos por câncer hepático. Possuiu também uma unidade de negócios de Liquidos e Comestíveis⁷⁰ até pelo menos 1896, que segundo a família foi estabelecida na Avenida Adolpho Pinheiro confirmado pelo livro de Imposto Predial de 1892 a 1893, porém o registro está com o seu nome antigo rua da Estação. Por este mesmo documento foi possível verificar que os pagamentos dos impostos referentes à olaria, aqui registrada como sendo na Guarapiranga, estavam atrasados e foram pagos com multas de respectivamente de 2\$500 e 3\$600. O imposto devido pela unidade de Liquidos e Comestíveis é maior por estar em zona urbana.

Logo em 1894 há o registro de dois imóveis na Rua da Estação que permaneceram com ele até 1899 quando eles desaparecem dos registros. Ocorreram mudanças patrimoniais a partir de 1908, quando há registrado somente um imóvel na rua Tenente Adolpho. Em 1910, seu patrimônio aumentou com mais três imóveis no bairro do Socorro, sendo que o de maior valor venal é o da olaria. Aparece o registro de mais um imóvel na rua Tenente Adolpho, porém está registrado *é Luiz Massucato*⁷¹. Isso significa Luiz Massucato o está alugando para sua residência, pois não registros seus como possuidor de unidades de negócios. Em 1918, não há mais referência a Massucato, porém o patrimônio é alterado com o registro de mais um imóvel na rua Tenente Adolpho.

Em 16 e 17 de maio do mesmo há o registro de duas multas realizadas a dois imigrantes italianos pela realização de jogos de azar proibidos. Um deles é Cipollaro Ciro que operava uma roda da fortuna e foi multado em 10\$000. Aparentemente a multa o desanimou a continuar e foi-se embora. Porém, Salvador Morreta, foi multado nos dias 16, 17 e 18 também por jogo. A repetição por três vezes indica que tentou reincidir, não sendo, porém bem sucedido sendo multado também em 10\$000. Não há referência a qual jogo realizava. Sabe-se que para o mesmo período há ainda mais um imigrante italiano recém-

⁷⁰ A grafia obedece ao registro documental.

⁷¹ Na documentação pesquisada nos arquivos eletrônicos do Arquivo Público do Estado de São Paulo há três registros sob o nome Luigi Mazzucato, a provável grafia correta do nome. O primeiro chegou em 22 de setembro de 1890 aos 26 anos sozinho; o segundo, em 03 de novembro de 1891, solteiro aos 23 anos como cunhado de Guiseppe Noventa e, por fim, o terceiro em 21 de dezembro de 1909 com 66 anos, portanto muito tarde para ser o de Santo Amaro, porém os registros mostram que ele já esteve no Brasil e na Argentina anteriormente e trazia sua família. Os dados, contudo, são inconclusivos para definir se o registrado em Santo Amaro é um destes.

chegado de nome Permasilico Antonio que foi registrado na Relação nominal dos que deixaram de pagar os impostos pelos quaes foram colletados no corrente exercicio de 1890 á 1891 por não ter pago a multa. Nesta relação ainda há mais dez nomes de outras pessoas, provavelmente brasileiros que também foram multados e não pagaram as respectivas multas. Como eram profissionais do jogo, é bem provável que tenham utilizado suas habilidades e desaparecido antes de pagá-las. Nenhum dos dois italianos citados acima pagou suas multas. E todos eles foram registrados como tendo domicílio em São Paulo.

Por outro lado, na Relação nominal dos que pagaram impostos, durante o 1º trimestre do corrente exercicio de 1891 á 1892 há o registro de mais um imigrante italiano recém-chegado chamado Consolario Guelfio que chega na Vila para exercer suas habilidades de prestidigitador. Neste caso o imigrante pagou o registro de 10\$000 e pôde trabalhar sem impedimentos. Não há, contudo, o registro de seu domicílio, portanto não era morador da Vila.

Tais jogos eram bastante comuns nas festas religiosas realizadas em Santo Amaro que Zenha⁷² em artigo sobre o século XIX afirma que era grande a quantidade das pessoas que praticavam jogos de azar e que era comum os santamarenses perderem em minutos o que ganharam em vários dias de labor no guatambu. Uma figura italiana comum às ruas e que deve ter marcado sua presença nas festas de Santo Amaro, mas não foram encontrados registrados é o tocador de realejo. Geralmente trazia com ele dois macacos, um com trajes masculinos e outro com trajes femininos que dançavam, faziam micagens e saltos conforme as ordens que lhes dava o homem. Ao fim da apresentação, o macaco masculino recebia as moedas e conferia se eram de chumbo e as entregava ao homem⁷³.

Algumas peculiaridades que fogem aos padrões da sociedade da época sobre a longevidade dos imigrantes italianos e outros dados relativos às suas causas de morte foram encontradas na pesquisa no Livro de inhumação de 03/11/1890 a 04/06/1892. Também foram verificados dados referentes à prática de exposição de menores nas rodas de expostos das Santas Casas que era comum e até corriqueira entre os nacionais, entretanto o mesmo

⁷² Ver ZENHA, Edmundo. *O Santo Amaro de Paulo Eiró*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII.

⁷³ Para mais detalhes ver AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 – 1915)*. São Paulo: Carenho Editorial, 2º ed., 2004.

não se pode dizer por imigrantes italianos. O primeiro registro de falecimento de italiano encontrado no citado livro foi o de Oreste Campagnole que tinha 6 meses quando do seu falecimento em 25 de agosto de 1891. Um detalhe do seu registro chama bastante a atenção que é o fato de ele ter sido um menino exposto da Santa Casa de São Paulo. Algumas deduções são possíveis a respeito deste registro; a primeira delas é a respeito de ele ter sido registrado com seu nome completo e grafado de forma correta sem o aportuguesamento do fonema italiano *gno* para o português *nho* como observado em outros registros da documentação, além do prenome estar no formato italiano *Oreste* e não na vertente portuguesa *Orestes*. O fato de ter sido registrado com seu nome completo também destoa do verificado nos registros posteriores, pois foi ele incomum para crianças, sendo que a prática mais regular foi o registro de falecimento constando apenas o prenome. Mesmo crianças com idade mais avançada, em torno dos 15 anos, porém solteiras, foram registradas comumente desta forma. Portanto, tal fato indica que a mãe deixou de alguma forma, o seu nome escrito ao expô-lo demonstrando que, além disso, a criança já havia sido batizada. Esta não foi uma prática incomum entre as mães que expunham seus filhos e eram as mais diversas as razões para tal desde a esperança de retomar o seu pátrio poder futuramente, daí a identificação, até o remorso de ter realizado tal ato. As causas para a exposição do menor também podem ter sido inúmeras. Pobreza, gravidez indesejada ou fora do casamento, dificuldades em manter a criança e inúmeras outras podem ter causado tal ato. Uma segunda dedução possível é a de ele ter sido deixado com uma *criadeira* moradora de Santo Amaro. No estudo de Venâncio⁷⁴ (VENÂNCIO, 1999) sobre famílias abandonadas, ele destaca que havia uma complexa estrutura nas Santas Casas para o auxílio às crianças expostas. Porém, não há evidências documentais que tal aparato tenha sido montado em Santo Amaro, pois não há um registro sequer nas Atas da Câmara ou nos livros de Receita e Despesa que indiquem terem sido realizados gastos para tal fim. Também não foram observadas discussões pelos vereadores sobre o assunto. Isso significa que não havia como em São Paulo, um sistema de proteção à infância. Porém, segundo

⁷⁴ Para mais informações sobre o funcionamento das Rodas de expostos e os mecanismos de assistência à infância ver VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*, Campinas: Papirus Editora, 1999.

Venâncio, este sistema na época significava que a única assistência social possível de ser obtida teria que acontecer com a separação da família, ou seja, as famílias pobres só conseguiam o apoio aos seus filhos abrindo mão de seu pátrio poder. Da forma como foi colocada por ele (op. cit. p. 13) *“[...] as normas, as leis e as práticas assistenciais, que, além de estigmatizarem os pobres com acusações de irresponsabilidade e de desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação e seus filhos era abandonando-os”*.

Analisando com mais profundidade o trabalho de Venâncio encontra-se uma outra possibilidade plausível para o destino do menino Oreste que é o fato de que ele pode ter sido acolhido por seus padrinhos moradores de Santo Amaro, pois as evidências apontam para que ele tenha sido batizado. Uma das características da *“sociedade brasileira de outrora”*, segundo Venâncio (op. cit. p. 138), é que ela *“atribuía grande responsabilidade aos padrinhos”*. Ele continua explicando que *“o parentesco espiritual era reconhecido socialmente, implicava respeito e obediência por parte do afilhado, assim como proteção e auxílio por parte dos padrinhos e madrinhas”*. E além disso, coloca que *“não é absurdo considerar o compadrio, portanto, como uma espécie de “adoção popular”, uma adoção que não chegava a ser registrada em cartório, mas que implicava compromissos semelhantes aos gerados por uma adoção legal”*. Este comportamento, porém, é próprio das famílias brasileiras, entretanto, não invalida a hipótese de ele ter sido apadrinhado por brasileiros ou mesmo italianos já que possuíam uma fé católica muito mais apurada e eram seguidores muito mais fiéis das determinações papais que os brasileiros. Tal hipótese se torna mais plausível ao não se verificar registros de entradas com o nome Campagnole para a época de falecimento da criança. Isso significa que sua mãe não passou pela Hospedaria dos Imigrantes, fato não usual para os imigrantes italianos da época em que quase a totalidade deles foi trazida pela Sociedade Promotora de Imigração e que passavam obrigatoriamente pela hospedaria. Portanto, ela pode ter chegado em um período anterior ao da grande imigração subsidiada significando que já estava no Brasil há algum tempo e poderia ter formado alianças com brasileiros. Da forma como o sistema de imigração subsidiada foi montado em São Paulo tornou-se difícil para que um imigrante italiano desta

época tenha entrado no Brasil por outros meios. Santos⁷⁵ cita o artigo escrito no Diário Popular do dia 10 de agosto, onde o secretário da agricultura Dr. Alfredo Maia dirigiu ofício à Câmara dos deputados declarando que por força do parágrafo único do artigo 22 da constituição do estado ele era obrigado a referendar a decisão do congresso legislativo de contratar a Sociedade Promotora de Imigração *“para introdução de 40 mil imigrantes, em famílias de procedencia européa, açoriana e canarina, e que me transmittiste para ser promulgado como lei do Estado”*.

Segunda sua interpretação o *“modo por que está redigido o artigo 1º do referido decreto, resulta para o governo a obrigação de contractar a introdução de 40 mil imigrantes com a Sociedade Promotora de Imigração, o que constitue uma limitação á livre acção do governo na execução da lei”*.

Ainda segundo Santos (op. cit., p. 112) aponta que *“com exceção dos imigrantes que entravam espontaneamente, o serviço de introdução de imigrantes foi exclusivo da Sociedade Promotora de Imigração até 1892, quando o governo de São Paulo firmou contratos com Ângelo Fiorita para trazer imigrantes por sua conta”*.

Esta ausência de concorrência também ficou evidenciada pela sua análise do artigo jornal O Commercio de São Paulo no artigo de 22 de junho de 1893 que fez menção ao problema da ausência de concorrência nos contratos de imigração do governo de São Paulo onde comenta que *“contrario disso será continuar em regimen condemnado, alimentando um monopolio que tem trazido gravíssimos damnos para os cofres publicos e serios embaraços aos que pretendem constituir uma nacionalidade vigorosa e sã”*. Sua crítica vai além do fato da inexistência da concorrência nos serviços de imigração, pois segundo o referido artigo do jornal, o monopólio da Sociedade Promotora de Imigração era uma das causas da má utilização do dinheiro público gasto no serviço de imigração levando a efeitos negativos e nocivos que são, na sua opinião, a falta de escrúpulos na escolha dos

⁷⁵ Para mais informações sobre a Sociedade Promotora de Imigração ver SANTOS, Ivison Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração - (1886 - 1895)*; São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 2008 e BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886 -1895)*,. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo.

imigrantes, a inexistência de uma rigorosa fiscalização dos serviços por parte do Tesouro para inibir os abusos e, principalmente, segundo ele, um sistema que *“tem introduzido no paiz o proletariado europeu, com os seus vicios e perniciosas tendencias para o anarchismo, quando no Brasil, felizmente, o trabalhador encontra occupação em todos os ramos de actividade, porta larga e aberta a todas as aptidões, tendo a certeza de conseguir o bem estar, desde que una os elementos do trabalho ao da economia”*. Pois há dez anos *“se contracta o serviço de introdução de immigrants sem concorrência publica”*. É por isso que *“Não se procura quem possa desempenhar este serviço com mais economia, quem tenha mais idoneidade e aptidões e mesmo conhecimentos praticos delle; não se discriminam as vantagens nem a responsabilidade assumida pelos contractadores”*.

Sem a criança e o conhecimento do fato da exposição poderia continuar sua vida e, possivelmente, conseguir um casamento caso fosse solteira. Ao analisar as estratégias de casamento e aceitação das regras tidas como burguesas de conduta moral pelas classes menos favorecidas, Fausto (FAUSTO, 1984) analisa que tal aceitação e reprodução destes valores morais eram consideradas vantajosas nas suas estratégias matrimoniais, pois garantia ao futuro e desejado parceiro que a prole seria dele e a colocaria em vantagem contra as outras mulheres que possuíam filhos.

Por todo o período estudado por esta pesquisa, de 1886 a 1935, ou seja, 49 anos, ou quase metade de um século, ele foi o único caso de filho de imigrantes italianos exposto em Santo Amaro.

Ao todo foram verificados neste volume 1 do citado documento seis registros de falecimentos de italianos, sendo que cinco eram referentes a crianças e somente um a adulto, o que demonstra a elevada taxa de mortalidade infantil vigente na época, mesmo entre os imigrantes. Duas destas crianças foram registradas apenas com o prenome: Virginia, falecida aos 3 anos no dia 02 de janeiro de 1892 e filha de Baturio Ambrosio e, Emilia, falecida aos 20 meses no dia 20 de janeiro de 1892 filha de Jacintho Bassi e Maria Ramóla. Não são conhecidas as causas de falecimento destas crianças, pois neste documento não eram registradas⁷⁶. De todos os registros verificados, o de Emilia é o único onde constam os nomes do pai e da mãe, sendo que o usual era o registro somente do nome

⁷⁶ Neste volume do livro do cemitério há o registro da nacionalidade do falecido, o que dirime dúvidas a respeito de sua origem. Nos outros volumes tal informação é suprimida.

do pai. Este registro de apenas o seu prenome indica que provavelmente elas ainda não tinham sido batizadas, fato incomum aos imigrantes italianos que professavam uma fé católica muito mais arraigada e apegada aos ritos que os brasileiros. Porém, tal fato se tornou uma característica observada nos registros. Também é possível que este tenha sido muito mais um costume dos responsáveis pela escrituração dos livros, que dos imigrantes. Provavelmente quando os pais eram escolarizados e possuíam uma cultura letrada maior, eles exigiam a escrituração do nome completo de batismo de criança. A escrituração do nome completo de batismo da criança foi observada nos registros dos livros do cemitério de Santo Amaro.

Souza⁷⁷ indica que as diferenças entre a fé católica professada pelos imigrantes italianos e a professada pelos brasileiros tinha algumas diferenças que lhes deixava peculiares:

“Quando migrou do Norte para o Sul do país, encontrou um precioso aliado, o imigrante italiano. O povo vivia a sua própria religiosidade e estava acostumado, de certa forma, com a ausência do clero e a mínima atuação pastoral dos bispos. Na verdade, a hierarquia eclesiástica estava mais voltada para o serviço da corte portuguesa do que para o contato com a população. Um clero celibatário, vivendo e atuando com base nas orientações do Romano Pontífice, estava por surgir.”

Para Gaeta (GAETA, 1992, p. 264) tais diferenças podem ser explicadas pelos conceitos diferenciados da sua religiosidade:

“Os colonos italianos possuíam uma religiosidade aprofundada, sobretudo os do Vêneto, dando muita importância à assistência religiosa, diferente daquele catolicismo praticado pelos brasileiros. Mantinham a prática de uma religião ancorada na missa, na confissão e na comunhão. O conceito de religiosidade vinha embicado na presença do templo e junto ao sacerdote, sendo que na sua militância dependia intimamente da conjugação desses dois elementos. Os italianos já traziam introjetados os princípios católicos ultramontanos adquiridos em suas paróquias de origem, enquanto aqui no Brasil esses princípios estavam ainda sendo introduzidos a duras penas pelos bispos reformadores.”

⁷⁷ Para mais informações a respeito destas peculiaridades ver SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554 – 2004)*; São Paulo: Paulinas Editoras, 2004.

Os imigrantes italianos chegaram com um maior apego aos ritos católicos devido a uma maior proximidade com a Igreja estabelecida em suas cidades de origem como mostra Dreher (DREHER, 1993, p. 49):

“Esta vinda do padre, uma vez por semana, à fazenda, é absolutamente excepcional. O normal é que passasse uma vez a cada dois meses, quando era uma capela atendida pela paróquia ou então uma vez por ano por ocasião da desobriga. Acostumados às pequenas aldeias da Itália, com um padre para cada 200 ou 300 habitantes, com missa diária, pela manhã, vésperas e bênção do Santíssimo pela tarde, visita cotidiana aos enfermos, socorro dos sacramentos para os moribundos e exéquias com missa para os falecidos, parecia-lhes inconcebível esta vinda do padre, apenas uma vez por semana.”

Para os italianos essa falta relativa da religião causou grande estranhamento e poderia ter causado também uma mudança de costumes motivados pela necessidade.

As outras crianças foram registradas com o nome completo da forma italiana, ou seja, nome da família e prenome. As crianças são Bonine Irêne e Marasoto Raymundo que faleceram respectivamente aos 4 anos e 4 meses nos dias 05 de dezembro de 1891 e 26 de fevereiro de 1892, sendo seus pais registrados Bonine Celeste e Marasoto Giacomo.

Há o registro de entrada de Bonine Celeste⁷⁸ com algumas incongruências de informações, pois ela chegou como chefe da família, com 44 anos, o que é fato incomum, com o registro de Pietro Mori de 43 anos como seu filho, o que devemos considerar como impossível. Pode ter ocorrido erro no registro, ou a sua união não era oficial o que motivou o erro na escrituração. Celeste chegou ao Brasil em 18 de janeiro de 1888 e teve como destino a cidade de Araraquara. Uma outra incongruência é a idade de Celeste ao ter a criança, pois teria completado 47 anos de idade, o que para a época seria uma gravidez muito tardia e cheia de riscos e incomum. Vieram com a família além do filho Pasquino, o sobrinho Giuseppe Giammasi, que provavelmente era seu sobrinho por parte de marido.

O único adulto registrado foi Benedicto Romano e não há a informação quanto a sua filiação. Ele faleceu em 12 de fevereiro de 1892 aos 38 anos e era solteiro. É provável que

⁷⁸ Registro de entrada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangeros_popup.php?n=CELESTE&s=BONINI&l=008&p=025&f=00420. Última visualização em 24/05/2014.

estivesse em Santo Amaro prestando alguma forma de serviço à edilidade como já verificada com outros imigrantes italianos e, por infelicidade, faleceu na Vila.

Por estes livros do cemitério é possível também verificar os italianos que não possuíam unidades de negócios em Santo Amaro, ou seja, os anônimos que a morte os revelou e que pela documentação pesquisada não seria possível observá-los.

Ao analisar as entradas das famílias, verificou-se que a família Montanaro foi um dos casos em que um dos membros chegava primeiro e mandava chamar os outros componentes da família caso obtivesse sucesso. Abramo chegou primeiro em 1888 e, em 1889 chegaram juntos os dois outros irmãos, Eugenio e Giulio. Foi somente em 1892 que se estabeleceram em Santo Amaro com duas unidades de negócios de marcenaria, uma de Eugenio e a outra dos outros dois irmãos e em 1896, a unidade de Eugênio passa a ser de marcenaria e colchoaria. Foram também os pioneiros na atividade na Vila e por esta razão prestaram muitos serviços para a edilidade. A trajetória das unidades deles é um pouco confusa, pois prosseguem até 1907 da maneira inicial até que em 1908 há apenas o registro de Giulio; em 1909, ele tem dois registros. Neste caso, é provável que não tenham pago o imposto de 1908 e seu nome não apareça na lista. Pelos três anos subsequentes não há nenhum registro deles, para retornar somente em 1915 como Giulio e Irmão, para mudar novamente em 1919 para Abramo e Irmão prosseguindo até 1921 quando cessam os registros. Nestes quatro anos, não há o registro de Eugenio, que retorna somente em 1920 e continuar até 1926 com a denominação Eugenio e Filho. Os três se inscreveram como eleitores em 1892. Eugenio Montanaro era casado com a também italiana Angela Zocca e Abrahão Montanaro com a brasileira Maria das Dores; de Giulio não há registros de casamentos. Somente Abramo foi padrinho em um casamento de noivos italianos.

No caso desta família, a longevidade se deve primeiramente ao pioneirismo e também à capacidade técnica, pois se não a houvesse, muitos serviços poderiam ter sido encomendados em São Paulo suportando também o crescimento da concorrência. Deve ter pesado o fato de prestarem serviços à edilidade e, talvez, por isso tenham todos se registrados como eleitores. É importante lembrar que para se inscrever como eleitor, o italiano precisa primeiro se naturalizar, e na época, isso significava abrir mão da cidadania italiana para adquirir a brasileira. Nos recibos assinados por eles, há evidências de estarem

bem adaptados ao país, pois sua escrita denota a apropriação de regionalismos⁷⁹ e serem, no caso de Eugenio, muito bem escritos.

Dentre os mais longevos e ativos em Santo Amaro está Sétimo Gianini que também se dedicou ao comercial tradicional, porém com dois diferenciais: foi o primeiro a refinar açúcar e teve uma fábrica de massas alimentícias. Pelos registros, todas as três atividades, quase que concomitantes, funcionaram no mesmo prédio, o que reforça a hipótese de Bresser Pereira de que os empresários industriais começaram pequenos com unidades de “fundo de quintal”. A refinação de açúcar começou juntamente com a loja de Seccos e Molhados e a fábrica de massas somente em 1905, tendo sido ele um dos comerciantes registrados como atacadistas de gêneros alimentícios em 1901. Além disso, teve brevemente uma torrefação de café em 1910. Não há registros seus como eleitor e nem que tenha se naturalizado. A refinação de açúcar e a fábrica de massas, portanto, devem ter sido o diferencial, pois esteve a frente de seus negócios até 1915, falecendo em 1920. Provavelmente, este hiato se deveu à moléstia que o fatalizou.

1.2 – A família italiana em Santo Amaro

Basicamente a imigração estrangeira, mais notadamente a italiana para o Brasil, é marcada pela intenção oficial de fundamentá-la com a entrada de famílias constituídas evitando-se os homens solteiros. Analisado em suas grandes bases, este objetivo logrou êxito. Principalmente se for reportado ao período da grande imigração de princípios da década de 1880 até 1902, quando da ocorrência do Decreto Prinetti na Itália que proibiu a subvenção do italiano para o Brasil. De um modo geral, os estudiosos da família imigrante, mais notadamente a italiana, concordam, como Bassanezi (BASSANEZI, 1992, p. 288) que a *“imigração familiar foi muito importante”* para este grupo. Entretanto, há um forte componente empírico de que a maioria dos italianos solteiros que entrou no país era de imigrantes espontâneos. Seu número variou de acordo com a época e o tipo de imigração predominante, não sendo, porém, irrisório.

⁷⁹ Giulio escreveu “sortero” no seu pedido de registro como eleitor e Abramo “onte” em um recibo à Intendência.

Para Martinho Prado, um dos ideólogos do projeto imigrantista, a presença dos familiares como esposas, filhos e pais, deixava os imigrantes mais seguros e felizes, portanto com uma maior disposição para o trabalho como é delineado no relatório apresentado em 1888 à presidência da província de São Paulo, quando Martinho Prado, como representante da Sociedade Promotora de Imigração demonstrou que uma das razões por esta preferência, além da sua rápida colocação nas fazendas, era em virtude da não desagregação familiar e da possibilidade de encontrarem trabalho juntos e de poderem complementar a sua renda familiarmente, fato este considerado de grande importância para os imigrantes. Por outro lado, considerava-se que atrair os solteiros, como fazia a vizinha Argentina, aumentaria a rotatividade da mão de obra, pois a maioria vinha somente para a colheita e adquirindo algum pecúlio, retornavam ao seu país de origem. Prado acreditava que isso ocorria por faltarem a estes os motivos que os fizesse ter apego à terra e permanecer.

Por outro lado, uma composição maciça de elementos masculinos solteiros que trouxesse desequilíbrio às composições de gênero, poderia levar, como atenta Vangelista (VANGELISTA, 1998, p. 23) *“a possibilidade maior, para as moças, de praticar a endogamia e, para os rapazes, a necessidade de se casar com moças brasileiras ou de outra procedência regional”*. Esta afirmação será retomada ao analisar mais adiante os aspectos relativos aos consórcios entre italianos e brasileiros.

Logo de início faz-se mister traçar algumas das singularidades de Santo Amaro no período abarcado que trouxeram dificuldades na análise e da própria documentação consultada.

Em primeiro lugar, a extensão longa do período estudado, quarenta e nove anos, em um período de transição social, econômica e demográfica não permite generalizações. Há diferenciações profundas nos segmentos analisados. O imigrante italiano que chega em Santo Amaro em fins dos oitocentos não é o mesmo que chega em meados da década de 30 do século XX. Suas intenções ao chegar podem ter sido as mesmas, porém as macrocausas de sua emigração foram comumente diferentes. As formas de sua localização da Europa para o Brasil também se modificaram da predominância da subsidiada, de 1886 até 1902; à espontânea ou induzida de 1902 até 1935.

Neste espaço temporal de duas gerações, considerando uma geração a cada 25 anos, a busca pelos nomes de família alcançou não somente italianos natos, mas também seus descendentes tornando difícil a sua distinção. A ferramenta é eficaz para os primeiros anos de imigração, quando o volume imigratório peninsular se avolumava e, principalmente, porque os nomes italianos distinguem o imigrante dos nativos. Porém, no avançar do século XX, com famílias italianas fixadas no país e com o nascimento de filhos no país hospedeiro, a distinção somente pelo nome de família se torna impossível, pois, além disso, deve-se considerar que conforme o costume trazido da Itália, os filhos de homens italianos traziam seus nomes escritos da forma italiana, ou seja, prenome e nome de família. Houve casos, raros entretanto, que os pais obedeceram o costume brasileiro de mesclar os nomes de família facilitando a tarefa para o pesquisador. Esta é uma das razões para, por critérios metodológicos, de se ter utilizado o [jus sanguinis](#) adotado na Lei nº 555 de 1912 da República Italiana que considera italianos os filhos de pai italiano mesmo nascidos em solo estrangeiro.⁸⁰ É a adoção de um conceito mais amplo de cidadania que carrega alguns perigos e inconveniências, porém os efeitos são de modo geral mais positivos que negativos. As estratégias do grupo são mais importantes para a análise que as estratégias individuais, mais notadamente para um período quando a influência paterna era muito mais notada socialmente que a materna.

É muito importante considerar que as estratégias matrimoniais aqui consideradas são de esmagadora maioria para uniões na zona urbana. Seus padrões, portanto, diferem dos da zona rural tanto para idade de primeiras núpcias quanto para escolha dos cônjuges e o tipo de família que será encontrado. Abordar o tipo de família só se justifica, para este trabalho, para os imigrantes que já chegaram casados, pois na documentação pesquisada não houve formas efetivas e precisas de se reconstituir as famílias, pois estas informações não estavam disponíveis. Eni de Mesquita Samara (SAMARA, 1990) chamou a atenção para esta diferenciação entre os espaços urbanos e rurais e que o tamanho e a estrutura das

⁸⁰ Esta mesma lei considerava que o cidadão italiano e seus filhos perderiam a nacionalidade italiana caso o pai renunciasse à cidadania italiana. Na documentação há, contudo, alguns registros de italianos que se naturalizaram brasileiros, porém diante da impossibilidade de se verificar caso-a-caso se houve renúncia, este dispositivo legal se considera sem efeito para os estudos. A mesma lei transmite à mulher estrangeira casada com cidadão italiano a nacionalidade italiana, mesmo independente de sua vontade. A adoção do [jus sanguinis](#) obedece também às práticas legais da época em questão.

famílias variava de acordo com as atividades econômicas praticadas na região onde se instalaram. Por outro lado, Bassanezi (BASSANEZI, 1990, p. 246) ao estudar o comportamento da família italiana em Rio Claro afirma que *“cerca de 2/3 dos italianos e mais de 90% dos filhos destes, passados os anos, continuam a se casar no próprio grupo”*. Ela (op. cit.), reforça sua hipótese ao afirmar que a *“etnicidade segue representando um papel muito importante na seleção dos cônjuges na comunidade italiana”*. Tais afirmações podem ser estendidas para os italianos em Santo Amaro por se considerar que as tradições trazidas da Itália tendiam a permanecer entre o grupo mesmo após um período de assimilação. Os estudos da autora podem reforçar tal hipótese, pois segundo ela (op. cit., p. 248) os *“padrões de casamento observados entre os estrangeiros e seus descendentes provavelmente possuem vínculos com as tradições da terra natal”*, mesmo tendo sido os italianos um dos grupos estrangeiros, como observou Dean, que mais rápido se amalgamou a terra.

De forma quase similar aos imigrantes italianos de Rio Claro para Bassanezi, para onde nem todos se dirigiram diretamente, os italianos de Santo Amaro em sua esmagadora maioria não se dirigiram para lá como primeira opção. Muitos passaram por outras localidades antes de chegar em Santo Amaro e isto afetou sobremaneira suas estratégias matrimoniais e de constituição de famílias. Entretanto, estas escolhas podem estar muito mais ligadas aos fatores socioeconômicos, a valores e a tradições, como também aponta Bassanezi (BASSANEZI, 1992, p. 274).

Para os imigrantes que se casaram em Santo Amaro, contudo, não é possível estudar os tipos de famílias estabelecidas e a duração das uniões. Seu estudo se baseará nas informações constantes nas atas de casamento religioso pesquisadas tais como os nomes dos pais, presentes na maioria dos assentos; na idade dos cônjuges, permitindo estabelecer as idades de primeiras núpcias, embora como observado por Bassanezi (op. cit., p. 283), e que parece ter sido um padrão para os registros, o pároco não se preocupou em anotar as idades dos cônjuges, principalmente das noivas, aliás, as idades dos noivos e suas datas de nascimento foram anotadas. A lacuna está na idade das noivas e nas suas datas de nascimento, em nenhum momento no período foram anotadas as datas de nascimento das noivas; nos padrinhos relacionados que indicam as ligações de amizade e de parentesco; nas indicações da nacionalidade, que indicam ser o casamento entre italianos natos e/ou

entre descendentes; e algumas observações feitas pelo pároco nos assentamentos como a negação da benção aos noivos. Também há algumas lacunas quanto aos nomes pais, às regiões de nascimento e aos nomes dos padrinhos, porém, são em número reduzido que não interferem no estudo geral.

Em Santo Amaro, pela dispersão de sua população italiana, pela diversidade das datas de chegada e, pelo fato de não ter existido uma colônia italiana propriamente dita, a reconstrução das famílias pelos seus nomes de família se torna impossível como realizado por Zanini (ZANINI, 2014). Seus dados foram muito mais homogêneos em relação à região de origem dos imigrantes e em relação à data de emigração e chegada ao Brasil. Somente com os registros nos livros da edilidade pesquisados, como o de Industrias e Profissões, de Imposto Predial e outros consultados não é possível afirmar com certeza se imigrantes com o mesmo nome de família eram de fato ligados por parentesco. Tal afirmação seria leviana e descuidada, pois nem sempre dois nomes de famílias iguais significam laços de parentesco. Foi somente pelos registros da Hospedaria dos Imigrantes, pelo Livro de Casamento e pelo Livro de Inumação que se pôde, para alguns casos, estabelecer os parentescos.

É importante considerar as observações de Bassanezi (BASSANEZI, 1990, p. 248) sobre o estudo das famílias imigrantes e suas estratégias matrimoniais e suas condições de estabelecimento na sociedade hospitaleira:

“Mas, sobretudo, se relacionam ao processo migratório, isto é, ao momento histórico em que se dá, ao volume da corrente, ao desequilíbrio entre os sexos, à estratégia migratória adotada (individual ou familiar), à força das redes familiares e laços de amizade em que os imigrantes se apoiam para enfrentar um mundo novo e desconhecido; ao destino - rural/urbano – e à localização dos grupos nestas áreas. Enfim, às condições de vida e trabalho que permitem, ou não, agrupar em um mesmo local, ou próximo a ele, pessoas de uma mesma origem.”

Devido ao longo tempo perpassado pela pesquisa, de 1886 a 1935, ou seja, quase meio século, eram esperadas algumas mudanças no perfil do imigrante italiano que chegou a Santo Amaro e o estudo dos três livros de casamentos de Santo Amaro sendo o primeiro, de 1887 a 1911; o segundo, de 1911 a 1917; e, o terceiro de 1917 a 1924, confirmou esta expectativa, pois a primeira mudança que saltou aos olhos foi o crescimento progressivo

dos descendentes de italianos, ou filhos dos primeiros imigrantes verificados, ou vindos de outras localidades. Ou seja, além de mostrar que muitos dos italianos chegados no final do século XIX e no início do XX se fixaram a terra e constituíram famílias estáveis, o local de nascimento dos seus filhos no Brasil também releva parte do caminho percorrido até a chegada a Vila.

Portanto, a análise das estratégias matrimoniais será realizada em dois momentos que se acredita serem diferentes: o da chegada ao Brasil e o de estabelecimento em Santo Amaro. Assim, o primeiro grupo a ser analisado é o dos que já chegaram casados e, o segundo, o dos que se casaram em Santo Amaro. O primeiro grupo trouxe dificuldades metodológicas para ser estabelecido com precisão, pois devido à forma difusa que chegaram não foram encontrados os registros de entrada de muitos dos analisados pela pesquisa nos livros da edilidade. Basicamente, os documentos mais importantes e mais precisos foram os registros de entrada na Hospedaria dos Imigrantes, já que todos que para lá se dirigiam eram registrados com os detalhes como naturalidade, idade, estado civil e os nomes e idades de todos os componentes da formação familiar. Entretanto, nem todos os imigrantes estabelecidos em Santo Amaro passaram pela Hospedaria, o que dificultou a obtenção dos dados. Por outro lado, documentos como o Livro de Inumação e o Livro de Casamentos ofereceram informações pelo menos sobre o estado civil dos imigrantes, embora não trouxessem dados exatos sobre a composição familiar. Contudo, mesmo com as dificuldades, a análise destes dados mostrou que se pode afirmar que as estratégias de imigrantes rurais e urbanos eram ligeiramente diferentes. Eni de Mesquita Samara (SAMARA, 1990, p. 2153) ao estudar a São Paulo de 1836, chegou à conclusão de que é *“possível estabelecer algumas relações entre a atividade de base econômica e a organização dos núcleos domésticos”*. Ela concluiu que entre os lavradores era mais comum a existência de famílias com estrutura mais complexa e com mais integrantes. O que revelou as dificuldades dos pequenos proprietários de terra com produção mais restrita que necessitavam utilizar a mão de obra familiar para o trabalho na terra. Entretanto, nas zonas urbanas, o número de membros da família diminuía sensivelmente.

1.2.1 – Italianos que chegaram casados

Os italianos que se dirigiram a Santo Amaro não o fizeram como primeira opção, como já foi relatado anteriormente, bem como não houve a implantação de colônia oficial como ocorreu em São Bernardo e São Caetano, para relatar apenas as localidades próximas. Muitos passaram por diversas regiões do estado, do país e até mesmo de outros países antes de se fixarem na Vila. Embora para o todo dos imigrantes não seja possível saber suas datas e formas de entrada no país, pode-se dizer que os tempos de estabelecimento foram diferenciados. Alguns se dirigiram logo nos primeiros momentos de estada no Brasil, entretanto há apenas evidências indiretas de que tenham se dirigido a Santo Amaro para reestruturar as famílias. Os estudos de Vangelista (op. cit., p. 22) demonstraram que uma das estratégias dos emigrantes era de deixar os familiares na Itália para trazê-los somente quando uma determinada estabilidade já havia sido conquistada. E, mais importante, a taxa de masculinidade era realçada também pela preferência em se trazer os filhos homens e deixar as filhas. Segundo ela, a lógica seguida por eles era a de que “*que teria sido útil para acrescentar as potencialidades de trabalho de cada unidade*”. Ou seja, para o mundo do trabalho onde eles se introduziam, a força de trabalho masculina se traduziria em maiores oportunidades e rendimentos à família. Segundo ela, esta estratégia diferenciada para os sexos fica evidenciada pela não só pela presença dos filhos, mas também pela ausência de agregados. Da mesma forma, também a preferência por emigrar sem filhos ou com os filhos já maiores. É importante lembrar, no entanto, que na sua análise os componentes no momento da emigração e sua finalidade são bastante fortes, pois ela analisa o momento exato da emigração para colônias rurais no Espírito Santo. Os dados para Santo Amaro, embora não sejam tão completos, revelam realidades diferentes, entretanto. Para ambos os grupos, se faz pertinente a inferência da autora (op. cit., p. 23) de que “*a presença de uma esposa dessa unidade e continuidade à família, o número elevado de filhos pequenos, abaixo de nove anos, reduzia os braços disponíveis e a expunha ao perigo de uma forte mortalidade, acrescida pelas condições precárias em que se achavam as mulheres ao longo da gestação de outros filhos*”. Portanto, os estudos sobre as estratégias de casamento e familiares devem ser estudadas separadamente, pois os comportamentos dos que já chegaram casados e dos que chegaram solteiros eram muitas vezes diferentes. Uma vez fixado no país, o imigrante tende, de modo geral, a se aculturar e se integrar na sua vida social, por esta razão os consórcios com nativos do local. Os casados

também tendem a permanecer mais e por mais tempo enquanto que os solteiros demoraram mais a se fixar.

Foram analisados 565 registros de imigrantes italianos que se estabeleceram em Santo Amaro em algum momento de suas vidas. O tempo de permanência, entretanto, não pôde ser estabelecido com precisão, pois o levantamento foi realizado de acordo com o tempo de funcionamento das unidades de negócios que fundaram. Não há certeza de quando chegaram na Vila e nem de quando a deixaram. Destes registros pôde se estabelecer com precisão que 61 deles chegaram já casados. Uma percentagem pequena, de apenas 10,8% do total, mas que revela algumas estratégias de emigração e convida à reflexão. Destes em 34, ou seja, em 55,74% não há a indicação precisa de filhos ou de composições familiares na chegada. É possível que estes casais tenham trazido filhos, porém não se pode afirmar com exatidão. Em 7 deles há a indicação de familiares presentes, sendo que dentre estes, em 5 não há a indicação de filhos. Dos que trouxeram algum parente, a composição foi: em dois foi um sobrinho, junto com os filhos, o que indica possível apadrinhamento; nos outros a mãe, o pai, o irmão, a tia e um cunhado. Cumpre-se lembrar que os registros eram realizados como o chefe como base, ou seja, os familiares eram do chefe da família.

Uma parcela considerável dos imigrantes que se declarou casado veio separado de suas esposas e foram poucos os viúvos. Foram 14 dos registros dos que se declararam casados na chegada em que não há o registro das esposas. Em 8 deles a falha é da documentação consultada, seus registros de casamento foram obtidos pelo Livro de Inhumação, e nele não consta o nome da esposa, portanto não podem ser utilizados para análise de estratégia de emigração. Nos seis deles que foram obtidos pelo registro da Hospedaria dos Imigrantes, dois trouxeram os filhos: Luigi Troyano que trouxe as duas filhas de 20 e 16 anos e; Vincenzo Cornetti, que trouxe um filho de 10 anos. Todos estes casos são exceções ao estudado pela historiografia que indica como estratégia comum de emigração a vinda da esposa e de filhos homens. Embora incomum, há casos relatados de emigração do chefe da família deixando na Itália seus familiares ou para retornar, caso não tenha conseguido se estabelecer ou para trazê-los, caso tenha sido feliz em sua jornada. Em seu trabalho, Vangelista⁸¹ relata o embarque de 467 pessoas oriundas do Piemonte em três

81

VANGELISTA, Chiara. *Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo Brasil, 1894-1895*; Belo Horizonte: ABEP, IN Anais do XI Encontro Nacional

navios entre outubro e dezembro de 1894 para o Espírito Santo. Neste embarque, a pesquisadora relacionou a possibilidade da emigração “pai com filhos”, que totalizaram 9 das 112 famílias embarcadas, ou seja 8% delas. Apenas 2 se declararam viúvos. Os dois trouxeram os filhos: Luigi Bertoli, um casal de filhos adolescentes e; Giuseppe Muraro, sete filhos de idades entre 17 a 4 anos. Apesar de não haver evidências, o falecimento da esposa pode ter sido a tragédia que culminou a decisão de emigrar com a família. Giuseppe Muraro se casou novamente no Brasil com a brasileira Benedita de Moraes e teve com ela pelo menos uma filha nascida em 1898.

Houve um caso que o registro de casamento foi percebido por uma escritura de compra e venda, o de Henrique Molinari com Giovanna Molinari. Não há o registro da existência de filhos e nem de como a família chegou ao Brasil.

Na Tabela 1.4 – Tamanho das famílias, pode-se verificar ao tamanho das famílias dos italianos que chegaram à Vila casados.

Tabela 1.4 – Tamanho das famílias por número de filhos

Número de filhos	Quantidade	% do total
nenhum	4	14,81
Somente 1	9	33,3
2 a 3	10	37,03
4 a 5	3	11,1
Mais de 6	1	3,7
Total	27	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios.

de Estudos Populacionais, 1998, p. 1339. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a168.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

Nota-se um predomínio das famílias de 2 a 3 filhos, o que, para época, não pode ser considerada uma quantidade grande de filhos. Em seguida, tem-se com um percentual bem próximo aos grupos familiares anteriores, as famílias com apenas 1 filho. Chama a atenção o número de famílias que chegou sem filhos, quase 15% do total e, por fim, as famílias que podem ser consideradas grandes que somaram apenas 15% do total, ou seja, há um predomínio das pequenas famílias contrariando, como afirmou Bassanezi (BASSANEZI, 1984, p. 2204), o que estava previsto “*na literatura e na própria tradição oral*”.

Analisando as idades dos filhos no momento da chegada pode-se perceber uma das possíveis razões para estas famílias serem consideradas pequenas. A Tabela 1.5 – Idades dos filhos ao chegar ao Brasil mostra uma análise por idade dos filhos no momento da sua chegada ao Brasil.

Tabela 1.5 – Idades dos filhos ao chegar ao Brasil

Idades	Quantidade	% do total
Até 12 anos	33	64,7
De 13 a 18 anos	13	25,5
Mais de 19 anos	5	9,8
Total	51	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios.

Há na composição familiar uma grande predominância das famílias com filhos menores de 12 anos, indicando, salvo raras exceções, que eram famílias recém-constituídas, ou seja, que os pais haviam casado há pouco. Como demonstrado anteriormente foi pequeno o número de viúvos. Mesmo admitindo uma taxa de mortalidade alta para os recém-nascidos, não houve tempo na Itália para que estas famílias se constituíssem na totalidade. Destas apenas um dos filhos já chegou casado.

Uma verificação do sexo dos filhos dos emigrantes pode auxiliar a desvendar as estratégias de emigração. Segundo os apontamentos já citados de Vangelista, uma das estratégias dos emigrantes ao deixar seu país com a esposa seria a de dar preferência aos

filhos homens em detrimento das filhas. Pela Tabela 1.6 – Filhos dos emigrados por sexo, pode-se discutir esta estratégia.

Tabela 1.6 – Filhos dos emigrados por sexo

Sexo	Quantidade	% do total
Meninos	66	65,35
Meninas	35	34,65
Total	101	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangeiros.

A pesquisa realizada em Santo Amaro referenda os dados apresentados por Bassanezi e Vangelista. Há uma forte desproporção entre os sexos, sendo que os meninos foram maioria entre os trazidos. Ocorreu uma pequena extensão da família, pois os filhos naturais foram mais de 90% dos trazidos. Os sobrinhos foram os mais comuns nas famílias consideradas extensas. Tal estratégia indica que as famílias preferiam trazer os meninos por questões de trabalho, pois consideravam mais fácil encontrar-lhes trabalhos monetariamente remunerados.

Os filhos pequenos, contudo, atrapalham esta estratégia, pois demandavam da mulher uma atenção e cuidados muito maiores, chegando, às vezes, a inviabilizar sua presença no trabalho fora do lar. Contudo, a hipótese principal não era o trabalho feminino fora do lar, mas sim, exercer as atividades que socialmente lhe cabiam numa sociedade de fortes marcas de divisão sexual do trabalho.

A análise realizada no item anterior foi concentrada na figura de maior destaque e maior visibilidade por razões de composição e constituição da sociedade da época que dava maior predominância aos elementos do sexo masculino, portanto o imigrante italiano foi o mais focado. Da mesma forma, como uma característica própria da imigração italiana para Santo Amaro, estes imigrantes não apareceram, na maior parte das vezes, relacionados com suas famílias. E, infelizmente, de muitos não há documentação disponível para afirmar seu estado civil.

Quanto à estrutura da família emigrante italiana Vangelista (op. cit., op. cit.) afirma que deveria ser o resultado “*de um conjunto mais complexo de interações e de decisões*”.

Entretanto, por característica da documentação consultada, não é possível estabelecer relações de parentesco além da parental, pois ao contrário da documentação consultada por Vangelista⁸², que apresentava além da lista de passageiros, as listas dos navios consultados que assinalavam “*um número progressivo de grupos familiares ou de emigrantes avulsos; apresenta, para cada emigrante, nome e sobrenome, idade, relação de parentesco com o chefe de família, município e província de procedência, e, em alguns casos, geralmente para os chefes de família, a profissão e a religião. Além disso, há a indicação das pessoas que, inscritas ao embarque, não partiram*”.

A documentação aqui apresentada não tem toda esta riqueza, porém mesmo assim, é possível estabelecer relações importantes para os grupos de italianos que chegaram a Santo Amaro. Esta ausência, porém, também pode dizer muito como será visto mais adiante.

Vangelista (op. cit.), no entanto, em uma pesquisa focada em três listas de navios que aportaram da Itália ao Espírito Santo entre 1895 e 1896, observou que a predominância dos casais sem filhos parecia ser uma estratégia da imigração italiana, pois, reforça a preponderância dos filhos em detrimento das filhas para potencializar o trabalho de cada unidade. Na sua opinião (op. cit., p. 22), “*a mulher é necessária muito mais como esposa que como filha*”. Em termos gerais, no mundo, é uma estratégia que dentro do mercado e das oportunidades de trabalho oferecidas tem a sua lógica; cruel, porém que garantia a família mais braços para realizar os trabalhos oferecidos. Ela, no entanto, não parece evidente ao mundo urbano, onde as mulheres, mais notadamente as pobres, podem exercer igualmente funções no mercado de trabalho. Não eram, entretanto, oportunidades em pé de igualdade aos homens em termos de ganhos ou de reconhecimento social, porém elas poderiam colaborar efetivamente com o sustento da família.

Há um caso comprovado documentalmente da estratégia de deixar as filhas na Itália e trazê-las após o estabelecimento da família em solo hospedeiro que foi a dos Morganti que chegaram com uma família composta por seis pessoas: os pais e mais três filhos; Arturo, com 21 anos; Teresa, com 17 anos e, Virginia, com 11. Pelo Livro de inumação de 03 do 11 de 1890 a 04 do 06 de 1892 encontraram-se os registros de uma outra filha de

⁸²

Ver VANGELISTA, Chiara. Op. cit.

Gregório, Ímara, que se casou com Enrico Pongiluppi, porém não foram encontrados seus registros de entrada e nem de seu casamento. É possível, ao verificar as datas de chegada de sua família com as de Enrico, que tenha se casado ainda na Itália, pois ele veio sozinho para o Brasil, registrado, entretanto como solteiro.

Analisando as idades dos filhos dos imigrantes italianos pode-se perceber quais as estratégias utilizadas por eles ao emigrar. Pesquisadores como Bassanezi e Vangelista notaram que uma das estratégias dos emigrantes era de trazer meninos em idade de trabalho para que pudessem auxiliar nas rendas monetárias da família em detrimento das meninas.

As faixas etárias da Tabela 1.8 foram idealizadas de acordo com as idades mais comuns de entrada no mercado de trabalho. Considerou-se o fato de que no final do século XIX e início do século XX as crianças entravam cedo no mundo do trabalho, ou seja, a partir dos nove anos de idade tanto para os meninos quanto para as meninas e que as crianças menores de oito anos foram trazidas por questões de sua sobrevivência dada às altas taxas de mortalidade e os cuidados que requeriam dos pais.

Tabela 1.8 – Idade dos filhos dos emigrados

Meninos	Quantidade	% entre os meninos	% do total
Até 8 anos	20	30,3	19,8
De 9 a 12 anos	19	28,79	18,81
De 13 a 18 anos	19	28,79	18,81
Mais de 18 anos	8	12,12	7,92
Total de meninos	66	100	65,34
Meninas	Quantidade	% entre as meninas	% do total
Até 8 anos	21	60	20,79
De 9 a 12 anos	5	14,29	4,95
De 13 a 18 anos	4	11,43	3,96
Mais de 18 anos	5	14,29	4,95
Total de meninas	35	100	34,65
Total	101	-	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios.

Há de se considerar também que trazer os filhos com mais de 18 anos significava a possibilidade que eles poderiam logo casar e se afastar do núcleo familiar. Na pesquisa de Bassanezi (BASSANEZI, 1984, p. 2204), entretanto, ela concluiu que:

“Não era raro os filhos se casarem e ficar morando na casa do pai, geralmente o pai do marido, que continua respondendo pela família perante o fazendeiro, como comprovam algumas entrevistas e evidências observadas na documentação. Embora não consigamos detectar em que proporção este fato ocorre, provavelmente, ele contribuiu para reforçar a ideia de família grande, mas que a realidade prova justamente o contrário.”

Para o grupo da faixa etária de 13 a 18 anos deve-se considerar que, principalmente as meninas, estão entrando em idade para casamento e que os anos úteis de sua contribuição para o trabalho familiar podem ser mais longos que o do grupo com mais de 18 anos sendo portanto a faixa etária mais vantajosa do ponto de vista do trabalho familiar.

Os dados apurados mantiveram o que a historiografia da família e a demografia histórica previam: o trabalho dos meninos é preferido ao das meninas e, por esta razão, foram trazidos mais meninos que meninas na razão de quase o dobro. As faixas etárias dos meninos foram praticamente equilibradas com pequenos declínios na mudança das faixas e o maior declínio observado entre a faixa dos 13 a 18 anos para os maiores de 18 anos. Entre as meninas há um predomínio da faixa até 8 anos, evidenciando a estratégia de proteção às crianças mais novas e sua não utilização para o trabalho. Considera-se que os pais preferiam trazer estas crianças por considerar perigoso deixá-las na Itália com parentes e outros. Houve equilíbrio também entre as outras faixas etárias consideradas, porém a distância numérica entre elas e a faixa anterior foi muito grande. É possível que as famílias preferissem deixá-las no país de origem salvaguardando-as para um possível matrimônio. Não raro que os pais tratassem das uniões já em tenras idades. Como observado por Vangelista, sua presença não considerada primordial para a sobrevivência da família, pois preferia-se a possibilidade de trabalho dos meninos.

Uma pequena parte dos italianos possuidores de unidades de negócios na Vila, total de dez pessoas, chegou ao Brasil solteiro e em tenras idades. Formigoni Cenerino chegou ao Brasil sozinho e com 16 anos, fato raro, pois os sistemas de imigração preferiam homens mais velhos e com suas famílias. Sgarbi Cesare foi o que chegou mais velho, contando à época com 26 anos e o mais jovem foi Chiampim Pompilio que chegou com três anos. Sua família era liderada por seu avô Bortolo, que chegou com 60 anos. Seus pais, Cyrillo e Narcisa, tinham 33 anos ao chegar. Poucos se afastaram do modelo de família nuclear, mais notadamente a inclusão na composição as famílias por tios e sobrinhos.

O senso comum e uma determinada tradição historiográfica consideram que as famílias imigrantes italianas eram compostas por muitos membros. Conforme citado por Bassanezi, há na tradição oral que *“As famílias naquele tempo, sim que eram grandes. As italianas então...”*. Porém, pesquisas mais recentes vêm evidenciando que o tamanho padrão destas famílias não era tão grandes como o considerado. Na sua pesquisa para Rio Claro, para um período de tempo bem parecido como o desta pesquisa, Bassanezi encontrou famílias com uma média de 6,9 pessoas, sendo que a moda apurada foi de 7 pessoas.

Tabela 1.9 – Tamanho das famílias por número de pessoas

Número de pessoas	Quantidade	% do total
Famílias de 1 a 4 elementos	22	81,5
Famílias de 5 a 8 elementos	4	14,8
Famílias com 9 ou mais elementos	1	3,7
Total	27	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios.

Esta tabela foi montada com os mesmo critérios utilizados por Bassanezi⁸³ (BASSANEZI, 1984, p. 2203) para ter facilitar os termos de comparação empírica com os

⁸³ A família é registrada com todos os seus membros, ou seja, chefes da família com filhos e agregados, que poderiam ser pais, tios, sobrinhos e afilhados.

dados encontrados por ela em Rio Claro. Comparativamente, as famílias que chegaram a Santo Amaro eram menores que as encontradas por ela. Na Vila, ocorreu o predomínio das famílias de 1 a 4 elementos. Já em Rio Claro, o predomínio foi das famílias de 5 a 8 membros. Possivelmente esta diferença se tenha dado pela matriz econômica das duas localidades; uma pequena e rural baseada no comércio de bens de subsistência, próxima a Capital e a outra em franco crescimento por estar estabelecida em torno do centro dinâmico da economia brasileira. Uma diferença fundamental é que os dados são referentes aos momentos da chegada dos imigrantes ao Brasil, ou seja, Rio Claro foi um destino mais natural que Santo Amaro, mesmo Bassanezi acreditando que para uma parte dos imigrantes a cidade não tenha sido a primeira escolha; o que não procede para a Vila, pois ela foi uma opção marginal para a maioria dos imigrantes, excetuando aqueles que foram chamados por parentes já estabelecidos.

Deve-se considerar também que possivelmente o tamanho destas famílias tenha sido influenciado pelo momento do corte histórico, ou seja, pela escolha de se verificar as famílias em seu momento de partida do país natal, o que pode revelar também as estratégias de idades de casamentos. Entretanto, não é sabido com precisão absoluta o tamanho efetivo da família, pois conforme levantou Vangelista (VANGELISTA, 1998), entre as estratégias de emigração das famílias estava a necessidade de que alguns membros permanecessem no país de origem. Resta, portanto, considerar a estratégia dos imigrantes efetivamente chegados a Santo Amaro e suas estratégias, mesmo sabendo que foram uma parcela menor do total de imigrantes. Deve-se considerar também o tempo levado pelas famílias para se estabelecer na Vila, mesmo não sendo possível determiná-lo com precisão para todas as famílias. Portanto, é possível que no momento de estabelecimento estas famílias tenham mudado de tamanho e composição.

Portanto, as famílias que emigraram para Santo Amaro não eram exatamente numéricas. É provável que elas, neste caso específico, tenham tido diversas experiências profissionais em outros locais. Esta inconstância e demora para se estabelecer podem ter sido fatores determinantes para o número de membros das famílias.

Finalmente, é preciso considerar também a idade dos casados ao chegar ao Brasil. Não é possível estabelecer, contudo, as idades de primeiras núpcias, pois o documento mostra somente as idades com que saíram da Itália.

Tabela 1.10 – Idade dos imigrantes casados ao chegar

Homens	Quantidade	% entre os homens	% do total
Menos de 18 anos	-	-	-
De 19 a 25 anos	1	2,7	1,47
De 26 a 30 anos	5	13,8	7,35
Mais de 30 anos	30	83,33	44,12
Total	36	100	52,94
Mulheres	Quantidade	% entre as mulheres	% do total
Menos de 18 anos	-	-	-
De 19 a 25 anos	6	18,75	8,82
De 26 a 30 anos	10	31,25	14,7
Mais de 30 anos	16	50	23,53
Total	32	100	47,06
Total geral	68	-	100

Fonte: Livro de Registro da Hospedaria dos Imigrantes. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios.

A ligeira maioria de homens na pesquisa se deve ao fato de terem sido incluídos os viúvos nos cálculos da idade dos imigrantes que chegaram com filhos e casados. Optou-se por se considerá-los também para determinar com maior precisão as idades das famílias com filhos no geral. Somente viúvos foram encontrados, nenhuma viúva foi registrada.

Esta análise revela dados inusitados. Os italianos que chegaram casados de Santo Amaro emigraram com idades relativamente avançadas para a época. Não é possível, entretanto, indicar precisamente as suas idades de casamento, pois este dado é inexistente no documento. Pela mesma razão, tampouco foi possível realizar os estudos feitos por Reginato (REGINATO, 1998) relacionados ao comportamento reprodutivo do casal, pois mesmo que existiam as idades dos filhos, não é sabida a data do casamento. Poderia-se, entretanto, considerar que o primeiro filho tenha nascido um ano logo após a celebração da união, como é o costume, porém, estes dados são considerados muito frágeis para uma

análise precisa e detalhada. Há, contudo, a percepção de Reginato (REGINATO, p. 1321, 1998) de que o *“intervalo entre o matrimônio e o nascimento do primeiro filho no regime de fecundidade natural deveria ser o menor de todos, dependendo somente do comportamento do casal e dos fatores estritamente biológicos, como a fecundabilidade da mulher.”* Entretanto, mesmo com as considerações do estudioso, os dados levantados considerando esta hipótese não seriam totalmente factíveis. Um outro estudo realizado por Reginato (REGINATO, 1998) foi o de intervalo entre os nascimentos, porém, neste caso ele também não é possível pela fragilidade dos dados de composição das famílias encontrados.

A maioria dos homens, 83,3%, chegou com idades maior que 30 anos. Poucos foram os que chegaram com idades inferiores a 30 anos e nulos os que chegaram casados antes dos 18 anos. Comparando com as idades dos seus filhos, há uma indicação de que tenham se casado em idades superiores aos 20 anos. Já entre as mulheres houve também um predomínio desta faixa etária, porém menor, de ordem da metade. A ocorrência etária anterior aos 30 anos foi maior que as dos homens indicando que as mulheres se casavam com idades menores que as dos homens.

Pela Tabela 1.11 – Idade média dos nubentes italianos verifica-se que a idade média de casamentos dos homens para todo o período estava na faixa dos 29 anos, o que demonstra que os homens, como era esperado, aguardavam mais tempo para contrair matrimônio. É importante notar que esta média considera somente os italianos que se uniram em Santo Amaro, pois não é possível saber com exatidão as datas de casamento dos que já chegaram casados ou se casaram em outras localidades. Fica evidenciado que aos homens esperava-se que já estivessem profissionalmente estabelecidos antes de formar uma família. As mulheres se casavam sete anos antes dos homens, aos 22 anos de idade. Como era esperado, a idade das mulheres era inferior a dos homens, uma prática comum entre as sociedades da época, mesmo as mais desenvolvidas. Um dado peculiar encontrado entre as mulheres foi o decréscimo da idade ao casar entre os três períodos estudados. O primeiro grupo, provavelmente recém-chegado, casou-se mais tarde, tanto homens quanto mulheres, indicando a necessidade de estabelecer condições econômicas mais estabilizadas antes da formação da família e suas consequentes responsabilidades. Estas idades foram relativamente altas para a época. Este grupo deveria ter uma mobilidade maior e, por esta

razão, ao se estabelecer definitivamente em Santo Amaro, as estratégias de matrimônio foram consumadas. No período posterior, já foi encontrado um grupo maior de descendentes e dos filhos que chegaram pequenos ao Brasil. Era um grupo que provavelmente já contava com mais anos de estada no país. É onde foi encontrada a menor média de idade entre os homens. Já o último grupo apresenta a mais baixa média idades para as mulheres, 20 anos de idade provavelmente pelas mesmas razões do grupo anterior.

Tabela 1.11 – Idade média dos nubentes italianos

Período	Homens	Mulheres
1887 a 1911	31	25
1911 a 1917	27	21
1917 a 1924	29	20
Média	29	22

Fontes: Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911 - Cota 4 - 1 - 4 (livro 11), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1911 a 1917 - Cota 28 - 2 - 22 (livro 13), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1917 a 1924 - Cota 08 - 1 - 36 (livro 13), ACMSP.

Portanto, em Santo Amaro foram verificadas algumas características diferentes no perfil da família imigrante. Foram elas:

- 1) Uma maioria de famílias nucleares compostas apenas pelos pais e filhos.
- 2) Um número de componentes menor que o esperado pela tradição oral e menor ainda que o verificado por especialistas em História da família imigrante.
- 3) Famílias compostas em maioria por casais já envelhecidos no final de sua vida reprodutiva para os padrões de sua época.
- 4) Predomínio dos imigrantes do sexo masculino em idade de trabalho. Por critério de idade predomínio quantitativo dos meninos em detrimento das meninas. Entre os meninos, um predomínio dos que tinham idade para o trabalho; e entre as meninas, um predomínio das menores que 8 anos.

1.2.2 – Italianos casados em Santo Amaro

Os poucos registros de entrada na Hospedaria dos Imigrantes indicam que foi pequena a quantidade de italianos que se dirigiram a Santo Amaro que entraram como imigrantes subsidiados. Diante disso e do fato que a historiografia aceita que a maior parte dos imigrantes subsidiados veio com a família, não importando a quantidade de membros, poderia se especular, apenas especular, que a maior parte destes veio sem suas famílias e que estabeleceram famílias na Vila. Em verdade, uma pequena parte formalizou suas famílias em território santamarense, considerando que por critérios de fé religiosa, o italiano não deixaria de realizar seu casamento pelas vias canônicas, mesmo já o tendo realizado civilmente. Dos 565 registros de italianos e seus descendentes, apenas 82 registraram suas uniões em Santo Amaro, o que perfaz apenas 14,5% das pessoas estudadas. Há ainda no cômputo, 18 uniões onde não são conhecidos os locais de casamento. Tanto podem ter vindo casados, como podem ter se casado no Brasil e, ainda dentro do Brasil, podem ter se casado em Santo Amaro ou em outra localidade. A maioria, 14 uniões, foi de italianos com italianos e apenas 4 de italianos com brasileiros.⁸⁴

Somando-se aos registros dos 61 que já chegaram casados, tem-se 161 uniões, perfazendo 28,5%, ou um pouco mais que um quarto do total. Sobraram, portanto, três quartos dos quais não se tem certeza se se casaram ou se realizaram a união em outras localidades do território brasileiro. É possível que, por razões desconhecidas, uma parte deles tenha se declarado solteiro ao emigrar e escondido seu status civil.

O Livro de Casamentos de Santo Amaro analisado é dividido em três períodos: o primeiro de 1887 a 1911; o segundo de 1911 a 1917 e, o terceiro de 1917 a 1924. A decisão foi de utilizar os mesmos períodos do documento, pois para fins analíticos eles se confundem ligeiramente com os períodos da grande imigração. Por ele é possível também verificar alguns dos locais por onde as famílias passaram antes de se estabelecer na Vila por meio dos registros dos italianos de segunda geração nascidos no Brasil. Como era esperado, as pesquisas de Bassanezi também o indicaram, no primeiro período ocorreu a maioria dos

⁸⁴

Estas 18 uniões foram obtidas pelo Livro de Casamentos de Santo Amaro de 1887 a 1924 com a verificação dos pais dos noivos. Somente foram anotados aqueles cuja passagem por Santo Amato tenha sido certa. Na dúvida, a união foi descartada.

casamentos entre italianos natos, perfazendo 48% do total. Foram grandes as ocorrências de italianos casados com brasileiros, perfazendo 36% do total das uniões. Os casamentos de italianos de segunda geração, ou descendentes, com brasileiros representaram 12% do total. E as uniões com outros imigrantes foram ínfimas totalizando apenas 4%. Não ocorreram uniões de italianos com descendentes nem de descendentes com descendentes para este período. É esperado que os casamentos mistos aumentem com o passar do tempo pela diminuição do volume imigratório causando uma diminuição no número de imigrantes e que como Bassanezi (BASSANEZI, 1990, p. 246) observou ocorra *“o crescimento do volume de estrangeiros de segunda geração, oficialmente chamados brasileiros, no mercado de casamento local, permite aos estrangeiros e/ou aos seus descendentes escolherem seus cônjuges no interior do seu grupo étnico.”*

Tabela 1.12 - Casamentos por origem (1887 – 1911)

Origem	Quantidade	Percentual
Italianos com italianos	12	48
Italianos com brasileiros	9	36
Descendente com brasileiros	3	12
Italianos com outros imigrantes	1	4
Italiano com descendente	-	-
Descendente com descendente	-	-
Total	25	100

Fontes: Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911 - Cota 4 - 1 - 4 (livro 11), ACMSP.

Pela tabela 1.12, pode-se verificar que as uniões mistas de italianos com brasileiros foram relevantes nos casamentos registrados em Santo Amaro. Uma das possíveis razões para tal comportamento pode ter sido um índice alto de masculinidade entre os imigrantes. Como demonstrado pela análise dos imigrantes que chegaram casados, havia um forte componente masculino entre os seus filhos. É possível também que pode ter sido grande o número de imigrantes solteiros que se dirigiram à Vila, indicando um grande desequilíbrio entre os sexos na comunidade italiana, o que aumentaria a pressão no mercado de

casamento das brasileiras solteiras. Tal processo é explicado por Bassanezi (BASSANEZI, 1990, p. 243):

“A maior presença de homens, resultante do processo imigratório, proporciona às mulheres nascidas no local e às demais mulheres brasileiras maiores opções na escolha do parceiro e às estrangeiras mais chances de se casarem entre os seus iguais. Em consequência, este excesso de homens reduz a possibilidade dos imigrantes de escolherem nos limites do município uma esposa entre as conterrâneas e restringe o mercado de casamento para os homens rio-clarenses que disputam com os outros brasileiros e, ambos, como os estrangeiros as mulheres casadoiras do local.”

Não ocorreram, neste período, uniões de mulheres italianas com homens brasileiros. Todas as italianas se casaram dentro de seu grupo étnico. Nas uniões de descendentes com brasileiros, todos os descendentes eram homens. Não há registros de uniões com filhas de italianos neste período.

Portanto, os dados mostram que havia um forte desequilíbrio entre os sexos na comunidade italiana estudada. Há algumas evidências teóricas e empíricas de que isto tenha ocorrido. A primeira delas é a fundamentação teórica de Bassanezzi que concluiu em suas pesquisas que o italiano, no geral, tende a se casar dentro da sua própria comunidade. Para Rio Claro, a autora (BASSANEZI, 1990, p. 244) encontrou que *“77,35% das mulheres e 61,42% dos homens italianos unem-se aos seus compatriotas. Os restantes se casam com brasileiros, dos quais a maior parte é filhos de italianos”*. A autora (op. cit, p. 246) afirma que *“desequilíbrio entre os sexos leva os homens, mais que as mulheres, a optarem por uma união com elementos de segunda geração do mesmo grupo”*. Para ela (op. cit), *“a etnicidade segue representando um papel muito importante na seleção dos cônjuges na comunidade italiana”*. Em Santo Amaro, o desequilíbrio fez com que os homens italianos se casassem com mulheres de outros grupos, pois somados os casamentos com mulheres brasileiras com os casamentos com mulheres de outros imigrantes tem-se que 62% dos italianos natos se casaram fora do seu grupo, ou seja, um número inverso do que constatou Bassanezi. Além disso, não ocorreram, dentro do que pode ser visto, casamentos de italianos natos com descendentes de italianos, somente entre descendente com descendente.

Sua análise, contudo, se realizou para Rio Claro, que passava por um processo histórico diferente de Santo Amaro. No momento da sua pesquisa, ela o definiu da seguinte forma (op. cit., p. 242):

“O município de Rio Claro, localizado na rota do café rumo ao Oeste de São Paulo, no período considerado, não mais está (p. 242) entre aqueles de maior produção, mas continua sendo influenciado pela cafeicultura, sua principal atividade agrícola. Plenamente integrado à economia de mercado e à malha ferroviária paulista, este local se caracteriza, também, por apresentar naquele tempo um núcleo urbano desenvolvido e uma zona rural que se divide entre grandes fazendas cafeeiras e áreas de predomínio de pequena propriedade dedicada à agricultura de subsistência e à pequena produção cafeeira.”

Portanto, aparentemente, uma realidade completamente distinta de Santo Amaro. Aparentemente porque, para o mercado de casamentos, a realidade era muito parecida. Havendo mesmo um desequilíbrio entre os sexos, a realidade santamanrense se equivale à rio-clarense.

Já para o período posterior, de 1911 a 1917, os dados mudam consideravelmente. Tal período é marcado por crises sucessivas, sejam tanto elas do ponto de vista da demanda por mão de obra, o Brasil, quanto pela oferta, a Itália. A imigração subsidiada teve o seu fim, principalmente por causa do Decreto Prinetti baixado pelo governo italiano a 26 de março de 1902 que foi reforçado com mais duas circulares expedidas a 2 de setembro e a 26 de novembro de 1904. Este decreto proibia a imigração subsidiada de italianos para o Brasil. Além disso, em 1905, o Conselho da Emigração da Itália proibiu também o embarque de estrangeiros por meio de seus portos, golpe bastante eficaz à imigração subsidiada. Denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas de café e as dificuldades enfrentadas pelos italianos foram a mola propulsora para a proibição.

Pelo lado da oferta de mão de obra, o problema do desemprego, sobretudo no sul da Itália e o serviço militar continuaram a expulsar grandes quantidades de pessoas para fora do país, mais notadamente para os Estados Unidos. Hutter (HUTTER, 1986, p.2) estimou em 873.000 emigrantes o volume que em 1913 deixaram a península, e “*dois terços deles atravessaram o oceano*” para ter como destino a “*América Latina, aos Estados Unidos e à Austrália.*”

Do lado da oferta, o Brasil, desde finais do século XIX, a superprodução de café agravou as condições de trabalho nas fazendas, pois como explica Hutter (op. cit., p. 111) *“muitos fazendeiros, por volta de 1907, achavam-se em condições econômicas precárias e impossibilitados de manter os contratos firmados com os trabalhadores. Isto trazia não só prejuízo financeiro a estes, como também dificultava a sua fixação na terra.”* Estas condições de produção forçaram os preços para baixo e arruinaram muitos produtores, fato que piorava as condições trabalhistas já deterioradas e aumentava o fluxo de trabalhadores para as cidades. Na opinião de Cano (CANO, 1977, p. 126), a resolução do problema da mão de obra realizada pelo café, resolveu automaticamente o problema para a indústria, pois o êxodo rural proporcionado pelo período de crise de 1898 a 1907, reforçou o suprimento urbano de mão de obra. Como muitos destes não eram agricultores de ofício, segundo Hutter (op. cit., p. 116/7) *“se retiram para os centros urbanos, não eram agricultores, mas exerciam outras profissões, como: pedreiros, carpinteiros, mineiros, canteiros, fabricantes de enxofre, refinadores de açúcar, tecelões etc. Entre as mulheres, era frequente encontrarem-se domésticas não afeitas aos serviços da lavoura.”* Os italianos que se fixaram em Santo Amaro comprovaram tal hipótese.

Tabela 1.13 - Casamentos por origem (1911 a 1917)

Origem	Quantidade	Percentual
Italianos com italianos	3	12,5
Italianos com brasileiros	6	25
Descendente com brasileiros	9	37,5
Italianos com outros imigrantes	1	4,2
Italiano com descendente	2	8,3
Descendente com descendente	2	8,3
Descendente com outros imigrantes	1	4,2
Total	24	100

Fontes: Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1911 a 1917 - Cota 28 - 2 - 22 (livro 13), ACMSP.

Pela tabela 1.13, pode-se perceber, primeiramente, uma queda das uniões com italianos natos e um crescente número de uniões entre os seus descendentes. As uniões entre os dois perfizeram exatamente 12 para cada. Ocorreu ainda uma pulverização dos tipos de uniões. Ao contrário do período anterior onde todos os italianos e descendentes relacionados eram homens, neste período encontrou-se a ocorrência de mulheres italianas e descendentes nas uniões com outros grupos. Das uniões envolvendo italianos com brasileiros, três delas foram de mulheres italianas com homens brasileiros; e, uma italiana se casou com um descendente de italianos. Dos descendentes casados com brasileiros, em quatro ocasiões era a noiva a descendente. Neste segundo período, o desequilíbrio entre os sexos foi aparentemente superado. Somente dois descendentes se casaram intragrupo. Ou seja, uma ocorrência extra grupo muito maior que comparativamente aos dados encontrados por Bassanezzi (BASSANEZZI, 1990, p. 246) onde 90% dos filhos de italianos se casaram dentro do grupo. É provável que seja esta uma particularidade dos italianos de Santo Amaro e que isto signifique que sua estratégia de sobrevivência tenha sido a de se unir com os locais para efetivamente se fixarem à pátria hospedeira. Ainda sobre o grupo dos descendentes, quatro deles eram oriundos do interior do estado. Das uniões com elementos fora dos dois grupos, um italiano casou-se com uma polonesa e uma descendente com um imigrante sírio.

Para o terceiro período, os números encontrados reforçam a tendência do período anterior.

Tabela 1.14 - Casamentos por origem (1917 a 1924)

Origem	Quantidade	Percentual
Italianos com italianos	2	6,06
Italianos com brasileiros	2	6,06
Descendente com brasileiros	19	57,6
Italianos com outros imigrantes	-	-
Italiano com descendente	4	12,12
Descendente com descendente	4	12,12
Descendente com outros imigrantes	2	6,06
Total	33	100

Fontes: Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1917 a 1924 - Cota 08 - 1 - 36 (livro 13), ACMSP.

O número de descendentes casados com brasileiros se destacou entre as uniões com quase 60% do total, o que reforça a hipótese levantada para o grupo anterior. Os italianos fixados em Santo Amaro tiveram como estratégia unir-se com os locais. Destes descendentes, oito deles já eram filhos de italianos com brasileiros, reforçando a integração entre os grupos. Já entre as uniões de descendentes com descendentes, nenhuma delas continha elementos brasileiros entre os pais. Os italianos natos estiveram presentes em uma pequena parte das uniões, ou seja, em somente oito, ou 24,24%, um dos noivos, ou os dois, eram italianos natos. Não ocorreram uniões de italianos com outros imigrantes. Neste grupo, foram três as mulheres italianas que se uniram com não italianos, sendo que duas se casaram com descendentes e uma com brasileiro. Em cinco das uniões com cidadãos italianos, atipicamente, a presença das mulheres italianas foi maior que a dos homens. Chama atenção neste grupo também a forte presença de paulistanos, pois em 9 deles um dos cônjuges era oriundo da Capital, ou seja, em quase 30%, destes 5 eram descendentes de italianos. Os cidadãos de São Bernardo apareceram em 3 das uniões, e todos eles eram descendentes; os oriundos do interior do estado apareceram em 11 delas, e, em 9 deles o cônjuge era descendente; e, 3 os de outros estados, porém todos eles eram descendentes de italianos.

Analisando as 19 uniões com descendentes de italianos, as descendentes estavam em 10 deles, ou seja, mais que a metade. Destas, sete se uniram com brasileiros; duas com cidadãos portugueses e, uma com italiano. Portanto, a maioria delas se casou fora do grupo.

Tal análise reforça também a hipótese levantada pela historiografia de que os imigrantes das áreas urbanas tendiam a se matizar de forma mais rápida com a população brasileira que os das áreas rurais e também, indiretamente, que seus filhos se consideravam brasileiros, pois procuravam se unir com brasileiros, tanto os homens quanto as mulheres de forma quase equilibrada.

Foram ao todo 82 matrimônios entre italianos natos, seus descendentes, imigrantes de outras nacionalidades e brasileiros. Entretanto, considerando o universo total das informações fornecidas pelo documento, pode-se incluir também os dados sobre os padrinhos e os pais dos nubentes. Portanto, utilizando o critério de registros, são ao todo 328. São estes seus pormenores que revelaram informações sobre as alianças que os imigrantes realizaram por meio do consórcio para se fixar e integrar a terra e, mais ainda, esclareceram dúvidas sobre a origem de alguns imigrantes que os estudos de outros documentos não conseguiu dissipar. Além disso, permitiu a visualização das mulheres, grupo que dificilmente teve visualização por meio da documentação consultada. Ao estudar a São Paulo oitocentista, Maria Odila Leite Dias (DIAS, 1984, p. 9) observou sobre as mulheres que a *“sua presença era ostensiva na cidade, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam”*. Em Santo Amaro não foi muito diferente, pois sua presença na vida cotidiana da Vila foi parcamente registrada. Mais importante foi a visualização da mulher italiana e perceber sua inserção na sociedade por meio do casamento.

Quanto às idades esperava-se que os noivos fossem mais velhos que as noivas e, de fato, isso foi percebido. Em somente sete deles as noivas eram mais velhas que os noivos, no entanto, em dois dos registros não há a idade delas. Porém, no período de 1887 a 1911, há 14 registros de 25, portanto em 56% deles onde não havia registrada a idade de nenhum deles. Era muito comum que os imigrantes perdessem seus documentos durante a longa travessia do Atlântico e muitos deles tinham dificuldade de informar as suas datas de nascimento, principalmente os oriundos da zona rural. Dos registros constantes das datas de

nascimento tem-se que a média de idade dos noivos foi de aproximadamente 31 anos para o período de 1887 a 1911; a idade média delas foi de aproximadamente 25 anos. As amplitudes máximas e mínimas foram de 64 e 20 para os homens; e de 52 e 16, para as mulheres. Esta idade média obtida para as mulheres é uma idade alta para os padrões da época, porém se forem observadas as amplitudes máximas do pequeno grupo considerado perceber-se-á que a média foi puxada para cima pela mulher mais velha do grupo. A idade dos homens está dentro dos padrões. Para o grupo posterior, de 1911 a 1917, tem-se para os homens uma idade média de 27 anos, e amplitudes máxima e mínima de 45 e 20 anos; para as mulheres, a média de idade foi de 21 anos, e suas amplitudes máxima e mínima de 40 e 15 anos. Para o período seguinte, a idade média dos homens foi de 29, com amplitudes máxima e mínima de 64 e 19 anos. Para as mulheres a média foi de 20 anos, e as amplitudes de 44 e 16 anos. Portanto, para os italianos de Santo Amaro, mesma a idade das noivas não pode ser considerada precoce e não ocorreram grandes variações de idade entre os três períodos. Mesmo o estudo das amplitudes não revela que as pessoas se casaram precocemente, mesmo considerando as noivas, que em geral se casavam mais cedo. Em apenas três dos casamentos havia cônjuges com idades entre 15 e 16 anos. Foram pouco numerosos também os consórcios envolvendo pessoas mais velhas e em segundas núpcias por motivos de viuvez.

Uma explicação razoável para estas idades maiores no casamento talvez esteja no fato de que as pessoas consideradas eram do meio urbano na sua maioria, ou pelo menos, estavam se mudando para o meio urbano, no caso das noivas. A maioria dos italianos e italianas considerados nestes casamentos era oriundos da zona urbana, pois ou eram os próprios capitães das unidades de negócios ou eram relacionados parentalmente com eles. Em quatorze dos registros, os italianos não tinham nenhum relacionamento com os registros de Industrias e Profissões. Em um dos casos, os contraentes tiveram como padrinhos Abramo Montanaro e Zocca Angelo, que eram ambos procedentes da zona urbana. Montanaro possuía uma carpintaria e Zocca era cunhado de Montanaro. Provavelmente o noivo, José Saggin, tinha alguma relação comercial com um dos dois, mas com certeza era morador da Vila e realizava alguma profissão urbana. É o mesmo caso de João Zanguello, que teve como padrinhos dois comerciantes italianos. Já no caso de Alberto Pelosi com Guilhermina de Oliveira Branco havia a observação de que ele era

soldado do grupo de permanentes e estava estacionado em Santo Amaro. Algumas italianas já em idade avançada para a época, firmaram seus compromissos com homens já também em idade avançada. Em um dos casos, o de Septimo Gianini com Filomena Gianini, ambos italianos, ele com 67 anos e ela com 52, embora não exista o registro, acredita-se que eles já estivessem unidos antes do consórcio. Uma das razões é a idade e origem de ambos; uma outra razão é o fato de que em 1897, há o registro da perda de um feto feminino por inviabilidade. A principal razão, contudo, é ela ter se registrado já com o nome Gianini, pois os casamentos entre primos na Itália não são tão comuns e se ela fosse relacionada parentalmente com ele haveria alguma observação por parte do sacerdote.

Entre as grandes diferenças de idade em sete deles ela ultrapassou uma década, por coincidência ou não, quatro deles foram entre brasileiros e italianas; dois entre italianos e um entre um português e uma italiana.

É provável que a constituição urbana destes imigrantes tenha sido a causa principal dos dados obtidos, principalmente no que se refere à idade de primeiras núpcias, porém como observou Vangelista (op. cit., p. 4):

“Os imigrantes italianos estavam presentes em ambos tipos de unidade produtiva – a colônia e a fazenda. Na historiografia e na memória popular fixou-se porém, até agora, a imagem dos italianos das colônias agrícolas, considerados e estudados não só como mão de obra, ou pela contribuição que deram à produção do café, mas também – e talvez mais – pelos aportes culturais, sociais, demográficos, tecnológicos, evidenciados e conservados muito mais no âmbito “fechado” das colônias do que no sistema mais aberto e fluido das fazendas.”

Comparando os dados obtidos sobre as idades de primeiras núpcias por Andreazza, para imigrantes ucranianos no Paraná, sendo 25,4 para os rapazes e 21 para as moças; por Bassanezzi, para imigrantes italianos em Rio Claro, sendo 20 para elas e 24 para eles, com os de Wrigley para o padrão de matrimônio europeu no século XIX, 23 para os homens e 21 para as mulheres, percebe-se que em Santo Amaro, os imigrantes italianos estavam se casando mais tarde, principalmente os homens e mesmo as mulheres.

Os italianos de Santo Amaro mostraram um padrão diferenciado de estratégias de casamento fora do grupo, pois mesmo tendo aumentado a proporção de casamentos mistos com o passar do tempo, o último grupo apresentou uma ligeira queda na participação total

dos casamentos, embora tenha ocorrido um aumento do número absoluto de casamentos. Percebe-se também que desde o início de sua fixação no núcleo urbano, as taxas de casamento mistos foram altas, tendo sido mais da metade dos casamentos totais.

Tabela 1.15 – Casamentos fora do grupo

Período	Quantidade	% do total
1887 a 1911	14	52
1911 a 1917	17	70,8
1917 a 1924	23	69,7

Fontes: Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911 - Cota 4 - 1 - 4 (livro 11), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1911 a 1917 - Cota 28 - 2 - 22 (livro 13), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1917 a 1924 - Cota 08 - 1 - 36 (livro 13), ACMSP.

1.2.3 – Estratégias matrimoniais

Um fato marcante foi a sua rápida integração à população. De um modo geral, em Santo Amaro o imigrante italiano buscou alianças com os locais para garantir a sua permanência. Ao contrário do que se verificou com outras comunidades de estrangeiros no Brasil, como observou Andreazza para um grupo de ucranianos no interior do Paraná o elemento italiano buscou fora da sua comunidade o seu enraizamento a nova terra.

É sempre importante lembrar que os casamentos desta época ainda possuíam a forte marca de ser uma espécie de aliança ente famílias, muito mais que consórcios românticos, não que eles não tivessem existido, mas que foram de certa forma raros. Apenas em um deles a documentação revela que podem não ter havido influências parentais na sua composição, que foi o de Humberto Alfredo Bronzoni com Antonia Maria de Jesus, ocorrido em 27 de maio de 1911. O que chamou a atenção foi a inscrição do padre que o realizou de que os nubentes não receberam as bençãos nupciais. Em parte deve ter ocorrido pela idade da noiva, que tinha apenas 16 anos, porém em uma época que ainda se casava muito cedo, não explica totalmente a sua falta. A baixa idade não foi, contudo,

impedimento de outros dois casamentos onde uma das noivas tinha apenas 15 anos e a outra os mesmos 16. Segundo a legislação canônica que normatizava a realização dos casamentos no Brasil Colônia, as mulheres estavam aptas ao consórcio a partir dos 12 anos de idade e os homens dos 14 anos. O Decreto 181 de 24/01/1890, o mesmo que regulamentou o registro civil de casamento, alterou as idades para 14 anos e 16 anos, para mulheres e homens respectivamente. Em seguida, o Código Civil de 1913 postergou para 16 anos a idade mínima para o casamento das mulheres e 18 anos para os homens. Portanto, a noiva tinha idade legal para o casamento. Entretanto, a falta de dados mais detalhados a respeito da nubente podem fornecer hipóteses mais prováveis. Teria sido ela negra ou mestiça? É provável, pois não existem dados sobre os seus pais nem sua data de nascimento, ausências muito comuns aos mais pobres e aos deserdados do sistema. Também não houve padrinhos, ou seja, não se estabeleceram alianças neste matrimônio, provavelmente pela sua ausência, pois a moça, além de tudo não deveria ser parte das relações sociais estabelecidas pela família do noivo. Causa estranhamento, contudo, a posição contrária do sacerdote. Seria ela de outra religião? É possível, mas improvável. Os protestantes, o grupo não-católico mais numeroso à época, tinha entre os seus crentes uma maioria de imigrantes de origem germânica e a sua inserção no meio se dava por meio da família, portanto, se ela fosse protestante deveria conhecer a sua família. É possível que o grande distanciamento social tenha dificultado o consórcio, pois Humberto era dentista, filho do italiano Alfredo Bronzoni que também foi dentista na Vila, que, no entanto, já era casado com uma brasileira.

Segundo explica Bacellar (BACELLAR, 1991, p. 55), as relações matrimoniais das camadas mais bastadas da sociedade seguiam rígidas regras e responsabilidades, pois cônjuge *“carregava consigo um patrimônio econômico, político e social, herdado dos pais, e que não deveria ser dispersado, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio. Assim, um casamento poderia significar o reforço de uma aliança política ou econômica, ou mesmo a criação de nova aliança”*. Eni de Mesquita Samara (SAMARA, 1990, p. 2146) afirma que entre *“os grupos dominantes, interessados em perpetuar as fortunas e privilégios adquiridos, a família era um instrumento estratégico, o que de certa forma contrastava com os demais segmentos sociais que optavam por uniões ilegítimas e papéis informais.”* Tais estratégias fazem sentido para os que desejam perpetuar alianças e privilégios, além de

status social. Para os recém-chegados, uma aliança com os grupos dominantes é uma questão de possibilidade de inserção na sociedade hospedeira. Porém, nem sempre é possível realizá-las.

Chama a atenção o fato de que nenhum italiano, ou seu descendente, tenha ocupado cargos políticos de destaque enquanto a Vila foi autônoma. Uma das respostas possíveis está na falta de alianças com os grupos dominantes. Não foi fruto de uma estratégia de grupo, porém. Foi uma confluência de estratégias individuais.

Mesmo o número de eleitores entre os italianos foi relativamente baixo. Poucos foram os que abandonaram a cidadania italiana, exigência para se inscreverem como eleitores. Em 1890, apenas dois italianos estavam inscritos como eleitores: Braz Galiano e Affonso Vitale. Embora ambos tenham se casado com brasileiras, suas uniões foram pouco significativas no aspecto político, mesmo tendo os dois como padrinhos de casamento pessoas ligadas à administração do município. Antônio Forster, padrinho de Braz Galiano, foi intendente. Thiago Baptista da Luz Mendes e Luiz Gonzaga de Miranda Guerra, padrinhos de Vitale, foram funcionários graduados da administração e vereadores. Coincidentemente são os primeiros italianos a serem registrados como donos de unidades de negócios. Vitale foi mais bem sucedido que Galiano, provavelmente porque sua vida foi mais longa. Isaías Branco de Araújo, que foi vereador por algumas legislaturas, foi padrinho em dois casamentos de filhos de italianos: de Amadeu Mendes Bronzoni, filho de Alfredo Bronzoni, dentista na Vila e; de Carmela Bochiglieri, filha de Affonso Bochiglieri, sapateiro. Não foram encontradas outras relações do mesmo gênero. Segundo o Diário Oficial de 22/05/1904, existiam 12 eleitores italianos registrados, um número muito pequeno considerando que em 1891, o número de eleitores no município era de 242, ou seja, apenas 5%. Todos eles estavam registrados no Livro de Indústria e Profissões com unidades de negócios. Para os irmãos Montanaro, todos os três inscritos como eleitores, a inscrição aparentemente ajudou a manter a edilidade como cliente de sua marcenaria, embora não seja possível afirmar categoricamente que tenha havida relação com os dois fatos, pois foram por anos a fio a única na Vila, havia porém sempre a possibilidade de se realizar os serviços em São Paulo, como tantos outros. Antônio Forster também foi padrinho do filho de Eugenio Montanaro, Luiz Valentino Montanaro. À data do consórcio, Forster não estava mais ligado à administração pública, sendo proprietário do único cartório

da Vila. Em outras três uniões, pela grafia de seus títulos, os padrinhos foram pessoas importantes na sociedade. Os consórcios de João Santini com Clemencia Christina de Jesus e de Diniz Fernandes Fontinha com Angelina Monsillo também tiveram como padrinhos pessoas ligadas à administração da Vila. Santini foi zelador do Cemitério Municipal e João Pires de Almeida era ligado à administração pública do município. No consórcio de Monsillo com o português Fontinha, o padrinho foi Felipe Laborde que foi procurador do município.

Em oito uniões, os padrinhos estavam ligados às ocupações profissionais dos noivos ou de seus pais, sendo que em três delas havia a presença de imigrantes sírios ou como noivo, ou como padrinhos. Todos eles eram comerciantes. O noivo foi Feres Elias com Josephina Gianinni, filha de Sétimo Gianini; os padrinhos Kaliol Faris, nos casamentos de Pompeo Bassi com Maria Placoná, e; Alexandre Bechara, de Arminio Delprá com Hipólita da Silva. Em ambos eram todos ligados às atividades comerciais, tanto pais dos noivos, como padrinhos. Não se pode dizer que estas uniões com imigrantes sírios tenha sido comum, sendo Santo Amaro, portanto, uma exceção.

Das possíveis ligações entre os pais dos noivos, noivos e padrinhos foi encontrada uma ligação entre Gianini Setimo, pai de Josephina Gianinni, e Paulinetti Andrea, italiano nato e padrinho na união. Além de serem ambos comerciantes, Gianinni e Paulinetti possuíam uma data de terra na rua Santo Antonio, conforme o requerimento de fechamento do terreno datado de 26 de outubro de 1903. Paulinetti se estabeleceu em Santo Amaro em 1895, um ano antes de Gianinni, porém esta sua unidade de negócios não prosseguiu, tendo estabelecido outra somente em 1914 e que perdurou por pelo menos vinte anos. Portanto, é possível que tenham se conhecido antes de chegarem à Vila. São três as possibilidades de terem estabelecido as relações de amizade: serem oriundos da mesma cidade na Itália, no navio ou na fazenda onde trabalharam no Brasil, estabelecendo que efetivamente trabalharam em fazendas, o que pode não ter acontecido. Além das atividades comerciais com gêneros alimentícios e bebidas, os dois tiveram torrefações de café e, portanto, esta atividade deve ter sido aprendido na Itália. Hutter (HUTTER, 1986) cita que muitos profissionais especializados emigraram da Itália principalmente no início do século XX. À época do casamento, em 09 de junho de 1912, Paulinetti ainda não estava estabelecido e pode ter sido empregado de Gianinni, pois não há registros de suas atividades comerciais

entre 1895 e 1914. Ao analisar o Livro de inhumação de 01/01/1910 a 19/03/1923, foi encontrada uma possível relação entre Gianinni e Paulinetti. Philomena Gianinni, esposa de Setimo Gianinni era filha de Giovanni Domenico Paulinetti, que pelo nome de família deve ter sido também pai de Andrea e, assim, eles podem ter sido cunhados. Não é possível afirmar com certeza, porém as evidências documentais indicam que há grande probabilidade de ter sido esta a relação entre os dois.

Ainda ligados ao comércio foi a união de Giovanni Zanchelo com Bassi, o primeiro nome da noiva foi omitido no registro e; entre Cesarino Formigoni com Dita Busoli, cujos dois padrinhos italianos eram comerciantes na Vila, além do noivo. Não há os nomes dos pais no registro, porém o nome de família da noiva indica ser parente de Luigi Busoli, também comerciante. O carpinteiro Giuseppe Sagine uniu-se a Maria Christofori, e Abramo Montanaro foi seu padrinho. É bastante provável que Giuseppe tenha sido funcionário de Montanaro.

No ramo das olarias também ocorreram uniões em dois consórcios. No casamento de Henrique Beccari com Maria Felipe, em 27 de abril de 1912, os padrinhos foram Henrique Pongiluppi e Ermanti Pongiluppi, irmãos e sócios em olarias. Beccari, provavelmente era empregado dos dois, e abriu sua própria olaria em 1921. A noiva era filha de Maria Antonia Xavier e, como só consta seu nome no registro, ela era provavelmente filha de mãe solteira. Giovanni Capadina casou com Caetana Beccari, irmã de Henrique e teve Ermanti Pongiluppi como padrinho.

Tal estratégia é explicada por Bassanezi (BASSANEZI, 1990, p. 248) que atribui *“às condições de vida e trabalho que permitem, ou não, agrupar em um mesmo local, ou próximo a ele, pessoas de uma mesma origem.”* Ou seja, as pessoas, imigrantes ou não, tendem a se unir com pessoas próximas ao seu mundo pessoal. Portanto, pessoas ligadas ao ramo do comércio, das olarias ou de qualquer outra atividade, procuravam se unir com quem estava próximo ao seu estilo de vida.

As estratégias matrimoniais entre eles, pode-se dizer, foram mais abertas quanto à origem social dos contraentes. Uma parcela considerável dos italianos casados em Santo Amaro casou-se com brasileiros, entre os recém-chegados e seus filhos.⁸⁵

⁸⁵

A busca no Livro de casamentos pelos nomes de família permitiu encontrar os matrimônios realizados entre as italianas e brasileiros ou imigrantes de outras origens.

Para Petrucelli (PETRUCELLI, 1998 p. 1207), “*é o casamento que garante a reprodução social dos grupos domésticos envolvidos na união*”, significando que as escolhas conjugais ultrapassaram, muitas vezes, as escolhas individuais para favorecer as estratégias do grupo. Nos grupos imigrantes, ao que parece, esta escolha pelo grupo parece ter sido mais forte. Bassanezi e Andreazza em seus trabalhos perceberam uma forte motivação de grupo para marcar as uniões. Ambas notaram que a *matriz cultural* do imigrante foi um dos fatores determinantes para os seus padrões de casamentos. Andreazza (1998) observou ainda que no seu grupo de imigrantes ucranianos estudado, as opiniões do padre da comunidade eram obedecidas e, também os pais eram muito influentes na escolha dos parceiros. Segundo ela (op. cit., p. 1125), “*as mulheres que se casaram nesse período afirmam que não eram os jovens que escolhiam seus noivos, mas sim os pais, como era costume na Europa*”. Bassanezi (1990) observou, entretanto, que as tradições trazidas da terra provavelmente influenciaram os padrões de casamento dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. Para ela, porém, não só as tradições ancestrais, mas principalmente as condições e os termos de vida encontrados no país hospedeiro determinaram as estratégias e as escolhas matrimoniais.

Ao analisar os imigrantes italianos localizados em Santo Amaro comparando-os com os italianos de Bassanezi e os ucranianos de Andreazza chega-se à conclusão que a inserção em meios urbanos ou rurais, o tamanho das cidades de fixação, o número da comunidade do seu país, as ofertas de empregos ou as possibilidades de exercer as atividades profissionais trazidas do país de origem e ainda mais a razão entre os sexos são fatores determinantes para a escolha das uniões.

Os italianos localizados na Santo Amaro do final do século XIX e início do século XX foram uma comunidade internacional pequena tanto numericamente quanto à sua proporção entre a população nativa; os estrangeiros no geral tiveram pequena participação na sociedade santamarense. Portanto, suas opções de casamento entre seus iguais eram numericamente reduzidas, ainda mais se for considerado que sua chegada a Vila não foi fruto de planejamento coletivo, mas sim individual, ou no máximo, familiar. Foram poucos os casos concretos de famílias que se conheciam e mantiveram os laços de parentesco ou de amizade. Ao contrário, estes laços foram criados em Santo Amaro com seus conacionais, em alguns casos; com os locais, em outros, ou com outros imigrantes.

Todos eles exerceram funções tipicamente urbanas ou adaptadas à realidade urbana de seu tempo e, provavelmente, a maioria deles exerceu atividades aprendidas da Itália. Tiveram, portanto, que se relacionar com os locais, pois não existiram grandes oportunidades de empregos, portanto a opção pela unidade de negócio própria seja estabelecida, seja esporádica, era uma estratégia de sobrevivência. As dinâmicas de relacionamentos sociais em comunidades pequenas são de proximidades de relacionamentos muito maiores que nas comunidades grandes. Ainda mais na Santo Amaro predominantemente rural com um núcleo urbano pequeno até a década de 30 do século XX, em transformação, porém em velocidade mais lenta que a observada na sua vizinha São Paulo.

Comparativamente, a estratégia matrimonial do típico colono italiano da fazenda de café era de formar a família, ou de trazê-la já pronta, para o trabalho. Apesar de discordâncias quanto ao tamanho das famílias, os autores que estudaram a família de colonos concordam que ela era essencial para a sobrevivência no meio de trabalho. Bassanezi (BASSANEZI, 1984, p. 2198) coloca que:

“Ao contratar os serviços do colono o fazendeiro estava contratando o trabalho de toda a família e cada chefe assumia a responsabilidade pela execução das tarefas em que a família ou pelo menos seus elementos trabalhadores deveriam desempenhar. A família aparece no colonato como unidade de produção e a denominação colono conseqüentemente passa a significar, não o trabalhador isolado, mas seu núcleo familiar.”

Ainda sobre os colonos nas fazendas de café e a necessidade do trabalho em família, Bassanezi (op. cit., p. 2198-9) afirma:

“Neste contexto, a família aparece para o colono como parte de sua condição de vida, como alternativa de organização de vida cotidiana tornada necessidade. O colono dependia da cooperação familiar para assegurar pelo menos o mínimo de sua subsistência, para se manter sem dívidas e também a manutenção desta cooperação aparecia a ele como um incentivo para a formação de um pecúlio. Maximizar seus rendimentos monetários ou não monetários dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família, assim como ao consumo do estritamente necessário.”

No mundo urbano, a família, muito pelo contrário, não é fator de sobrevivência. As necessidades monetárias são maiores, há pequenas oportunidades de complementar os víveres com a produção própria dependendo do tamanho dos lotes em que vivem ou das suas condições ambientais. Segundo as Atas da Câmara, a criação de pequenos animais como porcos e galinhas, era comum no perímetro urbano. Mesmo sendo o centro de comércio da região, as atividades rurais ainda eram predominantes na economia da Vila. Com o crescimento urbano, estas pequenas características rurais vão sendo substituídas por outras de cunho mais urbano. Tornando, portanto, maiores os gastos com a família.

Por meio da relação dos casamentos ocorridos em Santo Amaro, é possível verificar as relações entre os imigrantes e os locais, pois a escolha dos padrinhos de casamento indica as amizades, os parentescos e as relações profissionais. Há na escolha dos padrinhos um forte componente de estabelecimento ou fortalecimento das relações pessoais, ou seja, eles são escolhidos dentro do círculo de vivência das pessoas. Muitas vezes, a escolha de um patrão como padrinho de casamento indica uma vontade de ambos de se aproximar e de estabelecer relações sociais mais íntimas. Portanto, pela nacionalidade dos padrinhos pode-se perceber se a intenção dos cônjuges era a de se aproximar com os locais ou de se manter as relações dentro do próprio grupo.

A análise se dá nos casamentos de italianos com italianos, italianos com descendentes e descendentes com descendentes, pois nos casamentos fora do grupo já está implícita a intenção de matizar com os grupos locais. O total de uniões analisadas foi de 43, sendo 31 de italianos com italianos, 6 de italianos com descendentes e 6 de descendentes com descendentes.

Tabela 1.16 – Origem dos padrinhos nos casamentos de italianos e descendentes (1887 a 1924)

Origem	Quantidade	Percentual
Ambos italianos	20	46,5
Italianos com brasileiros	10	23,26
Brasileiros	9	20,93
Não declarados	4	9,3
Total	43	100

Fontes: Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911 - Cota 4 - 1 - 4 (livro 11), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1911 a 1917 - Cota 28 - 2 - 22 (livro 13), ACMSP; Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1917 a 1924 - Cota 08 - 1 - 36 (livro 13), ACMSP.

Em quase a metade das uniões ambos os padrinhos eram italianos. Se forem somadas as participações de italianos como padrinhos, na composição com brasileiros, este percentual sobe para 67%. Em pouco mais de 20%, ambos os padrinhos eram brasileiros. Deve-se considerar que o número de uniões onde não havia o registro dos nomes dos padrinhos era de quase 10%, não é possível saber se a falta do registro se dava pela opção de não ter os padrinhos ou se eles foram omitidos pelo pároco. Portanto, nos casamentos onde o elemento italiano foi predominante, as suas relações eram igualmente entre o seu grupo. Daí se detém que estas pessoas preferiram no momento de se unir em matrimônio manter as suas relações sociais dentro do próprio grupo.

Ainda, há nas relações de casamentos quatro famílias oriundas da mesma província de Mantua, as famílias Pongiluppi, Formigoni, Botura e Bassini. É possível que os Botura e Bassini tenham acertado o casamento ainda na Itália. Entre as famílias Pongiluppi e Formigoni, as relações foram de apadrinhamento, pois Enrico Pongiluppi foi padrinho de casamento de Victalina Formigoni, filha de Casemiro Formigoni, que possuiu uma unidade de negócios e Seccos e Molhados na Vila durante os anos de 1897 até 1900. O noivo, entretanto, não era italiano, mas de Atibaia, interior de São Paulo. Não há indicações de que tenha sido um segundo consórcio de nenhum dos dois, porém as idades avançadas de ambos, 48 anos o noivo e 44 anos a noiva, indicam que tenha sido este o caso. A mãe do

noivo, Maria André Klein, pertencia a uma família imigrante alemã da primeira leva de 1827. É possível que também os Bassi sejam oriundos da mesma região na Itália, pois no casamento de Giovanni Zanquello com a noiva Bassi, Alfredo Formigoni foi padrinho e na união de Angelo Cechi com Antonia Scalise, os padrinhos foram Cenerino Formigoni e Benjamin Bassi. Alfredo e Cenerino eram irmãos.

Entre os Pongiluppi, há também o caso dos irmãos Crescencio e Ermante terem se casado com as irmãs Luisa e Maria Panazza em um intervalo de três anos. Em ambos os casamentos, os padrinhos eram italianos. É provável que as irmãs também sejam da província de Mantua, porém não há indicação da localidade de origem em nenhum dos dois casamentos.

Além destes, os Bassi tinham relações com os Scalise, pois Rafael Scalise foi casado Carolina Bassi, uma provável filha de Attilio Bassi e Benjamino Bassi foi padrinho de casamento de sua filha Antonia Scalise com Angelo Cechi. E o das famílias Libardi com Avancini, pois Carlo e Leopolda Libardi já chegaram casados ao Brasil e trouxeram consigo o irmão de Leopolda, Angelo Avancini.

1.3 – Análise dos óbitos

Foram pesquisados seis volumes do Livro de Inumação do Cemitério de Santo Amaro, sendo o primeiro iniciado em 3 de novembro de 1890 e terminado 4 de junho de 1892 e o último iniciado em 20 de novembro de 1933 e terminado em 29 de setembro de 1937. As informações a respeito dos anos de 1936 e 1937 foram necessárias para estabelecer as datas de falecimento de alguns dos italianos relacionados no trabalho. As informações encontradas nos documentos, com poucas lacunas e omissão, foram os nomes dos imigrantes, a idade na data de falecimento, a filiação, a origem, a causa da morte, a data de falecimento e se a sepultura foi paga com recursos próprios ou paga com recursos municipais dado que indica a situação econômica do imigrante ao falecer. Por meio deste documento é possível estabelecer as causas mais comuns de óbito, a idade média de óbito dos imigrantes, a mortalidade infantil e suas causas e, mais importante, os imigrantes que não possuíam unidades de negócio. Por característica deste documento, não é possível perceber as crianças frutos da união entre mulheres italianas com brasileiros ou outros

imigrantes, que a pesquisa mostrou terem ocorrido com frequência, pois os registros mostram apenas o nome do pai e, na maioria das vezes, era registrado apenas o primeiro nome da criança sem o seu nome de família.

A informação “causas da morte” é a que apresenta maior índice de lacunas provavelmente porque nem sempre era possível por razões técnicas indicá-la com precisão. Em alguns registros, as causas foram incompreensíveis tanto pela escrita de quem registrou o documento quanto pelos termos utilizados na época, porém alguns deles com uma pesquisa mais apurada puderam ser compreendidos. Outras foram escritas de diversas formas dependendo de quem as registradas como, por exemplo, a enterocolite. Cabe aqui também o termo “vaga” utilizado por Venâncio (VENÂNCIO, 1999, p. 113) para caracterizar os registros médicos da época nas duas cidades que pesquisou as Casa da Roda, Rio de Janeiro e Salvador. Frequentemente, segundo ele, os médicos confundiam os sintomas com as causas. Um exemplo, dado por ele, foi a morte por “aftas”, as quais poderiam “*ser de natureza sífilítica, ou decorrer da inflamação generalizada no aparelho gastrointestinal, havendo ainda a possibilidade de as aftas resultarem de estomatite aftosa ou de fungos tropicais*”. Bem é verdade que a Medicina da época deixava muito a desejar quanto aos seus métodos e eficácia. Os métodos científicos, ou pasterianos, só começaram a se tornar comuns nas décadas finais do século XIX e início do XX, até então, Medicina e curandeirismo não tinham muita diferença. Era muito comum as pessoas terem medo dos médicos, principalmente pelos seus métodos de tratamento das doenças, como as populares sangrias receitadas para todos os males. Bertoli (BERTOLLI, 2003) conta que durante a epidemia de gripe espanhola em São Paulo, muitas pessoas fugiam dos hospitais, muitos deles improvisados é verdade, por que consideravam encontrar nas casas condições melhores de tratamento. Procedimentos simples como lavar as mãos foram incorporados somente no século XIX e salvaram milhares de vidas.

Para fins da análise, as causas da morte de adultos e de crianças serão separadas e as crianças serão consideradas desde as recém-nascidas até os 12 anos de idade, que era a idade permitida pelo Direito Canônico ao casamento, sendo alterada porém em 1890, mas que ainda serve aos fins do estudo realizado.

A grande taxa de mortalidade infantil era fruto, principalmente da falta de cuidados com a higiene, da falta de alimentação adequada e das moradias inadequadas e outros

fatores. Para Venâncio (VENÂNCIO, 1999, p. 102), a população se acostumou e se adaptou às condições para ela colocadas, pois:

“Numa sociedade em que a morte de bebês era corriqueira, a crença na transformação de recém-nascidos em anjos contribuía para que as famílias suportassem a dor da perda dos filhos queridos. Os pais deveriam encarar a morte dos filhos como uma verdadeira benção do Céu. Aos olhos do século XX, essa afirmação pode parecer inverossímil. O mesmo, porém, não ocorria no Brasil dos séculos XVII, XVIII ou mesmo XIX.”

Talvez pelos motivos acima descritos, Amaro Pedro de Andrade, morador da Vila de Santo Amaro solicitou à Câmara Municipal em 20 de Janeiro de 1914 *“que se torne perpetuo o terreno onde se acha sepultado os restos mortaes de sua filha Izolina”*.

As causas da mortalidade infantil para Venâncio (op. cit., p. 116), não só para os bebês enjeitados mais também para as crianças dos pobres em geral, eram ainda mais básicas, pois eram filhos de *“doentes, subalimentados por amas descuidadas e também doentes, que às vezes davam aguardente para fazê-los dormir, só restava aos enjeitados o caminho da sepultura. Os bebês morriam de fome, sede e frio”*.

Em Santo Amaro o quadro pode ser amenizado dadas suas características de cidade pequena e rural, onde a proximidade das pessoas aumenta a intimidade e, por consequência, os cuidados. Porém, os imigrantes recém-chegados e ainda não integrados ao grupo ficavam mais suscetíveis às agruras da vida de pobreza mesmo contando com uma assistência dos conacionais, considerando que a maioria que chegava tinha seus contatos ou familiares ou de amizade.

Citando a opinião do médico da Casa dos Expostos carioca, dr. Cipriano José de Carvalho, Venâncio (op. cit., p. 114) apresenta um quadro diagnóstico que pode servir para explicar também as causas de morte em Santo Amaro, considerando-se que possuía um clima mais frio e onde a estação fria era maior e mais extensa que o Rio de Janeiro dada também a sua proximidade à Serra do Mar ficando mais exposta à ação das frentes frias que chegavam do sul do continente. Segundo o médico, sempre considerando as crianças expostas, a *“progressão da mortalidade entre os Expostos (...) durante o inverno do ano predito é provavelmente devido ao maior rigor dele, mais avultou a mortalidade entre as*

crianças sendo que os tubérculos mesentéricos, a cachexia, o tétano dos recém-nascidos e a dirreia fizeram então maiores estragos do que nos anos anteriores”.

Embora não existam séries de dados completos para Santo Amaro, é possível, ao analisar os números obtidos por Bertoli (BERTOLLI, 2003, p. 59), enquadrá-la com as características similares de uma região suburbana de São Paulo, como o Butantã e a Vila Mariana, bairros paulistanos limítrofes. Ele caracteriza estas áreas como sendo de colinas, patamares e terraços fluviais, onde os trabalhadores são engajados principalmente nas atividades agrícolas em habitações precárias e ranchos e inexistem benefícios como bondes, telefone e o acesso à cidade é difícil. Deve-se considerar, entretanto, que os italianos aqui retratados são basicamente da área urbana da Vila de Santo Amaro, onde se encontravam alguns aparelhos urbanos como bondes e, para alguns, o serviço de água. Mesmo na área urbana, inexistiam esgotos e a Santa Casa de Amaro só foi fundada no final do século XIX. Mesmo assim, sua caracterização para fins de mortalidade infantil não deve ser tão distante da realidade santamarense. Portanto:

“Tomando por exemplo o principal grupo de moléstias responsáveis pelos óbitos infantis, as enterites, percebe-se que, em 1917, de cada mil crianças nascidas vivas 54,4 faleciam por esta causa nos distritos periféricos, enquanto o mesmo ocorria com 43,9 crianças nos distritos intermediários, 55,8 nas áreas suburbanas e apenas 48,4 na Sé e na Consolação, onde ocorria a ação do hospital da Santa Casa.”

Na tabela 1.17 foram relacionadas as principais “causas da morte” para as crianças italianas de Santo Amaro.

Tabela 1.17 - “Causas da morte” para as crianças italianas até 12 anos

Causas da morte	Quantidade	% do total
Enterocolite	33	19,08
Inviabilidade	21	12,14
Bronquite	7	4,05
Pneumonia	7	4,05
Sarampo	6	3,47
Nascida morta	6	3,47
Febre tifóide	4	2,31
Catarro	4	2,31
Diarreia	4	2,31
Febre verminosa	3	1,73
Coqueluche	3	1,73
Atrepsia (marasmo)	3	1, 73
Gripe broncopneumônica	2	1,16
Febre	2	1,16
Asfixia	2	1,16
Meningite	2	1,16
Eclampsia	2	1,16
Púrpura hemorrágica	2	1,16
Não declaradas	31	17,92
Outras ⁸⁶	30	17,34
Total	173	100

⁸⁶ Foram relacionadas as seguintes enfermidades (em algumas foi respeitada a grafia do documento): vermes intite, febre pernicioso, asfixia por submersão, alvipsia, atssepsia, hemorragia cerebral, arterioedema, hipertrofia cardíaca congênita, dentição, hidropsia, tétano, intoxicação, febre gastro, urecemia, lesão da aorta, infecção intestinal, debilidade congênita, difteria, peritonite, nefrite, arnasaica, hadicleite, dispepsia, insuficiência vital, mitente cardíaca, inanição por decomposição e intoxicação alimentar.

Fonte: Livro de inhumação de 03/11/1890 a 04/06/1892; Livro de inhumação de 1892 a 1905; Livro de inhumação de 1905 a 1909; Livro de inhumação de 01/01/1910 a 19/03/1923; Livro de inhumação de 20/11/1933 a 29/09/1937 vol. 6, Arquivo Municipal de São Paulo.

Chama a atenção primeiramente a terminologia vaga e/ou não conclusiva, como no caso das causas não declaradas que foram próximas à principal causa de morte. Isso indica, provavelmente, que i) estas crianças não receberam auxílio profissional; ii) faleceram na própria residência e/ou outros locais e, iii) as causas dos óbitos não foram conhecidas. É um número bastante alto mesmo conhecendo as dificuldades de saúde pública no Brasil. Quanto às causas não conclusivas e/ou vagas estão “nascida morta”, 3,47%, quando provavelmente também foram encontradas as causas do óbito; “diarreia”, 1,73% e “febres”, 1,16%, onde os termos podem indicar inúmeras enfermidades e são na realidade sintomas e não causas e também a segunda maior causa de óbitos que foi a “inviabilidade”.

A maior “causa da morte”, enterocolite com 19,08% do total, é uma enfermidade ligada principalmente à má higiene, condição comum aos lares oitocentistas; aos alimentos mal digeridos, comum aos pequeninos com aparelho digestório ainda muito jovens que não conseguem digerir a alimentação sólida, principalmente; alimentos em decomposição e avitaminose, condição que pode ter sido comum pelas deficiências alimentares causadas por várias razões, como principalmente à acomodação aos sistemas alimentares do país hospedeiro e à falta de alimentação básica para os recém-nascidos. É muito provável que as “causas da morte” caracterizadas como simplesmente diarreia estivessem na realidade relacionadas com a enterocolite, pois a enfermidade causa fortes diarreias pelo menos de 20 a 40 evacuações por dia. As diarreias e/ou disenterias causadas ou não pela enterocolite foram relacionadas por Venâncio (VENÂNCIO, 1999, p. 114) em seu trabalho sobre as crianças expostas como uma das principais causas de óbito. Mesmo considerando a especificidade do seu assunto, ela demonstrou, pelo menos em Santo Amaro, também ter sido uma causa considerável de óbitos entre os pequeninos.

Por “inviabilidade”, a segunda maior causa de óbitos com 12,14% do total, pode-se entender um sem número de enfermidades que causaram a impossibilidade de a criança nascer viva. Se forem consideradas também a causa “Nascida morta” entre as vítimas, que é na realidade a mesma coisa, o resultado será um número ainda maior, 15,61%, porém ainda não próximo à primeira causa. Entende-se aqui, que como mostrado por Venâncio, a

mortalidade infantil por ser muito alta e pela sociedade entender que o falecimento dos pequeninos os transformava em “anjinhos”, as reais causas da inviabilidade do nascimento não eram procuradas e tampouco estudadas. Inseridos de um mundo onde o catolicismo era também predominante, porém com diferenças rituais profundas, os italianos também compartilhavam esse entendimento visto o grande número de crianças que nem nomes receberam por terem nascido mortos.

O tétano, ao contrário do que era considerado pelas autoridades médicas do Rio de Janeiro para o levantamento realizado em 1868-1876 pelo médico José Pereira Rego, uma das grandes causas de óbito entre as crianças, não foi relacionado para esta pesquisa em Santo Amaro. Também conhecido como “mal-dos-sete-dias”, estava relacionado com a má higiene das parteiras no momento do parto e, principalmente, do corte do cordão umbilical, evitado simplesmente com a lavagem das mãos e dos utensílios. Não foram conhecidos os detalhes dos nascimentos em Santo Amaro, mas sabe-se, pelo Livro de Imposto e Profissões, que existiam parteiras que trabalhavam na Vila, porém, como eram também comuns os partos realizados por mulheres mais velhas da família na própria residência dos imigrantes e eles eram oriundos de uma sociedade onde determinados critérios de higiene já estavam estabelecidos entre a população, é possível que a pouca ocorrência de óbitos relacionados com o tétano, um caso apenas, tenha se dado entre os de origem italiana pelos motivos já elencados. Também não ocorreu entre as causas a “sarna”, outra causa muito comum elencada pelos médicos da época. É possível que estas causas tenham sido muito mais relacionadas aos nacionais que aos imigrantes. Esta não ocorrência de algumas enfermidades comuns ao século XIX e XX indica avanços na questão da saúde pública e nas medidas de higiene, pelo menos dos profissionais envolvidos. A Circular de 12 de Março de 1894 da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior recebida pela Câmara Municipal de Santo Amaro informa que pela Lei nº 37 de 10 de Julho de 1892, foi tornada obrigatória a vacinação com a varíola por meio da vacina animal, portanto, é por esta razão que nenhuma criança foi vítima desta moléstia e sua erradicação foi fruto da continuidade dos procedimentos. Mais adiante, em 1903, em documento padronizado da Directoria do Serviço Sanitario, a carteirinha de vacinação do início do século XX, nota-se que a vacinação era regular e anual. A filha de Affonso Vitale, Ursulina Vitale, foi vacinada em

11 de março de 1903 com a idade de 13 anos. Infelizmente, apenas o seu atestado foi encontrado e de mais nenhuma criança de origem italiana.

Considerado o conjunto, as doenças do trato respiratório: bronquite, pneumonia, catarro, gripe broncopneumônica e coqueluche, saltam para 13,87% do total ficando à frente da inviabilidade. O catarro é muito mais um sintoma das enfermidades relacionadas que propriamente uma causa. Nota-se aqui que houve uma evolução dos diagnósticos para termos muito mais precisos. Tais enfermidades estão ligadas ao clima e também, principalmente, às condições de moradia que favoreciam a umidade, mofo e bolor, agentes senão causadores, mas veículos auxiliares da propagação destas enfermidades. A colocação de Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 59) que a “*relação entre a sobrevivência e a mortalidade infantil constitui um dos principais índices do nível socioeconômico do ambiente no qual a criança foi gerada, nasceu e viveu os primeiros anos de vida, refletindo, no nível biológico, as condições materiais de vida da classe à qual pertence*” é bastante pertinente a tais enfermidades, pois estão muito mais relacionadas com as condições de vida da criança que com outras dificuldades físicas; crianças bem alimentadas e bem protegidas contra as intempéries climáticas dificilmente padecem destes males. A área urbana central da Vila deveria ser bastante úmida devido à proximidade ao rio Jurubatuba e à massa florestal ainda existente e, principalmente ao tipo das construções que não forneciam proteção adequada a estes tipos de intempéries. Deve-se lembrar também que as chuvas eram muito mais constantes tanto no inverno quanto no verão devido também à massa florestal e à proximidade à Serra do Mar e, também, posteriormente, à construção da represa do Guarapiranga, próxima ao núcleo central. Os imigrantes italianos, oriundos de uma região mais fria, deveriam estar acostumados à umidade e às baixas temperaturas invernais, porém fatores como a pobreza, que causaria a falta de vestimentas adequadas, podem ter favorecido a incidência destas enfermidades. Os dois casos relacionados de gripe pneumônica ocorreram durante a epidemia de Gripe espanhola em 1918 e surpreende pela pouca quantidade de crianças italianas e adultos, mesmo número, que foram atingidas pela enfermidade. Curiosamente, ela atingiu seu pico de mortalidade na Vila no mês de novembro de 1918 como pode ser verificado pela Ata da Câmara Municipal de 04 de novembro autorizando o Prefeito Municipal a “*com amplos e illimitados poderes afim de socorrêr a população d’este Municipio em virtude de estar grassando a epidemia* –

Influenza Hespanhola – podendo para tal fim lançar mão de todo e qualquer recurso”. A Câmara, portanto, autorizou o Prefeito Municipal a contrair os empréstimos que achasse necessários para fazer frente à situação calamitosa que estava o município e a organizar todos os serviços que julgar necessários para exterminar a pandemia reinante. Portanto, apesar de a colônia italiana não ter sido plenamente atingida, o restante da população o foi de modo bastante veemente.

Os recém-chegados, principalmente os que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, eram acometidos principalmente, segundo os *“Livros da Farmácia”* dessa instituição de febre amarela, a varíola e o tifo. Tais enfermidades infectocontagiosas poderiam estar relacionadas, como a febre amarela e o tifo, ao local de moradia. Já a varíola poderia ser contraída em outros locais e levada a regiões distantes. Delas, contudo, somente o tifo, ou febre tifoide, foi relacionado. Conhecido também como “febre paulista”, segundo Bertolli (op. cit., p. 57), *“ocorria basicamente em razão do uso de águas poluídas por excrementos humanos, fato que se liga à má qualidade da água servida nos distritos baixos da cidade e à deficiência do sistema de água e esgotos. Assim sendo, era natural que os distritos operários fossem os mais afetados por essa doença”*. Não há na documentação registros de que Santo Amaro tenha tido um serviço de esgotamento das suas águas, portanto não é de se estranhar que ela tenha sido uma causa numericamente significativa. A proximidade ao rio também deve ter sido fator de propagação da enfermidade.

Os problemas congênitos também foram significativos e alguns deles só podem ser diagnosticados com conhecimentos médicos avançados e, provavelmente a criança foi autopsiada. Uricemia, hidropsia, hipertrofia cardíaca, lesão da aorta, peritonite, edema arterial e nefrite são diagnósticos difíceis de serem dados por pessoas leigas e, algumas delas são somente possíveis de serem detectadas com precisão por exames mais detalhados, o que sugere ter existido um serviço de autópsia no município. Na realidade, pensando melhor, Santo Amaro estava numa fase de transição médica, misturando as “causas de morte” da antiga Medicina com as da moderna e científica. Numericamente, ocorreu um equilíbrio das “causas de morte” vagas e imprecisas com as mais aprimoradas e que necessitavam de exames mais cuidadosos. Porém, as 31 ocorrências “não declaradas” correspondiam a crianças que nem ao menos receberam nomes classificadas como “um feto do sexo masculino”, “uma criança do sexo feminino” e “uma criança nascida morta”. Tal

fato indica uma grande mortalidade entre os recém-nascidos se somados aos “inviabilidade”, “nascida morta”, “debilidade congênita”, “insuficiência vital”, “marasmo”, “atrepsia” e “insuficiência” totalizando 42 registros ou 24,28% do total. Este era um costume generalizado na sociedade da época, mesmo para grupos étnicos diferentes, porém de costumes religiosos similares. As crianças só recebiam nomes a partir de uma determinada idade quando eram batizados, mesmo assim ocorreram diversos registros onde era grafado somente o primeiro nome da criança sem referência alguma para o seu nome de família. Somente também depois de uma determinada idade, provavelmente após a primeira comunhão, as crianças recebiam o registro com o nome de família. Ocorreram, entretanto, exceções. Maria Tressoldi, filha de Franklin Tressoldi e falecida com 8 meses de vida recebeu o nome completo. É provável que a família tenha insistido para a realização do batismo e, por esta razão, tenha recebido o nome de família. O mesmo ocorreu com Thomazino Lupo e Luiz Bortolotti, filhos respectivamente de Núncio Lupo e Bortolotti Jacinto e falecido com três meses e dois dias. Ambos foram vitimados pela gripe espanhola e, talvez por esta razão, tenham sido batizados. É provável que os costumes tenham mudado, pois todos os óbitos das crianças contidas no último volume verificado de 20 de novembro de 1933 até 29 de setembro de 1937 receberam nomes completos, mesmo com apenas dois dias de vida, como foi o caso de Antonio Gerace, filho de Rocco Gerace. Anteriormente, com exceção dos dois casos acima citados vitimados pela gripe espanhola, somente Adolpho Palopoli, filho de Giovanni Palopoli, com dois dias, falecido em 28 de maio de 1912 por catarro bronchico e, Angelo Leonardi Luigi, filho de Giovanni Leonardi, de três meses, falecido em 10 de fevereiro de 1911 por diarreia haviam recebido os nomes de família.

Foram contados no total 271 registros de óbitos, considerando adultos e crianças de até 12 anos. Destes 173 se referiram a óbitos de crianças, ou seja, 63,84% do total. É uma taxa bastante alta, mesmo se for considerado que o universo pesquisado é pequeno e não se sabe quais os dados relativos aos nascimentos, o que impossibilita o cálculo de uma taxa de mortalidade. Contudo, proporcionalmente, morriam mais crianças que adultos, o que de fato, já era esperado. É possível que, por opção metodológica, estes dados apresentem limitações por terem sido retirados do seu contexto geral e analisados para um grupo

específico, porém representam um universo de dados localizados importantes para o estudo da mortalidade de crianças e adultos italianos em Santo Amaro no período deste trabalho.

Em termos gerais, para São Paulo, segundo Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 59-63), o período considerado foi de “*transição epidemiológica marcada pelo decréscimo da taxa de mortalidade*”, mais notadamente para os adultos, porém. As taxas de mortalidade infantil, todavia, apresentaram números diferentes:

“Em São Paulo, as modificações ocorridas nos índices de mortalidade de indivíduos maiores de 1 ano não foram acompanhadas pelos índices de mortalidade das crianças menores de 1 ano. Como mostra o Gráfico 2, no período de 1895 a 1917 a taxa de mortalidade infantil permaneceu oscilante entre 108,5 e 199,7 mortes por mil crianças nascidas vivas. Se, entre 1895 e 1900, houve uma tendência declinante, no período de 1909 a 1917 a taxa voltou a se elevar a níveis superiores (p. 60) inclusive aos de 1895, ultrapassando a casa dos 222,7 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas em 1918.”

Na tabela 1.18 pode ser observado o desmembramento dos óbitos por idade das crianças por ser importante e foi possível depreender que a maioria dos óbitos correspondia a crianças com até um ano de idade, o que comprova que esta era uma idade crítica para a sua sobrevivência. Passado o primeiro ano, as chances de sobrevivência cresciam bastante.

Tabela 1.18 – Óbitos por idades das crianças

Idades	Quantidade	% do total
Até 1 ano	112	64,74
Mais de 1 ano	61	35,26
Total	173	100

Fonte: Livro de inhumação de 03/11/1890 a 04/06/1892; Livro de inhumação de 1892 a 1905; Livro de inhumação de 1905 a 1909; Livro de inhumação de 01/01/1910 a 19/03/1923; Livro de inhumação de 20/11/1933 a 29/09/1937 vol. 6, Arquivo Municipal de São Paulo.

Mesmo analisando membros da comunidade italiana com um poder aquisitivo melhor e estabelecidos com unidades de negócios pode-se verificar que eles também foram afetados pela grande mortalidade infantil. Das crianças falecidas no período, 54 delas eram

filhas de pessoas estabelecidas. Alguns deles, porém, foram mais frequentes que outros. Setimo Gianinni, por exemplo, perdeu apenas uma criança, enquanto Vicenti Cornetti, Ermante Pongiluppi, Eugenio e Abramo Montanaro, Uranio Benatti, Salvatore Cosentino e Natale Belotto perderam todos mais de duas crianças. E nenhum deles poderia ser considerados exatamente pobre. Porém, considerando que a assistência médica na Vila não era exatamente acessível e que mesmo existindo médicos particulares com consultórios estabelecidos a partir do início do século XX, os custos com consultas e medicamentos podem ter sido proibitivos para uma ampla gama de classes sociais. Em termos comparativos, os valores das consultas médicas apurados por Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 62) para São Paulo tornavam estes serviços “*um privilégio de poucos já que, em 1912, uma consulta médica custava 10\$000 e uma visita domiciliar diurna 20\$000, preço que duplicava para socorros prestados durante a noite*”. Deve-se considerar, todavia, que estes custos podem ter sido maiores para Santo Amaro em virtude do seu relativo isolamento. Porém, a partir da de meados da década de 10 do século XX até o final do período, as ocorrências com este grupo minguaram sensivelmente até não existirem no livro de 1933 até 1937. Sinal de mudanças no acesso aos serviços de saúde e das práticas de higiene domésticas, e, provavelmente, melhoria das condições materiais do grupo.

Consolidando os dados relativos às idades de óbitos dos italianos de Santo Amaro, na Tabela 1.19 – Óbitos de italianos em Santo Amaro (1886 a 1937) obtêm-se a participação de cada grupo etário no total de mortes no período estudado. Por ela percebe-se que a participação infantil foi massiva principalmente na considerada primeira infância, quando ocorreu quase a metade dos óbitos. Se forem somados os dados relativos ao grupo posterior, o qual atualmente se considera parte da infância, têm-se mais de 60% do total de óbitos, ou seja, a mortalidade infantil foi muito alta no período.

Tabela 1.19 – Óbitos de italianos em Santo Amaro (1886 a 1937)

Faixa etária	Total de óbitos	% sobre os óbitos
Até 1 ano de idade	112	41,32
De 1 a 12 anos	61	22,5
Adultos (mais de 12 anos)	98	36,16
Total	271	100

Fonte: Livro de inhumação de 03/11/1890 a 04/06/1892; Livro de inhumação de 1892 a 1905; Livro de inhumação de 1905 a 1909; Livro de inhumação de 01/01/1910 a 19/03/1923; Livro de inhumação de 20/11/1933 a 29/09/1937 vol. 6, Arquivo Municipal de São Paulo.

A análise das “causas da morte” para os adultos revelou um quadro ligeiramente diferente que para as crianças. Primeiramente porque a causa mais comum foi a “não declarada” com 12 ocorrências, ou seja 12,24%. Somada às outras causas vagas ou inclusivas como “moléstias crônicas”, “marasmo senil”, “senilidade” e “colapso” tem-se um resultado de 20,41%, um resultado abaixo do que o encontrado para as crianças, ou seja, os diagnósticos, no geral, para os adultos foram muito mais precisos. Além das já elencadas, não ocorreram outras ocorrências de causas vagas. Um fato que chama a atenção é terem sido todos eles ligados à velhice, ou seja, os diagnósticos para os dois extremos da vida humana recebiam tratamento parecido. Também ocorreram poucas confusões entre os sintomas e as verdadeiras causas, somente algumas causas um pouco confusas como “implante intestinal”, “chaga pancreática” e “delirium tremens” que na realidade é um tipo de síndrome de abstinência, na época poderia ser de álcool, com poucas ocorrências, no entanto. A causa “arteriosherpe” é desconhecida. Pode ter sido um termo popular para arteriosclerose. Uma das características foi a pulverização das causas não havendo, portanto, causas que se destacassem. Como demonstram as 39 ocorrências caracterizadas como “outras”, ou seja, uma participação no total de 39,8%, a maior participação percentual.

A tabela 1.20 pode auxiliar uma análise mais detalhada das “causas da morte” entre os adultos italianos em Santo Amaro.

Tabela 1.20 – “Causas da morte” entre adultos (1886 a 1937)

Causas da morte	Quantidade	% do total
Marasmo senil	4	4,08
Tuberculose	4	4,08
Síncope cardíaca	4	4,08
Arteriosclerose	4	4,08
Cachexia	3	3,06
Pneumonia	3	3,06
Hemorragia cerebral	3	3,06
Gripe pneumônica	3	3,06
Disenteria	3	3,06
Febre tifoide	2	2,04
Faísca elétrica	2	2,04
Hemorragia	2	2,04
Senilidade	2	2,04
Intoxicação alcoólica	2	2,04
Insuficiência cardíaca	2	2,04
Arteriosherpe	2	2,04
Não declaradas	12	12,24
Outras ⁸⁷	39	39,8
Total	98	100

Fonte: Livro de inumação de 03/11/1890 a 04/06/1892; Livro de inumação de 1892 a 1905; Livro de inumação de 1905 a 1909; Livro de inumação de 01/01/1910 a 19/03/1923; Livro de inumação de 20/11/1933 a 29/09/1937 vol. 6, Arquivo Municipal de São Paulo.

⁸⁷ Foram relacionadas as seguintes enfermidades (em algumas foi respeitada a grafia do documento): moléstias crônicas, hepatite crônica, congestão pulmonar, parto, febre verminosa, lesão cardíaca, malária, infecção intestinal, gangrena, epilepsia, arterioedema, apoplexia cerebral, cardíaco, comoção cerebral, obstrução intestinal, diabetes, delirium tremens, impaludismo, aneurisma, endocardite, asfixia, cancro, envenenamento por cobra, gripe, chaga pancreática, infecção tetânica, embolia cerebral, edema pulmonar, angiocolite, hemorragia externa traumática, uremia, ostite hipertensiva, laringe cachexia, colapso cardíaco, mal de Hansen, câncer hepático, carcinoma de esôfago, alcollio chronica e colapso.

Isoladamente as “causas de morte” não dizem muito sobre do que os italianos em Santo Amaro faleceram, porém realizando o mesmo raciocínio em agrupá-las como feito para as crianças percebem-se algumas características marcantes.

Um primeiro ponto a ser analisado é que as principais causas estão relacionadas ao envelhecimento da população. “Marasmo senil” e “senilidade” querem dizer a mesma coisa, ou seja, que quem fez o registro do falecimento da pessoa o imputou ao envelhecimento que é uma consequência e não uma causa. As verdadeiras razões dos óbitos podem ter sido variadas. Na realidade todas as causas aqui relatadas podem ter sido causadoras dos falecimentos, porém felizmente, para os intuitos da pesquisa a classificação é elucidativa, pois demonstra que para a sociedade da época a morte era uma consequência natural do avanço da idade e não se procurava com muito afínco as suas causas. Demonstra também que uma parcela significativa da população italiana em Santo Amaro conseguiu avançar para anos além da sua expectativa de vida.

Do conjunto de moléstias respiratórias que grassavam as populações mais pobres, apenas a tuberculose, a pneumonia, a gripe pneumônica, esta ligada à epidemia de gripe espanhola de 1918; e, a gripe marcaram presença na relação. Somando-se todas, tem-se um resultado de 11 ocorrências, que perfazem 11,22% do total. Não são números assustadores na realidade, mesmo somados.

De acordo com os estudos de Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 56-7):

“De forma geral, a encefalite, a febre tifoide, a disenteria amébrica e a tuberculose grassavam endemicamente nos distritos do Brás, Mooca e Belenzinho durante todo o transcorrer da República Velha. Os focos infecciosos eram sempre os mesmos. Em 1893, deu-se uma epidemia de febre amarela nos cortiços da Santa Ifigênia e, em 1906, uma epidemia de rubéola e sarampo atingiu várias escolas frequentadas por crianças pobres do Brás e da Vila Mariana. A febre tifoide grassou por 13 anos consecutivos em um orfanato localizado no Cambuci e casos de varíola eram um dos principais responsáveis pela alta taxa de mortalidade entre a população negra e mulata que vivia nos distritos da Bela Vista e do Bom Retiro.”

Das moléstias citadas acima que eram significativas “causas de morte” em São Paulo, somente a febre tifoide e a malária foram encontradas entre a população italiana adulta em Santo Amaro e, mesmo assim, em pequenas e quase insignificantes quantidades,

um total de quatro ocorrências. Similarmente ocorreu apenas um caso de infecção tetânica entre os adultos.

Os problemas cardíacos e circulatórios, no entanto, apareceram com mais frequência, tendo sido relatados problemas como síncope cardíaca, arteriosclerose, insuficiência cardíaca, lesão cardíaca, cardíaco e colapso. A bem da verdade, boa parte dos termos cardíacos significa a mesma coisa, ou seja, o popular ataque cardíaco que tem origem em uma sem número de razões desde o tipo de alimentação, o sedentarismo e o sobrepeso, causas que não estão relacionadas com as populações mediterrâneas, que ao contrário, chamaram a atenção dos estudiosos por manterem uma alimentação rica em gorduras e não terem grandes incidências deste mal. É provável que a perda dos hábitos alimentares considerados saudáveis, principalmente do consumo diário de vinho, trocado pela cachaça, somados à vida urbana sedentária, tenha aumentado as chances de ocorrerem estas moléstias. Foram 16 ocorrências e uma participação no total de 16,33%. Incluindo as hemorragias, considerando-as problemas circulatórios, que podem ser ao mesmo tempo causas e consequências, tem-se um grupo robusto de “causas de morte” de 22 ocorrências, ou 22,45% do total. As hemorragias cerebrais, atualmente chamadas de AVEs, ou acidentes vasculares encefálicos e as embolias cerebrais, atualmente relacionadas aos AVCs, acidentes vasculares cerebrais também foram “causas de morte” significativas, além da apoplexia cerebral.

Chamam igualmente a atenção os diagnósticos de carcinomas, males apenas recentemente incluídos na terminologia médica, embora a cachexia, moléstia comum nos diagnósticos antigos, tenha sido um mal associado aos carcinomas. Com efeito, Bertolli (op. cit., p. 57) destaca que:

“O decréscimo da taxa de mortalidade por doenças infecciosas levou a uma maior atenção com relação às outras enfermidades. O câncer, o reumatismo, as doenças mentais e cardíacas passaram a ganhar destaque nas discussões sobre a saúde pública paulistana nas primeiras décadas do século XX, tanto nos estudos médicos quanto nos planejamentos sanitários.”

Venâncio (VENÂNCIO, 1999, p. 114) destacando o trabalho do médico carioca dr. Cipriano José de Carvalho, coloca a “caquexia” como uma *“alteração profunda das funções do organismo após moléstia grave, uma mais confundia o sintoma com a causa da doença”*. Ou seja, na realidade ela é um sintoma associado a carcinomas e não a causa do

óbito. O caso de Angelo Avancini que faleceu em 17 de novembro de 1936 é exemplar, pois foi diagnosticado com laringe cachexia. Com a evolução dos diagnósticos médicos, ela foi perdendo espaço para as reais moléstias, como foi observado para os italianos em Santo Amaro.

As mortes relacionadas com fenômenos naturais, ou efeitos da ação da natureza sobre o homem, como era esperado para os moradores de uma área urbana ainda afetada pela rural, foram também insignificantes. Apenas uma pessoa foi morta por envenenamento por picada de cobra. Da mesma forma, males secularmente associados a grandes mortandades, como o parto, também não obtiveram destaque, sendo que apenas uma mulher italiana foi vítima do procedimento. Pode-se aventar, porém, que algumas das vítimas de hemorragia tenham na realidade falecido por maus cuidados no parto. Entretanto, uma observação mais acurada mostra que as vítimas de hemorragia eram do sexo masculino. Portanto, a dúvida é apenas trocada de objeto. Teriam estes homens sido vítimas de algum tipo de violência? Em um dos casos, há a evidência a considerar. Benjamin Bassi, que possuiu uma oficina de funilaria e um depósito de carvão de 1922 até 1934, faleceu em 22 de junho de 1936, vítima de uma hemorragia externa traumática, que pode ter sido causada por golpes com objeto contundente. Não há evidências contundentes, mas fica a dúvida.

Mesmo o álcool, comumente associado a óbitos entre os brasileiros, não fez uma quantidade significativa entre os italianos em Santo Amaro, pois apenas dois foram acometidos do mal. Um deles foi Giovanni Santini, zelador do Cemitério Municipal. A sua profissão e data do falecimento podem explicar as causas do seu vício em álcool e a intoxicação. Santini faleceu em 31 de julho de 1918, época na qual a epidemia de gripe espanhola grassava várias vidas em São Paulo. Segundo Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 310), existia uma certa tolerância ao vício aos trabalhadores de necrotérios e cemitérios, pois considerava-se que estes profissionais se dedicavam a tarefas tão desagradáveis que somente embriagados conseguiriam realizá-las e conta um fato ocorrido com Marcelino Pereira, que contratado pela Prefeitura para trabalhar em um necrotério improvisado, apresentou-se embriagado ao serviço e *“viajando na carroceria de um caminhão que transportava cadáveres, caiu do veículo em plena Avenida Tiradentes, vindo a sofrer sérios ferimentos na cabeça”*. Ele indica, porém, que o funcionário não recebeu nenhuma

reprimenda pelo acontecido, mas ao contrário, foi publicamente desculpado pelo jornal O Estado de São Paulo de 13 de novembro de 1918. Santini pode não ter trabalhado com cadáveres vitimados pela gripe espanhola, mas sua profissão pode ter sido a causa de seu vício com álcool.

Portanto, para uma análise mais minuciosa dos óbitos, faz-se necessária uma relação com os falecimentos e as idades. A tabela 1.21 compreende as idades no falecimento.

Tabela 1.21 – Óbitos por idade (1886 a 1937)

Idades	Quantidade	% do total
De 12 a 18 anos	4	4,08
De 19 a 35 anos	20	20,41
De 36 a 50 anos	20	20,41
Mais de 50 anos	50	51,02
Desconhecida	4	4,08
Total	98	100

Fonte: Livro de inumação de 03/11/1890 a 04/06/1892; Livro de inumação de 1892 a 1905; Livro de inumação de 1905 a 1909; Livro de inumação de 01/01/1910 a 19/03/1923; Livro de inumação de 20/11/1933 a 29/09/1937 vol. 6, Arquivo Municipal de São Paulo.

Antes de iniciar a análise a respeito das idades pela ocasião do falecimento, é conveniente fazer algumas considerações pertinentes. As idades relatadas aqui são muito mais idades presumidas que idades de fato, pois devido ao grupo analisado não era incomum as pessoas não saberem as suas idades e muito menos suas datas de nascimento, a qual inexistia no documento⁸⁸. Como já indicado anteriormente, este grupo de imigrantes não teve Santo Amaro como primeira opção, tendo, portanto, passado por outros locais

⁸⁸ Em pesquisa em jornais de São Paulo do período de 1886 a 1895 para a realização de dissertação, não foi incomum ver reportagens sobre centenários, os quais, curiosamente, eram na maioria pessoas que tinham sido escravas. Era raríssimo encontrar pessoas pertencentes a este grupo que soubessem precisamente suas idades e, menos ainda, suas datas de nascimento, provavelmente veiculadas para tentar minimizar os efeitos nefastos da escravidão na sociedade brasileira. Portanto, o fator idade na época, não pode ser considerado com certeza absoluta.

antes de estabelecer. Nestas andanças podem ter perdido seus documentos e não terem na data do falecimento, registros verossímeis que comprovassem suas idades, e nem era esta uma exigência. É possível que o registro da idade no documento tenha sido feito por relato de familiares, de amigos ou de conhecidos que estavam presentes no momento do enterro, lembrando que o documento que fornece estas informações é o livro de registro dos enterros no Cemitério Municipal de Santo Amaro. Não seria incomum que estas pessoas não soubessem informar as idades dos falecidos. Portanto, nestes casos, é provável que os funcionários responsáveis pelo registro tenham presumido as idades, o que causaria uma margem de erro considerável. Por esta razão, para minimizar estes efeitos, foi adotado sistema de faixas etárias que incluem idades com características similares. A primeira faixa é a de 12 a 18, quem na época poderia ser considerado um “jovem adulto”; a segunda faixa é dos 19 aos 35 anos que eram os considerados “adultos”; a terceira faixa é de 36 aos 50 que poderiam ser considerados já idosos pelo fato de a expectativa de vida na época ser de apenas 34 anos aproximadamente e; por fim, a última faixa considerando as pessoas acima de 50 anos que poderiam ser considerados anciãos.

Mesmo assim, Maria Izabel Mathilde Coppolo Salerno, a imigrante italiana mais idosa encontrada faleceu com presumidos 95 anos de insuficiência cardíaca e o imigrante italiano mais idoso, Attilio Bassi com 94 anos de arteriosclerose generalizada. Ele faleceu em 24 de janeiro de 1936 e ela aos 19 de julho do mesmo ano.

Dos 98 registros encontrados nos livros do Cemitério, 45 foram relativos a pessoas incluídas nas listas de proprietários de unidades de negócios, datas de terra e relacionadas nos livros de impostos predial, de veículos e outros. Assim, 45,92% das pessoas aqui relacionadas são indubitavelmente de ocupações urbanas. Da outra parte, 54,08% delas, podem ter sido funcionários destas unidades de negócios ou de outras existentes na Vila, trabalhadores como pedreiros e/ou outros trabalhadores braçais ou não que não eram relacionados nos livros de Impostos de Industria e Profissões. É importante este esclarecimento, pois conhecer os meios materiais de vida pode explicar as causas da morte e, neste caso, as idades das mortes.

Ocorreram pouquíssimas mortes na primeira faixa, apenas quatro ocorrências, ou 2,04%. Coincidentemente, eram todas do sexo feminino. Em uma delas a “causa da morte” e a data do óbito não foram registrados e a vítima tinha 15 anos. A segunda, chamada

apenas de Maria, faleceu com 13 anos em 20 de novembro de 1911 vítima de pneumonia. E, Carolina Bassi, filha de Socrate Bassi, comerciante na Vila de 1917 a 1925, vitimada por uma síncope cardíaca em 13 de julho de 1918. Foi neste grupo a única pessoa vítima de envenenamento por cobra, Teresa Gamberini, em 01 de maio de 1923. Portanto, passada a fase crítica da infância, idade onde a taxa de mortalidade ainda grassava a maioria dos nascimentos, as pessoas conseguiam com tranquilidade adentrar na faixa etária que para os padrões atuais se considera a adolescência, e passar por ela entrando na vida adulta.

Com o mesmo de número de ocorrências da faixa anterior, estão as pessoas de quem não estava registrada a idade. O critério para classificá-las como adultas foi o de terem registrados os seus nomes completos, pois como foi afirmado anteriormente era incomum a grafia dos nomes completos das crianças, com as exceções feitas aos casos mostrados anteriormente. Uma das vítimas foi Giorgeta Gerabelo, que faleceu vitimada por uma congestão pulmonar. A data de seu falecimento também não foi registrada. Este caso é representativo da hipótese de que as idades eram apenas presumidas, acredita-se que a ausência destes dados tenha sido causada por não existirem de familiares, amigos ou vizinhos conhecedores de suas informações pessoais. O falecimento de Julia Giovanetti, filha de Giovanni Giovanetti, é de causar estranhamento, já que seu pai possuiu uma fábrica e depósito de bebidas na Vila de 1903 até 1918 e não constam sua idade, data de falecimento e causa da morte. Já de Ubaldo Minoti, que faleceu de febre tifoide, foi registrada a data de falecimento, 01 de janeiro de 1900. Há a inscrição de que sua filiação é ignorada, o que significa que quem registrou suas informações pessoais o conhecia, porém não tão intimamente. O último caso é de Antonio Bonfanti, de quem só conhecida a data de passamento em 05 de setembro de 1905. Com a exceção de Julia, é possível que estas pessoas estivessem de passagem por Santo Amaro ou que tenham se estabelecido há pouco tempo. Também é provável que tenham sido pessoas sozinhas que não moravam com os familiares e pouco conhecidas pela sua vizinhança, mesmo morando em uma localidade pequena. Mesmo assim, eram pessoas que possuíam algum pecúlio, pois nenhuma delas foi sepultada em sepulturas gratuitas fornecidas pela edilidade. Em tempo, este expediente foi utilizado por pouquíssimos italianos, significando que a pobreza material ainda permitia alguns gastos. Tal comportamento tem uma explicação cultural, pois não possuir os meios para enterrar seus mortos era motivo de uma vergonha que muito preferiam não passar,

portanto as pessoas procuravam de todas as formas conseguir os meios suficientes para honrar seu compromisso final com o ente querido. De toda forma, não se pode afirmar que o gênero da pessoa tenha sido decisivo para o desconhecimento das informações pessoais, pois houve igualmente dois homens e duas mulheres. O desconhecimento da “causa da morte” pode ter ocorrido por duas razões, pois i) elas podem ter morrido em suas residências, sem a assistência de profissionais da área da saúde, o que não era de todo incomum, e ii) podem ter sido encontradas mortas ou em suas próprias residências ou em outros locais.

A faixa intermediária, dos 19 a 35 anos, é a que apresenta a pessoas em seu auge do vigor físico e procriativo. Elas estão na plenitude de sua força de trabalho, porém, adversamente, é a também a faixa onde estava o limite da expectativa de vida, ou seja, mesmo sendo caracterizada como o auge da forma física, é também paradoxalmente o limite que a época imputava às suas vidas, portanto seria esperado que os passamentos ocorressem por moléstias infecciosas ou por violência física. Não foi o que ocorreu, entretanto. É esperada também uma predominância de homens que de fato ocorreu. Foram 12 homens contra 8 mulheres, ou seja, 60% contra 40%. A maioria era de pessoas casadas, 13 contra 7, na mesma proporção divididos entre homens e mulheres. Alguns casos chamaram a atenção. A maioria de solteiros e com dados faltantes nos seus registros de sepultamento, o que indica não terem sido pessoas da comunidade italiana de Santo Amaro. Dois casos tipificam as “causas de morte” masculinas que foram a “*alcollio chronica*” de Constantino Colaisse, sem mais nenhuma informação, o que representa que poderia em Santo Amaro prestando algum serviço em obras e o de Emilio Braccio, falecido em 08 de março de 1920, de hemorragia em sepultura gratuita, filho de Angelo Brocco. Este caso chama atenção primeiro por ele ter sido sepultado em sepultura gratuita, ou seja, nem ele nem os familiares, amigos ou conhecidos, caso estivessem com ele, possuíam os meios para realizar os serviços funerários. Depois, por ter sido vitimado por hemorragia, o que levanta a dúvida se a hemorragia não foi causada por objeto contundente. A inexistência de lacunas em seus dados pessoais mostra que ele estava amparado no momento do sepultamento. Não chamou a atenção do funcionário responsável pelo registro o fato de que o nome de família de seu pai diferia. Para um brasileiro, isto não era problema, pois era comum a grafia dos sobrenomes diferirem entre pais e filhos. Curioso é o caso de João Gamberini, falecido em

17 de janeiro de 1923, com 23 anos, filho de Giuseppe Gamberini. Não se sabe seu status civil. Porém, a sua “causa de morte” é que chama a atenção: “cancro no bago”, uma doença venérea. Em uma época quando as questões de cunho sexual eram consideradas tabu e que tendiam a ficar escondidas entre quatro paredes, o fato do registro é revelador e no mínimo, estranho. Ariès (ARIÈS, 1981, p. 278) ao tratar da transição da família aos moldes para a família moderna revela que as “*promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhes repugnam*”. Neste termo *promiscuidades* entenda-se sexualidade também. Se há um assunto que a sua mera menção já traz polêmicas, este é o sexo⁸⁹. Ao estudar uma comunidade de imigrantes ucranianos no Paraná, Andreazza (ANDREAZZA, 1998, p. 1137) revela costumes e práticas sociais que podem ser considerados válidos para outras comunidades, pois segundo ela “*se as mães solteiras eram discriminadas, aos homens era dado o direito de buscar prazeres fora do casamento. Havia prostíbulos onde os rapazes podiam divertir-se sem que houvesse uma sanção manifesta às suas condutas*”. As moças eram criadas e educadas para o casamento e quem transgredisse estas normas era considerada perdida. Aos homens a moral era pouco mais flexível. Não se sabe onde João Gamberini adquiriu a doença. É possível que a ausência de seu estado civil tenha ocorrido para preservar sua esposa. Mas também é possível que fosse solteiro, porém se realmente o fosse, por que não efetuar o registro? E por que o registro da doença que o vitimou? Teria sido como forma de alerta ou era um caso de conhecimento público na localidade? Tudo isso são apenas elucubrações, pois é muito difícil que se venha a conhecer o que realmente ocorreu. Francisco Baldutri, também foi enterrado em sepultura gratuita, e era solteiro. É provável que fizesse parte da comunidade italiana, pois seus registros estão completos. Ele faleceu de tuberculose, em 18 de fevereiro de 1916, e era filho de Giuseppe Baldutri. De

⁸⁹ Andreazza (ANDREAZZA, 1998) levanta a discussão ao afirmar que “*os autores nem sempre concordam quando o assunto é sexualidade. Alguns deles indicam uma castidade quase absoluta nos dez a quinze anos que precedem o casamento, facilitados por um processo de larga sublimação. Outros, notadamente J. L. Flandrin, criticam essa noção, dizendo que os jovens tinham atividade sexual que podia ser revestida das mais variadas formas (Flandrin, 1981). E. Shorter discorda, dizendo que os meios camponeses tradicionais eram desprovidos de erotismo e, que por isso mesmo, os índices de concepção ilegítima eram, geralmente, baixos (por volta de 3%). Contudo Shorter indica, para vários locais da Europa camponesa, as cortes noturnas, ocasião propícia para os jovens desenvolverem jogos eróticos (Shorter, op. cit., p. 98-152)*”.

Fernando Benechi, contudo, faltam vários dados. Sabe-se, ou presume-se, somente que era solteiro. Sua filiação era ignorada, como a causa e data da morte. Não foi sepultado, porém, gratuitamente. É provável que estivesse em Santo Amaro prestando serviços, e supostamente, tenha tido a sepultura paga pelos responsáveis por seus serviços. Dada a natureza de algumas obras, principalmente as de construção civil, não era raro ocorrerem acidentes fatais. Não se deve deixar de considerar que parte considerável dos imigrantes italianos chegava solteiro sem estabelecer qualquer vínculo com a terra hospedeira e perambulavam pelo território à procura de formas mais eficientes de ganhar o sustento material. Eles podem ter sido contratados em outras localidades e levados até Santo Amaro, e alguns, podem ter permanecido e conseguido se estabelecer, como pode ser verificado pela documentação. Vários autores mencionam esta mobilidade espacial dos imigrantes italianos e atribuíram suas causas às condições de trabalho nas fazendas, aos baixos salários pagos e, principalmente, ao fato de muitos deles não serem agricultores de ofício. Para Trento (TRENTO, 1985, p. 28) isso era decorrência da política imigratória brasileira que buscava os imigrantes por meio de agências de serviços e as pagava “por cabeça”, ou seja, *“se o governo pagava a viagem quase exclusivamente a agricultores, os agentes recrutavam qualquer um, com os consequentes e inevitáveis litígios uma vez chegados ao porto de destino”*. Serem solteiros também favorece esta grande variação geográfica de localidades. Trento (op. cit.), porém, coloca que esta mobilidade já era comum na Itália e acontecia principalmente nas épocas de colheita, quando os italianos partiam para regiões onde elas estavam ocorrendo e que necessitavam de um reforço de mão de obra. Porém, de que se ocupavam as mulheres solteiras e sozinhas desta faixa etária?

Em sua obra sobre a vida das mulheres pobres na São Paulo oitocentista, Maria Odila Dias (DIAS, 1984, p.9) coloca que:

“Era este o espaço social das mulheres pobres, limbo e exílio do que havia de socialmente valorizado na economia paulista de sua época. Viveram precariamente a sua pobreza, no desdobramento das dimensões sociais do doméstico, que então ocupou, durante algumas décadas, as ruas mais centrais da cidade. A organização do seu ganha-pão dependia de laços muito fortes de solidariedade e de vizinhança, que se improvisavam e modificavam continuamente.”

Ou seja, o mundo das prendas domésticas era o esperado para elas e as mulheres pobres tinham que se dividir entre o sustento material de sua família e o trabalho nas suas residências.

E as mulheres imigrantes? Na realidade, o mostrado pela historiografia do trabalho imigrante é que delas se esperava o mesmo que dos homens: ser força de trabalho. Bassanezi, uma das autoras que trabalhou com o trabalho nas fazendas de café, mostrou que a força de trabalho feminina adulta era considerada essencial para a sobrevivência das famílias, tanto quanto o seu trabalho doméstico. Alvim, mostrou que além do trabalho na lavoura, era esperado que elas o conciliasse com os cuidados da casa, dos filhos e do marido, enfim, uma realidade bem dura. Além disso, Carelli afirmou que muitas das imigrantes eram apreciadas como domésticas e trabalhavam em casas de famílias. No mundo urbano, Hutter evidenciou que as exigências de trabalho só mudaram de local da lavoura para as fábricas, genericamente, e continuava-se a exigir delas os mesmos cuidados com a família. Portanto, as três mulheres solteiras aqui destacadas podem ter sido mais provavelmente trabalhadoras urbanas como lavadeiras, domésticas e outras funções tidas como femininas.

Nesta faixa etária esperava-se não encontrar mulheres solteiras, pois sua educação era para o casamento. Algumas, entretanto, não casando permaneciam com a família para cuidar dos pais. Esta é uma função que tem sido negligenciada pela historiografia, provavelmente porque não é tão simples encontrar os documentos que a referendem. As evidências, porém, são indiretas e este poderia ser o caso destas moças se todas tivessem tido os registros de sua filiação anotados. Apenas Annunciada Panhe, falecida aos 25 anos, teve o nome de seu pai, Geovanni Panhe, registrado. É possível que tenha exercido alguma profissão humilde, o que levou ao não registro de sua “causa de morte”. O conhecimento de sua filiação indica que alguém de seu círculo de relações estava com ela no momento de registro de seu sepultamento. Porém, do que viviam as outras duas moças é enigmático. Ambas eram solteiras e não tiveram sua filiação registrada. Para as mulheres, isso pode indicar que a família as abandonou por várias razões, principalmente por terem sido mães solteiras e estavam dentro de uma faixa etária em que era esperado que procriassem ou que tivessem procriado. Um dos papéis destacados femininos na época era a maternidade, porém dentro das regras sociais do casamento. Decerto também eram pessoas humildes,

mas que trabalhavam, pois nenhuma delas teve sepultamento gratuito. Todas elas tiveram registradas suas “causa de morte”, portanto deveriam ser pessoas cuja sociabilidade tenha sido conhecida. Balbina Reginaldi faleceu de gripe pneumônica em 05 de dezembro de 1918 durante a epidemia de gripe espanhola e Carmella Stramella, de infecção intestinal em outubro de 1903, não se sabendo exatamente o dia.

As duas faixas seguintes têm por característica estarem além da expectativa de vida apurada para época. A faixa dos 36 aos 50 anos teve o mesmo número de ocorrências, 20 para uma participação no total de 20,41%, que a faixa anterior. Portanto, para os padrões da época, deveria ter sido a qual se encontrou a maioria das ocorrências, o que não se tornou realidade e que as pessoas já eram consideradas idosas e muitas delas já poderiam ter tido netos. Porém, as idades de casamento tanto para homens quanto para mulheres, foram mais avançadas que o esperado, como mostrou a análise dos casamentos dos italianos de Santo Amaro. Portanto, se as pessoas casavam mais tarde, elas também teriam filhos mais tarde e isto também poderia afetar a quantidade de filhos durante a sua vida, pois as mulheres têm limites procriativos dados pela idade. Como na outra faixa, esperava-se encontrar um número maior de homens e que a maioria das pessoas tenha sido casadas. Espera-se também que o número de mulheres seja menor que o dos homens, pois afastado o mal que mais as vitimava, o parto, elas tenderiam a viver mais. Tais hipóteses se mostraram como reais, com uma ligeira mudança em comparação com a faixa etária anterior, o número de homens foi de treze e, o de mulheres, de sete, perfazendo 65% contra 35%, o que era esperado para esta faixa etária sabendo que a mortalidade masculina é ligeiramente maior.

O primeiro caso que chama a atenção é o de Benedicto Romano, solteiro, falecido em 12 de fevereiro de 1892 e registrado como natural de São Paulo. É bastante provável que a informação não esteja correta, pois Romano teria nascido em 1854, data em que o número de italianos em São Paulo era muitíssimo diminuto. Porém, considerando origem como de onde veio, a informação faz sentido. É possível que ele tenha vindo de São Paulo para Santo Amaro. A hipótese é válida porque em outros registros quem não era da Vila tinha a origem destacada. Os falecimentos de Vicente Canchoni, solteiro, filho de Antonio Canchoni, aos 37 anos, em março de 1907, e de João Strofaldi tiveram a mesma denominação que significava a morte por raios elétricos. Strofaldi faleceu em 25 de julho de 1903 e era casado falecendo aos 38 anos. O falecimento de Natale Belotto foi separado

por ter sido realizado em sepultura gratuita. Ele era casado, filho de Antônio Belotto, e foi vítima de aneurisma em 20 de setembro de 1914. Tudo indica que tenha sido membro da comunidade italiana de Santo Amaro, porém sua família não possuía os meios para realizar o sepultamento. João Santini, casado, ex-zelador do Cemitério de Santo Amaro, também teve uma sepultura gratuita, provavelmente por seu passado profissional. Antonio Pillon Sobrinho faleceu aos 39 anos vítima de carcinoma de esôfago em 28 de dezembro de 1936. Pillon foi comerciante no bairro do Socorro e, ao que parece, foi herdeiro de seu tio Antonio Pillon. Victorio Saltorio teve o seu passamento aos 46 anos em 18 de março de 1911 vitimado por delirium tremens, que é uma moléstia causada pela abstinência de álcool e ocorre em pacientes com um histórico de abusos de álcool. É possível que não tenha suportado um período prolongado sem a bebida. Quatro casos de mulheres chamaram a atenção, sendo que três delas eram solteiras. A única casada Delcisa Benatti, esposa de Antônio Benatti, com 41 anos ao falecer em 20 de março de 1912 por ocasião de hemorragia, foi separada por ser um exemplo que mesmo as pessoas estabelecidas na comunidade, o seu marido foi registrado como barbeiro de 1900 a 1903, poderiam não possuir consigo todas as informações pessoais, no seu caso a filiação. Rita Maudi, filha de Francisco Maudi, faleceu em 04 de junho de 1903 era solteira e foi um dos poucos casos registrados de vítimas de malária. Entretanto, não se sabe se a moléstia foi contraída em Santo Amaro ou em outras localidades, pois não há registros de estabelecimento de sua família com unidades de negócios. Tampouco há quanto tempo estava na Vila. Josephina Santo, que era solteira aos 44 anos, faleceu de disenteria em 15 de abril de 1920. Conforme já discutido anteriormente, a disenteria é muito mais uma consequência que uma causa e estranha o fato de ter sido diagnosticada em 1920 desta forma. É provável que o diagnóstico não tenha sido por um profissional médico. Por fim, Adelia Sacone faleceu de mal de Hansen aos 44 anos, em 19 de dezembro de 1936, e não há a informação sobre o seu estado civil no documento. Ademais, ocorreram três casos de lesões cardíacas, dois homens e uma mulher, o que era esperado para a faixa etária.

Na faixa etária seguinte, dos quem tem mais de 50, era esperada uma pequena participação, porém, ao contrário, mais da metade das ocorrências ocorrem nela, o que indica que, via de regra, os italianos em Santo Amaro viveram vidas longas muito além do esperado. É um resultado surpreendente para a época pesquisada, pois se esperava uma

longevidade menor. É possível que tenha sido um fato localizado em uma comunidade exógena, porém a expectativa de vida na Itália também não ia muito além dos 34 anos. Como é sabido, a vida no país à época da grande emigração não era exatamente fácil e também, boa parte destas pessoas não teve vida fácil no Brasil por causa das condições de trabalho e da falta de políticas públicas de saúde e de proteção individual. Devido à falta de dados sobre os brasileiros, não é possível fazer comparações, porém os dados mostram que esta longevidade não foi usual.

Não usual também foi o resultado da proporção entre homens e mulheres, pois o número de homens foi superior ao de mulheres com 31 ocorrências contra 19, ou 62% contra 38%. Em comum, a maioria foi proprietária de unidades de negócios, o que indica que poderiam ser economicamente bem sucedidos, o que pode ter proporcionado-lhes uma vida mais longa. As mulheres eram, na maioria, casadas com proprietários e unidades de negócios. Além disso, boa parte deles foi relacionado como empresários de sucesso na Vila por terem permanecido com suas unidades entre 10 anos ou mais, portanto ocorreu uma nítida relação aqui entre uma boa situação material e a longevidade.

Ao todo foram seis casos de problemas cardíacos, sendo duas mulheres. Das moléstias foi a de maior ocorrência sendo seguido pelos carcinomas ou cachexias, com quatro ocorrências, todas em homens sendo que Benjamino Giovanetti falecido em 25 de junho de 1909 de obstrução intestinal, que na realidade é um sintoma de carcinoma no intestino. Era casado com 52 anos. Curiosa e inteligível foi a “causa da morte” de Alexandre Rigosi, que possuiu várias unidades de negócios na Vila desde 1894 parando em 1906, provavelmente por causa da enfermidade. Ele era solteiro e tinha 60 anos ao falecer em 04 de janeiro de 1907 por implante intestinal, que não se sabe o que vem ser, pois na época não se realizavam implantes. Houve apenas uma ocorrência de “causa da morte” não declarada de Lorenzo Sgarbi aos 88 anos, em 14 de agosto de 1912. A malária, no registro impaludismo, fez apenas uma vítima neste grupo que foi Vicente Luchochi aos 52 anos em 07 de abril de 1914. Não houve ocorrências de febre tifoide, varíola ou febre amarela, o que significa melhoria nas condições da saúde pública, principalmente no caso da varíola que foi objeto de vacinação desde julho de 1892. Três imigrantes italianos foram beneficiados com sepulturas gratuitas e, dois deles tiveram o mesmo diagnóstico similar vago de “senilidade” e “marasmo senil” dando a entender que os mais pobres também não tinham

direito a diagnósticos mais precisos e realizados por profissionais mais capacitados. Foram eles Luiz Belotto em 03 de agosto de 1917, Antonio Marcos Santini, casado com 82 anos em 24 de agosto de 1920 e, Giovanni Maggi, casado, em 09 de abril de 1922 vítima de cachexia. Santini provavelmente tinha algum tipo de parentesco com Giovanni Santini e, talvez por esta razão tenha obtido o benefício. Maggi possuiu uma balsa que prestava serviços na Vila entre 1897 e 1898 para posteriormente, de 1908 até 1911 ocupar-se com a venda de peixes. Igualmente possuidor de uma unidade de negócios, no caso uma olaria de 1914 até 1922, Ricci Quilico faleceu de cachexia com 56 anos em 28 de setembro de 1921 e era casado. É possível que a esposa tenha continuado a atividade pelo menos até 1922, pois seu nome ainda aparece relacionado no livro de Impostos de Industrias e Profissões e não há nenhuma anotação de que tenha fechado a olaria. Um imigrante italiano registrado como Antonio de Tal faleceu em 22 de dezembro de 1922 aos 55 anos. No registro de seu passamento há a anotação de que se ignora o seu estado civil e causa da morte. É provável que trabalhava em Santo Amaro na ocasião do falecimento, pois não obteve sepultura gratuita e o registro do primeiro indica que alguém o conhecia e que não era indigente.

Com os dados apresentados, pode-se concluir que para este grupo de imigrantes italianos radicados em Santo Amaro as condições apresentadas de saúde pública eram satisfatórias, pois foram poucos os casos das doenças infectocontagiosas que grassaram o Planalto paulista até o início do século XX. Apesar de não ser possível calcular a sua taxa de mortalidade, os dados indiretos indicam melhorias nas condições de vida. Para este grupo, a opção por Santo Amaro, do ponto de vista da longevidade foi altamente positiva. Pode-se admitir que Santo Amaro, para este grupo, obteve dados muito parecidos com o que apresentou e analisou Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 55) comparando o nível de salubridade da São Paulo de 1916 com outras cidades do mundo. Segundo ele, *“em escala mundial, a capital paulista superava, no aspecto sanitário, cidades como Madri, Berlim, Lyon e Montevideú, apresentando uma taxa de mortalidade geral de 17,7. O índice paulistano era bem superior a Leipzig e Amsterdã, que apresentavam respectivamente coeficientes de 11,8 e 11,5”*.

Mesmo a tuberculose, que foi a principal ceifadora de vidas, segundo Bertolli (op. cit, p. 54), foi *“responsável por 10.450 mortes, número que corresponde a 39,9% de toda a mortalidade por doenças transmissíveis ocorridas entre 1894 e 1917”*, marcou presença

apenas discreta no grupo aqui apresentado. As enfermidades aqui relacionadas estavam muito mais ligadas aos problemas típicos da urbanização e sedentarização da população que com as moléstias tradicionais. Ainda segundo Bertolli (op. cit., p. 52), este estado de melhoria se deve principalmente aos esforços do “*Serviço Sanitário desempenhou um papel destacado no rebaixamento da mortalidade em várias áreas do Estado, principalmente em sua capital*” mesmo com as suas dificuldades e defeitos. Não somente a Capital, mas também as áreas ligadas a ela lograram atingir resultados positivos.

Após a análise dos dados pesquisados, a média de idade de óbito entre os italianos em Santo Amaro foi de 19,16 anos, fortemente puxada para baixo pela grande quantidade de nascidos mortos e pela grande mortalidade infantil. Levando em conta os limites metodológicos desta pesquisa e dos documentos pesquisados, a média calculada é ainda menor, pois conforme relatado anteriormente não foi possível incluir as crianças filhas de mães italianas e pais de outras etnias, o que puxaria a idade ainda mais para baixo.

1.4 – A assistência social

Mesmo sem políticas públicas oficiais de assistência social, é possível agrupar e relacionar algumas iniciativas de assistência social que mesmo com alcance limitado deram início a políticas públicas mais consistentes.

A prática era a de fazer os requerimentos à Câmara Municipal que analisava os pedidos e os atendia ou não. No entanto, não era comum os suplicantes terem seus pedidos negados. Em sessão de 30 de maio de 1892, a Câmara autorizou Joaquim Antonio Guerra a “*fornecer dois mil reis diariamente em generos, para tratamento de um bexiguento morador na varzea do socorro, até que se ache restabelecido daquela enfermidade*”. Na mesma sessão, foi analisada a proposta do médico Rossi Dott Aristide que se prontificava a “*se estabelecer na Villa caso a Intendencia contribuisse com um conto de reis o primeiro ano para curativo gratis dos pobres*”. A proposta foi negada, no entanto, por não existir um hospital na localidade.

Durante os meses de agosto, setembro e outubro de 1892, o município de Santo Amaro foi acometido de uma violenta epidemia de varíola. De acordo com a Lista geral dos individuos que foram acometidos de variola, no município de Santo Amaro durante a

epidemia dos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1892, foram vitimadas 54 pessoas, entre elas dois imigrantes italianos. Pelas fontes pesquisadas, aparentemente a epidemia foi mais forte no bairro rural do Jaceguava, onde o imigrante italiano Antonio Japona (Giapone) ficou encarregado pela Câmara Municipal de cuidar do tratamento dos doentes. O imigrante recebeu 115\$000 por 13 dias de trabalho. Como ele não sabia escrever, Gabriel Guerra assinou o documento. Portanto, por este documento, pode-se perceber que a edilidade providenciou o tratamento às suas custas para os doentes domiciliados no município. Como não existiam médicos domiciliados na Vila neste período, a municipalidade recorreu ao trabalho de práticos para tratar os doentes. Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 62) indica que era comum mesmo em São Paulo o atendimento aos pobres realizados por “*práticos estrangeiros atendiam seus patrícios gratuitamente, assim como um grande número de ervanários diagnosticavam e prescreviam drogas em plena via pública*”. Em abril do mesmo ano, Dante Ciampi, proprietário de um restaurante na Vila, recebeu a incumbência de tratar do compatriota Carlos Riccio “*que se achava doente e pobre – que a Intendencia dignou-se a tratá-lo*”. Segundo o recibo nº 16 de 4 de abril de 1892, Ciampi recebeu “*a quantia de nove mil, novecentos reis (9\$900), proveniente de tratamento de Carlos Riccio, (colono italiano)*”. Aparentemente, Ciampi deveria ser recém-chegado do trabalho nas fazendas de café, pois se dirigiu ao seu compatriota como colono italiano e, em Santo Amaro, não existiram colônias. Neste caso foi a própria Intendência Municipal que autorizou os gastos às suas expensas com o tratamento do imigrante. A Câmara Municipal, em sessão de 24 de novembro de 1892, agradeceu ao governo do Estado pelo comissionamento do médico Paulo Bourroul para auxílio no tratamento dos doentes. Pelo ofício nº 110 de 15 de setembro de 1894 da Secretaria Estadual da Saúde, constata-se que por meio de Circular, Santo Amaro estava recebendo o aviso da chegada de uma remessa de vacinas contra a varíola que indubitavelmente foram utilizadas, pois em Sessão da Câmara de 5 de janeiro de 1895 agradeceu-se o Dr. Eugenio De Francesco pela colaboração na campanha de vacinação contra a varíola.

As discussões nas Atas da Câmara Municipal indicam que a municipalidade cogitou a construção de um hospital para os variolosos, que, no entanto, não chegou a sair do papel. Algumas áreas na rua da Estação foram destinadas e negadas aos peticionários de datas de terra por terem sido planejadas para a sua construção.

Um outro serviço oferecido pela Câmara Municipal foi a contratação de um médico que atendia pessoas pobres. Não é sabida a periodicidade deste atendimento, porém algumas receitas visualizadas mostram que acontecia pelo menos uma vez por mês pelo médico dr. Aristides Serpa. A Câmara Municipal também pagava os medicamentos, como comprovam dois recibos de 24 de fevereiro de 1896 da Pharmacia e Drogaria do Castor, situada a 5-A, Rua do Commercio, 5-A em São Paulo para “*para o indigente João Lusia*” onde constam discriminados os seguintes medicamentos: “*6 vos Elixir de M. Morato a 33.000 e 2 vos pílulas de M. Morato a 3.500 sendo o total de 36.500*”. E também os recibos da Pharmacia Santo Amaro pertencente a Arthur Franco Martins de 30 de março de 1896 onde recebeu a “*Importancia de medicamentos fornecidos a uma póbre com autorização do seu muito digno presidente. Trabalho prestado na correção á que se procedeu n’esta Villa. 30\$000*”.

Como não existiam hospitais em Santo Amaro, a Câmara Municipal se encarregava de conduzir, quando necessário, doentes para a Santa Casa de São Paulo. Este trabalho era realizado pelos próprios vereadores que tinham os gastos ressarcidos. Em 22 de janeiro de 1896, o vereador Antonio Branco de Araújo solicitou o ressarcimento das expensas de 12\$000 gastos na “*conducção de mulher pobre que desta Villa foi a Santa Casa da Capital*”. Em 01 de julho de 1896, Luiz Gama também solicitou o ressarcimento da quantia “*mil réis, proveniente da conducção de uma indigente á São Paulo*”.

A contratação de práticos para cuidar de enfermos ainda era prática em 1896. Bento José da Glória recebeu pelo recibo nº 13 de 05 de março de 1896 a quantia de “*vinte mil réis, para tratamento da Snr.^a Maria Serafina da Silva, que se acha enfêrma, e de cujo tratamento fui encarregado por autorisação da mesma Camara*”.

Além dos serviços com médicos, práticos e medicamentos, a Câmara Municipal também se encarregava de fornecer gêneros alimentícios e até de construir latrinas nas casas das pessoas mais pobres. Em 10 de abril de 1896, o comerciante João Pires de Oliveira Borges recebeu a quantia de 27\$560 “*proveniente de generos que forneci a indigente Maria Luciana por ordem do Cidadão Intendente Municipal*”. Em 08 de abril do mesmo ano, João Pedro de Camargo recebeu 11\$200 “*proveniente de uma latrina que foi feita na casa da indigente Maria da Conceição Guerra por autorização da Camara Municipal*”. Estas ações denotam que a situação de pobreza extrema era minimizada pela

atuação da municipalidade fornecendo aos chamados indigentes a alimentação necessária para auxiliá-los. A construção de latrinas é uma questão de saúde pública, pois sua inexistência na residência da referida pessoa provavelmente a obrigava a fazer suas necessidades em locais públicos, o que contribuía para a proliferação de insetos e a contaminação do solo.

Em sessão da Câmara Municipal de 3 de Março de 1914 a Santa Casa de Misericórdia, que prestava serviços e auxílio aos que lá faleciam fornecendo gratuitamente caixões fúnebres aos pobres também por outras pessoas que os procurassem, solicitou a dispensa dos impostos devidos e foi atendida.

De modo geral, ao se analisar os dados obtidos para os italianos de Santo Amaro, foi possível encontrar diferenças marcantes entre os imigrantes fixados nas áreas rurais, mais estudados pela historiografia, e os imigrantes fixados nas áreas urbanas. Algumas especificidades foram encontradas para este grupo quantitativamente pequeno de imigrantes italianos, para os quais apenas a alta mortalidade infantil foi a esperada para a época enquanto que as idades e causas de morte entre os adultos ficaram muito próximas às taxas dos dias atuais. Do ponto de vista sociológico, as condições de vida as quais tal população foi submetida foram satisfatórias o suficiente para mantê-las vivas por uma quantidade de tempo incomum para a época.

No capítulo dois serão relacionados alguns imigrantes que se destacaram na vida cotidiana do município por meio de sua atuação profissional e como estes imigrantes se inseriram na sociedade santamarense, suas contribuições para o cotidiano da Vila e, sua participação em obras e intervenções públicas.

Capítulo 2 – A contribuição italiana para a urbanização de Santo Amaro

A particularidade mais conhecida e divulgada sobre Santo Amaro é ter recebido a segunda colônia estrangeira do país em 1827 com a chegada de colonos alemães em solo santamarense. Porém, o que indubitavelmente salta aos olhos do historiador é que Santo Amaro foi de 1832⁹⁰ a 1935 um município com vida autônoma e também um dos poucos casos de ter sido restituída ao núcleo original. Os motivos desta reincorporação, no entanto, não foram ainda totalmente explicados pela historiografia. É curioso que alguns outrora bairros de Santo Amaro como o Taboão, atualmente Taboão da Serra, e M'Boy Guaçu, atualmente Embu Guaçu, sejam na atualidade municípios autônomos e Santo Amaro apenas um bairro de São Paulo. E outros bairros seus tenham se tornado símbolo da grande metrópole como o Ibirapuera, que chegou a abrigar a sede da prefeitura paulistana, e o Morumbi, símbolo da opulência e riqueza dos paulistanos a ponto de confundirem com a própria Capital de tal forma que poucas lembranças existem do passado santamarense, assim como o primeiro aeroporto, Congonhas, foi construído em seu território. Uma dúvida também pertinente que cabe aos historiadores é levantar as questões relevantes à sua autonomia. A historiografia discute há anos algumas hipóteses, contudo sem alcançar consenso, nem provas conclusivas. Mesmo assim, a historiografia sobre Santo Amaro é parca, pois são poucos os trabalhos que se ocuparam dela em primeiro plano⁹¹. Estes não são, entretanto, os objetivos finais deste trabalho.

⁹⁰ As cidades elevadas juntamente com Santo Amaro foram: Araraquara, Bananal, Capivari, Paraibuna e Santa Isabel, das quais somente ela e Santa Isabel não se tornaram polos produtores de café.

⁹¹ As principais obras sobre Santo Amaro são as de ZENHA, Edmundo. *A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829*, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950; _____. *O Santo Amaro de Paulo Eiró*, São Paulo: Departamento de Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII; e _____. *A vila de Santo Amaro*, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977; BERARDI, Maria Helena Petrillo. *História dos bairros de São Paulo. Santo Amaro*, São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 2ª Ed., 1981; RIBEIRO, E. M., *A política de imigração no 1º reinado: os núcleos coloniais de Itapequerica e Santo Amaro*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, dissertação de mestrado, 1997; _____. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapequerica da Serra (1831 – 1914)*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, tese de doutoramento, 2002 e PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *Mercado velho de Santo Amaro*, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura

Os italianos aqui relacionados foram uma das comunidades de estrangeiros que se estabeleceu em Santo Amaro nos séculos XIX e XX, porém, seu número nunca alcançou proporções semelhantes como em São Paulo, onde no final do século XX boa parte da população era de italianos e seus descendentes. Segundo a tabela 1.2, o número máximo de italianos residentes na Vila foi de 362 pessoas em 1920, contudo, há registros de italianos se estabelecendo desde 1885. Deve ser lembrado também que este número se refere aos italianos natos e seus filhos foram computados como brasileiros. O capítulo 1 se ocupou dos italianos residentes e estabelecidos com unidades de negócios, contudo considerando-se as relações umbilicais que Santo Amaro e São Paulo estabeleceram, pode ter havido uma população flutuante de italianos bem maior que este número residentes. Apesar de Santo Amaro ser um centro regional de distribuição e de produção de gêneros alimentícios e outros produtos agropecuários, conforme mostrado no capítulo 1 deste trabalho, tinha São Paulo como seu principal cliente. Pode-se dizer que a produção santamarense estava orientada para os mercados paulistanos, principalmente, não existindo evidências de que exportava seus produtos diretamente para outras localidades. Era São Paulo quem realizava este serviço para os produtos da Vila e de sua região. Caio Prado (PRADO, 1989, p. 39) foi um estudioso de São Paulo que percebeu que as localidades vizinhas à Capital e que formavam com ela o Planalto paulistano não possuíam dinâmica de crescimento própria e que a *“influência não vai aí de fora para dentro, mas em sentido contrário, da cidade para a região que a circunda; não pode portanto ser computado como fator de desenvolvimento de São Paulo”*. O crescimento destas localidades esteve intimamente relacionado com o crescimento de São Paulo, e não poderia deixar ser, pois a cidade cresceu de forma intensa e quase incessante por mais de meio século. É natural que tenha envolvido todas as suas localidades vizinhas primeiramente com uma relação de complementação de produtos que ela deixava de produzir como alimentos, recursos florestais, matérias-primas, materiais de construção e outros. Depois, e mais importante para este estudo, como forma de expansão geográfica de sua população partindo daí para uma ocupação definitiva dos espaços da

de São Paulo, 1978. Indiretamente foi Langenbuch quem deu grandes contribuições aos estudos sobre o município em LANGENBUCH, Jurgen Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971.

vizinhança até o ponto de conurbação. Prado (op. cit., p.66), com o seu olhar geográfico apurado, discutiu os pontos de ligação entre a Metrópole nascente e as localidades a serem absorvidas:

“Três são estas estradas principais: a primeira toma o divisor entre o Tamanduateí e o Anhangabaú – e é hoje representada pela Rua da Liberdade, que continua pela Rua Vergueiro até a estrada do mesmo nome. A outra, começando no fundo do Vale do Anhangabaú, no ponto em que este recebe o seu afluente Saracura (hoje esse ponto é o Largo da memória) procura o divisor destes riachos, e é nos dias que correm a Rua Santo Amaro, prolongada pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio (cujo setor mais próximo do centro é de origem muito mais recente). Finalmente, a última destas estradas que seguem para o sul é a que demanda as aldeias e povoações que se formaram nas margens do rio Pinheiros e seus afluentes (Pinheiros – hoje bairro do mesmo nome – Mbói, Itapeperica, Ibirapuera, o nosso Santo Amaro), bem como o oeste da capitania: Parnaíba, Porto Feliz, Sorocaba.”

Como observador paulistano por excelência, Prado destacou duas atividades, as quais segundo ele incitaram o crescimento econômico e urbano para dentro das fronteiras santamarense atraindo contingentes populacionais e ocupando as áreas entre as duas cidades. Foram elas a exploração florestal, mais notadamente a produção de lenha e carvão, que na sua opinião ocorria de modo muito primitivo e, como centro de lazer para as elites paulistanas a procura de locais ermos para seu descanso. Segundo ele (op. cit., p. 88) o processo foi facilitado pelo *“imenso lago que forma aí a barragem e represa construída como um suplemento de energia para o consumo da cidade, duplicada hoje por esta represa nova a que me referi noutra parte deste trabalho, que se prolonga até o Alto da Serra, servindo para desviar as águas da bacia do Tietê para o mar, serra abaixo”*. Prosseguindo no seu raciocínio, Prado (op. cit.) evidencia que o entorno da represa de Guarapiranga foi mudado por completo e sua aptidão para local de recreio dos paulistanos foi evidenciada onde os paulistanos formavam belas chácaras de recreio *“parques e pontos de diversão, para onde a população paulistana converge nos dias de folga, já tomaram tal vulto que transformaram a paisagem local e não podem escapar à observação do geógrafo. De todos os arredores da capital, é Santo Amaro que se tornou centro de atração por excelência desta atividade recreativa”*.

Uma das orientações do crescimento da cidade desde o final do século XIX foi dada por Morse (MORSE, 1970, p. 249) ao perceber que em *“1886 vendiam-se terrenos na Vila*

Mariana, muito além da Liberdade. A área residencial da classe superior estava se estendendo ao sul e a oeste, na direção de Santo Amaro, por causa da vista e do ar mais seco que os terrenos em elevação proporcionavam”.

De opinião semelhante é Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p. 163) que também destacou esta função recreativa das terras santamarenses:

“Em Santo Amaro, a recreação se concentrava na orla da represa de Guarapiranga. Junto à barragem, sita exatamente na porção mais próxima ao ponto final do “Tramway Electrico”, havia alguns restaurantes e alugavam-se barcos para passeio. Em porções mais afastadas da represa surgiam uma série de clubes: “Iate Clube São Paulo” (inglês), “Iate Clube Santo Amaro” (alemão), “Iate Clube Itália” (hoje Itaipu), “Clube de Campo São Paulo” e outros. Ao mesmo tempo, várias chácaras recreativas, ostentando belas vivendas, passaram a perfilar às margens da represa de Guarapiranga. Um trecho de sua margem ocidental foi pretensiosamente denominado “Riviera Paulista”. O mesmo sucedia, se bem que em menor escala, nas porções mais próximas a São Paulo do novel reservatório Rio Grande, onde passou a se destacar o povoado de Eldorado, com seus hotéis, restaurantes, aluguel de barcos e chácaras recreativas”.

A contribuição mais importante de Langenbuch (op. cit., p. 146), entretanto, não foi a de referenciar o pensamento de Prado e destacar a função de recreio de partes do outrora município, mas sim o de notar e chamar a atenção para a construção de uma infraestrutura de transporte entre as duas cidades sendo a primeira delas em 1886, que foi a construção da ferrovia a vapor ligando São Paulo a Santo Amaro e sua posterior substituição por trens elétricos. Segundo ele, a ocupação dos arredores de São Paulo tem origem muitos deles pelos antigos caminhos ocupados pelas ferrovias, desta forma ela é *“igualmente comandada em sua orientação espacial pela ferrovia no tocante às porções dos arredores paulistanos mais afastadas da cidade”*. A área de Santo Amaro constitui exceção, por ser a *única a contar com um meio de transporte ainda melhor que a ferrovia, qual seja o “Tramway Electrico”*.

Da mesma forma, ele destaca que outros meios de transporte entre as duas cidades já eram mais bem desenvolvidos que entre São Paulo e outros municípios vizinhos mais até que São Bernardo. As ligações feitas por linhas de ônibus já eram regulares desde a década de 1930 e, as novidades, como as autoestradas foram primeiramente instaladas ligando São Paulo e Santo Amaro. Sobre os ônibus, Langenbuch (op. cit., p. 156) coloca que em *“1935 corriam 45 ônibus diários (em cada sentido) entre São Paulo e Santo André passando por*

São Caetano, 42 entre São Paulo e Santo Amaro, 22 entre São Paulo e Osasco; entre São Paulo e Guarulhos havia ônibus de meia em meia hora". Mesmo não sendo ainda um centro industrial de porte como a região do ABCD, Santo Amaro já recebia uma ligação eficiente de ônibus com a Capital. Na realidade, como apurado nas Atas da Câmara Municipal de Santo Amaro, o processo de ligação rodoviária por auto-ônibus começou antes de 1935, como será apresentado posteriormente. Tal ligação só se tornou possível, segundo ele (op. cit.) como:

"consequência do que vimos de expor, as primeiras estradas intermunicipais serem pavimentadas em torno de São Paulo não foram os trechos iniciais de nenhuma das estradas estaduais, mas precisamente duas estradas que dobram ligações estabelecidas por ferrovia (e pelo "Tramway de Santo Amaro"). Trata-se das estradas que unem São Paulo a Santo Amaro, e São Paulo a Santo André. A primeira já se achava asfaltada em 1933".

Ele destaca (op. cit., p. 139) ainda que desde 1933 *"Santo Amaro já se achava ligado a São Paulo por estrada asfaltada"*⁹² *a primeira com que contaram os arredores paulistanos*". Portanto, São Paulo reconhecia, mesmo que veladamente, a importância de Santo Amaro e destacava o seu potencial como área preferencial do seu avanço urbano. Assim como, na opinião do autor, *"o município de Santo Amaro se tornava um dos mais intimamente vinculados a São Paulo"*.

Foi Langenbuch também quem percebeu que o crescimento acentuado de São Paulo entre os anos de 1915 e 1940 começou a pressionar os limites do município com os dos seus vizinhos. Com efeito, a população de São Paulo mais que dobrou entre 1920 e 1940, conseqüentemente, Langenbuch (op. cit., p. 131) conclui que a *"pressão e conseqüente tendência expansionista exercida pela cidade sobre sua periferia, naturalmente, seria mais intensa"*. Mais que isso, segundo ele, é *"neste período que se inicia a verdadeira metropolização"*. Embora o autor não tenha chegado a determinar uma data específica para o início deste processo de conurbação, é possível afirmar que foi mais precisamente entre 1930 e 1935, principalmente pelas suas antigas ligações viárias. Ele apresenta algumas evidências no processo em que chama de "cinturão de loteamentos residenciais

⁹² Victorino Seixas Queiróz e Lourenço Arantes Júnior – Os municípios do estado de São Paulo, 1933, p. 398. A estrada mencionada corresponde à atual Avenida Santo Amaro.

suburbanos” para denominar os loteamentos residenciais abertos nos limites entre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Bernardo e, principalmente Santo Amaro, o qual o autor (op. cit., p. 138) afirma ter sido o mais abrangido. O caminho traçado se deu por meio de Indianópolis que se estendia até “*a divisa, através de seu prolongamento Vila Helena, e no município vizinho se sucediam numa série de loteamentos, que uniam São Paulo a Santo Amaro, destacando-se Campo Belo e Brooklyn Paulista. Mais a leste, quase sem vinculação funcional com a cidade de Santo Amaro, surgiam a Vila Parque Jabaquara, Vila Santa Catarina e outros loteamentos*”. É interessante destacar que o autor considerou que os bairros do Jabaquara e da Vila Santa Catarina não tinham vinculação funcional com a Vila por causa de sua distância ao centro, tendo, portanto, mais relações com os bairros paulistanos. O bairro da Vila Santa Catharina, a partir da década de 1930, passou a abrigar várias olarias, sendo que em 1931 chegou a possuir três estabelecimentos pertencentes a italianos, tendo esse número decrescido para apenas uma em 1934. Os registros sobre o bairro do Jabaquara⁹³ foram mais escassos, mesmo se considerados os referentes ao seu nome antigo.

A melhoria dos caminhos entre Santo Amaro e São Paulo abriu caminho para uma maior integração viária intensificando também a utilização de novos meios de transporte coletivo, principalmente o ônibus, que substituiria por completo os bondes elétricos. Nos anos finais da década de 1920 começam a surgir as solicitações para implementar o serviço.

Por estas íntimas relações de São Paulo com Santo Amaro é que surgiu a hipótese de que o italiano conheceu a Vila por meio da Capital e que para lá se encaminhou a trabalho. As obras da construção civil foram um importante canal de entrada de imigrantes, pois segundo alguns autores, os italianos representaram em alguns momentos 95% da mão de obra do setor. Muitos empreiteiros e mestres de obras eram também italianos e, na busca por trabalho podem ter levado seus conacionais para trabalhar na localidade e alguns podem ter decidido permanecer. Posteriormente com o avanço da urbanização, estes italianos e outros podem ter sido atraídos para as obras particulares que surgiam no município.

⁹³ A região não tinha, entretanto, grande importância econômica para a Vila, tendo sido praticamente despovoada até o início do século XX, e é por esta razão, portanto, que foram encontrados poucos registros de unidades de negócios pertencentes a imigrantes italianos. A historiografia marca também que a região recebeu um número considerável de escravos foragidos.

2.1 – Obras e intervenções públicas

Uma das primeiras obras preparatórias para os novos tempos que foi a construção do encanamento e da caixa de água do Poly. Tais obras de grande vulto trouxeram trabalhadores de outras localidades, principalmente italianos, como seria de se esperar pela sua presença maciça no município da Capital, de onde a maioria dos empreiteiros contratados viera. Para realizar a contratação desses a edilidade santamarense publicou em edital por três vezes em abril de 1891, em “O Estado de São Paulo” uma chamada de concorrência para a obra de canalização do Poly.

Segundo o Balancete resumido da Receita e Despesa da Intendencia municipal da Villa de Santo Amaro no trimestre de Abril á Junho do corrente anno, exercício de 1890 á 1891, os estudos para a construção do encanamento do ribeirão Poly⁹⁴ se iniciaram neste trimestre de 1891 e as obras entregues a um italiano chamado Nicoláo Jianjulio⁹⁵ que contratou na maioria outros conacionais e uns poucos brasileiros, aparentemente, para o trabalho realizado de 13 de setembro de 1891 até 24 de dezembro do mesmo ano. Neste mesmo balancete foram registradas as despesas com uma casa para variolosos e para o matadouro municipal com um gasto de 2:200\$000, quantia alta para a administração pública do município.

A documentação, ao todo sete recibos de férias dos trabalhadores, não permite dizer muito sobre a obra em si, porém traz informações sobre os trabalhadores. Não é possível dizer de onde vieram, todavia pelos dados demográficos da época, pela proximidade e pelo alcance do jornal onde foi publicado o edital de concorrência para a obra, é possível afirmar que vieram da Capital. Não é possível dizer se permaneceram na Vila após a obra, entretanto como é de costume em grandes obras ainda nos tempos atuais, durante o andamento da obra eles lá ficaram estabelecidos. É possível afirmar isso pelo documento nº 28 do Balancete de Receitas e Despesas do exercício de 1891 à 1892 que demonstra a compra de “21 telhas de zinco para o rancho dos trabalhadores do encanamento.” Tais telhas foram compradas de um italiano chamado Zeferino Serafini. O custo total foi de

⁹⁴ Foram obras de canalização do ribeirão do Poly.

⁹⁵ Foi obedecida a grafia constante na documentação. O correto provavelmente seria Nicola Giangiulio.

52\$500. O mesmo imigrante forneceu ainda três barricas de cimento em um valor total de 57\$000.

Zeferino Serafini era engenheiro e possuía uma loja de materiais de construção no bairro da Vila Mariana em São Paulo chamada “AO PROGRESSO PAULISTANO” como se verifica pelo recibo impresso de 15 de novembro de 1891. Lá também fabricava ladrilhos em cimento, estátuas, balaústres e mosaicos em de mármore e granito artificial. Na data do recebimento não estava em Santo Amaro e quem assina o recebimento é Ernesto Pinati, também imigrante italiano que assina vários outros recibos de recebimento para os compatriotas que não sabiam ler e escrever. Pinati assina o recibo nº 24 de 15 de Dezembro de 1891 onde denota ter uma possível origem no Brasil do interior das fazendas de café em São Paulo, pois se refere aos também italianos Antonio Bolzani e Nicola Del Vecchio como “camaradas”, termo utilizado nas fazendas para os trabalhadores de serviços avulsos. Há o registro no Livro de imposto sobre indústrias e profissões no exercício de 1891 á 1892 de exercer a atividade de mercador de lenha na Rua da Estação, há contudo a observação de que “*não tem mais negocio*”. Mesmo assim ficou, contudo, relacionado na Relação nominal dos que deixaram de pagar os impostos pelos quaes foram lançados no corrente exercício de 1891 à 1892.

Há dois recibos manuscritos na documentação emitidos por Mariatti C. Marisi de 30 de novembro de 1891 referentes a materiais entregues para a construção da Caixa d’água do poly e às obras do Matadouro, que como Zeferino Serafini deveria possuir depósito de materiais de construção, ou algum estabelecimento similar em São Paulo, mas do qual não existe informação nos recibos. Causa estranhamento que ambos estejam escritos integralmente em italiano e que a Intendência os tenha aceitado sem fazer a necessária tradução, pois por mais similar que o italiano seja do português há itens que não tem grafia similar e que necessitam de tradução. No primeiro recibo foram gastos 55\$000 e no segundo 17\$100.

Sobre Pinati, há algumas considerações a respeito do seu registro de entrada⁹⁶ que data de 22 de janeiro de 1891, ou seja, no mesmo ano dos registros realizados em Santo

⁹⁶ Registro de entrada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=ERNESTO&s=PINATI&l=023&p=198&f=03850. Última visualização em 04/05/2014.

Amaro. É muito provável que já tivesse conhecidos ou parentes em São Paulo ou até em Santo Amaro dado o pequeno espaço de tempo entre a chegada e as atividades concluídas. Certamente não era agricultor como declarou ao chegar, mas tal declaração era um denominador comum dos imigrantes italianos que não queriam pagar a passagem, o que reforça a hipótese de já conhecer os mecanismos de imigração. Chegou no Rio de Janeiro por meio do Governo Geral aos 28 anos. Na nota sobre seu parentesco nada consta sobre ser casado ou solteiro. É possivelmente uma falha da localização dos imigrantes trazidos pelo Governo Geral, que não exigia a formação de famílias.

Por outros documentos, balancetes de receitas e despesas do exercício de 1891 à 1892, pode-se afirmar que todo o material para a obra foi adquirido entre comerciantes estabelecidos em Santo Amaro, alguns de italianos. Enrico Pongeluppi, proprietário de uma olaria no bairro do Socorro⁹⁷, forneceu 35.000 tijolos para a referida obra e para as obras do matadouro, em um total de 1.575\$000.

Porém, o imigrante italiano que mais forneceu bens e serviços para a obra foi Raphael Sansevero. No Balancete resumido da Receita e Despesa da Intendencia Mal. durante o 1º trimestre do corrente exercício de 1891 à 1892 consta que forneceu à edilidade “553 metros de guias de cantaria, assentamento das mesmas e mais obras que fêz e constam do documento nº 65” que perfizeram um total de “1:837\$300”.

No período demonstrado pelo Balancete resumido da Receita e Despesa da Intendencia Municipal da Villa de Santo Amaro, do 1º à 26 de Dezembro de 1891, exercício de 1891 à 1892 foi bastante ativo para ele, pois mostra uma movimentação total de 1:524\$950 recebidos da edilidade pelo fornecimento de “348 metros e 50 c de guias de cantaria á 2\$500” em um total de 871\$250. Tais pedras de cantaria eram provenientes da pedreira que possuía segundo os documentos em Jagucaguera, bairro afastado do núcleo urbano da Vila, onde permaneceu até o seu falecimento em 28 de março 1893 aos 35 anos por hepatite crônica deixando como viúva Theresa Ormandi⁹⁸. Os seus serviços incluíram também a colocação das guias, sendo talvez este o motivo pelos quais foi escolhido para

⁹⁷ Obedecida a grafia original constante nos documentos. Em alguns documentos consta como sendo residente em Guarapiranga, o qual, entretanto se refere ao mesmo local. Foi a primeira olaria a se domiciliar no bairro quando ainda era considerado zona suburbana de Santo Amaro.

⁹⁸ Segundo o apurado no Livro de inumação de 1892 a 1905.

fornecê-los, pois existiam ainda mais três pedreiras registradas em Santo Amaro na mesma época. Consta ainda que possuía também uma taverna no bairro da Ponte de Baixo. Não existe na documentação confirmação de que possuía algum veículo, porém foi efetivamente pago pela condução de tijolos e “*pelos serviços de carroças e condução de área para trás do encanamento d’água*” constantes no documento nº 18 com valor de 228\$000. É possível que a sua carroça tivesse sido registrada em outro município daí a inexistência dos mesmos em Santo Amaro.

Ou seja, na verificação do total de pedras fornecidas ao município pode-se verificar que sua pedreira não deveria ser de pequeno porte, pois forneceu e assentou quase um quilômetro de guias às obras num total em dinheiro que não pode ser desprezado. É muito provável que não tenha mais fornecido à edilidade pela fatalidade de sua morte. Também é possível que tenha fornecido produtos a outras localidades, pois consta na historiografia que Santo Amaro era um grande fornecedor de pedras de cantaria⁹⁹ para São Paulo.

Sobre ele pode-se afirmar ainda que mesmo sendo proprietário de uma unidade de negócios de relativo vulto não sabia ler e escrever o que pode ser verificado pelo recibo nº 18 de 14 de novembro de 1891 de recebimento de “*Serviço de carroça da caixa d’água*” no valor de “228\$000” que foi assinado por Antônio Forster, à época intendente municipal¹⁰⁰, e que grafava que o recebedor “*Não sabe escrever*”. Não há dúvidas, entretanto, de que possuía realmente uma carroça e que com ela prestava serviços à Intendência municipal. No documento nº 5 de 4 de dezembro de 1891 sobre o recebimento das guias fornecidas, quem assinou foi o já citado Zefirino Serafini.

Os trabalhadores contratados por Nicoláo Jianjulio recebiam um valor de 3\$000 réis diários pelo serviço, valor relativamente alto por se tratar de trabalhadores braçais sem especialização e, principalmente, quando comparado aos vencimentos do secretário da Câmara Municipal, que em 1889 recebia 32\$000 por mês e que precisava saber ler e escrever para exercer suas atividades. Aparentemente, o próprio Nicoláo Jianjulio,

⁹⁹ Produto utilizado também para a confecção do que nos dias atuais são chamados paralelepípedos utilizados comumente na época para a pavimentação de ruas e avenidas. Ainda é possível verificar em alguns bairros centrais nas ruas menos movimentadas a existência de tais guias e pavimentação.

¹⁰⁰ Refere-se atualmente ao cargo de Prefeito. Porém, o intendente era eleito pelos seus pares no século XIX.

administrador da obra, trabalhava no eito juntamente com os seus contratados, o que demonstra ter sido também um trabalhador braçal que conseguiu ascender até a posição de administrador. E era alfabetizado, pois os documentos são escritos e assinados por ele. Sobre ele há o registro de entrada¹⁰¹ onde se pode verificar que a grafia correta do seu nome é Nicola Giangiulio tendo chegado sozinho aos 30 anos de idade no dia 14 de agosto de 1890 pelo porto do Rio de Janeiro. Afirmou ser lavrador e foi registrado como imigrante espontâneo. Ou seja, um imigrante declarado como lavrador já estava apenas um ano depois prestando serviços especializados em construção civil, o que indica que já exercia a função na Itália, pois não houve tempo hábil suficiente para tê-la aprendido aqui e muito menos para ser responsável por uma obra de certo vulto. Tal fato demonstra que muitos imigrantes italianos chegavam com suas profissões definidas e que mesmo tendo sido trazidos para prestar serviços na agricultura, desta se desviavam o mais rápido possível. Não é possível afirmar se ele passou algum tempo em fazendas, mas os tempos de chegada e de prestação de serviço em Santo Amaro indicam que se ficou em alguma fazenda foi por pouquíssimo tempo.

Dos trabalhadores contratados, ao que aparece por empreita, pois há sete recibos de férias pagas em diferentes datas o que demonstra a contratação para realização de tarefas específicas, ou até, possivelmente, de acordo com a disponibilidade da edibilidade, pois há um lapso de tempo, de 27 de setembro até 13 de novembro, que pode ser da documentação ou do numerário da Câmara Municipal para pagá-los, pode-se dizer que apenas três deles não eram efetivamente italianos: Nicodemo de Santos, Ferdinando Paulino e Ricardo Limão. Pelos nomes tanto podem ser brasileiros ou portugueses. Todos os outros eram italianos. Nenhum deles aparece em todas as férias, sendo que há a repetição dos nomes em algumas delas em datas variadas. É possível que seja pelo tipo da atividade realizada, pois também não se repete o número de trabalhadores em nenhum dia e pela forma do registro eles podem ter sido contratados para realizar toda obra desde a construção efetiva da caixa d'água, o que necessitaria de pedreiros até a simples cavação das áreas por onde passava o encanamento. Tudo indica que pela repetição de alguns nomes que eram formadas equipes

¹⁰¹ Registro de entrada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=NICOLA&s=GIANGIULIO&l=020&p=237&f=03964. Última visualização em 04/05/2014.

de trabalhadores. Nunzio Colucci, Raffaele Orlandi, Domingo Orlandi, Maurizio D'Angelo, Nicodemo de Santos e José Podessa estavam juntos em uma, por assim dizer, equipe. Celestino Pellegrini, Giovanni Frediani, Ercoles Frediani, Oreste Barjandis, Ferdinando Dini, Alfonso Giostriano, Orestes Galli, Nicoláo de Paulo em outra. Nesta equipe constava também o nome do Nicoláo Jianjulio, o que pode indicar ser a equipe de pedreiros. Em uma única ocasião há a sobreposição dos nomes, indicando talvez mais atividades concluídas. É o dia em que mais trabalhadores foram contratados. Alguns dos prenomes estavam aportuguesados, o que indica duas situações distintas i) como a documentação era destinada à prestação de contas ao poder público exigia-se tal escrita e portanto, ii) Nicoláo Jianjulio já estava no Brasil há tempo suficiente para dominar tais convenções de escrita¹⁰². Na realidade, somente os nomes Paolo, equivalente a Paulo; Domingos, equivalente a Domenico; José, equivalente a Giuseppe; Miguel, equivalente a Michelle e o nome do administrador Nicoláo, equivalente a Nicola são aportuguesados¹⁰³. Os outros prenomes foram mantidos em italiano, mesmo até Maurizio que teria seu aportuguesamento facilitado. Há a indicação de familiares trabalhando juntos com os, provavelmente, irmãos Miguel, Antônio e Giuseppe Pujals, Rafael e Domenico Orlandi; Joachim e Antonio Francesco e Giovanni e Ercoles Frediani. Poderiam ser também pai e filho dependendo da diferença de idade entre eles.

Sobre os empregados de Nicola Giangiulio foram encontrados os registros de entrada de dois deles, que são Antonio Francesco e Ferdinando Dini. Há algumas similitudes entre eles e Nicola que chamam a atenção, pois todos eles foram imigrantes que chegaram sozinhos pelo porto do Rio de Janeiro. Antonio Francesco chegou muito jovem aos 11 de idade em 22 de maio de 1885, ou seja, à época da prestação do serviço já tinha 17 anos, idade comum de trabalho para a época. Ferdinando Dini chegou aos 38 anos em 22 de junho de 1887 e veio à trabalho segundo consta no seu registro. Tal registro pode significar que foi chamado por algum parente ou conhecido.

¹⁰² Mesmo assim ainda há dúvidas nos dois nomes de João de Batistas e Giovanni de Batista. É provável que sejam a mesma pessoa, pois Giovanni aportuguesado é o equivalente a João.

¹⁰³ Entretanto, um outro trabalhador, Nicola de Paulo, tem seu nome grafado das duas maneiras em duas listas diferentes. O que reforça terem sido elas escritas pessoalmente pelo administrador italiano.

Há uma série de seis documentos e dois registros na documentação de Santo Amaro mais seu registro de entrada no Brasil¹⁰⁴ a respeito do imigrante italiano Felice Daltrozzi, que pode ser relacionado como um prestador de serviços avulsos à edificação, pois foi pago por uma sequência de “*carpinadas, limpesas de ruas*” e esgoto foi ele feito em algumas ruas da Vila. Além dos recibos de recebimentos próprios, ele assina dois a rogo de Antonio Bolzani¹⁰⁵ e um comum aos dois.

Primeiramente é necessário analisar o seu registro de entrada, pois há divergências no nome e na nacionalidade. Seu nome consta como Felice Dal Trazzo, ligeiramente diferente do nome assinado por ele nos documentos e, além disso, sua nacionalidade foi anotada como austríaca, o que na realidade não é tão problemática, pois pode ser considerado um italiano étnico, pois constatadamente sabia ler, escrever e se expressava em italiano e poderia ser oriundo das regiões fronteiriças das duas nações as quais frequentemente eram motivos de disputas e mudavam de posse. Quanto ao nome é provável que tenha sido um erro no registro de chegada, o que acontecia frequentemente dado ao desconhecimento dos funcionários do idioma italiano e da quantidade de pessoas que desembarcavam juntos¹⁰⁶. Há uma nota no registro de chegada que diz “NOME E NACIONALIDADE CONFORME DOCUMENTO ORIGINAL”. Tal nota não era comum. Deve ter havido alguma divergência. É grande a possibilidade de este imigrante ser o mesmo que estava em Santo Amaro em 1891, pois além disso, chegou sozinho como imigrante espontâneo no Rio de Janeiro, o que significa que não criou vínculos com as fazendas de café no interior de São Paulo. Chegou em 05 de fevereiro de 1890 e tinha 24 anos declarando-se como lavrador. É possível que tenha se declarado lavrador para tentar

¹⁰⁴ Registro disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=FELICE&s=DAL%20TRAZZO&l=019&p=289&f=04355. Última visualização em 04/05/2014.

¹⁰⁵ Tanto o nome de Antonio Bolzani e de Felice Daltrozzi estão grafados da forma correta. Pode-se afirmar isto por ter sido Felice Daltrozzi que assinou e escreveu os recibos.

¹⁰⁶ Os registros eram realizados logo no momento do desembarque no porto para os imigrantes pudessem ser triados e mandados para os locais de espera. Como geralmente os navios traziam muitas pessoas, a demora para o registro deveria ser muito grande e cansativa, logo a probabilidade de erro no registro pelo escriturário era grande.

conseguir o reembolso¹⁰⁷ do dinheiro da passagem que a Sociedade Promotora de Imigração oferecia aos espontâneos desde que viessem a São Paulo e lá permanecido realizando os mesmos serviços avulsos que prestou em Santo Amaro. De toda forma, sendo ou não a mesma pessoa, é certo que participou ativamente de serviços em Santo Amaro e contribuiu para que um outro imigrante italiano conseguisse também prestar serviços.

No que se refere a Felice Daltrozzi, seu primeiro contato registrado com Santo Amaro é o recibo de 11 de janeiro de 1891 em conjunto com Antonio Bolzani:

Recebi do Cidadão Procurador da Intendencia Municipal d'esta Villa, a quantia de vinte e dois mil e oito centos e sesenta reis R\$ 22.860 proveniente de carpinadas nas Ruas d'esta Villa e conserto, que fizemos na Rua Fórmoza por ordem da Intendencia.

E por ser verdade de passo apresente que assigna

Antonio Bulcanne sete dias e meios a \$500

Felicio sete dias e tres quartos a \$500

Snto Amaro 11 de Janeiro de 1891

Este recibo não foi escrito por ele que somente assina por si e por Antonio. Vem daí a grafia errônea de Santo Amaro indicando a falta de familiaridade com a localidade. Pressupõe-se que não era morador de lá e que poderia estar apenas de passagem ou ter sido contratado, pois não há nenhum registro que se estabelecido com alguma unidade de negócios. Esta constatação se dá pela análise da letra dos recibos, o que foi permitido pela existência de uma série deles. E, além disso, o nome de Antonio é grafado erroneamente, fato que não se repete nos outros recibos.

¹⁰⁷ Segundo Santos (SANTOS, 2008, p. 84), havia uma forma de atuar específica para o imigrante espontâneo seguida pela Sociedade Promotora de Imigração que foi quem controlou efetivamente a imigração europeia para São Paulo entre 1886 e 1895 chegando a ser um instituto extraoficial de imigração:

“No caso do espontâneo havia a necessidade de adiantamento, por parte do imigrante, do dinheiro da passagem para posterior reembolso no Brasil, o qual não era total e, sim somente uma parcela, tendo ainda que enfrentar a burocracia existente e que providenciar os documentos necessários, os quais incluía uma declaração de empregador de que o imigrante estava empregado há mais de um ano em estabelecimento agrícola. Dessa forma, a Sociedade Promotora na prática não concorre com o governo provincial na atração de imigrantes e sim, somente com ela mesma, pois não poderia haver uma outra localizadora de imigrantes contratada pelo governo de São Paulo.”

Há dois recibos datados de 29 de janeiro de 1891 em que assina a rogo de Antonio Bolzani sendo o primeiro:

Recebi do Cidadão Procurador da Intendencia Municipal desta Villa, aquantia de vinti dois mil reis 4\$500 proveniente de hoito dias de carpidas na ruas amil e quinhentos reis 12\$000, bavidas de ruas que havemos e mais dues viagem de madeiras para o conserto do mato tavo 7\$000 isto feito por ordem da mesma intendência por esev verdade passo a apresente e assigno.

Snto Amaro 29 de Janeiro de 1891

Arogo de Antonio Bolzani

Além da confusão dos valores numéricos expressos no recibo, que denotam o imigrante não dominar ainda o padrão monetário do país, percebe-se que ele memorizou o modelo do recibo anterior a ser apresentado à Intendência de Santo Amaro e que nele misturava o português com o italiano. Este recibo não foi aceito pela Intendência, provavelmente pela confusão dos valores e nem tanto pelo maus tratos no idioma de Camões.

No segundo, já com as correções ainda há confusão com o italiano, mas os valores estavam corretos:

Recebido Cidadó Procurador da Intendencia Municipal desta Villa, aquantia de vinti dois mil reis provinienti de hoito dias de carpidas nas ruas amil e quinhentos reais 12\$000, havidas de ruas 3\$000 reis Carreto para nichos das ruas que havemos e mais dues viagen de madeiras para o conserto do mata 7\$000 isto feito por ordem da mesma Intendencia por eserverdade passo apresente assigno

Arrogo de Antonio Bolzani

Snto Amaro 29 Janeiro de 1891

Ainda há mais dois recibos do mesmo dia por atividades diferentes. Provavelmente foi instruído que para cada serviço prestado teria que apresentar um recibo diferente. No primeiro ainda existem os erros típicos do “portuliano” da obra *“La Divina Incrensa”* de Juó Bananere, pseudônimo de Alexandre R. M. Machado, como *ciudadó, provinienti, qui e ordim*.

Recebido Cidadó Procurador da Intendencia Municipal desta Villa, aquantia de cinco mil reis e quinhentos reis 4\$500 provinienti de um esgoto qui fez na Rua do Simiterio e na Rua do quatinga por ordim da mesma Intendencia e por serverdade passo apresente assigno

Snto Amaro 29 Janeiro de 1891

No mesmo dia ainda assina mais um recibo. Agora sem os erros anteriores. É bem provável que tenha sido instruído por alguém da Intendência:

Recebido Cidadão Procurador da Intendencia Municipal desta Villa, a quantia de cinco mil reis de limpezas que eufiz na ruas por ordem da mesma Intendencia.

E por ser verdade passo apresente e assigno

Snto Amaro 29 Janeiro de 1891

E por fim o último recibo de 5 de fevereiro de 1891 onde aparecem novamente os erros de ortografia cometidos anteriormente.

Recebido Cidadó Procurador da Intendencia Municipal desta Villa, aquantia de quatro mil e quinhentos reis 4\$500 provenienti de treis dias de serviço nas ruas desta villa e por ser verdade passo apresente efirmo.

Snto Amaro 5 de Fevereiro de 1891

Os dois registros na documentação de Santo Amaro são do Livro Caixa do exercicio de 1890/1891 onde aparece o pagamento “*de Daltoso Filicio¹⁰⁸, proviniente de duas datas a rua Formosa, n° 51 e 52, de quatrocentos metros quadrados cada uma a 160 réis o metro quadrado*” no valor de “128\$000”. Não se pode afirmar que tenha efetivamente se estabelecido na Vila, mas a aquisição das datas está no padrão das suas posses analisadas pela documentação. O registro é de 30 de janeiro de 1891.

Segue mais um registro em 12 de fevereiro que não há informações a respeito da atividade realizada, somente o valor de 4\$500, o qual provavelmente foi relativo aos mesmos serviços prestados por ele anteriormente.

¹⁰⁸ Percebe-se que a grafia do seu nome não segue as anteriores, mas pode-se afirmar que é a mesma pessoa.

O início dos anos noventa do século XIX, portanto, marcou Santo Amaro por ter sido de mudanças tanto demográficas como étnicas com a chegada dos imigrantes europeus, mais notadamente os italianos, que mesmo sem formar uma colônia, marcaram presença na Vila sendo os estrangeiros mais numerosos.

Na década final do século XIX foram concluídas obras de infraestrutura urbana que tencionavam preparar a vila de Santo Amaro para o crescimento populacional intenso que já estava começando em outras localidades de São Paulo. Ao que parece, a municipalidade tinha consciência de que deveria aproveitar o momento de grande afluxo de imigrantes estrangeiros que estava ocorrendo para São Paulo. O ano de 1891 é particularmente ativo no início da década de 90 do século XIX. Constan na documentação duas obras de relativo vulto. Uma delas são provavelmente reparos na ponte que ligava a Vila ao bairro do Socorro que começava a ser considerado uma região suburbana e não mais rural. Esta obra não trouxe trabalhadores de fora da Vila, pelo menos nada consta na documentação, porém há o registro de um Roque Italiano, que provavelmente já era morador, pois a grafia de apelidos na documentação oficial significava uma relativa intimidade que só é adquirida com o passar dos anos¹⁰⁹. Esse mesmo Roque Italiano aparece no documento Serviços feitos nas ruas Adolpho Pinheiro e nova, á cargo de Antonio de Araujo, de 3 de Fevereiro a 7 do mesmo mez. Não há a especificação do tipo de serviço que foi realizado, contudo pelo padrão dos registros verificados foi provavelmente um serviço braçal. O primeiro serviço é de 7 de fevereiro e foi de apenas um dia. O outro é de 18 de abril sendo pagos cinco dias de serviços. Para ambos o valor foi de 4\$000. Há o registro em 1891 no livro de Arrolamento de Vehiculos de 1890 a 1891 de um Roque Bonise como proprietário de uma carroça e que era morador da Vila. Seu registro, porém, desaparece para os anos posteriores. Não deve ser a mesma pessoa, pois pelo padrão verificado há a grafia feita quando o serviço é de transporte. É mais provável que se trate de Roque Banilha, outro imigrante italiano prestador de serviços de similar atividade que assina recibo de 6 de Fevereiro de 1891 onde consta o recebimento d'a *quantia de quinze mil reis importância de trabalho feito nas ruas*

¹⁰⁹ No documento Lista dos trabalhadores em serviços prestados á Intendencia na Caixa d'agua e varriduras de ruas, no periodo de 14 de Dezembro de 1891 a 24 do corrente há dois nomes grafados juntamente com o apelido: João Mestiço e Manuel Português. Sendo que Manuel recebeu pelo serviço de 1 dia de carroça o valor de 4\$000.

– *Conselheiro Dantas e Boa Vista dividamente autorizado pelo fiscal e por ordem do Presidente da mesma intendência*”. Ou seja, o tipo de serviço é similar, o que pode aferir a identidade do imigrante. Verifica-se no recibo que a grafia do nome de família do imigrante está aportuguesada, pois deveria ser Baniglia em italiano. É possível que o recibo tenha sido escrito por uma outra pessoa e o imigrante o tenha apenas assinado tratando-se de um analfabeto funcional, pois era capaz de assinar o próprio nome. Ele aparece no Livro de Impostos sobre Industria e Profissões, no exercício de 1891 á 1892 como proprietário de uma unidade de negócios onde vendia “*bebidas inclusive aguardente*” na Vila. No mesmo livro do ano de 1892, o estabelecimento aparece como sendo localizado na Rua Senador Dantas, há, contudo, a observação de que não o possuía mais e ele desapareceu da documentação. Todavia, seu nome está grafado como Bonilha. Acredita-se, no entanto, que seja a mesma pessoa pelos padrões de erro de grafia dos nomes italianos na documentação verificada¹¹⁰.

Não há consenso entre os historiadores a respeito do letramento dos imigrantes italianos, sendo que alguns imputam como a maioria sendo analfabetos e outros defendendo que eram alfabetizados. Silvia de Almeida Azevedo¹¹¹, por sua vez, afirma que de 60 a 70% dos italianos eram alfabetizados. Já segundo o “Relatório da Secretaria da Agricultura” do estado de São Paulo sobre os imigrantes entrados de 1908 a 1927, eram analfabetos 48,27% dos italianos. Um número já um pouco distante do divulgado por Azevedo, porém mais confiável por ser oficial. Mesmo assim, são números superiores à alfabetização dos brasileiros de mesma época. As taxas de letramento variaram lentamente no caso brasileiro, sendo de 14,79% em 1890, passando para 25,33% em 1900, decaindo ligeiramente para 24,46% e chegando até 32,24 em 1940¹¹². Ou seja, mesmo as piores estimativas como as de Hutter (HUTTER, 1986, p. 156) para os imigrantes das colônias

¹¹⁰ Esta “troca” de letras na grafia dos nomes italianos foi verificada em diversos documentos da Câmara Municipal de Santo Amaro e o estudo da sua repetição permitiu concluir que existia um determinado padrão, como por exemplo a troca dos fonemas italianos “glia” para o de sonoridade similar “lha” em português. Deve-se lembrar, contudo, que a documentação foi escriturada ora por pessoas com alfabetização precária e poucos conhecimentos do italiano ora por pessoas com melhor alfabetização, são os registros realizados por estas pessoas que permitiram a verificação, constatação e correção dos erros.

¹¹¹ Ver AZEVEDO, Silvia de Almeida, *Imigração e colonização no estado de São Paulo*.

¹¹² Dados referentes aos Censos oficiais de 1890, 1900, 1920 e 1940.

estabelecidas em São Paulo de, em média, de 35% a 40% mostram que os imigrantes chegavam com um estado de letramento superior aos brasileiros. Na Itália existia também a discussão sobre as taxas de letramento entre os italianos que emigraram, no entanto a posição oficial era a de negar, ou ao menos minimizar o problema. Segundo Hutter (HUTTER, 1986, p. 119) Antonio Piccarolo afirmou que *“naquela época já existirem na Península escolas por toda parte, não aprendendo a ler e escrever somente os impossibilitados por motivo de força maior ou os que não quisessem”*. No entanto, ainda segundo ela (op. cit., p. 120), *“o presidente da Câmara Italiana de Comércio em São Paulo, referindo-se aos imigrantes – como também ocorria em algumas regiões da Itália – cresciam nos campos sem saber ler nem escrever”*. Uma das explicações encontradas para a existência de imigrantes iletrados em São Paulo ainda em 1922 foi de que provavelmente *“tais elementos emigraram da Península antes da ampliação do ensino na Itália”*. Em verdade, pela documentação aqui analisada uma parte considerável dos imigrantes chegados ao país no final dos oitocentos era letrada, o que os recibos por eles escritos e assinados, muitas vezes para compatriotas elucidam.

Foi muito comum para o período estudado encontrar registros de italianos que prestavam serviços avulsos. Ainda no ano de 1891, no Livro Caixa do exercício de 1890/1891, encontram-se dois registros de pagamento por serviços realizados pelo imigrante italiano Antonio Banquella¹¹³ entre 12 e 18 de abril referentes a *“trabalhos de rua”* pelos quais recebeu a quantia de 17\$250. Em 31 de maio do mesmo ano, o imigrante agora com o nome grafado Antonio Benquella, recebe a quantia de 1\$200 por serviços de *“limpeza de ruas”*, o que era comumente a varrição das ruas.

Em 24 de abril do mesmo ano há o registro de *“pagamento feito a Henrique Molinari”*¹¹⁴ *proveniente de frete a C^a Carris de Ferro de Sto. Amaro*” pelo qual recebeu 3\$000 e em 13 de junho um outro recebimento também de serviço de frete prestado quando recebe 1\$500. No Livro de impostos sobre indústria e profissões, no exercício de 1891 á 1892 há um registro em seu nome de um depósito de lenha e a observação realizada pelo escriturário de que *“O dono do deposito é Ernesto Pinati”*. É bem provável que estivessem

¹¹³ Neste caso respeitou a grafia dupla da letra L, porém transformou-se o fonema italiano “che” no seu similar sonoro português “que”.

¹¹⁴ Aportuguesamento de Enrico Molinari.

em Santo Amaro somente para a realização dos observados serviços e que tentaram se estabelecer com a unidade de negócios de lenha, porém não foram bem sucedidos.

Em sessão de 11 de janeiro de 1892, foram abertas quatro propostas para o assentamento de guias sendo que três proponentes eram italianos: del Punta Gielasio, que se comprometia a assentar o metro corrido por 500 réis, dando-lhe a Intendência o terreno alinhado e nivelado; Ferreto Domingos, que não foi estampilhada e por esta razão foi prejudicada, ele prestaria outros serviços à Vila posteriormente e, Raphael Sacivero, ou Sansevero, que se comprometia a assentar o metro corrido por 800 réis dando-lhe a Intendência a pedra a margem do trabalho, e fornecendo ele a pedra por 4.500 réis o metro; Sansevero prestou serviços de assentamento de guias e fornecimento de pedras em outras ocasiões. Ele também foi proprietário de uma pedreira.

Um recibo de 12 de maio de 1892 chama atenção não só pelos italianos empregados, mas principalmente pela utilização da denominação “feitor” para o administrador da obra. O serviço foi um conserto na “*Estrada que desta Villa vai a Capella de Parelheiro no logar denominado Varzea do Soccorro*” aos cuidados do “*Feitor Antonio Ferreira da Silva*”. Tem-se aqui a presença de Braz Galiano como pedreiro e de Silverio Patricio alugando sua carroça para frete dos materiais. Há ainda outro imigrante denominado Antonio Hespanhol. Foi relativamente comum nos recibos encontrar combinações como esta entre o primeiro nome e a nacionalidade. Em outro recibo de 12 de março de 1892 sobre a “*Feria dos trabalhadores a Intendencia no serviço do Aterrado do Soccorro*”, havia o trabalhador Luiz Italiano.

Ferreti Domingos, entretanto, mesmo não conseguindo esta concorrência para colocação de guias, conseguiu outras obras. Durante o ano de 1892, de fevereiro até novembro prestou alguns serviços à municipalidade, principalmente de pavimentação de ruas, a colocação de guias e sarjetas e a confecção de calçadas. Uma das obras começou em janeiro e por ordem da “*Intendencia tem trabalhado no movimento de terra á rua do tenente Adolpho*”. Ferreti também tinha por costume mesclar os trabalhadores de origem italiana com os brasileiros, tendo utilizado, mais italianos. Neste referido recibo, ele utilizou somente italianos, inclusive Carlos Riccio que era pedreiro e posteriormente adoeceu vitimado de varíola e recebeu o auxílio da municipalidade. Nos recibos de números 25, 32, 65 e 81 não há referência de onde foram realizadas as tarefas. Já nos

recibos de números 12, 20, 37 e 73 há a descrição detalhada dos locais e das obras, sendo o nº 12 *“a quantia de 6:500 cuja importancia esta de 13 metros de guias”* em *“Serviço feito para a Intendencia na Rua da Boa Vista”*; o nº 20 referente ao *“Assentamento de 206,5 metros de guias, no Largo Municipal a 400 rs 82\$600”*; o nº 37 a *“Importancia de 56,80 ms de calçada feito na cadea d’esta villa a 700 [...] 39.760”* mais *“15,5 ms de assentamento de guias a 400 [...] 4:600”* e, por fim, o nº 73 de *“Conta do serviço de sarjeta no páteo da Matrys desta Villa e ruas da mesma”*.

Por estes documentos pode-se afirmar que foi bastante comum a utilização mista de trabalhadores de origem com, principalmente, santamarenses. Os contratadores, mesmo por vezes trazendo trabalhadores da mesma origem, não viam problemas em contratar os locais para as obras. Contudo, percebeu-se que havia uma ligeira preferência pelos conacionais, sendo os locais contratados quando o vulto da obra permitia uma contratação maior e, talvez, em caso de emergência, pois nos recibos de obras mais longas, os brasileiros aparecem em menor quantidade e por menos dias de trabalho. Em alguns deles percebeu-se a presença de negros e mestiços como o já citado Vicente e José Feliciano, que era mulato, nestas obras de Ferreti. É bastante provável que estes encarregados ou empreiteiros já tivessem a sua equipe montada levando-os para trabalhar onde conseguissem as obras. Como era uma época de grande crescimento urbano com a necessidade de vários tipos de obras de aparelhamento urbano não é difícil acreditar que existissem também empreiteiros especializados nelas e, por esta especialização, contassem com as suas equipes montadas contratando trabalhadores extras em eventualidades. Dos trabalhadores de Ferreti, não há registro de que tenham permanecido em Santo Amaro.

Outro fato comum aos recibos encontrados é a presença dos administradores da obra relacionados ou como trabalhador ou como encarregados recebendo gratificações para isto, o que denota que eles iniciaram a carreira provavelmente como serventes evoluindo até conseguir tocar obras por sua conta.

Em fevereiro do mesmo ano, Ferreti recebe outra obra, provavelmente de nivelção e preparo de ruas onde utiliza os mesmos quatro trabalhadores braçais e quatro carroceiros que desta vez eram três imigrantes e um brasileiro, sendo dois italianos e um espanhol, que recebe também a alcunha de Roque Espanhol, provavelmente para diferenciá-lo do Roque Italiano já citado anteriormente. Um recibo de 23 fevereiro de 1892 mostra que a obra de

pavimentação de rua continuou naquele momento com mais trabalhadores, pois o recibo acusa o recebimento de “4 carroçadas de pedras a 7.000”. As pedras foram compradas de Raphael Sansevero. Nesta obra, Ferreti recebeu 20\$000 por gratificação. É curioso notar que alguns trabalhadores, mesmo tendo perpassado toda a obra tiveram grafados somente o primeiro nome como “Mere”. Às vezes poderia acontecer de o trabalhador preferir ser assim chamado. Os carroceiros, muito frequentemente contratados neste tipo de obra, realizavam basicamente dois serviços que eram o de retirar, ou trazer, terra e transportar os materiais necessários às obras. Nas obras de Ferreti notou-se que ele preferiu dois conacionais Biace e Romagnoli que apareceram em todos os recibos. Cada carroceiro recebia o valor diário de 5\$000 e, ao contrário dos outros trabalhadores, sempre receberam o valor cheio da diária, o que denota que a prática era de contratá-los pelo dia e não pela tarefa realizada.

Da mesma forma que existiam contratados especializados, os polivalentes eram comuns nos registros de imigrantes italianos que realizavam os mais diversos serviços dentro da construção civil. Carlo Girardi foi um deles. Dele tem-se o registro de entrada¹¹⁵ que informa que chegou aos 27 anos em 18 de outubro de 1888 com a esposa Esterina com 19 anos e trouxe também a mãe, Letizia de 52 anos e como muitos foi registrado como agricultor. Pelos recibos apresentados denotou-se que ele era alfabetizado. Seus primeiros serviços datam de 31 de outubro de 1892 quando cobrou “*a quantia de trinta e trez mil e quinhentos reis, sendo 26:500 de gratificação por 53 dias de imprego de Arruador, as contas de 19 de Outubro até a data, e 7000 rs por sete linhamento e nivelamentos feitos em colocação de guias*”. Recebeu pelo serviço somente em 13 de dezembro do mesmo ano. No mesmo mês de outubro, ele ficou encarregado de realizar serviços no Matadouro. Seguiu o mesmo padrão de seus compatriotas ao trabalhar como pedreiro na obra e ao contratar entre os santamarenses o mesmo João Mestiço de Ferreti como jornaleiro e Adolfo Forster como servente. Por este serviço conseguiu receber mais depressa que o anterior, sendo pago em dois de novembro do mesmo ano. Em 21 de novembro realizou um serviço de “Colocação de bomba, e outros concertos feitos no Matadouro publico por ordem do Intendente”.

115 Registro de entrada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=CARLO&s=GIRARDI&l=014&p=046&f=00350. Última visualização em 11/05/2014.

Recebendo apenas um dia depois a quantia de “34.000”. Após este serviço desaparece da documentação.

De Enrico Molinari há o seu registro de entrada¹¹⁶ onde se denota que chegou ao Brasil sozinho com 26 anos oriundo da Itália em 12 de setembro de 1888 e não declarou a sua profissão tendo entrado pelo Rio de Janeiro, local onde a maioria dos recém-chegados sozinhos vinha espontaneamente. Sabe-se que foi casado com Giovanna Molinari e que antes de se dedicar ao ramo das construções foi funcionário da Companhia de Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro e foi desta forma que provavelmente chegou à Vila. Molinari, segundo o recibo nº 10 de 20 de novembro de 1892 era chefe da estação de Santo Amaro e recebeu “*do procurador da Intendencia de Santo Amaro a quantia de \$200 digo duzentos reis importancia de fruto de uma caixa com vidros a cargo da mesma*”. Não é sabida a data de seu desligamento da companhia, contudo. No entanto, na documentação posterior há evidências de que ele passou a se dedicar com mais afinco do ramo da construção civil como empreiteiro e fornecedor de materiais de construção não havendo, entretanto, registros seus de estabelecimento como proprietário de unidades de negócios. É possível que Pinatti tenha sido seu sócio, pois nas Atas da Câmara Municipal na sessão de 16 de março de 1892, eles apresentaram um quadro demonstrativo de despesas realizadas sobre as benfeitorias feitas em um terreno onde estava a nascente do Iguatinga e propunham um acordo sobre o valor. Prossegue solicitando permissão para cultivar no seu terreno na Rua Joaquim Barreto onde existe o referido manancial público. Em 30 de novembro do mesmo ano, a Câmara decide por fim que o melhor a fazer era desapropriar o dito terreno. Também em 1892, Molinari solicitou sua inscrição como eleitor na sua solicitação. Percebe-se o mesmo padrão de escrita de seus contrerrâneos misturando palavras em italiano com português. Da mesma que seus conacionais, a solicitação de inscrição como eleitor pode ter representado uma tentativa do imigrante em se inserir definitivamente na sociedade hospedeira e, talvez mais ainda, obter um bom relacionamento com o poder público, pois logo depois, em 29 de dezembro, solicitou licença para explorar uma pedreira

¹¹⁶ Registro de entrada disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangeiros_popup.php?n=ENRICO&s=MOLINARI&l=013&p=256&f=01839. Última visualização em 04/05/2014.

que pertencia à “*viuva Deolinda Dominguez e herdeiros, sito no lugar denominado Cachoeira*”. Entretanto, sua solicitação foi indeferida sob a alegação de que poderia “*prejudicar os transeuntes, vizinhos e a entrada geral*”. Ele solicitou revisão em 25 de março de 1893, porém o caso ainda se arrastou até agosto de 1893 quando finalmente conseguiu a liberação de exploração do local. Seu requerimento permite verificar um pouco das técnicas de exploração de pedreiras no século XIX, visto que, aparentemente, a área a ser explorada não era desabitada conforme o documento deixa visualizar. Sua solicitação, em 31 de maio de 1893 seguiu da seguinte maneira:

“Cidadãos Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal da Villa de Santo Amaro,

Henrique Molinari, residente nesta Villa, vem respeitosamente requerer, que dignem-se conceder-lhe de experimentar de explosão de umas minas com o emprego das rodilhas, visto tornar-se indispensavel o uso delas para amparação dos estilhaços transeuntes e vizinhos; como pode verificar a illustre commissão que dignou-se presenciar a primeira experiencia a quem o supplicante encarecidamente pede, para dar parecer sobre o assumpto, fiduciozo de que a nobre corporação se dignará conceder-lhe o que respeitosamente requer.”

Molinari explicou que tencionava utilizar dinamite para cortar as pedras e, tal técnica mostrava-se perigosa, pois segundo ele mesmo, estilhaços das explosões poderiam cair em transeuntes e vizinhos do local, sendo este portanto habitado e de alguma movimentação de pessoas. Em sessão da Câmara de 05 de junho de 1893, ele solicitou a presença de uma comissão composta pelos vereadores para presenciar a explosão das minas pelo sistema de rodilhas para mostrar-lhes que suas técnicas de exploração eram seguras. Após todos estes procedimentos, a Câmara finalmente liberou a sua exploração da pedreira em agosto do mesmo ano.

Por escritura encontrada no Arquivo Municipal, verificou-se o pagamento da desapropriação do terreno de Molinari à Rua Joaquim Barreto, da qual ele recebeu a quantia de 1 conto de réis, denotando que o terreno deveria de grandes proporções. Tal desapropriação foi decidida pela Câmara para proteger a nascente do rio Iguatinga lá existente. Como testemunha foi registrado Pompílio Sbrana, empreiteiro de obras que prestou serviços ao município e aparentemente tenha relações com Molinari.

Enquanto esperava pela exploração da pedreira, Molinari comercializou, ou produziu, não está bem certo, tijolos. Em recibo nº 47 de 18 de março de 1893, Pompílio

Sbrana, responsável pelas obras da Capela do Cemitério Municipal acusa ter recebido de *“Molinari 1886 tijollos por conta da Intendencia Municipal da Villa de Santo Amaro, a razão de 45\$000 o milheiro”*. É provável que ele tenha intermediado a compra, pois não há registro de que tenha possuído olaria ou unidade comercial de materiais para construção. Ou ainda, que tenha trabalhado como empreiteiro ou mestre de obras, pois segundo o recibo nº 20 de 20 de abril de 1893, ele acusou o recebimento de *“6 vigotas a razão de 3\$500 cada uma”* de *“Faustino Pereira da Silva forneceu por conta da Camara Municipal de Santo Amaro”*. No entanto, o documento não permite saber qual obra e onde se localizava. Por fim, ele e Pardi Rinaldo, que se autodenominava construtor, apresentaram proposta oficial em 31 de maio de 1893 para executar as obras do novo Mercado Municipal onde *“comprometem-se a executar fielmente as obras do Mercado desta Villa de conformidade com a relação e plantas, pelo preço de sete contos e oitocentos e cinquenta mil reis 7:850\$000, cujas obras serão entregues acabadas e prontas no prazo de cem dias uteis a contar do dia que esta illustrada corporação designar”*. O documento também permite reconhecer a função de Molinari, não se sabe se apenas faz a intermediação ou se foi responsável juntamente com Pardi pela execução da obra. Porém, sua proposta não foi considerada vencedora. Coincidência ou não, os registros de Molinari desapareceram e não foi visualizada mais nenhuma ação sua. Não há registros nos livros do cemitério sobre falecimento de filhos, da esposa ou dele mesmo, de estabelecimentos que tenha aberto e nem de imóveis que tenha possuído. É provável que tenha se mudado para outra localidade.

Em 25 de abril de 1892, pelo recibo nº 35, averiguou-se que Pompilio Sbrana foi o vencedor da concorrência que tencionava escolher o fornecedor da planta para a construção de uma Casa de Saúde e Lazareto. Ele recebeu pelo serviço a quantia de 50\$000 e este serviço foi a sua porta de entrada para ganhar a concessão das obras da Capela do Cemitério Municipal.

Foram analisados 12 recibos referentes ao pagamento de férias de trabalhadores e fornecimento de materiais para a obra. A forma com que os registros de pagamentos dos trabalhadores foi registrada demonstra que o pagamento era feito por tarefa ou por semana dependendo do que deveria ser feito. Todos os recibos foram escritos e assinados por Sbrana, exceto o de Gustavo Mirabella que recebeu 40\$000 pelos seus serviços em 5 de abril de 1893. Não há indicação no documento sobre qual o tipo de serviços prestados por

Mirabella. Todavia, tudo indica que pode ter sido algum serviço mais especializado, pois Sbrana também era pedreiro e realizou boa parte dos serviços juntos com seus contratados. Os recibos de Sbrana iniciaram em 13 de março e continuaram até 27 de setembro de 1893 com serviços realizados no vigamento, assoalho e rodapés da Capela concluídos pelo próprio Sbrana e uma equipe de seus trabalhadores. Há também dois recibos de serviços feitos pelos Irmãos Montanaro de 25 de setembro e 3 de novembro referentes a portas, portões, assoalhos, molduras.

Dos recibos depreende-se que Sbrana não trabalhou somente com italianos, contudo todos eles vieram de São Paulo, como Sbrana. Por todos os recibos há anotações de trabalhadores de Santo Amaro também, principalmente pedreiros e serventes. Uma nota interessante é que dificilmente Sbrana registrou os nomes completos dos trabalhadores de Santo Amaro e, por vezes, utilizou apelidos ou pelos nomes que eles eram conhecidos pelos outros trabalhadores. Por estes registros percebeu-se que Vicente era negro, que o “alemón” era Carlos Schmidt e que existiam pai e filho trabalhando juntos, registrados sob “Adón” e o “filho do Adón”, Adão e seu filho Henrique. Contudo, a uma participação ligeiramente maior dos italianos na obra, provavelmente Sbrana contratava os santamarenses nos momentos em que precisava de reforço nas obras. Sbrana também registrava os nomes dos brasileiros da maneira italiana.

Quanto aos pagamentos pelos serviços, os valores variavam de acordo com o profissional, ou seja, pedreiros começaram recebendo 4\$800 por dia logo no início da obra, passando para 5\$000 diário em meados de março e, em junho foram reajustados para 5\$500 o dia de trabalho; da mesma forma os serventes começaram recebendo 2\$500 diários, passando para 2\$800 pelo restante da obra; os carpinteiros receberam o mesmo que os pedreiros, ou seja, 5\$500 diários. Segundo pesquisa realizada por Hutter em 1911, os valores pagos aos pedreiros variavam de 6\$000 a 8\$000 diários e os carpinteiros de 5\$000 a 6\$000 diários. Considerando os 19 anos de diferença e a inflação existente no período, os valores pagos aos trabalhadores da obra da Capela podem ser considerados altos. Não se sabe, contudo, se os valores incluíam alimentação. Hutter levantou que para os trabalhadores avulsos rurais, o fornecimento da refeição influía consideravelmente nos valores pagos. Comparativamente, os trabalhadores avulsos rurais recebiam em 1909 por dia de trabalho de 1\$000 a 2\$000 com comida e de 2\$000 a 2\$500 sem comida. Hutter

(HUTTER, 1986, p. 108) salienta, no entanto, que “*o trabalhador, aqui no Brasil, em geral chegava a ganhar mais do que na Itália; em compensação, muitos gêneros de consumo, principalmente os manufaturados, os quais em grande parte eram importados, apresentavam-se bem mais caros que na Itália*”. Contudo, como ela (op. cit., p. 37) mesma coloca que o “*operário que vinha para ganhar 6\$000 por dia, equivalentes a 10 liras italianas, impressionava-se porque na Itália não se conseguia essa soma diária; porém, ninguém fazia ver ao emigrante que, com 6\$000 réis diários aqui no Brasil, ele viveria pior do que na Itália com 2 liras, dada a diferença do custo de vida*”. Convém lembrar que estes valores são de 1914. Em 1919, segundo Cano (Cano, 1977, p. 128), os operários da indústria recebiam valores ligeiramente maiores. Em São Paulo, a média paga na indústria foi de 6\$533¹¹⁷, ou seja, aproximadamente 24% maior que os valores pagos aos pedreiros. São diferenças muito grandes de valores pagos aos trabalhadores e, por esta razão, não se admira que muitos deixavam as fazendas tão logo quanto podiam frente à ilusão dos valores nominais monetários pagos. A autora deixa claro, entretanto, também que a diferença entre os custos de vida corroía os recebimentos tornando-os equivalentes em muitos casos, pois os trabalhadores rurais que recebiam moradia poderiam produzir boa parte dos gêneros alimentícios consumidos. É interessante notar que nos recibos de pagamentos há dias que não foram pagos integralmente sendo comuns as marcações de $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$ de dia. Estes descontos tanto podem ser por atrasos ou pelo fato de a tarefa não necessitar do dia inteiro para compleição ou ainda ter sido parada por razões meteorológicas, chuvas ou outras, ou falta de materiais que impedissem a continuação do serviço. Podem ainda ter sido multas aplicadas aos trabalhadores por diversas razões.

Mas a maior contribuição Sbrana para esta pesquisa foi ter trazido imigrantes italianos que se fixaram definitivamente em Santo Amaro contribuindo para a elucidação da hipótese de que eles vieram principalmente em busca de trabalho e que a Vila não foi sua primeira escolha. Nos recibos de 18 de março e 8, 18 e 23 de Abril de 1893 encontra-se o imigrante Pulga Cesare como pedreiro, no entanto Pulga já tinha alguma relação com a Vila pois em 21 de novembro de 1892 solicitou o alinhamento de seu terreno *na rua da*

¹¹⁷ Valor obtido pela média aritmética simples dos valores apresentados por Cano (Cano, p. 128) que ressalta que os salários dos adultos masculinos em São Paulo eram inferiores aos vigentes em PA, SC, RJ, GB e RS.

Liberdade e que deseja lá *edificar um predio*. Mas, este pedido não garante que Pulga já morava em Santo Amaro, significa apenas que mantinha lá um terreno. Por este documento denota-se que ele não sabia escrever, pois quem escreveu e assinou o documento foi Enrico Pongiluppi, que talvez tivesse alguma relação profissional com ele. Seu registro de entrada foi encontrado e informa que ele chegou ao Brasil aos 25 anos em 21 de maio de 1892, era casado com Pulga Clorinda de 26 anos e trouxeram um filho de um ano tendo sido trazido pelo Governo Geral. Portanto, cumpriram apenas um ano de trabalho nas fazendas e logo se dirigiram para cidade.

A família Formigoni também travou seus primeiros contatos com Santo Amaro pela obra de Sbrana. Casemiro foi o primeiro a chegar em 13 de julho de 1893 quando trabalhou por nove dias, contudo foi o único registro encontrado em seu nome. Em 1897 abriu uma unidade de negócios de Seccos e Molhados com a qual permaneceu até pelo menos 1900. Sua filha, Victalina se casou em 25 de setembro de 1921 com Manuel André. Não é sabido se ainda estava vivo nesta data, pois não há registro de seu passamento no livro do cemitério. Talvez, por este contato, seu irmão Alfredo Formigoni, que era empreiteiro em São Paulo, segundo Passaglia (PASSAGLIA, 1978, p. 15), foi indicado pelo Presidente da Câmara para construir o Mercado Municipal, pois já existia o projeto. Alfredo chegou a possuir uma fábrica de cerveja de 1899 até 1903 quando voltou a se registrar como empreiteiro e possuiu uma unidade de negócios que comercializava areia retornando às atividades de empreiteiro em 1907 quando cessaram seus registros. Em 1904 e 1906 foi padrinho de dois casamentos envolvendo imigrantes italianos. Possuiu um imóvel à Rua General Carneiro de 1899 que passou para seu irmão em 1902 e adquiriu outros dois no Largo da estação entre 1903 e 1904. Em 1907 adquiriu outro imóvel à Rua Dr. Antônio Bento do qual se desfez no ano seguinte. Em 1910 repassou um dos imóveis no Largo da Estação, naquele momento denominado Praça Dona Benta, a seu irmão Guerino e adquiriu outro no bairro dos Cordeiros. Em 1914, contava apenas com um imóvel à Praça Dona Benta, nº 3 com o qual permaneceu até 1925, ano presumido de seu passamento. Curiosamente, mesmo tendo permanecido tanto tempo em Santo Amaro, seu sepultamento não foi realizado no Cemitério Municipal, pois não há o seu registro de falecimento. Outros irmãos Formigoni chegaram a Santo Amaro, Cenerino e Guerino que também possuíam imóveis na Vila ambos provavelmente comprados ou doados por Alfredo, pois houve troca

nos registros de Alfredo Formigoni para o nome deles de um ano para outro. Guerino, entretanto, foi quem menos tempo permaneceu na localidade tendo cessado seus registros em 1911. Cenerino, contudo, permaneceu por mais tempo. Possuiu o mesmo imóvel na Praça Dona Benta, nº 1 até pelo menos 1927, ano em que não estão mais disponíveis os registros do Imposto Predial. Cenerino também foi empreiteiro e construtor e assim esteve registrado em 1930. Somente dele foi encontrado o registro de entrada¹¹⁸, onde consta que chegou aos 16 anos, sozinho, como lavrador, em 10 de janeiro de 1891 por conta do Governo Geral. Há ainda mais um provável irmão chamado Américo que aparece no Livro de Industria e Profissões em 1929 também como empreiteiro e construtor. Analisando o contrato firmado entre Alfredo e a Municipalidade, percebe-se que Cenerino foi colocado como fiador de Alfredo e um terreno na Rua da Liberdade foi dado como garantia bem como oito mil tijolos e duas mil telhas existentes no local. Na cláusula 12ª há a referência de que as telhas seriam adquiridas do fabricante Andrea industrial residente na Vila. Pelo livro de Industrias e Profissões depreendeu-se que a olaria pertencia ao imigrante italiano Bertholi Andrea e que ficava no bairro do Socorro. Entretanto, causa estranhamento ter sido feita esta indicação nominal de fornecedor de materiais, pois existiam várias olarias à época na Vila.

A família Bassi também chegou em Santo Amaro pela obra da Capela do Cemitério Municipal. O pai, Atilio Bassi e seus dois filhos, Socrate e Pompeo, constam em apenas um recibo, o de nº 12 de 8 de Abril de 1893 como tendo trabalhado na semana de 03 a 08 de abril. Atilio como pedreiro e os filhos como serventes. A estada de Atilio foi um pouco tumultuada, pois em 1893 abriu uma taverna que não resistiu à virada do ano. Em 1910, abriu uma carpintaria que funcionou até 1911, reabrindo-a em 1918. É provável que nestes interstícios tenha continuado a trabalhar como pedreiro deixando as unidades de negócios. Foi casado com Olivia Bassi que faleceu também em Santo Amaro em 04 de dezembro de 1918 de arteriosclerose. Tiveram, pelos registros, quatro filhos homens¹¹⁹: Pompeo,

¹¹⁸ Ver registro de entrada disponível em <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/pesquisageral.php?id=nomes&busca=CENERINO>. Última visualização em 16/10/2014.

¹¹⁹ Uma consulta à página <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNP5-57L> mostrou um outro filho de Atilio Bassi, Pedro Bassi, que se casou aos 23 anos em 01 de julho de 1916 em Santo Amaro com

Socrate, Odone e Benjamin, sendo que este nasceu no Brasil e é possível que não tenham tido filhas, pois não foram encontrados registros nos livros de casamento e do cemitério. Há uma Carolina Bassi casada com Rafaelle Scalise, porém não há elementos possam comprovar sua filiação a Attilio. É muito provável que tenha relações de parentesco. Faleceu aos 94 anos em 24 de janeiro de 1936 de arteriosclerose generalizada. De todos os filhos homens apenas Oddone se casou uma brasileira, os outros se casaram com moças italianas ou descendentes de italianos, estranhamente, com esta clara ligação com a pátria mãe, nenhum deles fez parte da “Società Italiana de Mutuo Soccorso XX di Settembre” e também nenhum deles se alistou como eleitor não tendo, provavelmente, deixado a nacionalidade italiana.

Dos filhos de Attilio, o que permaneceu mais tempo foi Pompeo. Possuiu uma unidade de Seccos e Molhados de 1912 a 1926 que prosseguiu com sua esposa, Maria, após seu passamento de 1927 a 1931. Casou-se com Maria Placoná, depois Maria Bassi, em Santo Amaro em 20 de julho de 1912 aos 28 anos. Ela tinha 16 anos à época do casamento. Como seu pai, é possível que tenha passado de 1892 a 1912 trabalhando como pedreiro até poupar pecúlio para montar a unidade de negócios. Reforça esta hipótese o fato de ter se casado no mesmo ano, portanto as suas condições econômicas adiaram o seu casamento, uma estratégia apontada por Bassanezi. Em 1914, comprou o seu primeiro imóvel na Rua Barão do Rio Branco, 29, ou pelo menos um imóvel que tenha sido tributado pela municipalidade. Daí em diante aumentou consideravelmente o seu patrimônio adquirindo imóveis na Estrada do Circuito de Itapeceira em 1917, na Praça do Mercado, 13, em 1918, vendendo-o em 1919 e na Rua São Luis em 1923, vendendo-o em 1927. Entretanto, não há o registro de seu passamento no livro do cemitério que consta, entretanto, no Livro de Industria e Profissões de 1927. É provável que tenha desejado ser sepultado em outra localidade. Não há registro de filhos e nem que os tenha perdido.

Socrate Bassi foi igualmente bem sucedido materialmente em Santo Amaro com uma unidade de negócios de Seccos e Molhados até 1921 e um depósito de bebidas até 1925. Possuiu cinco imóveis sendo dois na Rua Campos Salles, dois na Rua José Bonifácio e um na Rua da Lagoa permanecendo com eles até pelo menos 1925, a data presumida de

Benedicta Pedrosa da Silva, 20 anos. De Pedro não há outros registros. Por esta razão acredita-se que tenha se mudado de Santo Amaro.

seu passamento, no entanto, também não existe o seu registro no livro do cemitério e igualmente inexistente o registro de seu casamento, sabe-se, contudo, que foi casado e que perdeu uma filha, Carolina Bassi, em 13 de julho de 1918, vitimada por uma síncope cardíaca.

O terceiro irmão Bassi, Odone, foi o único que não possuiu unidade de negócios em Santo Amaro. Casou-se em 09 de maio de 1914, aos 22 anos, em Santo Amaro com Paulina Borba que à época tinha 15 anos. Seu único registro é o de uma filha falecida com três dias de vida em 17 de junho de 1919 vítima de infecção intestinal. Também não constam imóveis em seu nome.

Já Benjamin Bassi, o único nascido em Santo Amaro, nasceu em 25 de março de 1894, o que comprova que sua família permaneceu na localidade após os serviços prestados a Sbrana. Foi também longo como possuidor de unidade de negócios, pois consta que teve uma oficina de funilaria de 1922 até 1934 em conjunto com um depósito de carvão. Não foi o único italiano que fez tal combinação de negócios indicando que esta diversificação era comum para a época. Casou-se em 07 de dezembro de 1918, aos 23 anos, com a italiana de Depregnano, Julieta Pizzini, que tinha 22 anos à época. Curiosamente seu casamento não teve padrinhos. Mas ele foi padrinho de Angelo Cechi com Antonia Scalise em 17 de agosto do mesmo ano. Possuiu um imóvel à Rua Coronel Araújo, 15 e faleceu logo após seu pai aos 42 anos em 22 de junho de 1936 vítima de uma hemorragia externa traumática.

Segundo Passaglia (PASSAGLIA, 1978, p. 13), a concorrência foi proposta em 03 de abril de 1893 “*considerando que a falta de mercado nessa Villa, torna-se vexatoria aos seus habitantes, mormente a classe menos favorecida da fortuna*” e a Câmara Municipal de Santo Amaro abriu concorrência pública para receber propostas para a construção do novo Mercado Municipal. Como resultado recebeu cinco propostas, sendo três de italianos e duas de brasileiros. Três eram de cidadãos residentes em São Paulo e duas de Santo Amaro, a de Enrico Molinari e Pardi Rinaldo e a José da Silva Santos. As propostas deferiam apenas nos preços e nas formas de pagamento e todos se comprometiam a seguir fielmente a planta já existente, que foi feita por Pompilio Sbrana. Os preços e condições foram as seguintes por ordem decrescente de preço i) 7:850\$000 de Enrico Molinari e Pardi Rinaldi em 100 dias, não estipulando se parcelam ou não; ii) 10:500\$000 de José Figliolini, não estipulando o

prazo nem as condições; iii) 11:550\$000 de José da Silva Santos em três prestações, sendo 3:000\$000 no respaldo, 4:000\$000 no telhado e 4:550\$000 na entrega das chaves; iv) 12:000\$000 de Elizario Augusto Paschoal em 40 dias em três prestações iguais, sendo a primeira nos alicerces, a segunda na cobertura e a terceira nas chaves, e v) 20:800\$000 de Frederico Pennasilico em 10 meses e não estipula as condições. A municipalidade chegou a declarar a proposta de Molinari vencedora, porém, segundo Passaglia (op. cit.) a decisão da Câmara foi *“que em vista de acharem-se as propostas acima do orçamento feito, entende-se que devia-se adiar para em tempo chamaram-se novos concorrentes”*.

Diante do impasse orçamentário, segundo Passaglia (op. cit.), a saída encontrada pelos administradores públicos foi a de criar um mercado provisório em um barracão do Largo Municipal em 16 de maio de 1894. A intenção principal do novo mercado, ainda segundo Passaglia (op. cit.), era de regulamentar e tabelar os impostos sobre os gêneros e também possuir um local destinado ao descarregamento e à venda bem como garantir ao município uma nova fonte de renda. Ele destaca que desta forma a municipalidade conseguiria regularizar uma das suas principais atividades econômicas que era a comercialização de gêneros alimentícios.

As relações de Figliolini com Santo Amaro ainda continuaram por pelo menos mais uma vez. Ele remeteu em 10 de maio de 1893 uma partida de 32 metros de cimalha e mais 32 metros de alquitrava da Companhia Paulista de Materiaes para Construccção. Não é sabida a obra, mas pelos materiais e pela data foram para fazer o arremate do teto da Capela do Cemitério.

Os recibos informam que os serviços de colocação de guias, assentamento de pedras para construção e o fornecimento destas pedras estavam concentrados nas mãos de imigrantes italianos. No capítulo 3 deste trabalho, serão mostradas as evidências de que a pedreiras, fonte importante de renda para o município, também estavam concentradas com os imigrantes. Em 23 de fevereiro de 1893, o imigrante italiano Luiz Grecco recebeu a *“Importancia de 42,70 metros de guias collocadas na rua Aurora desta Villa, devidamente autorizado pelo Intendente”*. Em 02 de maio do mesmo ano, ele recebeu a *“Importancia de pedras que forneci para o Pontilhão da Varzea do Soccorro – 63\$000”*. Embora não se tenha os registros de sua propriedade de alguma pedreira no município, acredita-se que ele poderia estar intermediando os produtos, pois não faria sentido comprar pedras de São

Paulo existindo a pedreira de Raphael Sansevero que prestou diversos serviços à edilidade. Denota-se pelos recibos que Grecco também era alfabetizado e que a ponte do Socorro era frequentemente reparada.

Grecco foi vítima de alguns problemas legais com a Câmara em 1893, pois na sessão da Câmara de 20 de abril do mesmo ano, o cidadão Antonio Marcos de Araujo Miranda solicitou a cassação de sua licença para desobstruir o rio Jurubatuba, pois além de cortar madeiras no dito rio vinha as cortando também em terrenos particulares. A Câmara decidiu pela cassação da licença e talvez por esta razão tenha indeferido a sua solicitação de 08 de abril explicando que desejava *“extrahir areia do rio Jurubatuba afim de ser a mesma aproveitada em construção, vem requerer que vos digneis dar-lhe a necessaria concessão, sujeitando-se o suplicante ás clausulas constantes do contracto que firmará com sua câmara”*. Na solicitação ele se autodenomina industrial e residente na Vila, porém ela foi indeferida em 01 de maio do mesmo ano sem maiores explicações.

Em 1903, a Câmara Municipal decidiu realizar obras de ampliação no Mercado Municipal sendo contratado o imigrante italiano Francisco de Bonni para realizá-las. De Bonni já estava em Santo Amaro desde pelo menos 1896 quando adquiriu um imóvel na Estação. De 1903 a 1909 foi registrado no livro de Industrias e Profissões como empreiteiro e construtor. Não há registros seus no livro de casamentos, mas sabe-se que foi casado, pois perdeu um filho em 11 de março de 1908. Da mesma forma, também não há registros seus no livro do cemitério. Entretanto, sua vida patrimonial foi bastante ativa chegando a possuir até cinco imóveis na Vila em 1910, contudo, por razões ignoradas o número caiu para apenas um em 1926 e prosseguiu assim até 1927. Provavelmente tenha permanecido com o imóvel onde morava. Pelo fato de ser construtor surge a hipótese de que construía imóveis para vender e tenha vivido disto por toda vida. Não é possível explicar, entretanto, por que não há registros seus no livro de Industria e Profissões a partir de 1909 mesmo tendo ele permanecido em Santo Amaro. Uma hipótese é que tenha se mudado para outra localidade e mantido os imóveis até vendê-los e continuado a atividade de construtor. Ao contrário de outros construtores que trabalharam em obras na Vila, não há nenhum recibo dele de outras obras realizadas para a municipalidade além da ampliação do Mercado Municipal.

Daqui em diante serão citadas as obras de maior vulto que envolveram contratados italianos ou propostas, pois o crescimento da quantidade de obras tornou impossível o detalhamento de todas.

A instalação de unidades de negócios industriais de grande porte também foi importante para a atração de imigrantes italianos visto que o operariado paulistano era predominantemente formado por pessoas daquela origem. Na sessão da Câmara Municipal de 04 de novembro de 1918, a Dias e Cia., denominada “*Commerciantes e industriaes estabelecidos em S. Paulo, tendo construido a Rua Amaro André, n’esta Cidade, com planta aprovada por essa Camara, um predio onde funcciona a sua officina de sellaria, fundição, etc, e tendo tambem já há alguns annos em funccionamento um cortume situado no bairro de Ibirapuera*” requereu a isenção de impostos municipais por um período de 15 anos em virtude de empregarem mais de cento e cinquenta operários “*todos residentes n’esta Cidade, factor este bem importante*”. Estenderam o pedido igualmente para todos os industriais que se instalassem daquela data em diante no município. A resposta da municipalidade foi rápida, pois em 05 de novembro as “*Commissões reunidas de Finanças e Justiça*” resolveram considerar a favor do suplicante e também estender o direito a todos os industriais estabelecidos no município por quinze anos. A decisão visava também “*todo e qualquer industria que installarem dentro do Municipio*”.

Aos poucos os sinais da modernidade iam chegando ao município. Em 06 de novembro de 1919 foi discutida e aprovada a proposta da “Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company” para instalar os serviços telefônicos com base em contrato apresentado anteriormente. Segundo a apresentação da companhia nas Atas da Câmara Municipal de 03 de novembro o “*uso e gozo e exploração do serviço telephonico n’esse Municipio, trasendo com isto um melhoramento ao Municipio que sem duvida grandes beneficios trarão para seus habitantes, ao mesmo tempo em que, serão factor importante para o seu desenvolvimento*”. Com isto chegaram também os aparelhos públicos “*a rasão de um aparelho por grupo de cem telephones de assignantes em funcionamento*” segundo o contrato assinado entre o poder público e a empresa. O contrato também incluía a possibilidade da telefonia rural desde que os fazendeiros construíssem “*por sua própria conta a linha que, partindo da fazenda vae encontrar o primeiro poste da rede urbana da Companhia, correndo a concervação do trexo por elles construidos tambem por sua*

Conta”. Ou seja, o fazendeiro teria que arcar com as despesas de toda a fiação, e dos postes, do primeiro poste da companhia até a sua residência, o que na realidade, para alguns casos significaria até vários quilômetros de postes e fiação. Para os proprietários rurais mais distantes era inviável, interessando somente aos que as tivessem mais próximas ao centro urbano. Os postes, caso necessários para as ligações urbanas, também correriam por conta do assinante. Pelo contrato depreendeu-se que a ligação entre os cabos telefônicos de Santo Amaro com São Paulo se daria seguindo a linha de tramway e, caso necessário, como a companhia já colocava, ela poderia mudar a colocação dos cabos para otimizar a ligação. Chegando a Vila, os cabos seriam ligados a uma central telefônica e a companhia também se comprometeu a fazer a ligação com cabos e postes por toda a zona urbana do município, tornando-a possível, portanto, para os fazendeiros que estivessem estabelecidos neste caminho e/ou próximos à zona urbana. Como colocado acima, para os proprietários que estavam além da zona urbana, por exemplo, nos bairros além do Socorro e Rio Bonito, a ligação, nos termos do contrato, ficava inviável.

De quando em quando a Câmara Municipal recebia propostas de instalação de fábricas e outras melhorias que pecavam pelo excesso de concessões e, por esta razão, não recebiam a sua resposta. Uma delas foi a proposta da firma A. Scavone & Irmão, que era estabelecida em São Paulo e tencionava instalar quatro fábricas em Santo Amaro dentro de dezoito meses sendo elas de: artigos joalheiros, utensílios domésticos, sabão, uma fundição de ferro e também uma estrada de ferro Decauville dentro do município ligando as fábricas à estação mais próxima da The São Paulo Tramway Light and Power Comp. Comprometia-se a empregar dentro de dois anos de funcionamento pelo menos cinquenta por cento dos funcionários procedentes de Santo Amaro e a permitir que a Prefeitura se utilizasse da ferrovia. A proposta seria do interesse da municipalidade caso a empresa não tivesse feito exigências exorbitantes:

“A) isenção pelo prazo de quinze anos, de pagamento de qualquer imposto municipal sobre as fabricas e predios às mesmas pertencentes, ainda que construidas para habitação e commodidade dos empregados dos supplicantes. Os quinze annos de isenção se contarão do dia em as fabricas forem inauguradas e começarem a funcionar; b) isenção sobre qualquer licença sobre os vehiculos pertencentes as referidas fabricas e destinados ao transporte dos seus produtos ou de pessoal dirigente; C) concessão por vinte e cinco annos, de privilegio para construção e uso de uma estrada de ferro Decauville, dentro do município,

ligando as fabricas dos supplicantes á estação mais proxima da The São Paulo Tranway Light and Power Comp; d) se for construida uma estrada de ferro entre São Paulo e Santo Amaro, a linha Decauville dos supplicantes poderá ser construida onde as fabricas e a estação da referida estrada de ferro; e) essa Camara se obriga a mandar calçar Mac-Adam todas as ruas que ligarem as fabricas dos supplicantes á cidade de Santo Amaro; f) caso a firma dos supplicantes se modifique ou seja substituida por outra firma, ou mesmo por uma sociedade anonyma, quasquer favores ou isenção concedidos por esta camara aos supplicantes passarão aos seus sucessores; g) essa Camara se obriga a não decretar jamais a desapropriação de qualquer predio ou terreno occupado pelas fabricas dos supplicantes, desistindo do respectivo direito por si e sucessores”.

Primeiramente este tipo de estrada de ferro é formada por trilhos metálicos pré-fabricados que permitem sua rápida montagem e desmontagem e, geralmente não passava dos 15 quilômetros de extensão, os quais eram julgados suficientes para a maior parte das atividades a que se serviam. Provavelmente por esta razão não foi do interesse do poder público visto que teria também de reservar parcelas das vias públicas para ela e também pavimentá-las utilizando macadame, o nome conhecido para Mac-Adam no Brasil, o que onerava demais o erário, pois esse tipo de pavimentação exigia três camadas de pedras postas numa fundação com valas laterais para o escoamento da água das chuvas, ou seja, diferente do tipo de pavimentação utilizado comumente na época que era o de pedra do tipo conhecido como paralelepípedo. Ademais, as isenções solicitadas para as fábricas, prédios e veículos de propriedade da empresa por quinze anos eram muito extensas e, talvez, a maior razão, a de não poder decretar jamais a desapropriação de qualquer um dos prédios ou terreno da empresa, o que inviabilizaria todo e qualquer plano de remodelação ou urbanização pelos quais várias localidades passaram engessando a possibilidade do poder público de realizar intervenções e obras no meio público.

Uma outra obra de grande porte ocorrida em finais da década de 1920 foi a do Matadouro Municipal. As negociações para a obra se iniciaram em 14 de Outubro de 1926 quando do recebimento da proposta de “*Giusto Di Giulio, industrial e negociante residente na Capital de São Paulo*”, que vinha requerer “*a concessão da matança de gado bovino, suino, ovino, caprino nesta cidade de Santo Amaro*”. Tal solicitação denota informações importantes sobre a pecuária na época, ou seja, a criação de animais de corte, e leiteiros certamente, era de uma grandeza que justificava a construção de obra com tal envergadura e também revela existir a criação comercial de ovinos e caprinos no município, muito provavelmente para atender a população imigrante. A solicitação de Giusto Di Giulio, que

continha memorial descritivo, orçamento geral e plantas, só foi colocada em pauta 2 de agosto de 1927 quando foi apresentada na totalidade a sua proposta e decidido pela Resolução nº. 210 em Artigo Único que *“Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a conceder, a quem melhor vantagens oferecer, pelo prazo de quinze annos, os direitos de exploração da matança de gado neste municipio, por meio de concorrência publica, e com a obrigação de construir um novo matadouro, ficando ao arbitrio do Snr. Prefeito as demais condições”*.

Na proposta de Di Giulio havia também exigências à municipalidade que eram i) um *“terreno que esta Camara se dignará fornecer, com capacidade para matança diaria minima de 30 cabeças”*; ii) a *“Camara Municipal entregará immediatamente o actual matadouro ao proponente, que nelle introduzirá os mais urgentes reparos e ahy fará a matança da Cidade até que fique concluido o novo matadouro, que terá o prazo de 10 mezes para a sua conclusão”*; iv) a isenção por vinte anos *“de todos os impostos municipaes isistentes ou que forem creados correspondentes á industria de matadouro, e ás industrias annexas e derivadas”* e, v) a proibição da *“venda de carnes verdes nessa cidade de Santo Amaro, que não seja proveniente de gado abatido no Matadouro Municipal”*, o que se era um anseio antigo dos comerciantes de Santo Amaro que ainda sofriam com a concorrência do produto não fiscalizado, problema este não só do comércio de carnes e além disso, que o poder público se compromettesse a *“crear Leis e expedir Regulamentos que impessam a entrada de gado abatido fóra do Matadouro Municipal destinado ao consumo local”* tornando *“expressamente prohybida a venda de carnes verdes nessa cidade de Santo Amaro, que não seja proveniente de gado abatido no Matadouro Municipal”*. Pelas exigências depreende-se que a maior preocupação do empresário era a existência de um mercado paralelo de abate e comercialização de carne, que pelo que se pode entender no ponto de vista do empresário, poderia comprometer a viabilidade do negócio. Tais queixas de falta de uma fiscalização que garantisse aos concessionários a segurança de comercializar seus produtos sem a concorrência externa foram relativamente comuns. Além das já citadas anteriormente ocorreu uma mais grave em 03 de abril de 1903 que causou celeuma entre o poder público e os comerciantes do Mercado Municipal a ponto da realização de um abaixo assinado por parte dos comerciantes exigindo uma atitude da municipalidade. No abaixo assinado, os comerciantes primeiramente se queixaram do

aumento dos impostos cobrados e apontaram que *“alguns negociantes de fóra, com mercadorias congeneres aos dos peticionarios como seião: fasendas, ferragens, armarinhos, louças e seccos e molhados, como ali seja o lugar exclusivamente dos produtos agricolas do municipio, os tropeiros ali vendem e recebem seu dinheiro, producto de seus gêneros”*. O problema, segundo eles, era agravado pelo fato de que tais comerciantes ficavam de prontidão a espera dos tropeiros que traziam as suas mercadorias para serem vendidas no Mercado. Além de realizar a compra das mercadorias recém-chegadas antes dos comerciantes institucionais, eles também vendiam aos tropeiros suas mercadorias com preços melhores que os dos comerciantes do Mercado, pois, além de tudo não pagavam os mesmos impostos. Diante dos problemas expostos, os comerciantes institucionais reagem dizendo que *“veem respeitosaemente implorar que taes negociantes não sejam estabelecidos dentro do Mercado Municipal, porque assim não fazendo, forçosamente o centro commercial da Villa alguma cousa fará”*. Em 06 de abril, a Câmara respondeu que ao seu entender o problema estava sendo causado pela falta de espaço no Mercado e que a sua inclusão *“forçosamente trará melhoras ao centro da villa”* e autorizava o Intendente a iniciar o processo de concorrência pública para as obras de ampliação. Ao que parece, entretanto, tal medida solucionou o problema, pois não foram encontradas outras reclamações.

A construção do novo matadouro e a proposta de reforma do prédio antigo, aparentemente eram mais adequadas às condições econômicas do município e atendiam aos anseios da municipalidade visto que a construção antiga, segundo o apreendido nas Atas, não estava mais em condições de atender às necessidades da atividade. Ao contrário da proposta de Scavone, esta recebeu a resposta de que se abriria uma concorrência pública para apurar os construtores com as melhores propostas. Diante da solicitação da isenção por vinte anos da cobrança de impostos municipais, a Câmara decidiu que *“a concurrencia publica é o melhor meio para salvaguardar os interesses geraes”* autorizando o Prefeito a iniciar o processo de concorrência pública para a construção.

Estranhamente, não há nas Atas da Câmara o registro da concorrência pública para a construção do novo prédio do Matadouro. Pelo ofício de número 30 de 06 de fevereiro de 1928, a concorrência foi vencida pela proposta de Giusto Di Giulio em conjunto com os senhores Olintho Simonini, e Paulo Cafalli que não apareceram anteriormente. O edital,

segundo a Ata da Câmara Municipal, foi publicado no “São Paulo Jornal” no mês anterior. Segundo o contrato, as obras deveriam se iniciar dentro de trinta dias após a assinatura do contrato e terminar em noventa dias depois do início. Além da obra em si, os concessionários se obrigavam a construir esgotos para a canalização do sangue e das águas de limpeza sendo jogadas diretamente, e sem alguma espécie de tratamento no córrego próximo à obra, construir mangueiras para porcos e gado bovino, sendo que a capacidade de abate deveria ser de 100 porcos e de 400 para o gado bovino e uma seringa para marcação e uma casinha para guardar a forja e demais ferramentas; os concessionários também deveriam instalar uma caldeira a vapor plenamente capacitada para realizar as tarefas, um motor elétrico para mover a bomba d’água, uma balança automática grande o suficiente para pesar porcos em pé e ainda uma caixa d’água com capacidade para seis mil litros construída com cimento armado. A Prefeitura concordou em fiscalizar e proibir a venda de carne dentro do perímetro urbano e suburbano do município sem que o gado tenha sido abatido no Matadouro Municipal, permitindo aos concessionários a utilização dos detritos do abate dos animais, do sebo, desde “*que não encommode o publico com cheiro desagradável*” e do sangue, porém regulando seu preço a duzentos réis o litro. Permitia, entretanto, a venda de carne oriunda de outros municípios se tivessem a fiscalização do veterinário contratado pela Prefeitura. O abate poderia ser de gado oriundo de Santo Amaro ou de outros municípios, reforçando a ideia da localidade ser um centro regional de distribuição de gêneros. Garantiu também a isenção de impostos municipais de Indústrias e Profissões sobre o abate e sobre o sebo produzido e que intercederia à Câmara Municipal para a criação de “*leis, resoluções, penalidades, etc. afim de assegurar os interesses dos concessionários referentes a presente concessão*”. Este dispositivo causa grande estranhamento, pois garantia aos concessionários um tratamento especial e desigual, pois teriam, na prática o Prefeito como um defensor dos seus direitos, confundindo assim, claramente, os negócios públicos com os privados e alçando assim a empresa a um nível especial dentro da administração pública. Entretanto, tal resolução não causou celeumas entre os componentes da Câmara demonstrando que concordavam com a medida, ou considerando-a justa. O contrato assinado também os isentou do pagamento de taxas sobre a fabricação de charque para exportação e para consumo interno. Em contrapartida, o prédio e todos os seus pertences deveriam ser revertidos para o patrimônio público em

quinze anos, e não em vinte como na proposta anterior, a contar da data da inauguração sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização. Caberia, ainda, aos proprietários do gado rejeitado a cessão de três litros de querosene para inutilização de cada cabeça e a sua retirada em duas horas após a rejeição sob pena de “*reverter a mesma em benefício dos concessionários*”. Assinaram o contrato além dos referidos senhores mais dois cidadãos de origem italiana, Gattas Attuy¹²⁰ e Matheus Cerevoló, que dos quais não se sabe se eram igualmente sócios ou se eram testemunhas.

Entretanto, antes mesmo da assinatura do contrato, em Ata de 4 de junho de 1928, verificou-se que a Câmara Municipal decidiu prorrogar por mais cinco anos a concessão dos concessionários e garantindo a “*isenção de pagamento de taxas para matança de Cabritos, Carneiros, e Leitões, pagando tão somente a taxa de quinhentos reis por cabeça de Vitelo; quando para exportação*”. Do ponto de vista da atividade econômica, tais ações denotam a importância para o Município da construção e garantia de seu funcionamento, tanto para o consumo interno quanto para a exportação dos produtos. As taxas de abate das reses em todo o período pesquisado foram item importante nas receitas municipais contando também o município com o abate e a comercialização dos rebanhos da região.

Concomitantemente no mesmo ano de 1927, iniciavam-se as negociações para a construção da superestrada que conforme requerimento de 5 de dezembro solicitava uma “*uma concessão para construir e explorar nesse municipio uma super-estrada de pedagio, revestida com concreto, a partir do Corrego Traição até a Represa de Santo Amaro, conforme qualquer dos traçados indicados a tinta vermelha e amarela na planta anexa*” pela empresa Sociedade Anonyma “Derrom” que se denominava especialista na construção, financiamento e conservação de estradas de rodagem. A proposta entregue era bem detalhada, porém custosa, o preço era de cinco mil contos de réis, quantia excessiva para o erário santamarense. Segundo a proposta, uma das intenções da superestrada era atrair os paulistanos a passeios à represa de Santo Amaro e fazer “*conhecer aos milhares de automobilistas que farão uso della, as vantagens dos terrenos nesse Município e trazendo assim o emprego de capitães que apressarão o desenvolvimento da zona*”. As informações técnicas incluídas são bem descritivas e minuciosas denotando-se que sua

¹²⁰ Provavelmente houve erro na grafia do nome deste imigrante, pois há registro seu como comerciante no Livro de Industrias e Profissões de 1914 como Gattai Attuy.

construção possuía um perfil moderno e que seu traçado seguiria “*em geral diferente do adotado pela estrada de rodagem que existe actualmente*”. Uma outra novidade é que a empresa poderia explorar pedágio por todo o seu percurso além de ter o monopólio da instalação de bombas de gasolina. Tendo em vista a dimensão de tal empreendimento, a oportunidade de acelerar o crescimento urbano e de realizar investimentos que não poderia fazer por conta própria, a Câmara Municipal respondeu rápida e positivamente à proposta. Em apenas 27 dias após a chegada da proposta ela autorizou o Prefeito a assinar o contrato com a empresa considerando diversos fatores como:

“[...]utilidade publica com direito de desapropriação para beneficio da super-estrada, isenção de todos os impostos municipaes creados e por crear-se, interferencia junto ao Governo do Estado para conseguir isenção de impostos, direito de cobrar taxas de transito, e privilegio para a construção e explorar de Parques de Diversões, terrestres, aquaticos, e aereos; e direito exclusivo por vinte e cinco annos para transitar pela super-estrada com auto-omnibus, assim como installar e explorar bombas de gazolina e oleo ao longo da super-estrada, podendo collocar annuncios e propaganda; e ainda preferencia para as construcções ou financiamento de qualquer obra durante a vigencia da concessão, entregando-a a Municipalidade de Santo Amaro sem onus algum no fim de quinze annos; e depois dos estudos devidos, Considerando que uma obra de tamanho vulto é auspicioso para o nosso municipio [...]”.

O contrato foi assinado em 06 de fevereiro de 1928 com a empresa, agora com nome detalhado e correto, Anonyma Derrom-Sanson pertencente a Donald Laird Derrom. Entretanto, mesmo com este vulto, a obra não teve os mesmos privilégios da construção do Matadouro recebendo apenas a isenção de todos os impostos municipais pelo prazo de quinze anos e seria considerada de utilidade pública com o direito de desapropriação e sem o arbítrio do Prefeito em seu favor.

Como todo projeto de vulto ambicioso, inevitavelmente ocorrerem problemas. Em 07 de janeiro de 1930, a empresa solicitou a prorrogação do prazo de entrega da obra por mais três anos, ficando a entrega total para 1933. No requerimento, a empresa apresentou os resultados e os custos totais naquela ocasião apurados na obra:

“1 – Estão executadas as seguintes obras da Auto Estradas, ligando São Paulo a Santo Amaro: - a) Todos os cortes e aterros, a drenagem, o abahulamento e a consolidação do leito, com dez ms. de largura, de estrada em terra, desde São Paulo até Santo Amaro; b) O revestimento com concreto na largura de 4.87 ms.

desde as Avenidas Brigadeiro Luiz Antonio e Rodrigues Alves, até o Corrego Traição; c) O custo total destas obras foi de R\$ 1.970:004\$759, dos quaes R\$ 1.505:286\$890 pagos pela Sociedade e R\$ 464:717\$869 pela Prefeitura de São Paulo, como auxilio ao projecto”.

Ou seja, após dois anos de início das obras, somente a parte paulistana estava totalmente pronta, sendo que o traçado até Santo Amaro estava consolidado e preparado. Pelo que se depreende analisando esta parte da solicitação, a parte mais difícil e demorada já havia sido concluída, restando ainda a sua finalização que era o *“revestimento da estrada como oleo asphaltico em cinco metros de largura, a installação de illuminação electrica ao longo de toda a estrada, com funccionamento durante toda a noite, e a estabelecer um serviço de auto-omnibus que fará viagens regulares entre São Paulo e Santo Amaro, no minimo de tres em tres quartos de hora, desde ás sete ás vinte horas, todos os dias”*.

As dificuldades apresentadas pela empresa denotam ao historiador pequenos detalhes de como as empresas foram afetadas pela crise financeira de 1929. A dificuldade principal foi a falência da *“Empresa de Engenheiros Empreiteiros”*, do Rio de Janeiro, com quem a Sociedade tinha contratado as obras e que, por causa do ocorrido, as obras ficaram paralisadas por um tempo não determinado no documento, mas interpretado como uma *“grande delonga”*. Diante disto, a empresa afirmou que estava procurando operações de financiamento para contratar outra empresa que realizasse as obras restantes além de ter cancelado o contrato celebrado entre as partes, tendo afirmado, contudo, que não tinha condições de entregar a obra finalizada no prazo acordado. Na solicitação foi reafirmado o compromisso de término da obra e que a parte realizada já trazia inegáveis melhoramentos para a vida urbana dos dois municípios. Ciente do ocorrido e concordando com os argumentos apresentados, a Câmara Municipal resolveu em 03 de fevereiro conceder à empresa mais três anos de prazo para a conclusão das obras.

As Atas da Câmara Municipal de Santo Amaro das sessões ordinárias e extraordinárias realizadas entre 2/12/1929 a 10/09/1934 não são tão detalhadas e completas como as anteriores. Segundo apurado, foram anos de turbulência econômica e, principalmente política, como a Crise de 1929, Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, para citar somente as maiores e mais importantes. Foram anos de intervenção na Prefeitura Municipal, após 1930, que influíram na confecção das atas e, talvez por esta razão, não há o registro preciso do término da obra. Sabe-se, entretanto,

indiretamente por Langenbuch que ela estava pronta entre 1933 e 1934. Esta foi a última obra de grande vulto que ocorreu no período da pesquisa.

Aconteceram, porém, outras obras de menor porte que concorreram como atração para novos residentes italianos. Além de obras de infraestrutura preparando Santo Amaro para os novos tempos e para o crescimento urbano, ocorreram também obras de embelezamento da Vila. Entretanto, as obras de construção do Paço Municipal e Jardim mostraram falta de planejamento no uso do dinheiro público. Na Indicação nº 12 de 2 de julho de 1928, o próprio Prefeito afirmou que o empréstimo de cem contos de réis realizado não seria suficiente para concluí-las, *“porquanto é publico e notorio que somente o grandioso edificio para a Municipalidade em construcção de primeira ordem absorverá todo ou quase todo o producto do referido emprestimo, assim tambem o jardim que está em conclusão e executado caprichosamente não é obra para pouco dinheiro”*. A leitura de toda a indicação indica que é provável que depois de feito o referido empréstimo, o poder público tenha decidido que poderia aproveitar a situação e realizar outros melhoramentos. É o que se denota com o final do texto:

“[...] sendo certo tambem que pelo grandioso progresso desta cidade que se vem verificando nestes ultimos tempos, é indispensavel outros melhoramentos taes como: a aquisição do quarteirão de casas de propriedade de Bento Branco de Araujo Mendes e D. Isabel Schmidt Zeltner para o alargamento do Largo Treze de Maio; construcção de uma estrada de rodagem ligando a cidade de Itapecerica a esta, passando pelo bairro Jararahú, beneficiando uma grande zona que actualmente tem meio de transporte difficilimo; instalação mobiliaria para o Paço Municipal; iluminação subterranea do Jardim e o restante em melhoramentos que se julgar necessarios; e assim sendo, indico para que a Camara tomando nas devidas considerações, autorize o levantamento de um emprestimo interno de quatrocentos contos de reis”.

É inegável a preocupação com o crescimento da Vila com algumas melhorias urbanas como o alargamento e construção de algumas vias públicas que melhorariam o fluxo de pessoas e de mercadorias. Há traços de modernidade também como o projeto da iluminação subterrânea do Jardim, deixando espaço para a vegetação e escondendo os fios que se tornaram objeto de poluição visual com o crescimento desordenado das praças urbanas. Todavia, preocupante foi a constatação que as obras custariam o quádruplo do planejado anteriormente, pois a Câmara Municipal concordou com a avaliação do Prefeito e em 6 de agosto do mesmo ano aprovou a contração de mais quatrocentos contos de réis

para fazer frente aos gastos planejados. Segundo ela, eram as *“obras de importancia principal por se tratar do embelezamento da cidade, e ainda a conclusão das obras do edificio para a Municipalidade e respectivos mobiliarios, o que não pode ser retardado”*. Todavia, as condições do empréstimo foram bastante favoráveis à municipalidade, pois os juros seriam de apenas dez por cento ao ano mesmo considerando que parte dele estava destinado à liquidação do empréstimo anterior existente. Aparentemente, a verba contraída foi suficiente, pois não foram encontradas outras discussões nas atas da Câmara Municipal.

Por iniciativa de moradores *“marginaes da estrada de rodagem que parte da Capella da Penha, do bairro Ibirapuera, encontrando a de Piraporinha, no bairro de Tuparoquera”*, que à época era segundo o documento *“zona agricola e de valor apreciável”*, em requerimento em 03 de junho de 1929 foi solicitada verba para a melhoria e conservação da estrada que ligava a região ao centro do município. Não houve, entretanto, resposta da Câmara.

O crescimento urbano e a expansão física levaram à necessidade mais obras na zona rural do município que começava a crescer. A região do M'Boy Mirim foi beneficiada com a reconstrução da ponte que a servia e a Prefeitura se equipava para enfrentar a mudança dos tempos com a pavimentação das vias com a compra de uma *“Raspadeira americana com escarificador”*. Segundo, o despacho de 05 de agosto de 1929, as obras deveriam ser urgentes *“em virtude da referida ponte estar ameaçando serio perigo”*.

No mesmo ano seriam realizadas obras de construção de um novo teatro à Praça Floriano Peixoto de propriedade de Francisco José Salles. Segundo o Parecer das *Commissões reunidas de Finanças e Justiça*, as obras custariam um total de duzentos contos de réis. No entendimento da Câmara Municipal, tal obra seria *“um bello ornamento que se fazia necessário”* que necessitava do apoio do poder público na forma da isenção dos impostos municipais, pois incentivaria mais construções desse mesmo tipo concorrendo para o avanço das artes na localidade. Na mesma sessão da Câmara de 02 de setembro de 1929, a Comissão de Finanças autorizou a compra da referida máquina e a reconstrução da ponte do M'Boy Mirim ao custo de oito e doze contos de réis respectivamente totalizando vinte contos de réis. Segundo o documento a obra facilitaria o trânsito dos agricultores da região integrando-a novamente à influência da Vila de Santo Amaro, pois por sua extensão total não poderia ser substituída por outro caminho. Pelo documento

denota-se que o referido caminho era o único que ligava a região e o centro da Vila e que era um importante centro produtor de gêneros agrícolas. Tal caminho ainda servia como ligação entre uma ampla região de Santo Amaro com as regiões do M'Boy, em Itapeperica e do bairro do M'Boy Guassu.

As obras de infraestrutura e de ligação dos bairros produtores mais distantes do centro da Vila denotaram com clareza o papel de centro distribuidor de gêneros agrícolas de Santo Amaro para São Paulo. Em 7 de julho de 1930, a Câmara Municipal recebeu mais uma proposta de construção de “*super-estrada de concreto e para vehiculos auto-motores*” desta vez ligando a estação de Ambura da Estrada de Ferro Sorocabana, o ponto ao sul mais distante do município, ao centro. Em requerimento os engenheiros Francisco de Paula Camargo e Pedro de Siqueira Campos solicitaram a concessão por trinta anos da referida estrada para seu “*uso e gozo*”. A Câmara também foi rápida na decisão em conferir aos referidos engenheiros o solicitado e a assinatura do contrato se deu em 04 de agosto do mesmo ano. Segundo o poder público a:

“[...] estrada em taes condições, virá baratear o custo das mercadorias, porquanto encurta o percurso em cerca de 100 kilometros; e Considerando tambem, que o beneficio que o commercio de São Paulo receberá, virá reflectir-se em toda a sua população; e Considerando ainda que o municipio de Santo Amaro, ficará com um interposto commercial de grande importancia, e Considerando finalmente, que tal concessão viza a grandeza do Estado de São Paulo [...]”.

Por este projeto e pelo anterior da superestrada ligando Santo Amaro a São Paulo percebe-se que a participação de empresas privadas se deu não somente na construção, mas também no seu planejamento. Portanto, a iniciativa privada, pelo menos em Santo Amaro contribuiu com as projeções de crescimento urbano e indicou e conduziu ao poder público aos seus anseios. A obra da superestrada denota também um interesse no crescimento imobiliário da região, incentivando o seu loteamento como local de lazer, o que realmente ocorreu. Pelo que se pôde denotar, por trás de cada obra daquele porte estava presente a especulação imobiliária para conduzir a ocupação dos espaços e encaminhar a sua urbanização. É sabido que as obras de infraestrutura urbana foram importantes fontes de atração para novos moradores e que com o crescimento desmedido de São Paulo e das suas necessidades de complementação do que não mais produzia, Santo Amaro passava também

a ser uma espécie de área de reserva para a sua expansão urbana. Para Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p. 136), a especulação imobiliária ocorrida em São Paulo expulsava parte da sua população para fora da cidade, e esta população passou a achar mais vantajoso fixar-se em áreas externas da cidade. A existência de terrenos maiores disponíveis em locais tornados mais acessíveis atraiu uma parcela considerável da população. Outro ponto colocado por Langenbuch (op. cit., p. 137) e percebido também aqui neste trabalho, foi a existência de uma parcela da população com capital suficiente disponível para adquirir lotes de terra em locais promissores e esperar pacientemente a sua valorização, realizando assim lucros consideráveis. Langenbuch (op. cit., op. cit.), entretanto, chamou a atenção para os efeitos negativos desta condução pelos interesses dos capitalistas, pois a maioria não possuía planejamento. Por consequência, loteamentos ocorridos na entrada de Santo Amaro e o Rio Pinheiros, mais notadamente nas ruas da Vila Olímpia e da Chácara Santo Antônio, criaram uma espécie de tabuleiro de xadrez com suas ruas estreitas e plantas discordantes. Segundo ele também, algumas áreas eram propositalmente deixadas de lado para esperar uma maior valorização decorrente da melhoria dos aparelhos públicos, como estradas e outros.

2.2 - Cartas de data

A questão das cartas de datas em Santo Amaro passou por mudanças em 21 de abril de 1885, quando segundo Passaglia (PASSAGLIA, 1978, p. 8) o Legislativo Provincial autorizou o município a doar, por meio das cartas de data, terrenos de sua propriedade. No entanto, segundo ele, esta resolução iniciou uma espécie de corrida às “*datas de terra*”, devido à grande quantidade de lotes que foram concedidos a uma mesma pessoa ou a membros de uma mesma família. Analisada em seus termos, Santo Amaro viveu com as suas cartas de data uma chegada tardia de um movimento de valorização das terras iniciado pela Lei de Terras de 1850, que segundo Cavalcante (CAVALCANTE, 2005, p. 1) a “*terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens. Procurava-se atribuir à terra um caráter mais comercial e não apenas um status social*”.

A lei permitia pela primeira vez a venda das terras devolutas. Consideravam-se terras devolutas aquelas que não estavam sob o cuidado do poder público seja ele nacional, provincial ou municipal e também aquelas que não pertenciam a nenhum particular.

Na realidade, a lei funcionou também como uma forma de dar valor monetário a terra tornando-a objeto de compra e venda sujeito, portanto, às leis de mercado. Na opinião de Martins¹²¹ (MARTINS, 1981, p. 24), na “*vigência do trabalho escravo a terra era praticamente destituída de valor. Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos, sobretudo quando pequenas indenizações eram oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados*”. Para ele (op. cit., p. 26), “*a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso*”. Conscientes deste fato, os grandes fazendeiros concluíram que o livre acesso aos imigrantes a terra dificultaria a obtenção da força de trabalho necessária para a manutenção e ampliação dos cafezais.

A lei, para Emília Viotti da Costa (COSTA, 2007, p. 173), criou como efeito secundário e, talvez não esperado, um “*serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública*”.¹²² Para Santo Amaro, além disso, criou uma fonte de renda que se tornaria realidade somente trinta e cinco depois, ou seja, em 1885.

Em Santo Amaro, o problema em si não era somente a posse da terra, mas sim o seu baixo valor por não ter função econômica. Grandes glebas de terra jaziam incultas no extenso território do município e muitas delas pertenciam pela nova lei ao poder público municipal, portanto o que fazia com que seu preço permanecesse extremamente baixo.

Na sessão ordinária de 28 de março de 1887, foi proposto pelos senhores Forster e Lucas¹²³ “*para que esta Camara no intuito de engrandecer esta Villa, e de ao mesmo tempo incitar a classe menos favorecida de procurar meios para facilitar-lhe sua subsistencia, mande demarcar em lotes os terrenos sitos alem da estrada de ferro para os*

¹²¹ Ver MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*; São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª edição, 1981.

¹²² Ver também COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Ed. UNESP, 9ª edição, 2007.

¹²³ Vereadores Antônio Forster e Lucas Evangelista das Chagas.

lados da Capital que faz parte do patrimonio municipal e a dividir os mesmos á colonos estrangeiros e mesmo nacionais que queirão cultivar sujeitando-se elles ao regulamento que regem as colonias existentes.” Entretanto, na sessão de 11 de julho do mesmo ano, a Comissão de Datas entendeu que devia ficar a demarcação da proposição adiada até que o governo provincial mandasse o engenheiro encarregado da medição de demarcação, pois a Câmara não possuía recursos para tal empreita. O Exmo. Sr. Visconde de Parnaíba foi oficiado para solicitar a medição e demarcação dos terrenos do patrimônio municipal. Em sessão de 4 de outubro do mesmo ano, decidiu-se dirigir uma representação ao ministro da Agricultura, por intermédio do governo da província, solicitando a medição dos terrenos. Na sessão de 27 de janeiro de 1888, resolveu-se pedir autorização à Assembleia Legislativa Provincial para o estabelecimento da colônia nos terrenos municipais. No entanto, tal colônia jamais foi efetivamente posta em funcionamento.

Para o imigrante italiano, a possibilidade de se tornar proprietário de terras urbanas foi extremamente atraente. Embora não seja possível quantificar e relacionar todos os imigrantes que obtiveram cartas de data, pode-se, no entanto, afirmar que a maioria dos imigrantes relacionados como possuidores de unidades de negócios bem sucedidos as possuiu e, muitas vezes, mais de uma. Muitos imigrantes pobres também conseguiram adquiri-las e a sua facilidade de aquisição foi um atrativo para que os residentes em São Paulo se interessassem em adquiri-las, pois a Câmara periodicamente colocava anúncios nos principais jornais sobre a abertura de hastas públicas para vendê-las.

Somente em 1888 é que há um novo registro de solicitação de dez ou vinte cartas de datas a imigrantes realizado pelo senhor Juvenal Parada, a qual não especifica quais as nacionalidades dos imigrantes. A solicitação, porém, foi negada e o cidadão foi orientado a realizar os pedidos com nomes em separado. E na sessão do dia 20 de agosto foram atendidas as solicitações de Gratioza e Bernardo Champagne às datas de números 9 e 10 da Rua Dor. Antonio Bento e, a de número 11 a Pio Angelo¹²⁴. Bernardo Champagne reapareceu na documentação em 1897 com o registro de seu falecimento aos 70 anos,

¹²⁴ Foram encontrados os registros de entradas de três imigrantes com o sobrenome Pio; dois de nacionalidade espanhola, José Pio e Avejas, e dois de nacionalidade portuguesa, Boaventura Martin Pio e JM. Marlin Pio. Angelo também um sobrenome comum, porém acredita-se que seja um imigrante italiano.

viúvo, de *marasmo senil*. Isso significa que viveu na Vila por este período de tempo, embora não se saiba do que se ocupou.

Dois outros imigrantes italianos e uma família inteira estão relacionados na documentação pesquisada¹²⁵, mas são pertencentes a duas situações diferentes, pois Roza Datri, Julia Alfano e Clemente Alfano pleitearam as datas de terras no dia 4 de outubro de 1886, tendo sido, entretanto, contemplados somente em 31 de maio de 1890 e na mesma data passaram seus direitos ao imigrante italiano Affonso Vitale. A transação foi intermediada por Clemente Alfano, possivelmente marido de Julia, que transferiu os direitos das datas de terras situadas na Rua de São Paulo com tamanho total de 600 m². Às datas foi anexado um terreno que segundo o documento ficou comprometido. Pelos documentos infere-se que os ditos imigrantes, Julio e Leão, nunca moraram em Santo Amaro e seu único ponto de contato era Clemente que aparentemente tinha algum tipo de relação com Affonso Vitale, este sim comerciante lá estabelecido. Na mesma data, Luiz Itorache solicitou uma data na Rua da estação esquina com São Benedito. Em 22 de novembro de 1886, mais dois italianos solicitaram datas de terra, sendo uma de Paschoal Frasseti na Rua de Paulo Eiró e outra de Lourenço Deminico na mesma rua. Não foram encontrados outros registros referentes aos dois.

A família Bertolucci composta por Domingos¹²⁶, Erminda, Americo, Amelia e Esther obteve sua Carta de data em 13 de abril de 1886 na Rua Conde de Itu, mas não consta na documentação o tamanho das suas terras.

A família Bertolucci, que solicitou datas de terra em 1886 e teve sua solicitação atendida, veio até à Intendência em 23 de Abril de 1890 solicitar novos títulos, pois alegava tê-los perdido. Tendo solicitado uma nova cópia com o secretário em exercício e sido ela negada, pois segundo ele, o livro referente ao registro das cartas de data desapareceu, a família entrou com uma nova solicitação onde constavam como testemunhas os cidadãos Guilherme Belfort Sabino e Antonio Forster e que eles também se incumbiriam de ir até o

¹²⁵ Esta documentação são os impressos preparados pela Câmara Municipal de Santo Amaro para dar legalidade às Cartas de data que comercializava desde os anos 50 do século XIX e está constante nos documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro.

¹²⁶ Américo provavelmente é o chefe da família. Deduz-se isso por seu nome estar a frente dos outros.

local indicado e verificar e apurar os limites da data. A decisão saiu no mesmo dia e foi favorável à família.

É a partir de 1890 que se intensificaram as vendas das datas de terra e, conseqüentemente, aumenta também o número de italianos que solicitam e têm atendidas a suas solicitações. Entretanto, conseguir a fecha da data não significa que o suplicante¹²⁷ efetivamente se fixou em Santo Amaro. A fecha da data significa, em termos a bem da realidade, que ele teve seu pedido aceito e que a pagou, mas pode não a ter cercado ou murado como pedia a legislação. Anos adiante, principalmente nas décadas de 20 e 30 do século XX os problemas decorrentes desta frágil fiscalização tornaram-se evidentes. Muitas pessoas tiveram que solicitar ao poder público a validação e a mesmo até correção dos seus documentos, pois muitos não conseguiam registrar suas terras.

Segundo a Postura Municipal de 25 de junho de 1890, no seu artigo 97, a Intendência poderia conceder a particulares datas de terrenos municipais. Estes terrenos em questão eram as áreas em que a posse passou à municipalidade por serem resquícios das antigas sesmarias que não tinham donos. Para cada data concedida, os seguintes valores eram repassados i) 14\$000 à Intendência Municipal; ii) 1\$000 ao secretário pelo registro; iii) 2\$000 ao arruador pela demarcação dos terrenos e iv) 1\$000 ao fiscal, sendo que ao fiscal e ao arruador as quantias eram percebidas como gratificações. Nesta época, ainda existiam muitos terrenos livres ao redor do centro de Santo Amaro e o valor da terra em geral ainda não havia dado saltos por causa da incipiente urbanização do município, porém em Santo Paulo já estava ocorrendo um processo de valorização dos terrenos urbanos e uma conseqüente maior procura. Segundo Siriani (SIRIANI, 2003, p. 70), *“apesar do crescente movimento especulativo no setor imobiliário que ocorria na capital, principalmente a partir da década de 1870, a região do Planalto Paulistano permaneceu quase intocada até as primeiras décadas do século XX.”* Esta maior procura por terrenos em São Paulo levou a edilidade santamarense a publicar em periódicos paulistanos anúncios das movimentações das cartas de datas conclamando cidadãos paulistanos a investirem seu dinheiro na localidade¹²⁸.

¹²⁷ Termo utilizado nos documentos para quem solicita a data.

¹²⁸ Foram publicados anúncios nos três jornais de grande circulação de São Paulo em 1890: O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e Diário Popular nas seguintes datas 18 de abril e 20 de julho em O Estado

Por conta do grande número de pedidos de datas de terras, na sessão de 02 de outubro de 1890, o intendente Gustavo Adolpho Pinheiro propôs alterar as disposições do artigo 97 do Código de Posturas em razão da valorização súbita das terras devolutas. Os valores decididos são de 160\$ por metro quadrado para terrenos dentro do perímetro urbano e 80\$ por terrenos que estivessem fora do perímetro urbano, mas que não eram considerados rurais. Sua indicação foi aprovada.

A Câmara de Santo Amaro ainda tinha por política fazer concessões gratuitas de datas de terras para os mais diversos motivos sendo a alegada pobreza o mais atendido deles. Em 08 de dezembro de 1890, Joanna de Carvalho, Sebastião Pereira de Moraes e Rosa Maria das Dores solicitaram datas de terras alegando pobreza e tiveram o seu pedido atendido. Nos pedidos não houve a escolha do suplicante do lugar deixando a cargo da municipalidade a escolha do local. As políticas públicas de desenvolvimento também beneficiaram grandes projetos como os de A. Zerrenner e Jorge Eisenbach que conseguiram 84 datas de terras.

Neste período foi comum a solicitação por parte de forasteiros, mais notadamente de São Paulo. Foram verificadas duas solicitações, que coincidentemente foram negadas. A primeira solicitação foi de Joaquim Ribeiro que se declarou guarda-livros da Companhia Ceres Paulista, morador do município da Capital e que tinha a intenção de construir sua residência na localidade comprometendo-se a pagar todos os emolumentos e despesas decorrentes e a fechar e construir o prédio dentro dos prazos estabelecidos. Ele solicitou uma data de 500 metros quadrados, sendo 10 metros de frente por 50 de fundos, mas não designou o local, sendo este um dos motivos da negação. O outro motivo foi a não declaração de quantas datas pretendia. É interessante perceber que ele enviou a solicitação em papel timbrado da empresa onde trabalhava.

Joaquim Ubaldo Cardoso de Mello também solicitou data de terra em 15 de dezembro de 1890, entretanto suas intenções eram de “*estabelecer uma chacara destinada ao plantio de fructos, cereaes e legumes, neste município.*” Pretendia que este local fosse próximo à Vila e que não inferior a um hectare de terras em matas ou campos. Ele também se comprometia a pagar os custos previstos e a construir uma edificação no local nos prazos

de São Paulo; 30 de setembro e 11 de novembro no Correio Paulistano e 18 de Abril no Diário Popular. Houve também um anúncio publicado em 8 de dezembro de 1889 no Correio Paulistano.

determinados. Também era residente da Capital e teve seu pedido negado, pois “*a comissão de datas considerando que a intendência não pode conceder mais de uma data a um mesmo individuo, e que, segundo dispõe o código de posturas vigente, cada data deverá medir 10 metros de frente até 60 ditos de fundos, é de parecer que não pode ter logar o que requer o Suppl.*” Além disso, Benedicto Augusto de Meirelles, responsável pelos pareceres complementou que “*em vista de o supp. não designar o logar onde deseja lhe sejam concedidos terrenos, nem especificar o numero de datas que pretende, a comissão é de parecer que seja indeferida a presente petição.*” Ou seja, parecer muito similar ao do solicitante Joaquim Ribeiro.

Já o citado imigrante Affonso Vitalli em conjunto com seu cunhado João de Salles Guerra em 06 de outubro de 1890 teve atendido o seu pedido de “*pequena nesga nos fundos de um terreno (..) gratuitamente (...) ou então fazendo-se um pequeno pagamento relacionado*” em local não determinado por eles. Nesta época, Vitalli já era um comerciante constituído na vila e não aparentava necessitar de auxílio financeiro.

Há alguns padrões em comum nas cartas de cata solicitadas durante o ano de 1890 mostram que permitem conhecer como se dava o processo de sua concessão e as estratégias utilizadas pelos imigrantes para se organizar e participar de todo o processo. A análise dos pedidos confirma alguns conceitos já cristalizados pelos estudos sobre a imigração estrangeira, sobretudo a italiana no país.

A primeira consideração é sobre a forma de composição dos solicitantes. Na maioria dos casos eles eram constituídos pela família do imigrante e sempre solicitavam mais de uma data, ou seja, a família procurava garantir em solo urbano uma parcela de terra que permitia a constituição de pequenas culturas de subsistência, criação de animais e a formação de pequenos pomares como era ao gosto das populações da época¹²⁹, pois a data

¹²⁹ Alguns autores trabalharam com a conformação das residências urbanas típicas do planalto paulistano antes do crescimento urbano do final do século da Capital e as descreveram sendo constituídas de pomares, pequenas plantações e criações além dos jardins. As propriedades tinham um padrão de tamanho que foi diminuindo com o crescimento da cidade. Tal dinâmica persistia nos municípios como Santo Amaro e os outros do planalto paulistano. Marcílio (Marcílio, 1974, p. 22) anota que:

“Em suma, alguns negociantes, agricultores, pequenos mercadores, mascates, artesãos, povo miúdo, agregados, libertos, escravos negros, todos animavam um centro urbano progressivamente mais ativo e

de terra padrão media em torno de seiscentos metros quadrados, a não ser em casos quando existiam fatores limitantes como no caso da solicitação da família Borghi de 8 de dezembro de 1890 onde o responsável pela concessão anotou que “*estas datas são de 10 por 50 de fundo devido a passagem de uma estrada antiga.*” E ainda ao dar o parecer favorável à concessão observou que “*em vista da informação intra, dada espontaneamente pelo Sr. alinhador, a comissão é de parecer que as datas solicitadas sejam concedidas aos suppl., si a concessão não prejudicar algum ponto de servidão publico ou propriedade particular.*” Ou seja, quando existiam as limitações, o responsável as anotava no próprio documento de solicitação.

Em algumas composições encontramos um consórcio entre duas ou três famílias italianas ou com famílias de outras nacionalidades, aparentemente brasileiras, além das solicitações por uma família italiana somente. Em algumas delas é possível perceber que eram recém-chegadas, pois ainda anotavam os nomes da maneira comum na Itália, outras já adaptavam seus nomes à maneira do Brasil. Estas composições entre famílias italianas, ou a própria organização em famílias por parte dos italianos, não causam em si estranheza. Esta organização em grupos familiares, chamadas por Laslett¹³⁰ de família numerosa onde o pai é o chefe da família e os outros membros agregam-se a ele. Porém, eram aceitos somente

complexo, embora os agricultores dominando todos e sempre ciosos das ocupações e interesses rurais, continuassem a passar grande parte do ano em suas fazendas. No entanto, alguns deles, guardando seus hábitos e preocupações tradicionais, vinham instalar-se perto do centro em grandes casas, nas *chácaras*, rodeadas de vastos quintais onde cultivavam árvores frutíferas, legumes e criavam algumas galinhas. Dessa forma, testemunhavam eles seu gosto por uma vida rural que queriam salvaguardar até mesmo nos inícios do século XX.”

Para mais informações ver MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*; São Paulo: DIFEL, 1970; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural - cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973; MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750 – 1850.*; São Paulo: Ed. Pioneira/Ed. da USP, 1974.

¹³⁰ Para mais informações ver LASLETT, Peter. *Introduction: the history of the family in Household and family in past time*, London: Cambridge Group, 1974.

elementos consanguíneos ou por laços de casamento, os órfãos eram considerados da família desde que tivessem sempre vivido com ela.

A posse de um pequeno pedaço de terra, mas com a unidade familiar preservada era uma oportunidade que o imigrante italiano não poderia ignorar, pois era a chance que teria de recuperar “*o modelo vivido na terra natal*” segundo Alvim (op. cit, p. 97) onde “*cada casinha é rodeada por uma pequena horta onde normalmente os colonos também constroem abrigos para os animais. Eram galinheiros, chiqueiros ou mesmo ou pequeno estábulo.*” Esta composição socioeconômica familiar proporcionava também uma renda extra ao permitir que “*os produtos e os animais que excediam o necessário ao consumo da família eram vendidos, os “trabalhos da casa” executados pelas mulheres acabavam também colaborando no orçamento doméstico.*”

Para a vida no século XIX, como Alvim (op. cit, p. 74) também aponta “*a família era a unidade fundamental da organização do trabalho.*” Onde era “[...] *geralmente voltado para a propriedade familiar, que, por sua vez, parecia pertencer mais ao grupo que ao indivíduo e onde o chefe de família funcionava mais como gerente que como proprietário da terra.*” E principalmente um valor a ser preservado. Segundo ela, muitas unidades familiares tomaram a decisão de emigrar como família, ou seja, não foi uma decisão individual, mas sim de todos. Por esta razão, ainda segundo ela, a continuação da luta pelo trabalho de todos mesmo em terras distantes e, mesmo até, sem a posse da terra. Além disso, chegar com grandes famílias constituídas era uma vantagem em relação aos imigrantes que chegaram depois. Ela (op. cit., p. 93) aponta que “*quatro em cada cinco italianos estavam ligados a um núcleo familiar e trabalharam, pelo menos durante sua fase de adaptação, na lavoura*”. Ou seja, o italiano que se dirigia para Santo Amaro e que solicitava as datas de terra, pretendia reproduzir, ou pelo menos tentar, as condições de vida que havia deixado na Itália adaptadas às condições brasileiras. A constituição em grupos familiares era também uma forma de também conseguir glebas de terra maiores que permitissem realizar seus intentos.

Uma outra consideração é que a maioria dos suplicantes indicava o local e o número das datas que desejavam, o que indica conhecimento prévio das localizações das datas disponíveis e da geografia da vila, pois muitas vezes indicavam um ponto de referência para indicá-las. A solicitação de Antonio Marques Dias e Maria Garoni indica a preferência

por “*duas dactas de terreno nas immediações da Estação da linha de bonds d’essa Villa: e por ser de justiça.*” No caso da família Petruzzi constituída pela mãe Roza e duas filhas Josephina e Estephania, elas indicaram “*conceder-lhes uma data a cada uma no logar comprehendido, entre o sitio de Quaresma, e o matadouro cujo fundo deve demover bem como o sitio de Feliz da Cruz.*” Estes dois casos tiveram desfechos diferentes, mas o mesmo padrão de resposta da municipalidade. O procedimento padrão era solicitar ao alinhador que “*verifique si as datas pedidas estão devolutas e no caso de assim ser, que a intendencia as conceda aos suppl., si a concessão não prejudicar algum ponto de servidão publica ou particular*”; observar a “*alteração ultimamente feita na disposição do art. 97 do Codigo vigente, na parte relativa ao preço dos terrenos municipaes*” e caso não tenham sido atendidos verificar que “*terminando-se o prazo dado pela Intendencia á novas fechas a que estão sujeitos os proprietarios que nestes lugares têm terrenos.*”

A família Petruzzi teve sua solicitação atendida, contudo a de Antonio Marques Dias e Maria Garoni não foi atendida por não haverem mais datas disponíveis no local indicado por eles. Percebe-se pela análise das solicitações que as divisas entre os terrenos já existentes e as novas datas a serem marcadas não estavam precisamente indicadas. Na solicitação da família Posselt há a seguinte indicação do responsável “*Quinze metros de frente e os fundos correspondentes, até encontrar com um vallo ou serca*”. Ou seja, nem os responsáveis pela municipalidade nem os suplicantes conseguiram indicar com precisão os limites da propriedade e muito menos sabiam o que iriam lá encontrar, pois indicaram *vallo ou serca* como marcadores das divisas. Posteriormente muitas das famílias que conseguiram as datas tiveram problemas em conseguir seus documentos definitivos por causa da imperícia ao marcar seus lotes. Muitas delas fecharam suas datas, porém não as ocuparam definitivamente, o que propiciou aos seus vizinhos, nem todos bem intencionados, forçar suas divisas. Mas este problema não era somente dos particulares e seus terrenos, o próprio município nunca teve seu território efetivamente demarcado, sendo que os limites foram marcados em 1852 no relatório ao Dr. Nabuco de Araújo. Pelo mapa apresentado abaixo podem ser verificados os limites territoriais do outrora município.

Mapa do município de Santo Amaro – 1938

Poderia acontecer de as datas solicitadas serem objeto de expansão futura da administração municipal como ocorreu na solicitação de Florindo Malanconi de 03 de dezembro de 1890 quando foi negada pelo fato de *“o terreno pedido presta-se para a construção de edificios publicos, e por isso, a comissão é de parecer que elle não seja concedido aos suppl.”* O mesmo ocorreu com a solicitação de Luiz Invernizzio e de mais oitenta e três cidadãos de 09 de dezembro de 1890 para *“Rua Tenente Adolpho, as duas ultimas quadras ao lado direito, nascendo estas da rua Fraternidade e sendo terminadas pelo Campo das Perdizes”*. O parecer da Comissão de datas apurou que o *“terreno pedido presta-se para a construção de edificios publicos, e por isso, a comissão é de parecer que elle não seja concedido aos suppl.”*

Verificou-se que mesmo sendo todas as solicitações de 1890 manuscritas, havia um modelo que todos seguiam e que era indicado pelos funcionários da municipalidade, pois todos eram dirigidos aos “Cidadãos Presidente e Mais Membros da Intendencia da Villa de Santo Amaro” e “A Comissão de datas”. Uma pessoa leiga dos procedimentos legais necessários não saberia como proceder e a quem dirigir tal documento, mesmo considerando que algumas eram alfabetizadas. Considera-se ainda que eram imigrantes e não poderiam conhecer profundamente os andamentos dados pelas comissões de governo. A análise das solicitações mostrou que sempre havia uma intercessão de alguma pessoa que era, ou já havia sido, ligada à administração pública. São nomes recorrentes na documentação como participantes da intendência como Adolpho Aurelio de Souza Guerra; Jeronimo Paes Pereira, que assinou dois documentos; Bento Branco de Moraes, que assinou cinco documentos e fez parte do governo municipal; João Borges, Antonio Marques Dias; Amaro Antonio da Silva, que assina dois documentos e Joaquim Antonio Guerra, que assinou três documentos. Em um total de 23 documentos analisados, apenas dois foram assinados pelos próprios suplicantes e em outros dois não há assinatura. Portanto, em 19 ocorreu a intercessão de pessoas ligadas à administração pública. Mesmo na solicitação de Afonso Vitalli e João de Salles Guerra há a assinatura de um intercessor, no caso Joaquim Antonio Guerra. Se não fosse este caso poderia aventar que somente haveria a intercessão nos casos de os suplicantes serem analfabetos, o que pode ainda ser considerado, pois apenas uma ocorrência não cria um universo estatístico significativo.

Na maioria das solicitações, o número de suplicantes é o mesmo que o número de datas de terra solicitadas, ou seja, aparentemente o padrão utilizado é de uma data por solicitante. Em apenas três casos há números conflitantes, dois pedindo um número menor e um solicitando um número maior de datas de terra.

As ruas com um número maior de solicitações foram a Conde de Itú¹³¹, São Luiz, General Ozório e Conde D'Eu. Isso significa que ainda existia um espaço não ocupado relativamente grande nestes locais e as famílias procuravam solicitar datas numericamente em sequência para que pudessem permanecer juntos e ter uma extensão de terras considerável.

Em 1886 a população italiana em Santo Amaro era de 23 pessoas que significavam 0,36% da população. Mesmo tendo sido este ano marcado pelo início da grande imigração estrangeira para o Brasil, deve-se considerar que a maior parte desta população estava concentrada nas fazendas do interior de São Paulo, e que ainda não se dirigia em massa para as cidades. Considerando que o crescimento populacional de Santo Amaro entre 1886 e 1900 foi de aproximadamente 114%¹³² e que o número de italianos na vila pode ter aumentado proporcionalmente mais que a população geral, pode-se considerar que em 1890 a população italiana seria de pelo menos 50 pessoas. Nas solicitações de cartas de data há um número de 160 imigrantes italianos solicitando datas de terra e que somente 1 teve seu pedido indeferido, pode-se concluir que nem todos realmente se fixaram na terra e que nem todos eram moradores fixos da localidade. Na análise dos textos escritos pelos imigrantes na solicitação há indícios como podem esclarecer se ao menos a pessoa era moradora do município e se tencionava lá estabelecer-se. Na solicitação de Ferrari José, Ferrari Americo, Giardino Vincenzo, Giardino Rosa de 26 de julho de 1890, sua intenção de estabelecer moradia em Santo Amaro fica clara, pois se declaram “*na pretensão de fazerem sua morada nesta localidade*”. Uma outra solicitação de 06 de outubro de 1890 de Lugle Bonfiglio, Vitigliani Benvenuto, Flandoli Pinho, Flandoli Desiderio, Nalverti Ernesto, Nalverti Giacometto há o trecho de texto que diz que os suplicantes “*desejando possuir datas nesta Villa*”. Ou seja, também moravam em outra localidade e eram recentemente chegados, pois ainda assinavam seus nomes da maneira italiana.

¹³¹ Os nomes das ruas seguem a grafia da época.

¹³² Cálculos realizados de acordo com os censos oficiais.

Destes somente Flandoli Desiderio possui o registro de entrada¹³³ onde consta que chegou aos 36 anos juntamente com sua irmã Severa, com 29 anos, em 10 de setembro de 1886 pelo porto do Rio de Janeiro. Não consta que tenham vindo por meio da Sociedade Promotora de Imigração ou pelo Governo Central. Pela data de chegada é possível que tenham vindo ou espontaneamente ou chamados por algum parente.

Quando a solicitação era atendida, a municipalidade emitia um documento impresso contendo a data do deferimento da solicitação, o local, as dimensões da data de terra e os dizeres “*dispõe a Resolução n. 19 de 21 de Abril de 1885, conferir-lhe a data requerida com a condição de fechar dentro do prazo de três meses sob pena de caducidade.*” Este documento assegurava ao suplicante que o seu pedido havia sido atendido e ele poderia depois de fechar a respectiva, solicitar a emissão do título de posse da terra. Não havia por parte da municipalidade um controle rígido das datas que foram cedidas e efetivamente fechadas, o que ocasionou diversos problemas anos adiante, pois as datas ficaram disponíveis e não havia o controle necessário para repassá-las a outros interessados. A data de Delfredo Gabriel com as dimensões de 15 metros de frente e 60 metros de fundos foi cedida gratuitamente em 3 do mês de Dezembro de 1890 com a condição de “*montar oficina de objectos de barro*” no bairro da Varzea de baixo. Contudo, não há registro no livro de Impostos e Industrias que demonstrem ter ele efetivamente montado a oficina, pois se tivesse montado teria que pagar os respectivos impostos, ou mesmo se tivesse sido isentado, seu nome deveria constar do livro com a rubrica isento. É possível que tenha fechado a data, contudo não se pode dizer que aberto a oficina para exercer a profissão.

No Livro Caixa do exercício de 1890/1891 há o registro de que em 11 de dezembro de 1890, o imigrante italiano Salvador Galiano¹³⁴ fez o pagamento “*proveniente de vinte e oito datas as ruas General Ozório, e Paulo Eiró, sendo as nº da primeira rua, 69, 70, 71 e 72 e da segunda os nº 73 a 96, perfazendo um total todas ellas, de 11.600 metros*

¹³³ Registro disponível no endereço eletrônico <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimigrante/popup.php?n=DESIDERIO&s=&l=004&p=019&f=32030>. Última visualização em 08/05/2014.

¹³⁴ É possível que tenha sido parente de Braz Galhiano, porém não há evidências documentais que reforcem esta afirmação apenas a de que realizaram atividades em Santo Amaro na mesma época e que tinham o mesmo sobrenome, o que numa época de poucos italianos é uma evidência bastante forte.

quadrados a 80 reis o metro quadrado” totalizando a quantia de “928\$000”. Todas elas datas urbanas. Há algumas considerações que podem ser feitas a respeito desta compra. A primeira é em relação ao valor pago, quase um conto de réis, que é alto para a época mesmo sendo para uma propriedade urbana. Em termos comparativos, utiliza-se o caso citado por Alvim (op. cit., 403) quando o também imigrante italiano Francisco Menighetti pagou em 1905, ou seja, quinze anos depois, 200\$000 por quatro alqueires, em torno de 100.000 metros quadrados de terra não beneficiada, porém arável, em Sertãozinho, região produtora de café. O valor era considerado pequeno para a época, aparentemente o imigrante fez um bom negócio. A compra de Galiano foge do padrão das cartas de datas da época não só pela quantidade de datas, mas também por terem sido adquiridas por somente um suplicante. Embora os valores praticados em Santo Amaro fossem menores que os praticados em São Paulo, tal área deve ter tido um direcionamento produtivo, mesmo que tenha sido comprada somente para esperar uma alta de preços. Há de se levar em conta que o referido imigrante não possuiu unidade de negócios registrada na Vila, portanto é bem provável que não tenha se estabelecido na localidade.

Ele aparece novamente no já relacionado livro caixa em 12 de fevereiro de 1891 como tendo realizado o pagamento “*provineiente de dose datas consedidas a Carmela Renardi e outros, a rua de São José, de nº 95 a 106 de quatro centos metros quadrados cada uma, a 160 reis o metro quadrado*”. Aparentemente ele comprou a concessão das referidas datas de terras reforçando a hipótese de estar comprando terras em Santo Amaro para um lucro posterior. O valor das datas foi reajustado na sessão de 02 de outubro de 1890. Ou seja, as 28 datas adquiridas anteriormente trouxeram uma valorização de 100% e nominalmente um lucro formidável de quase 1 conto de réis.

Em 16 de janeiro de 1891, no mesmo livro, foi realizado o registro do pagamento por parte de Paduvani Theodolinda¹³⁵ “*proveniente de quatro datas, á rua da Estação, nº 93, 94, 95 e 96, de quatrocentos metros quadrados cada uma (a 80 réis)*” totalizando “128\$000”. Ela foi registrada como italiana chegada em 23 de janeiro de 1888 com a

¹³⁵ Seus registros de chegada constam nos arquivos eletrônicos do Arquivo Público do Estado de São Paulo disponível no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangerios_popup.php?n=GIACOMO&s=PADOVANI&l=008&p=057&f=00911. Última visualização em 04/05/2014.

família composta pelo pai Giacomo, com 66 anos; a mãe Luigia, com 62 e os irmãos Carolina, sua irmã gêmea e Francesco, com 35 anos que era casado com Elisabeta Locatelli, que tinha 25 anos. Trouxe também as irmãs, Giovanna, com seis anos; Pasqua, com um ano e Albina, com quatro anos, suas primas provavelmente órfãs. As informações de chegada afirmam que foram imigrantes introduzidos pela Sociedade Promotora de Imigração e foram primeiramente para a Fazenda Ressaca de propriedade presumida do Conde de Parnaíba. Theodolinda tinha 24 anos na chegada e, portanto 27 quando da aquisição das datas. Embora sua chegada tenha sido nos termos do padrão de acontecimentos, seu desfecho em Santo Amaro não o foi. Seu registro foge dos padrões da época por ter sido feito em seu nome, o que se leva a supor que seu pai tenha falecido e a mãe ou falecido ou ficado sob sua tutela. Não se sabe a razão de seu irmão não ter assumido a chefia da família, pois pela tradição italiana, o filho mais velho assume a chefia da família com o falecimento do pai. É bem provável que estivesse também longe de outros familiares, pois era o costume sua tutela passar para um parente do sexo masculino¹³⁶. É

¹³⁶ Mesmo as regulações oficiais seguiam rigidamente estes costumes patriarcais. A Sociedade Promotora de Imigração não aceitava a imigração de mulheres sozinhas nem de famílias sem um homem válido, ou seja, em idade superior aos 14 anos. Poderiam ser aceitas as famílias com composição extensa com a agregação de tios ou sobrinhos. No aditamento de 27 de julho de 1892 do contrato celebrado em 23 de fevereiro do mesmo ano entre a Sociedade Promotora de Imigração e o Governo de São Paulo, no seu artigo 4º, encontram-se as regras para a definição e localização das famílias:

“As familias serão assim constituídas:

§1º Marido e mulher sem filhos ou enteados, não tendo mais de 45 annos de idade.

§2º Marido e mulher com filhos ou enteados, devendo ter o casal a idade maxima de 45 annos, e ao menos um homem valido.

§3º Viuvo ou viuva, com filhos ou enteados, tendo sempre um homem valido.

Com as familias constituídas como acima, podem unir se:

a Os irmãos, irmans, cunhados e solteiros dos chefes de familia, desde que sejam inferiores a 45 annos.

b Os ascendentes dos chefes de familia.

c Podem também ser aceitos os irmãos, irmans ou cunhados superiores a 45 annos, quando tenham sempre vivido com a familia.

d Os sobrinhos, orphans, enteados, irmãos, ou irmans (fallecidos) do chefe de familia aggregados á familia. e o exposto que foi creado na mesma familia com quem convive.

possível que ele tenha tomado um ramo diferente aqui no Brasil, provavelmente decidido ficar na fazenda. O valor pago indica que possuía algum pecúlio, porém não há registro de atividades profissionais que tenha exercido em São Amaro. Ela pode ter realizado atividades típicas destinadas às mulheres tais como costureira, lavadeira, empregada doméstica ou outras que poderiam ter mantido a subsistência da família. Estas atividades não eram registradas nos livros de impostos. Numa sociedade de forte divisão sexual do trabalho, às mulheres italianas pobres cabiam determinadas tarefas tais como empregadas domésticas. Nas zonas rurais, ou até nas periferias das cidades e cidades pequenas como Santo Amaro onde predominavam ainda os terrenos com maior dimensão, a criação de animais e os cuidados com a horta cabiam às mulheres e nas casas bem sortidas, como definiu Alvim (op. cit., p. 97), a fabricação de linguiças e toucinhos bem como o preparo de frutas secas e até de sabão.

A situação de Theodolinda, aparentemente órfã de pai, busca a explicação de Fausto (op. cit., p. 201) para a condição de maior vulnerabilidade às mulheres sem a presença dos pais. Sobre tal maior vulnerabilidade, sua opinião é a de que:

“[...] sou inclinado a acreditar que a ausência da figura típica protetora/repressora abre caminho à “liberalidade” feminina; ao mesmo tempo, elimina da cena um elemento poderoso de pressão sobre o acusado, capaz de força-lo a reparar, de algum modo, a ofensa cometida. A própria iniciativa do presumível ofensor se torna mais aberta à falta desta barreira, observação compatível com a vulnerabilidade familiar de jovens mortas por seus namorados, constatada anteriormente.”

§4º Avô ou avó com seus descendentes, havendo sempre um homem valido.

§5º As mulheres casadas, quando venham unir se aos seus maridos, empregados na lavoura, trazendo ou não filhos.

§6º Os individuos solteiros maiores de 16 annos e menores de 45, quando provarem ter sido chamados por seus parentes já estabelecidos na lavoura.

§7º Exceptuados os chefes de família, não devem os immigrants ter mais de 45 annos, sendo validos os que attingirem aos 16 annos até a idade de 45.

§8º Os immigrants que estiverem considerados nas condições acima mencionadas, não deverão ser acceitos salvo a chamada da Sociedade Promotora de Immigração.

§9º Os primos não são considerados como fazendo parte de uma familia; os sobrinhos tambem serão excluidos, salvo o caso do §3º, letra -d, -bem assim os netos, exceptuados os que estão comprehendidos no §4º.”

Sob esta condição de arregimentar mão de obra utiliza-se o conceito de família extensa apresentado por Laslett (LASLETT, 1974, p. 24), onde o pai é o chefe da família e os outros membros agregam-se a ele, porém eram aceitos somente elementos consanguíneos ou por laços de casamento, os órfãos são considerados da família desde que tenham sempre vivido com ela. Os expostos eram também considerados da família se fossem satisfeitas as condições citadas. Os primos também poderiam ser incluídos na família caso satisfaçam as mesmas condições que sobrinhos e netos. A necessidade era de ter sempre um homem responsável, pois neste caso era ele quem respondia pelo contrato de trabalho ao chegar na fazenda. Neste caso a família também era solidarizada no cumprimento do contrato. Este é o caso específico das pequenas da família.

Já com os pais de Theodlinda que tinham mais de 60 anos à época explica-se que pessoas com idade superior a 45 anos eram permitidas desde que viessem com pelo menos um homem válido, isto é em idade de trabalho, ou seja, de 16 a 45 anos. No parágrafo 5º há a referência de que eram aceitas mulheres desacompanhadas somente no caso de se unir com seus maridos. Todas estas exceções apresentadas aqui perderiam validade se os imigrantes tivessem sido chamados pela Sociedade Promotora por meio de carta de chamada.

Os registros nominais de mulheres foram muito raros na documentação de Santo Amaro além das reconhecidas chefes de famílias proprietárias de imóveis como Catarina Doll¹³⁷. Na Relação nominal dos que pagaram impostos, durante o 1º trimestre do corrente exercício de 1891 á 1892 há o registro do pagamento da taxa de 5\$000 para a permissão de vender doces a Thereza de Tal e Maria de Tal que pelo fato de não possuírem, ou não quererem citar os sobrenomes, tenham sido cativas.¹³⁸ Tal atividade era bastante comum entre as ex-cativas. No Lançamento dos impostos municipaes (Industria e Profissões) no exercício de 1900 há o registro de duas italianas relacionadas como possuindo unidade de

¹³⁷ Catharina Doll, santamarense de origem alemã foi uma das maiores proprietárias de imóveis na época citada em Santo Amaro.

¹³⁸ Muitos ex-cativos adotaram os sobrenomes de seus antigos senhores, outros adotaram apelidos ou nomes de santos para se autodenominar e ainda outros não adotaram sobrenome algum, ou talvez sejam pessoas já com idade avançada que não se importaram ou não viram utilidade em adotar sobrenomes.

negócios sendo que uma delas, Francisca Boquino possuía um hotel e uma padaria com restaurante. Josepha Montanaro possuía uma quitanda de doces.

O exercício de tais atividades era comum entre as “mulheres pobres, brancas, escravas e forras”, conforme estudou Dias¹³⁹ (DIAS, 1984, p. 11) para a cidade de São Paulo e suas conclusões podem ser estendidas a Santo Amaro, onde, no entanto, a fiscalização atingiu a estas duas senhoras. Ela indica que “na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social – fontes, lavadouros, ruas e praças –, onde se alternavam e se sobrepunham o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fimbrias da escravidão e do comércio livre”. O espaço econômico e social das mulheres pobres, sendo elas brancas, escravas e forras (op. cit., p. 14) era “o comércio mais pobre e menos considerado que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo”.

Na mesma data de 16 de janeiro de 1891 há outro registro de uma grande aquisição de cartas de data por um imigrante italiano chamado Caetano Nacarata “proveniente de quarenta e duas datas as ruas Fraternidade, Liberdade, Conde D'EU, e da Colônia, sendo vinte e quatro nas duas primeiras ruas, de quatrocentos metros quadrados cada uma, são de nº 49 a 60 e de 93 a 104, e mais oito na terceira rua, de nº 39 a 46, e também o nº 47 da mesma rua, e mais nove na rua da Colônia, de nº 19 a 27, sendo todas estas datas das duas ultimas ruas de seiscentos metros quadrados cada uma, todas a 80 reis o metro quadrado”. Pelos preços praticados e segundo o zoneamento da época, tais datas se localizavam fora do perímetro urbano. Uma transação de vulto, pois o valor transacionado foi de “1,632\$000” uma pequena fortuna para os padrões da época. A citada Rua Fraternidade ainda é uma travessa da Avenida Adolpho Pinheiro e a Rua Conde D'Eu é uma paralela a ela. As duas ruas se cruzam e é bem possível que as datas ficassem neste cruzamento o que indicaria a formação de uma chácara. A localização em zona fora do perímetro urbano pode reforçar esta hipótese. A aquisição perfaz um total de 20.400 metros quadrados, ou seja, quase um alqueire.

O exercício de 1890/1891 foi um exercício com várias compras de datas em quantidades que fugiam aos padrões. Em 14 de janeiro de 1891 ocorreu a “importancia

¹³⁹ Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

recebida de Vicente Peruti, proveniente de oito datas as ruas de São Luis e General Ozório, sendo cinco da 1ª de nº 63, 64, 65, 66 e 67 e tres da 2ª, de nº 16, 19 e 20, de ceiscentos metros quadrados cada uma, a 160 reis". O valor total da compra foi de "768\$000", um valor também elevado para época. Peruti também não consta em nenhum outro documento. É o caso de mais um imigrante italiano com algum pecúlio que pode ter levado anos para ser poupado sob condições que não são precisamente conhecidas.

O que foi uma grande fonte de recursos financeiros para a municipalidade, transformou-se em fonte de ações judiciais, requerimentos de permutas, solicitações de cessão de datas por problemas na documentação, enfim uma grande dor de cabeça para o poder público nos anos entrantes da década de 1910 por uma falta de controle e registros fidedignos dela própria.

Ocorreram, no entanto, também problemas causados pelos proprietários das datas como o caso de Romilda Travaglia. Os problemas ocorreram porque as datas, repassadas do concessionário original, Americo Vasoni, em sessão de dez de Outubro de mil novecentos e onze, ao cidadão Siseu Rangel, caíram em caducidade pelo fato de Rangel não ter pago os emolumentos devidos. Entretanto, as referidas datas de terras "*sob numeros cincoenta e dois (52) a cincoenta e cinco (55) situadas a Rua da Estação, antiga Anchieta desta cidade*" foram objeto de nova concessão solicitada por Rangel em "*petição junta – ao extincto Prefeito Municipal, cidadão Brasilio Procopio da Luz*" e foi atendido após pagar os emolumentos devidos. Porém, ressalta Travaglia, "*aquelle extincto Prefeito, não levou esse seu acto ao conhecimento da illustre corporação Municipal, da qual fazia parte, visto não constar – segundo informação colhida na Secretaria da Camara, que tal acto figure em qualquer acta posterior a época em que foram assignadas as cartas de datas alludidas – vinte seis de Março de mil novecentos e doze*". A suplicante juntou os documentos comprobatórios e solicitou que "*V. V. S. S. se dignem considerar vallido o acto que com a melhor, bona fied [*sic*], fora praticado pelo extincto chefe do poder executivo, e que visa sobre a transferencia da caduca concessão*". O caso não obteve solução, entretanto.

Os problemas de duplicidade de cartas de datas e duplas vendas persistiram ainda por um longo tempo. Em 06 de maio de 1918, Eugenio Montanaro apresentou um requerimento queixando-se de que:

“tendo adquirido por compra feita a Manoel Vieira Bittencourt Junior; a dose [sic] de Dezembro [sic] de 1892 uma data de terras sita a Rua Paulo Éiró [sic] N°. 21 cuja data inclui á este requerimento – Acontece que essa data terras [sic] foi vendida por Norberto Jeorge Antunes que incontinenti apossou-se do mesmo Ora o Suppte. não deseja levar éssa pendencia aos Tribunaes, mas não conformando-se com o prejuizo [sic] que teve vem confiando no alto espirito de justiça d’essa edilidade solicitar que lhe seja concedido gratuitamente a titulo de reparação o lote n°. 68 – a da Rua S. Luís.”

É um problema que se arrastou por vinte e seis anos, pois Montanaro alegava ter adquirido regularmente a data de terra em 1892 da edilidade, mas, teve-as apossadas por Norberto Antunes que as revendeu não se sabe a data. Ter tido as terras apossadas não era de se estranhar, pois foi fato até corriqueiro, o que chama a atenção é Montanaro ter se queixado tanto tempo depois e aceitar como fechamento do fato um lote especificamente determinado por ele, o de n° 68 da Rua São Luís. Mais estranho ainda é ter recorrido à Municipalidade, pois as terras passaram a ser de sua responsabilidade após a compra, não tendo o poder público, em teoria, nenhuma responsabilidade. Como o problema das datas de terra eram bastante veementes, é possível que o reclamante tenha decidido recorrer à edilidade pelo fato de ela ter resolvido vários outros problemas similares cedendo datas de sua propriedade. A morosidade ocorreu também na resposta que só obtida em 5 de fevereiro de 1927 e, ao mesmo foi favorável à sua solicitação autorizando o Prefeito Municipal a *“assignar as escripturas que forem necessárias”*.

Problema similar ocorreu em 01 de setembro de 1919 com datas pertencentes aos Irmãos Giovanetti adquiridas em setembro de 1911 e vendidas ao Major Virgilio Antonio de Brito, industrial morador na Capital *“pelo preço de um conto de réis (1.000.000) um lote de terras n’este Municipio com 23 m. de frente por 60 ditos de fundos situados a Rua da Lagôa sob n° 23 e 24 e Rua Formosa 42 e 43”*. O problema se estendeu também à edilidade porque ela foi condenada pela justiça a devolvê-las a Jesuíno Machado *“em virtude de acção de reivindicação que contra Ella promoveram perante o Juis de Direito da 1ª Vara da capital”*. Julgando-se prejudicado, o Major Virgilio Antonio de Brito propôs um acordo onde o poder público concederia ou demarcaria *“outra arêa de terreno Municipal ao Supplicante previamente escolhido”* acrescidos, contudo os valores que ele despendeu para

cercar a propriedade com arame. As Comissões reunidas de Justiça e Finanças decidiram aceitar a proposta do Major e ceder-lhe outras datas de terra.

Os imigrantes italianos bem sucedidos como Chiapim Cirillo também tiveram problemas com as cartas de data “*sob nos. 31 e 32 sitos nesta cidade, a rua Antonio Bento, antiga Formosa e Campos Salles, medindo cada um delles 400 metros quadrados*” que foi mais um de duplicidade de venda, pois ele descobriu somente em 1920 que as datas adquiridas haviam sido concedidos em 1890 a Anna Braida e João Micelli que na realidade as compraram de Pedro Gilger e Felisbina Gotsfriets. Chiapim as adquiriu somente em 30 de Novembro de 1911 do próprio poder público como ficou evidenciado na resposta de seu requerimento em 04 de maio de 1920. Ele acionou Câmara Municipal porque os referidos imigrantes italianos e antigos donos entraram em contato com ele informando que iriam a Justiça para demandá-las. Novamente um grande hiato de tempo é transcorrido da compra das datas até a descoberta de algum problema com elas, neste caso de 19 anos. Chiapim sugeriu aos legisladores “*afim de evitar pendencias o supplicante está prompto a abrir mão de seus direitos sobre esses lotes, mas com a condição dessa illustre edilidade conceder-lhe outros dois lotes de terras*”. Tendo como resposta da Câmara Municipal:

“Considerando que o requerente deve ser atendido porquanto consta do livro caixa que Chiapim Cirillo pagou os lotes sob lotes nºs. 31 e 32 da Rua Formosa em 30 de Novembro de 1911, que se acham registrados em seu nome no Registro de Datas em 9 de Setembro de 1911, e que foram alinhados em 22 de Setembro de 1911, conforme o termo do livro de Alinhamentos a Comissão de Justiça apresenta a seguinte resolução: Resolução nº 63 – A Camara Municipal de Santo Amaro, resolve> Artigo Unico. Fica o Snr. Prefeito Municipal autorizado a attender o Snr. Chiapim Cirillo, como for de Justiça podendo assignar as escripturas que forem necessarias.”

Portanto, esta resposta evidencia que, por razões desconhecidas, o poder público de Santo Amaro apesar de manter os registros das compras e das escrituras originadas pelas cartas de datas, revendia-as. É possível que estas datas revendidas tenham sido aquelas que por força de lei municipal não foram fechadas no período de tempo correto, ou que tenham tido alguma espécie de débito, as quais deveriam, portanto, retornar ao poder da municipalidade. Porém, o estudo do comportamento do poder público com os problemas originados pelos seus próprios enganos mostrou que ele as revendia sabendo que os antigos

proprietários poderiam a qualquer momento requerê-las de volta e, pior, a edilidade resolveria o problema com seu próprio patrimônio.

Sobre Chiapim Cirillo há alguma documentação que permite contar um pouco de sua trajetória por Santo Amaro. Pelos documentos da carta de data acima se percebeu que ele não sabia ler e escrever. Sua chegada foi registrada na Hospedaria dos Imigrantes¹⁴⁰ e demonstra que sua família teve uma composição um pouco diferente do apurado pela pesquisa como mostrado no Capítulo 1. Ela foi liderada pelo seu pai Bortolo que à época da chegada, 24/12/1887, contava com 60 anos de idade declarando-se casado, porém, não trouxe consigo a esposa. A família chegou com sete pessoas ao todo sendo que Cirillo trouxe ao todo cinco filhos, Mercedes, 4 anos; Elisabetta, 6 anos; Gervasia, 11 anos; Angelo, de 9 anos e, Pompilio, com dois anos de idade. Ele contava com 33 anos de idade e sua esposa Narcisa Raimondi, também com 33 anos. Foi um dos imigrantes proprietários de unidades de negócios mais longevos. Sua situação patrimonial se alterou durante sua vida tendo adquirido seu primeiro imóvel apenas em 1908 na Praça do Mercado, conseguindo adquirir mais dois entre 1909 e 1910, sendo um na Ponte de Baixo e o outro no Largo Municipal. Entretanto, em 1917 se desfez dos imóveis permanecendo com apenas o imóvel da Varzea de baixo até 1927. Não há registro de seu óbito no livro do cemitério nem que tenha perdido filhos. Se teve mais filhos, não é sabido, todavia há o registro de um Ferruccio Chiappin que perdeu uma filha com dois meses de idade em 25 de agosto de 1921 vitimada por uma bronquite. De seu filho Pompilio sabe-se que foi carpinteiro de 1904 até 1934, ou além, pois a pesquisa termina em 1935. Sua carpintaria pode ter sido também uma fábrica de carroças, contudo a documentação é incerta, havendo registros de conserto de carroças e de fábrica de carroças. Pompilio também perdeu uma filha recém-nascida em 04 de abril de 1921. Angelo Humberto Chiapim foi casado com Catarina Guilger em 02 de maio de 1897 e perdeu uma filha em 27 de maio de 1904.

Mesmo com as intenções de resolver amigavelmente os seguidos problemas oriundos das cartas de data por algumas vezes o poder público foi réu em ações movidas por pessoas que se sentiram prejudicados em seus direitos. Os imigrantes Carlos Libaldi e

¹⁴⁰ Registro de entrada disponível em <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/livrodetalhe.php?livro=007&pagina=264&familia=02846>.

Última visualização em 18/10/2014.

Angelo Avancini adquiriram sete datas de terra na Rua Coronel Barroso e revenderam duas datas a Antonio Vieira Gomes, conforme colocaram em requerimento:

“acontecendo porem ter surgido uma questão interposta pelo Snr. Erotil digo, Snr. Erothides Luz sobre os referidos lotes de terras que teve ganho de cauza pelo Tribunal de Justiça, os supplicantes requerendo desistem dos direitos que por ventura tinham sobre os cinco lotes que ainda se acham em seu poder, a quem de direito, contanto que a Camara lhes faça entrega em pagamento do prejuizo sofrido com aquella desistencia, de outros cinco lotes de terra do patrimonio, muito embora seja em outra rua.”

Diante da ação pública, a municipalidade resolveu em 05 de abril de 1922:

“que “Fica o Snr. Prefeito Municipal autorizado a entrar em accordo, em virtude de sentenças judiciais, com os Snrs. Erothides Luz, Angelo Avancini e Carlos Libardi, tanto em pagamento de custos decorrentes da questão como indemnisação em terras que porventura tenham direito aquelles Senhores, podendo assignar as escripturas que forem necessárias”.

A década de 1920 foi marcada pelo aumento dos loteamentos e da urbanização da antiga Vila tendo sido alguns iniciados, ou intensificados, pela instalação de grandes empresas como a “*Sociedade Anonyma fabrica Votorantim*” que instalada nos bairros do Cordeiro e Volta Redonda solicitou a aprovação de um pedido de planta de terrenos e do plano e arruamento dos mesmos. Era intenção da empresa abrir um loteamento nos bairros denominando-o “Brooklyn Paulista”. É provável que a escolha de tal denominação tenha ocorrido porque popularmente ele já era utilizado. Porém, a municipalidade se “*irritou*” com a iniciativa da empresa, pois os bairros, conforme esclareceu, eram:

“[...]localizados neste municipio nos bairros Cordeiros e Volta Redonda, sobre arruamento dos mesmos, e considerando que o nome Brooklyn Paulista, dado a esses terrenos pela referida Companhia, não em razão de ser, porquanto a denominação ou mudança de nomes de bairros é de attribuição primitiva das Camaras Municipaes, e considerando que esses terrenos abrangem dois bairros deste municipio – Cordeiros e Volta Redonda – que devem continuar com a mesma denominação, por múltiplas razões, e Considerando finalmente que a aprovação da referida planta e plano de arruamento não deve implicar, no reconhecimento tacito do nome de Brooklyn Paulista [...]”.

Mesmo aprovando o requerimento da empresa, a Câmara Municipal fez a ressalva que considerou importante que foi “[...]Fica aprovada [...]com exceção da denominação *Brooklin Paulista*”. Inútil foi a municipalidade lutar contra a denominação que caiu em gosto popular, pois em 1929, mesmo em documentos oficiais enviados ao poder público, a denominação já era utilizada como no requerimento de 18 de setembro de 1929 dos senhores Dr. Leonardo Nardini, Pompilio Gennari, Oreste Nardini e Antonio Machado Ruiz da Silva. E assim, a denominação que ficou para a atualidade foi a utilizada pela empresa tendo ficado as denominações Cordeiros e Volta Redonda ao esquecimento.

Anos antes, em 1 de maio de 1911, chegou à Câmara uma representação dos moradores “do bairro que da Varzea de Baixo vai ter á fabrica de pólvora, pedindo seja denominado “Ibirapuera” este bairro”. Nesta ocasião, o poder público aceitou a demanda popular no despacho muito curto e simples: “Como pedem”. É possível que os representantes do poder público não concordassem com a mudança da denominação do bairro, entretanto diante do assédio popular, decidiram por aceitá-la. Inclui-se também na discussão que o bairro já era denominado Ibirapuera pelos seus moradores há muitos anos e, mesmo na documentação oficial pode-se encontrá-la. Contudo, por algum tempo, a documentação oficial ainda continuou a utilizar o termo Várzea de baixo¹⁴¹.

Algumas intervenções de embelezamento e serventia públicas partiram de cidadãos descendentes de italianos domiciliados em São Paulo como a proposta de Americo Vasone de 7 de maio de 1928 de colocar bancos nas praças e logradouros da Vila. Segundo sua proposta, os bancos desde o início pertenceriam à municipalidade e ficando o proponente com direito de explorar a colocação de reclames publicitários, pedindo para isso a isenção dos impostos municipais. A resposta da edilidade foi rápida e logo em 11 de maio concedeu-lhe o direito de colocar os bancos com isenção dos impostos municipais por quinze anos.

Tendo em vista a melhoria dos acessos, o escoamento da produção e, da expansão urbana em conjunto com o governo do Estado, iniciaram-se as obras da construção de uma estrada de rodagem de dezoito quilômetros entre Santo Amaro e Itapecerica, obra bastante

¹⁴¹ Não confundir com o bairro homônimo paulistano do Ibirapuera. Este bairro atualmente refere-se ao Jardim Ibirapuera, localidade próxima ao Centro Empresarial existente próximo à Ponte João Dias e ao terminal de ônibus de mesmo nome.

dispendiosa para os cofres municipais que seguidamente foi realizando gastos para fazer frente às obras; em 6 de Agosto de 1923 a Câmara autorizou os gastos de 18 contos de reis; e, em 4 de Junho de 1924 autorizou o levantamento de um empréstimo de 20.000\$000.

Concomitantemente com o aumento das estradas de rodagem e da pavimentação das vias públicas foi aumentando o número de veículos automotores, embora não se tenha percebido diretamente pelo livro de Arrolamento de Vehiculos, as atas da Câmara foram marcadas pelos pedidos de abertura de bombas de gasolina, dando assim, parecer favorável à instalação da bomba de gasolina e criação do projeto de lei nº 55 para o imposto de cem mil reis anual para o estabelecimento da bomba. O parágrafo primeiro, aprovado em 6 de outubro de 1924, previa que o Prefeito designasse o local da instalação. E em 01 de setembro de 1924, ela permitiu a instalação de outra bomba por Araujo Moreira & Companhia. No entanto, a denominação dada à primeira unidade de negócios que comercializava gasolina foi a depósito de gasolina e com este nome foi registrada no livro de Industrias e Profissões. A primeira bomba pertencente a um imigrante italiano foi fruto de uma sociedade, a Branco & Giolo em 1925. Pelo livro de Industrias e Profissões, tem-se a informação que partir daí o número de bombas só aumentou conforme pode ser observado pela tabela a seguir.

Tabela 2.1 – Bombas de gasolina de 1924 a 1934

Ano	Quantidade
1924	1
1925	1
1926	6
1927	6
1928	12
1929	18
1930	24
1931	21
1934	11

Fonte: Livro de Industrias e Profissões de 1924 a 1934; Arquivo Municipal de São Paulo.

A evolução da quantidade de bombas de gasolina pode ser mais observada pelo gráfico a seguir.

Fonte: Livro de Industrias e Profissões de 1924 a 1934; Arquivo Municipal de São Paulo.

O decréscimo a partir de 1930 se deve provavelmente à crise de 1929 e à Revolução Constitucionalista de 1932.

No entanto, é somente em 1927 que foi aberta a primeira oficina de consertos de veículos automotores e em conjunto com uma bomba de gasolina. Número este que aumentou para 4 em 1930, subiu para 7 em 1931 e fechou o período com 12 em 1934.

Os problemas com as datas começaram a cessar com o final da década de 1920, porém os problemas com a posse das terras não terminaram. Em sessão de 04 de março de 1929 as Comissões reunidas de Justiça e Finanças e Obras deram um parecer que o *“Patrimonio municipal ameaçado em sua integridade, por “grileiros” individuos sem escrupulo, que já tem feito cercas clandestinamente com o fim de tomar posse de terras, venho solicitar de V. V. Exas., a necessaria punição para agir energicamente”*. Provavelmente aproveitando da confusão que reinou por vários anos, os grileiros de terra tinham um fértil campo para agir. É possível até que parte dos problemas aqui relatados

com as datas de terra tenha sido fruto de grilagem, ou de outros meios ilícitos de posse da terra. Em resposta, a Câmara Municipal autorizou o Prefeito a praticar os atos necessários para defender o patrimônio municipal despendendo as somas necessárias para tal, permitindo ainda a contratação permanentemente um advogado para cuidar dos interesses do município às custas de duzentos mil reis mensais mais dez por cento das importâncias cobradas por seu intermédio.

2.3 – Cotidiano

Na documentação pesquisada por vezes foi possível encontrar pequenos relatos de como a vida cotidiana ocorria na Vila. Embora os relatos, e o objetivo do trabalho, não permitam uma reconstrução da vida diária e dos costumes dos italianos, uma pequena mostra de fatos corriqueiros foi obtida.

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de Santo Amaro de 24 de janeiro de 1887 foi colocada em questão a continuação para exercer o cargo de secretário do Comendador Manoel Leite do Amaral Coutinho, pois ele foi nomeado arquivista da Câmara Municipal de São Paulo. Colocada em votação foi decidido que ele poderia continuar como secretário da Câmara de Santo Amaro, pois as sessões são realizadas apenas uma ou duas vezes por mês e, além disso, o funcionário é interino. Tal fato demonstrou ser possível residir em Santo Amaro e ter unidades de negócios em São Paulo e vice-versa. Zenha (1977) informa ter sido comum pessoas residentes em São Paulo terem casas em Santo Amaro, geralmente, segundo ele, para passar os festejos muito famosos que se realizavam na Vila.

O município tinha em suas posturas regras sobre a existência de animais nas ruas das áreas urbanas, sendo o animal recolhido pelos fiscais municipais e o seu responsável tendo que arcar com multa. Em 22 de agosto de 1892, a Câmara recebeu um requerimento de Victorio Travaglia, o qual segundo o fiscal “*em termos impróprios*”, e solicitando a entrega de um cavalo de sua propriedade que se encontra em poder do fiscal, dessa forma Travaglia foi multado, e pediu “*que esta entrega lhe seja feita independente do pagamento da multa ou mais despesas, e em caso de lhe ser isso negado, que seja ordenado ao fiscal que responda aos quesitos que o suplicante formulou em outro requerimento que junta*”. A

resposta da municipalidade foi “*Requeira em termos*”. Na realidade, o que Travaglia¹⁴² queria era que, tendo a municipalidade recolhido o seu animal, ela pagasse um valor justo por ele, o que ocorreu somente em 26 de outubro do mesmo ano quando recebeu a quantia de 22\$000 como ressarcimento.

Em um requerimento enviado à Câmara Municipal de Santo Amaro 20 de dezembro de 1893, o imigrante italiano Natali Floriano demonstra que a adaptação aos usos e costumes legais da terra hospedeira aliado às dificuldades com idioma poderiam criar alguns problemas de relacionamento com o poder público. Sendo proprietário de um pequeno botequim no Largo da Matriz, centro da Vila, o imigrante recebeu uma intimação do Procurador para que pagasse os impostos e a multa relativos à sua unidade de negócios, no valor total de 25\$000. Prática corriqueira, pois a Câmara Municipal intimava todos os proprietários registrados em sua relação de unidades de negócios que não pagaram os devidos impostos, ou que não solicitaram, ou comunicaram, em tempo hábil a sua incapacidade de honrar com os compromissos. De acordo com o depreendido pela pesquisa, os impostos devidos de Industrias e Profissões, que era o caso, deveriam ser pagos na sede da municipalidade semestralmente. Porém, o referido imigrante alegou que desconhecia que já havia passado o tempo de pagar seus impostos e que, por desconhecer o idioma, não ficou muito claro se efetivamente não sabia ler e escrever ou se ele não conseguia fazê-lo em português, não sabia das leis municipais. Entretanto, o mesmo imigrante declarou que possuía também um estabelecimento em São Paulo e que a municipalidade paulista mandava avisos para comunicar as datas de vencimentos dos seus impostos, mostrando, dessa forma, que compreendia o idioma o suficiente, pois entendia os comunicados enviados pela Câmara de São Paulo. Por ter tido este entendimento, a Câmara Municipal indeferiu o requerimento ficando o imigrante obrigado a realizar o pagamento do referido imposto mais a multa. É interessante destacar que para provar sua dificuldade com o idioma, Natali solicitou ao contrerrâneo Felice Biceneni, também proprietário de unidade de negócios, que redigisse o documento. O que na prática mostrou à edilidade que por ter conhecimentos pessoais na Vila, ele deveria saber as datas de pagamento de seus impostos.

Mesmo contando com um número proporcionalmente reduzido de habitantes, os italianos de Santo Amaro conseguiram incorporar ao cotidiano algumas de suas

¹⁴² Em recibo de 26 de outubro o imigrante assina Vittorio Pravaglia.

festividades por meio da “*Sociedade Principe de Napoles*” que contava com importantes proprietários de unidades de negócios que exerciam considerável influência sobre a vida do município. Em 4 de setembro de 1903, a Sociedade enviou à Câmara ofício comunicando sobre as festividades que ela patrocinaria em comemoração a uma data nacional italiana, que era o 33º aniversário da entrada das tropas italianas em Roma culminando com a reunificação da nação e, também, o 3º aniversário de sua fundação. Contido no documento estava a programação das festividades que durariam o dia inteiro como segue:

“No dia 20 do corrente, às 5 horas da manhã, a Distincta banda musical “16 de Julho”, desta Villa, percorrerá as ruas da mesma em alvorada, queimando-se nessa ocasião uma bateria de 21 tiros.

À uma hora da tarde, na sede da Sociedade, reunir-se-ão os socios e convidados, organizando-se um prestito, que percorrerá as ruas principaes da localidade, cumprimentando a Camara Municipal e mais autoridades.

O prestito, ao recolher-se ao edificio da Sociedade, será photographado.

Em seguida, no teatro “Adolpho Pinheiro”, servir-se-á um modesto jantar.

Às 8 horas da noite começará o sarau dançante que deverá correr animadissimo e finalizará os festejos.”

Esta programação permite verificar alguns costumes da vida diária da Vila. O primeiro deles é que o dia começava muito cedo, pois logo às cinco horas da manhã a banda musical percorreria as ruas tocando e ao mesmo tempo ocorreria uma salva de 21 tiros para acordar quem ainda estava dormindo. A Sociedade esperava atrair muitas pessoas para o préstamo entre sócios e convidados, provavelmente boa parte da comunidade italiana e simpatizantes. A fotografia era um evento à parte, pois após o préstamo todos se reuniriam para a foto. Percebe-se também que a sociedade santamarense recebeu bem os imigrantes, pois não se poderia uma festa com tal porte onde a convivência não fosse pacífica ou ao menos respeitosa. É bem provável que as principais unidades de negócios italianas não tenham funcionado naquele dia.

O Almanaque de Santo Amaro informa que a Sociedade foi fundada em 20 de outubro 1895 ainda com a denominação “Principe de Napoli”, que mais tarde se denominaria “Società Italiana de Mutuo Soccorso XX di Settembre”. A primeira diretoria foi constituída por importantes proprietários de unidades de negócios da Vila sendo a sua primeira composição como presidente, Affonso Vittale; como vice, Settimo Giannini;

tesoureiro, Eugenio Montanaro; secretário, Abramo Montanaro; vice, Luiz Bussoli; procurador, Andréa Paolinetti e os conselheiros, Pietro Bleinatti, Julio Montanaro e Jacob Lucca. Com exceção de Pietro Bleinatti, todos eles permaneceram com suas unidades funcionando por mais de dez anos. O seu edifício próprio foi inaugurado em 22 de dezembro de 1911, segundo o Almanaque “com muitas festas”. Logo depois em 20 de janeiro de 1914, ela solicita a isenção de imposto predial pelo prazo de cinco anos, tendo sido atendida, entretanto, em três anos. Seus objetivos, assim como as muitas outras sociedades beneficentes italianas fundadas em São Paulo, eram de auxílio monetário, funerário e assistência médica aos sócios além da união entre os italianos e seus descendentes.

Em 04 de novembro de 1917, a Sociedade aprovou em seus estatutos a presença também de filhos de italianos como sócios tendo, contudo que apresentar como comprovantes a sua filiação, o endereço de residência, idoneidade moral e que não possuíam problemas com a justiça. Ficou decidido também que no primeiro ano como sócios, eles não teriam direito a voto não podendo também fazer parte da diretoria. Tal medida mostra que além do envelhecimento da comunidade, havia a preocupação de manter algumas tradições com os filhos de italianos já estabelecidos no país. A Sociedade atuava também como peça de propaganda favorável à Itália e seus habitantes no Brasil, patrocinando palestras onde os brasileiros também eram convidados e os assuntos predominantes eram a cultura latina. Foi bastante atuante até pelo menos o final do período deste trabalho e sua composição da Sociedade foi definindo com o estancamento da corrente migratória até o seu fechamento.

O requerimento de Maggi Giovanni de 30 de abril de 1894 mostra um pouco do relacionamento da dos santamarenses e da comunidade italiana com os rios e as águas da região, relacionamento este que se intensificou com a construção da represa do Guarapiranga. Por ele percebe-se que os rios, principalmente o Jurubatuba, eram vias regulares para o transporte de mercadorias. Maggi declarou que transportava “*diverços materiaes como sejam, telhas – tijolos – madeiras – lenhas e tudo o mais que lhe convier, em sua Barca pelo rio Guarapiranga*”¹⁴³, e que a navegação naquele momento estava comprometida pelas ramagens das árvores e pela madeira proveniente da morte de árvores

¹⁴³ Principal rio que formou a conhecida represa e que atualmente não é visível.

das margens ou de galhos caídos chegando ao ponto de não permitir a passagem da barca, embora ela não devesse ser de grande porte. O imigrante visando a continuidade de sua atividade e sapiente dos trâmites para conseguir a devida permissão colocou-se à disposição da Câmara Municipal para “*cortar toda madeira ou ramagem que impedir a passagem franca da barca*”. Não se sabe os motivos, porém a Câmara indeferiu seu pedido, mesmo não tendo que arcar com nenhum custo para a obra. Sabe-se, contudo, que Maggi continuou a realizar sua atividade até 1898, mudando somente de ramo em 1908 quando começou a comercializar peixes.

Entre os relatos de Affonso Schmidt¹⁴⁴ (SCHMIDT, 1959, p. 66-8) está uma festa chamada *tinguijada* que ocorria no mês de agosto e reunia a população da Vila em uma lagoa próxima à Ponte de Baixo para a pesca. Segundo ele, *tinguijada* vem do costume antigo de pesca com timbó ou tinguí, um tipo de cipó que continha um tipo de sumo venenoso para os peixes tonteando-os a ponto de pegos facilmente com as mãos. A fauna ictiológica era farta, embora nos rios da região não existissem peixes de grande porte, mas a quantidade deles era grande. Segundo seu relato, “*Eram piabas, lambarís, acarás, tabaranas, até mesmo muçuns, traíras e bagres*”. Os peixes eram consumidos ali mesmo, ou levados para as casas, fritos em gordura quente ao “*ponto de poderem ser trincados sem levar em conta as espinhas*”. Esse tipo de pesca utilizando veneno foi somente proibido em 1915.

A atividade de transporte por barcas foi bastante comum em Santo Amaro e, principalmente, sua realização por imigrantes italianos sendo alguns proprietários de mais de uma barca em alguns momentos como Avancini Angelo, que chegou a possuir duas barcas ao mesmo tempo em 1915. No mesmo ano, Victorio Del Franco também possuía uma barca. Entre 1920 e 1925, eram vários os italianos que possuíam barcas como o já citado Avancini, Manoele Ceirolo, Muraro Giuseppe, Bressan e Cia., Giuseppe Ferro, Giuquino Lucca e Talala Acacio e Comp. que chegou a possuir três barcas. É provável que tenham trazido os conhecimentos de navegação fluvial da Itália, onde a prática era bastante comum. Alguns destes italianos também possuíram unidades de negócios relacionadas com o comércio, portanto pode-se afirmar que as barcas eram utilizadas primeiramente para o

¹⁴⁴ Para mais detalhes sobre a vida em Santo Amaro em meados dos oitocentos ver SCHMIDT, Afonso. *O romance de Paulo Eiró*, São Paulo: Ed. Clube do Livro Ltda., 1959.

transporte de cargas, e, é também provável que tenham realizado serviços de transporte de pessoas, pois além do transporte fluvial, a construção da represa aumentou as necessidades desta forma de locomoção. Há registros também, que antes da construção das pontes entre os bairros margeados pelo rio Pinheiros, a travessia era feita pelas barcas como no despacho da Câmara Municipal de 3 de janeiro de 1921 atendendo à solicitação de uma comissão de moradores do bairro do Murumby¹⁴⁵, na parte pertencente a Santo Amaro, que pretendia construir um sistema de travessia por meio de balsa. A solicitação trouxe a assinatura de alguns italianos como Vicente Tramontano e C. Pozzi & Filho. Tal balsa ligaria o bairro ao bairro dos Cordeiros e segundo os moradores em razão do “*grande desenvolvimento que se verifica naquelle bairro*” e não teria nenhum ônus para o Município. As Comissões reunidas de Justiça, Finanças e Obras da Câmara Municipal aprovaram a obra em 07 de fevereiro do mesmo ano segundo a resolução nº 82:

“Artigo 1º. – Fica permitido sem onus para a municipalidade, e sem prejuiza para a navegação, o estabelecimento de uma balsa no rio Grande ou Jurubatuba, com o fim de ligar os bairros Murumby e Cordeiros, no ponto a que se refere a planta apresentada pelo Snr. Eduardo Prilochen, Administrador da Fazenda Murumby. § 1º. O serviço da balsa terá o carater de servidão publica, ficando isenta de todos os impostos.”

Dos imigrantes citados acima, há informações sobre Maggi, Avancini e Muraro. Sobre Maggi há pouco além do seu registro de entrada. Tendo chegado com o pai, Luigi Maggi, aos 24 anos em 08 de junho de 1888 e seu primeiro registro em Santo Amaro foi o referido requerimento.

Sobre Avancini consta no seu registro de casamento em 25 de março de 1900 que provinha da Áustria, contudo o seu registro de falecimento em 17 de novembro de 1936, aos 67 anos, indica que tenha nascido na Itália. Como muitos outros imigrantes na mesma situação, Avancini deve ter nascido em uma província austríaca que depois da Primeira Guerra Mundial passou a pertencer à Itália, todavia como no caso já citado de Felice Daltrozzo, Avancini era italiano étnico, pois nos documentos há evidências de que falava italiano e estava mais ligado à cultura italiana que austríaca mesmo tendo casado com a prussiana Maria Gazzer. Algumas tragédias ocorreram na sua vida tendo perdido dois filhos

¹⁴⁵ Mantida a grafia original.

em tenra idade; Egydio, aos nove meses vítima de diarreia em 06 de fevereiro de 1908; e, Luiz aos cinco meses vitimado por uma enterite crônica pulmonar em 26 de março de 1910. Pelos registros do livro do cemitério depreende-se que uma irmã, Leopolda Libardi, viveu em Santo Amaro, pois foi sepultada em 28 de junho de 1937. A sua nacionalidade também é imputada como italiana. Leopolda foi casada com Carlo Libardi, também proprietário de unidade de negócios na Vila. Pelo registro de entrada de Libardi¹⁴⁶, percebe-se que ele entrou juntamente com o casal aos 19 anos e sua nacionalidade foi registrada como sendo italiana. A data de entrada da família foi 11 de novembro de 1888, sendo seu primeiro registro o da propriedade de uma carroça em 1898 e deve ter prestado serviços de transporte de mercadorias, provavelmente relacionados com madeiras, pois logo depois abriu um depósito de madeiras. Foi também longo como proprietário de unidade de negócios, pois possuiu, além da barca, um depósito de madeira desde 1902 permanecendo com ele até 1930. Não foi um grande proprietário de imóveis tendo possuído apenas dois, um na Rua João Alfredo, onde provavelmente residia e, outro na Rua Iguatinga, registrado em nome de sua empresa.

De Muraro Giuseppe¹⁴⁷ também há consideráveis informações desde o seu registro de entrada em 10 de maio de 1905, com 46 anos, trazendo os sete filhos Ricardo com 17 anos, Casimiro com 16 anos, Stella com 13 anos, Agostino com 11 anos, Antonio com 8 anos, Maria com 6 anos e Natalina com 4 anos, tendo chegado viúvo como imigrante espontâneo e seu primeiro emprego no Brasil foi na Fazenda Angélica em Morro Grande, portanto um percurso comum aos imigrantes italianos. Muraro uniu-se em segundas núpcias no Brasil com a brasileira Benedita de Moraes e perdeu ainda três filhos em solo santamarense: os gêmeos Achiles e José aos 8 meses, porém em dias diferentes e de causas também diferentes em novembro de 1908 e, em 23 de setembro de 1909, perdeu Benedicto, aos 15 meses de inviabilidade. Possuiu além da barca, um depósito de madeira. Ao

¹⁴⁶ Registro de entrada disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimigrante/popup.php?n=CARLO&s=LIBARDI&l=015&p=016&f=00104>. Última visualização em 31/10/2014.

¹⁴⁷ Registro de entrada disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimigrante/popup.php?n=GIUSEPPE&s=MURARO&l=074&p=086&f=17170>. Última visualização em 31/10/2014.

contrário de Avancini, chegou a possuir quatro imóveis sendo dois na Rua Paulo Eiró e dois na Ra Barão do Rio Branco.

O Almanaque de Santo Amaro traz consideráveis informações sobre Francesco Tramontano, o que revela ter tido ele alguma influência no município. Foram encontradas controvérsias sobre a sua chegada ao Brasil. Segundo o Almanaque, ele teria chegado em 1883, oriundo de Pola, na província de Salerna, mas o seu registro de entrada na Hospedaria dos imigrantes a data de chegada é 26 de maio de 1896, aos oito anos de idade. Como não existem outros registros sobre o imigrante como registro de casamento ou de falecimento, preferem-se os registros da Hospedaria. Foi proprietário da Fazenda Boa Vista do Morumbi e Villa Tramontano, que tinha 193.000 metros quadrados e onde produzia e beneficiava chá Lipton. Neste mesmo local funcionava também uma olaria. Segundo o Almanaque, Tramontano teve oito filhos, o já referido Vicente, Luiza, Silvio, Antonio, Alberto, Isaura, Francisco e Nair e foi casado com Anna Tramontano e na data de sua publicação, 1935, o Almanaque informa que Tramontano já estava em Santo Amaro há 22 anos, tendo lá chegado, portanto, em 1913, provavelmente para trabalhar em uma olaria.

Enquanto foi possível, os rios foram importantes vias de transporte, não somente em Santo Amaro, mas também em São Paulo. Segundo memorialistas como Jacob Penteado¹⁴⁸, os rios paulistanos não eram somente importantes vias, mas também fonte de alimento, socialização e lazer. Segundo ele (Penteado, 2003, p. 148), inúmeros italianos ganhavam a vida no rio transportando mercadorias, geralmente tijolos, pois parte das olarias estava localizada nas margens do rio. Entretanto, o crescimento urbano e a falta de planejamento para o tratamento dos dejetos foram matando os rios e tornando-os impróprios para toda e qualquer atividade. Ele (op. cit., p. 145-6) fez um relato detalhado da fauna que habitava os rios que continha *“lambaris (os mais comuns, de que existem 150 espécies), guarus, traguíras, piabas, tabaranas, traíras, traíróes, bagres, mandis e cascudos, sem falar nos saborosos camarões, caranguejos e mexilhões”*. Relatou também que a *“pesca também farta e pescava-se até com um alfinete retorcido, à guisa de anzol, tendo por vara qualquer ramo arrancado à beira do rio, com miolo de pão ou minhoca por isca”*.

¹⁴⁸ Para mais informações sobre as atividades no Rio Tietê ver PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)**, São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

A caça e a pesca eram permitidas no município desde que os impostos relativos à atividade fossem pagos pelos que tencionavam explorar comercialmente as atividades, o que não ocorria em muitas ocasiões. Entretanto, esta lei era muito difícil de se fazer cumprir dada à sua extensão territorial e parca população até meados da década de 1940. Mesmo assim, o imigrante italiano Giovanni Santini foi multado em 20\$000 pela infração da lei que regula a caça. Em 03 de novembro de 1896, ele solicitou que a Câmara relevasse a multa, não tendo sido, contudo atendido manter a multa depois de ouvido o fiscal. A atividade foi objeto das discussões do novo Código de Posturas de 1914 quando se decidiu que:

“Artigo 128 É permitido a pesca em todos os rios e lagos municipaes [sic], pagando o imposto de accôrdo com a tabélla digo, É permitido á pesca [sic] em todos os rios e lagos, pagando o imposto de accôrdo com a tabélla. Pena de 20\$000 de multa ao infractor. § 1º.. É absolutamente prohibido o emprego de materias explosivas ou de vegetaes venenozos, para matanças de peixes. Pena de 30\$000 de multa ao infractor e dois dias de prisão além da penalidade em que possa incorrer, e pelos danos que resultarem a terceiros. § 2º.. É permitido a qualquer cidadão, na ausencia do respectivo Fiscal lavrar o auto de infração com as formalidades da lei, no caso previsto no paragrapho antecedente. Artigo 129. O exercicio da caça, só será permitido a um Kilometro distante desta Cidade. Multa de 20\$000 ao infractor. Artigo 130. É prohibido a caça de perdizes e outros passaros durante o periodo de 10 de Setembro á 10 de Março. Pena de 20\$000 de multa ao infractor. § unico. O caçador encontrado sem a competente licença pagará a multa de 20\$000.”

Tal fato implica que as atividades exploratórias eram comuns no território municipal e que a Câmara procurava regulamentá-las ora protegendo as propriedades particulares ora tentando conter as práticas danosas ao meio ambiente. A multa, porém, não tinha um valor inibitivo e na prática, a fiscalização de todo o território continuava difícil mesmo com a existência dos fiscais de quarteirões que se encontravam basicamente na zona urbana.

Neste mesmo Código de Posturas, foi mudado o zoneamento do município que se definiu da seguinte forma:

“Capitulo 1º.. – Das edificações em geral – Artigo 1º. O Municipio de Santo Amaro, com os limites actuaes divide-se para os efeitos da administração Municipal em trez zonas, urbana, suburbana e rural. § 1º.. A zona urbana é constituida pela parte populoza da Cidade, comprehendida entre a ponte Quinze de Novembro, Abatedouro, cruzamento da Rua General Ozorio com a Rua Fraternidade e O mercado. § 2º.. A zona Suburbana é Constituida pela parte do territorio que tem por limites: A repreza Ligth [sic], corrego da

Jabucaguera, Ribeirões, do Aterrado, Cordeiro e Bairro Fabrica de Polvora. § 3º.. Constitui a zona rural a parte do territorio do Municipio, não comprehendida nos paragraphos antecedentes”.

Foram percebidas na documentação algumas divergências entre a Câmara e os imigrantes. Uma delas foi com Uranio Benatti que prestava serviços de iluminação desde 1903. A primeira solicitação de pagamento ocorreu na sessão da Câmara de 03 de abril de 1911, cobrando “*o pagamento de Rs 700\$000 referentes aos serviços prestados durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1910, na qualidade de zelador da iluminação publica*”. Conseguiu somente o despacho do prefeito de que deveria aguardar oportunidades. Benatti não conseguiu o seu intento pelas vias regulares da Câmara, tendo que entrar em contenda judicial para conseguir o recebimento do dinheiro devido, pois a Câmara não reconhecia os serviços como tendo sido prestados.

As atas da Câmara permitiram também verificar que alguns limites territoriais do município ainda estavam em litígio, pois em 01 de abril de 1912, o prefeito de São Paulo convidou o então prefeito de Santo Amaro, Brazilio Procopio da Luz, para “*apresentar um profissional idôneo para, conjuntamente com o engenheiro indicado pela mesma prefeitura, verificarem as divisas entre este e o districto de Butantan*”.

Em 04 de junho de 1917, a Câmara Municipal preparou o projeto de Lei nº 31 que dispunha sobre a educação no município e seu objetivo principal era o “*promover a dissiminação [sic] do ensino primario, para deste modo se reduzir ao minimo possivel o analphabetismo – causa principal de todos os males que afflige [sic] o Paiz*”. Tendo como intenção secundária por ser um fator “*preponderante na assimilação dos filhos de estrangeiros*” tencionava também infiltrar neles “*o espírito de nacionalidade e a idéa de patria, pela unificação da língua*”. Para isso, seguindo as disposições do governo do Estado no mesmo sentido, a Câmara tornou obrigatório, tardiamente, o ensino primário de acordo com a lei estadual de número 88 de 1892 regulamentada pelo decreto 218 de 1893, excluindo, entretanto, as crianças que “*a) – que residirem distantes da escola publica ou particular mais de trez kilometros para os meninos e dois para as meninas; b) – os que revelarem incapacidade physica ou intellectual, comprovada, com attestado medico; c) – os que houverem completado o curso primário*”.

A lei obrigava também todos os pais, tutores, curadores ou patrões a apresentar as crianças em idade escolar no grupo escolar para realizar sua matrícula. Ela apresentava a

novidade de responsabilizar também os patrões que não permitissem que seus empregados menores de idade frequentassem a escola proibindo igualmente o trabalho de menores de dez anos em fábricas, casas comerciais e oficinas durante o período das aulas. Além disso, os maiores de dez anos e menores de dezesseis anos que fossem comprovadamente analfabetos e que trabalhassem fábricas, casas comerciais e oficinas deveriam frequentar escolas noturnas incorrendo os patrões que não obedecessem a lei em multa de 10\$000 sendo que os valores arrecadados com o produto das multas deveria ser aplicado “*na compra de livros, papeis, utensilios para a escola e vestiarios [sic] modestos, para serem fornecidos aos alumnos pobres e incapazes de poder adquiril-os*”.

Multados também seriam os que permitissem sem causas justificadas as ausências por dez dias consecutivos ou quinze dias por mês. O município se incumbiria de criar escolas nos lugares onde inexistissem e que fossem necessárias nomeando professores até a chegada dos professores nomeados pelo Estado.

Como se vê era uma lei bastante ambiciosa que visava a expansão do ensino universal das primeiras letras aos nativos e também aos estrangeiros buscando integrá-los na pátria hospedeira. Contudo, com a aceleração do crescimento demográfico e também a anexação do município tornando-se região periférica de São Paulo, a lei não funcionou exatamente como ambicionaram os legisladores.

Algumas vezes por detrás da linguagem polida e educada mostrava-se indignação da população como na Indicação n°. 8 de 05 de fevereiro de 1923: “*Indicamos ao Snr. Prefeito Municipal se digne mandar, proceder a limpeza das valletas existentes no bairro do “Socorro”, no trecho compreendido entre a casa de propriedade do Snr. Antonio Paschoal Monico até encontrar a estrada da Repreza da Light*”. Embora a construção verbal “*dignar-se*” tenha sido de uso comum nos textos pesquisados, a sua colocação dentro frase, curta e direta por sinal, indica que o suplicante tenha feito a reclamação por não estar conformado com o estado das ditas sarjetas.

Repetindo o movimento realizado em 1920, os barbeiros estabelecidos em Santo Amaro solicitaram à Câmara Municipal a permissão de não abrir seus estabelecimentos aos domingos, permissão que já havia sido concedida, mas que foi revogada. Engrossaram o pedido os comerciantes do município, os quais, aliás, iniciaram o movimento desta vez.

Na década de 1920 iniciam-se as conversações para a entrada de empresas de ônibus em Santo Amaro. Começaram a aparecer propostas de empresários interessados em explorar o transporte de passageiros para São Paulo que ganhava cada vez mais usuários com a urbanização das áreas limítrofes entre os dois municípios e a expansão das atividades econômicas para a periferia da Capital. O advento das ligações pavimentadas entre os dois municípios, além de outras razões, também favoreceu a ocupação de áreas outrora distantes. De início, as grandes obras viárias margeavam a linha férrea já existente que passava a ganhar a concorrência de um serviço que a suplantaria com o passar do tempo. Para ser mais eficiente e rápido que os bondes e trens, os ônibus necessitavam de vias com condições de tráfego que permitissem a sua instalação. A sua grande vantagem para uma época quando os investimentos públicos nas grandes obras viárias eram raros é que não precisavam de vias exclusivas construídas especialmente para eles, podendo ser compartilhadas com outros veículos que começavam a ganhar espaço na vida urbana moderna; os carros e os caminhões. Como observado na proposta de construção da superestrada que ligava São Paulo a Santo Amaro, as obras viárias realizadas eram intermodais, pois permitiam a sua utilização por outros tipos de veículos, além dos bondes elétricos. Além disso, permitiam um tipo de exploração comercial dos arredores que os trilhos não poderiam oferecer. Não se pode esquecer também que para as mentalidades do início do século XX, o advento dos veículos automotores teve um significado muito especial, pois foi associado intimamente ao processo de progresso e a troca da matriz energética dos meios de transporte parecia inevitável. O país trocou uma malha ferroviária existente, e que funcionava, por uma malha rodoviária que privilegiava o transporte individual e que, tecnicamente, era menos eficiente.

Podem ser observadas discussões na Câmara a respeito da instalação do serviço de ônibus ligando Santo Amaro a São Paulo a partir de 5 de abril de 1926 com o recebimento do requerimento de João Paulo de Andrade oferecendo seus serviços para *“installar nesta Villa, serviços de “auto-omnibus” a exemplo dos que ora funcçionam na Capital e no interior do Estado de São Paulo, em logares menos movimentados que esta Villa [...]”*. Pelo documento é possível observar que a ideia de que o ônibus é um sinal da modernidade e do avanço tecnológico. A colocação do requerente chega a ser de autopromoção, pois afirma, sem sombra de dúvidas que a aceitação da proposta *“além de beneficiar o*

requerente, na qualidade de brasileiro, vem também concorrer para o adiantamento desta Villa, mostrando aos que nos visitarem, a ancia progressista dos seus dignos dirigentes". Ou seja, a aceitação dos serviços oferecidos pelo requerente traria ao município inevitáveis ganhos que, além de tudo, causariam inveja às localidades próximas que ainda não o possuíam. No entanto, mesmo com a promessa de progresso e adiantamentos, a Câmara decidiu não aceitar seus serviços e mandou arquivar a sua solicitação alegando que como não existia na tabela de impostos a taxa sobre "Auto-omnibus", a concessão da licença ficaria dificultada já não havia a possibilidade de se cobrar os impostos devidos. Portanto, para suprir tal necessidade baixa a Resolução nº. 192 de 4 de maio de 1926 criando a respectiva taxa de *"quatrocentos mil reis, annual, para cada "Auto-omnibus", de passageiros, que trafegar nesta cidade, sujeito a regulamentação da Prefeitura, que expedirá a necessaria licença"*. É interessante analisar a resposta da Câmara, já que legislou, primeiramente, em causa própria ao não aceitar a prestação dos serviços alegando que como não poderia cobrá-lo, tanto não poderia tê-lo. Do ponto de vista das mentalidades da época foi uma resposta anacrônica significando, talvez, uma temeridade frente ao novo da mesma forma como ocorreu quando em 1885 tencionou proibir a utilização da tração a vapor nos primeiros trens que fariam a ligação entre o município e São Paulo. Segundo a Carta do engenheiro Alberto Kuhlmann à Câmara Municipal de Santo Amaro em 30 de novembro de 1885, o Legislativo, por motivos não apresentados no documento, temia a utilização do novo tipo de transporte e o engenheiro teve que intervir apelando para o sentimento de modernidade e progresso que a Europa exalava dizendo que as *"machinas empregadas são apropriadas ao percurso de ruas e são iguais as que percorrem às cidades mais populosas da Europa"* para enfim tranquiliza-los apelando também para a ideia de desenvolvimento que o comércio e o movimento ocasionalmente trariam para a Vila. Ao que parece, por mais atraentes que tenham sido as novas tecnologias, elas traziam aos homens da época uma sensação de medo e apego aos costumes tradicionais que estavam inevitavelmente desaparecendo com a urbanização e o crescimento das cidades. Cumpre-se lembrar que à época, Santo Amaro, tinha apenas cerca de quinze mil habitantes e que somente no final do período aqui estudado passaria da casa dos vinte mil habitantes, ou seja, era ainda uma urbanidade muito pequena em relação a São Paulo e onde os usos e costumes tradicionais ainda prevaleciam.

A Câmara Municipal ainda receberia mais três propostas de ligação por meio de ônibus entre Santo Amaro e São Paulo chegadas ainda na década de 1920. A primeira era uma consequência do contrato assinado com a Sociedade Anonyma Auto Estradas para a construção da superestrada, pois a empresa tencionava, em meio a todos os serviços por ela prestados, fazer também a ligação rodoviária entre os dois municípios. Comparativamente a sua proposta era mais completa que as apresentadas, pois o serviço iria além da citada ligação, incluindo também o transporte dentro do município. A sua proposta indicava ainda uma certa profissionalização na prestação dos serviços, pois citava uma tarifa baseada no custo exato da operação provisionando a reparação e a renovação dos veículos colocados em serviço, o que demonstra que a empresa já sabia como operá-los e que a fixação de tarifas abaixo do custo operacional, do qual mostrava ter consciência. A empresa, no entanto, solicita privilégios monopolistas, aos quais alega não poder abrir mão, pois tencionava estabelecer um “*trafego modelar de auto-omnibus*”, o qual não suportaria a concorrência, pois

“[...] baseada na experiencia dos paizes onde o transporte por meio de auto-omnibus se realiza com efficiencia, sabe que não será isto possivel si ficar sugeita á concurrencia de pequenas empresas que se possam estabelecer com esse mesmo objetivo, e que na generalidade dos casos servem mal o publico, não somente pelo typo dos vehiculos empregados, mas tambem pela absoluta irregularidade de horario, pela falta de conhecimentos da organização perfeita dum systema de transporte, etc. A experiencia na America do Norte, França, Allemanha, Belgica, Inglaterra, etc, tem demonstrado a necessidade de se ter uma coordenação completa e uma direção unica nos serviços de transporte e, si bem que na Auto Estrada e suas ramificações, devido a concessão de exclusividade de trafego, pareça estarmos em condições de podermos estabelecer um serviço eficiente de auto-omnibus, tal não se dá, devido a possibilidade de se estabelecer serviço semelhante pela estrada actual, agora que vae ser melhorada”

A empresa demonstrava, por meio deste documento, ter exato conhecimento das condições de mercado que o serviço se incluía, pois os seus custos operacionais poderiam se tornar, de um momento para momento, maior que as suas necessidades de previsão da demanda. Entretanto a empresa concluiu que o monopólio se fazia necessário por na prática estar concorrendo com a linha férrea, meio de transporte já conhecido e que, por esta causa, granjeava as simpatias dos usuários. Tencionava também um controle completo de toda a gama de possibilidades de serviços prestados ao longo da estrada que construiriam

explorando-a ao máximo antes da entrega ao domínio público, ou seja, uma forma de maximizar seus lucros. Não passou despercebido à empresa, no entanto, que já existia, dentro do município, um serviço de ônibus, o qual poderia continuar funcionando. Aparentemente, o serviço dentro do município seria para ter ganhos de escala, sendo a ligação com a Capital a mais importante. A solicitação da empresa foi atendida, pois no documento no qual explica a causa da demora para entregar as obras da superestrada, está contida a implantação dos serviços tão logo as obras a permita.

Uma outra solicitação foi de Clementino Del Ciello de 18 de Setembro de 1929, onde a Câmara negou a solicitação alegando ser muito exagerada a tabela de preços para o serviço apresentada.

Em 1 de setembro de 1930 chegou outra solicitação assinada por Leonardo Nardini, Pompilio Gennari, Oreste Nardini e Antonio Machado Ruiz da Silva, oriundos provavelmente de São Paulo onde solicitavam também a exploração dos serviços de auto-ônibus entre os dois municípios. O documento demonstra que já havia uma saturação do serviço de bondes elétricos e os peticionários se comprometiam a desafogá-lo com a linha de ônibus. Segundo eles, o seu serviço tencionava uma

“[...] melhor commodidade publica, visto a dependencia de bondes, visto a defficiencia de bondes, e tanto assim que os passageiros são obrigados a viajar de pé, ao passo que uma linha de auto-ônibus viria descongestionar o movimento, os passageiros viajariam mais bem acomodados com melhor conforto; e todos os moradores a longo do trajecto da estrada Santo Amaro-São Paulo, ficariam servidos de commoda locomoção, toda a viagem de ponto empregaria a metade do tempo, do que os bondes, e desta forma essa illustre Municipalidade proporcionaria mais um grande melhoramento ao publico [...]”

Como um fator em comum de todas as solicitações estava o pedido de concessão dos serviços em forma de monopólio variando somente o período, neste caso de dez anos. Estes peticionários, aparentemente, também tinham conhecimentos profundos do serviço, pois além de indicar uma tabela de preços mais realista também estipulam horários de funcionamento, número de carros que aumentaria segundo a demanda de passageiros e trajetos apropriados à realidade do município. A tabela de preços foi organizada da seguinte forma:

“1º) Do Largo 13 de Maio á São Paulo sendo o Largo da Sé ou Largo de São Francisco – só ida e só volta 700 reis. 2º) Do Largo 13 de Maio até a Represa Velha – 300 reis ida ou volta. 3º) Do Largo 13 de Maio até São Paulo – nos pontos acima indicados ida e volta – 1200 reis, com cadernetas mensaes. 4º) Dos Largo da Sé ou São Francisco até Cordeiros ou Brooklin Paulista – 400 reis ida ou volta. E) O trafego funcionará diariamente das 5 horas e vinte minutos da manhã, e terminará as 22 horas, e caso houver necessidade a bem do publico, o horario irá alem das 22 horas”.

Uma preocupação adicional foi com os impostos cobrados pelas municipalidades, solicitando um cuidado de não haver bitributação, a qual segundo eles não seria cabível em se tratar de um melhoramento público entre a comunicação dos dois municípios.

No entanto, o hiato existente nas atas da Câmara entre 1929 e 1930 não permitiu acompanhar todo o processo de aparelhamento urbano deste serviço. Contudo, Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p. 156) informa que em 1935 corriam 42 ônibus diários entre São Paulo e Santo Amaro indicando que o serviço foi instalado com sucesso e que funcionava plenamente. Além disso, ele enfatiza a importância das ligações por meio de estradas entre os bairros mais afastados em a Vila como o bairro do Rio Bonito que ficava no entroncamento da estrada estadual de Engenheiro Marcilac com a estrada do Clube de Campo. Cumpre dizer que o bairro já era um importante povoamento rural para a Vila mesmo sendo pouco povoado ainda no início do século XX. Outro bairro afastado que também tinha importância como entroncamento entre estradas que serviam locais ainda mais distantes era o Taboão que foi citado em 1908, em um relatório de projeto ferroviário, o qual, não foi levado a efeito. O relatório cita que no bairro existia uma pequena venda e que havia uma bifurcação de estradas que o ligavam ao M’Boy e aos bairros de Campo Limpo e do Capão Redondo chegando até a Vila, Itapecerica e o sertão de Juquitiba¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Tais estradas existem até os dias atuais com os mesmos nomes: Estrada do Campo Limpo, Estrada do M’Boy Mirim até a divisa com Itapecerica se tornando Estrada de Santo Amaro até Embu Guaçu até o município de Embu Guaçu, e a Estrada de Itapecerica. A estrada do Taboão que ligava a Villa até o bairro do Taboão se chama atualmente Rua Luiz Migliano com o mesmo traçado deixando apenas de ter duas mãos de tráfego. Da mesma forma, a Estrada do Marcilac ainda tem o mesmo nome de Parelheiros até Marcilac sendo que originalmente ela se iniciava no citado bairro do Rio Bonito. Outras estradas menores ainda permanecem com os seus nomes antigos por toda a região como a Estrada de Guarapiranga, Estrada da Baronesa, Estrada do Guavirutuba e outras.

Os automóveis foram outra invenção moderna que foram chegando aos poucos e transformando a realidade urbana do município. Em ata de 3 de setembro de 1928, os proprietários de automóveis de aluguel solicitaram a criação de pontos apropriados para que pudessem permanecer estacionados à espera de clientes. Segundo eles, os veículos podiam permanecer estacionados no Largo 13 de maio onde *“sempre existiu naquela local, dois pontos de estacionamento, sendo um localizado entre a rua José Bonifácio e Cap. Thiago Luz e outro entre as ruas José Bonifácio e Av. Adolpho Pinheiro”*, local este que teve autorizado seu funcionamento pela Câmara Municipal. Porém, o ato foi revogado trazendo grande descontentamento e até confusões entre os motoristas. Dentre os oito peticionários estava o italiano Antonio Marcellino Mangini.

Segundo o livro de Arrolamento de Vehiculos, o primeiro carro de praça foi registrado em 1909 e pertenceu ao italiano Chiappim Cyrillo, que também possuía um carretão, uma carroça e uma aranha. Em 1912, foi registrado um carro de praça para Chiapim Angelo, filho de Cyrillo que permaneceu com ele até pelo menos 1917. Foi bastante comum o registro de italianos estabelecidos em São Paulo em Santo Amaro, indicando que o transporte entre os dois municípios era intenso.

Segundo o Almanaque de Santo Amaro, em 1935, o número de carroças e similares ainda era maior que o de veículos automotores, quando a diferença já se tornava pequena; de 510 contra 579. O número de motocicletas era de apenas 4, todavia as bicicletas já alcançavam o número considerável de 127 unidades. Os barcos eram um meio comum de transporte chegando a existir 90 unidades registradas, chamando a atenção que ainda eram utilizados os antigos batelões e com o número considerável de 25 unidades. Mesmo com a melhoria das vias de transporte e com a criação de vias mais modernas de ligação até São Paulo, os meios tradicionais de transporte ainda eram fundamentais na vida cotidiana do santamarense.

A chegada dos imigrantes italianos em Santo Amaro se deu na sua busca pelo trabalho, pela tentativa de uma sobrevivência materialmente mais satisfatória que a que tinham na Itália e a que encontraram nas fazendas do interior de São Paulo. De um modo imperfeito, porém, este trabalho conseguiu mostrar uma pequena parte dos imigrantes que foi atraída pelas obras e intervenções públicas. Atração, entretanto, não significou fixação para muitos. Foram outros os motivos para que estes imigrantes decidissem se estabelecer

definitivamente na Vila. A aquisição de cartas de data foi a realização de um sonho caro a muitos imigrantes, mesmo sendo pequenos lotes urbanos, a posse da terra era importante ao seu imaginário. Significava a vitória em terras americanas, a realização do sonho de fazer a América. Alguns lograram a aquisição de vários imóveis, como Enrico Pongiluppi que chegou a possuir nove imóveis, outros conseguiram amealhar um patrimônio mais modesto com quatro ou cinco imóveis¹⁵⁰, contudo a regra entre os proprietários de unidades de negócios foi a posse de imóveis, uma propensão natural aos oriundos de uma sociedade onde a posse da terra era encarada como uma importante forma de medida de riqueza. Foram notadas algumas variações patrimoniais em alguns imigrantes que podem ser explicadas pelo costume de doar imóveis aos filhos quando se casassem, uma prática possível na Vila pelo preço das cartas de data e pelas atividades econômicas desempenhadas por estes italianos.

De modo geral, a posse da terra e a aquisição das datas de terra, para os italianos eram consideradas forma de enriquecimento patrimonial, e não o meio em si de enriquecimento. Em apenas um caso, o de Caetano Nacarata, a aquisição de várias cartas de data ao mesmo tempo e contíguas, significou que, possivelmente, ele as estava adquirindo para posterior venda e assim obter lucro com a sua valorização. Isso, entretanto, não significa que outros italianos não tenham feito o mesmo. O preço das datas, atraentes para os paulistanos e para os italianos de São Paulo, pode ter os atraído a realizar a aquisição. Foram localizadas algumas aquisições que podem ser classificadas desta maneira, pois não foram encontrados outros registros na documentação que mostrassem que eles se fixaram na Vila.

O crescimento urbano de Santo Amaro também atraiu imigrantes italianos não somente para lá trabalhar, mas também como local de investimentos para os capitais obtidos em outros locais principalmente por parte de imigrantes italianos estabelecidos na sua maioria em São Paulo. Foi possível relacionar, por meio das Atas da Câmara, algumas iniciativas com êxito e outras nem tanto. A maioria tratava de melhorias urbanas como a

¹⁵⁰ Não foi possível relacionar todos os italianos que possuíram cartas de data, porém pode-se afirmar com certeza que dentre os relacionados como proprietários de unidades de negócios, a maioria as possuiu. Mesmo entre os que não possuíram unidades de negócios, foram relevantes as posses de cartas de datas e mais intrigantes as associações formadas para pleiteá-las.

implantação de serviços de auto-ônibus e a construção dos novos Mercado e Matadouro Municipais. Vieram de fora igualmente os capitais que construíram novas vias de acesso e melhoraram as comunicações por terra entre o município e São Paulo e também entre a Vila e os bairros mais afastados.

A pequena presença numérica deste grupo de imigrantes não impediu que interferissem contundentemente no cotidiano da Vila por meio, principalmente, de sua atuação profissional. Grupos profissionais, como os barbeiros, lograram êxito em modificar algumas ações cotidianas como obter o fechamento de suas barbearias aos domingos, permitindo assim um dia de descanso semanal. A associação tipicamente italiana como a “Società Italiana de Mutuo Soccorso XX di Settembre” influenciou a sociedade da época ao introduzir comemorações trazidas da ilha, como a data nacional italiana, que era o 33º aniversário da entrada das tropas italianas em Roma culminando com a reunificação da nação e, também, o 3º aniversário de sua fundação. A sociedade permaneceu em atividade por vários anos tendo sido fundada logo em 1895 quando já existia uma quantidade razoável de italianos morando em Santo Amaro.

Há alguns relatos que uma tradicional festa religiosa italiana, a chamada “pascoela”, tenha sido introduzida e comemorada pelo menos até a década de 1950, porém este trabalho não conseguiu percebê-la por meio dos documentos pesquisados.

A principal contribuição para Santo Amaro será vista no próximo capítulo que são as atividades econômicas em que estiveram relacionados e as unidades de negócios que estabeleceram. Por meio destas atividades, os italianos de Santo Amaro conseguiram se estabelecer tanto nas atividades tradicionais da Vila, como em atividades introduzidas por eles. Para o italiano de Santo Amaro, a posse de uma unidade de negócios significava uma real possibilidade de vencer na vida e de amealhar um patrimônio.

Capítulo 3 – Italiano e o trabalho em Santo Amaro

Este capítulo se ocupa dos diversos meios que os italianos que se radicaram em Santo Amaro encontraram para garantir a sua sobrevivência física. A base documental primária para as análises é a série de livros de controle de Impostos sobre Profissões e Industrias produzidos pela Câmara Municipal de Santo Amaro onde são encontrados os registros das unidades de negócios formadas. Eles perpassam todo o período compreendido por este trabalho que se inicia em 1886 e termina em 1935¹⁵¹ e permitem conhecer e

¹⁵¹ Em todos os livros verificados, com exceção dos anos de 1932 e 1933, havia a indicação da atividade econômica exercida pelo tributado o que auxiliou a verificação da forma de inserção do imigrante na sociedade santamarense e possibilitou demonstrar pequenas concentrações de atividades. Os dados pesquisados ajudaram também a compreender a dinâmica da economia e os setores aos quais ela se dedicava. Tal ausência, porém, não chega a comprometer os estudos, pois devido à série longa de dados, foi possível pelos padrões verificados continuar a observar os italianos aqui comprometidos. No que diz respeito às estatísticas quantitativas das unidades de negócios não houve prejuízo, pois há a indicação do número de tributados. No tocante ao tratamento dos dados estatísticos, prevê-se uma margem de erro de aproximadamente 1%, pois dadas as condições do processamento dos dados verificados podem ter ocorrido erros de transcrição e na contagem dos dados finais. Por outro lado, podem ter ocorrido erros de interpretação dos nomes dos imigrantes, pois por um lado, alguns nomes não deixaram dúvidas quanto a sua origem, outros causaram grandes preocupações. São os casos de José Canto, cujo nome de família pode ser italiano, espanhol ou português; o caso de Manoel Volta, cujo nome de família aparente ser italiano, mas também pode português. Nestes casos de dúvida, primeiramente se analisava o prenome, para a época pode-se dizer que ainda existiram os nomes típicos, portanto um imigrante com o nome de Jacques, mesmo com nome de família italiano, ou aparentado, não poderia ser italiano. O costume do escriturante dos documentos em aporuguesar os nomes também dificultou bastante, caso os tivesse mantido para todos, a análise teria sido facilitada, porém a documentação não foi produzida para o pesquisador e sim para o uso na época. O caso do nome Passador suscitou dúvidas, porém apareceu da forma comum na Itália, que era primeiro o nome de família e depois o prenome. Além de o escriturante ter aporuguesado o prenome, ele também aporuguesou o nome de família. Para a sorte do pesquisador, logo depois foi encontrado um outro registro grafado Passadore. O critério utilizado foi que havendo dúvida o registro seria ignorado. Mesmo assim, foi necessária uma outra triagem para retirar alguns nomes que ainda suscitavam dúvidas como Manoel Tallala, Julio Frederico Michaelis e Oscar Laborde. Alguns nomes aparecem na pesquisa com duas, três ou mais variáveis de registro. Isso ocorria geralmente quando se trocava o escriturante e também por causa do desconhecimento da grafia de nomes italianos. Restou ainda a questão com qual referencial os escriturantes aporuguesavam os nomes, pois Giuseppe virou José, Giovanni para João, entre outros. No entanto, Giacomo não ganhou

desvendar as nuances de sobrevivência. A compreensão destas estratégias permite perceber como se davam as relações econômicas e sociais naqueles determinados momentos da sociedade santamarense e conhecer como funcionavam seus mecanismos de produção material. Embora tenha sido chamado Livro Caixa, as informações a respeito das entradas e saídas de numerário da municipalidade estão relacionadas em documentos avulsos. Provavelmente, não era obrigatória a sua escrituração em livros próprios. Há também uma série de documentos avulsos não organizados em livros, porém seriais, embora faltando alguns anos que são as Receitas e Despesas relativas aos pagamentos e recebimentos de receitas e despesas realizados pela Câmara Municipal. Por estes registros é possível verificar os italianos que prestaram serviços avulsos à edilidade e que não estavam estabelecidos com unidades de negócios na Vila. Por uma questão metodológica são considerados todos os italianos que prestaram serviços ao Município, não importando se estavam estabelecidos na Vila. Portanto, por estes registros apareceram imigrantes moradores de outras localidades, mas que estavam em Santo Amaro naquele momento e, destarte, podem ter resolvido fixarem-se. Acredita-se que este tenha sido um dos meios prováveis de atração. Estes documentos são riquíssimos em informações, pois foram escriturados de acordo com as regras de escrituração contábil que exigia um detalhamento maior dos fatos contábeis ocorridos, o que não ocorre com os Livros de Profissões e Industrias. Foram consultados outros documentos avulsos tais como recibos, registros de pagamentos de funcionários, relações nominais de pagamento e não pagamento dos impostos municipais e as tabelas de impostos municipais onde estão relacionados seus valores e categorias. Por meio dos dados e das informações levantadas nestes livros foi possível estimar e calcular a participação dos italianos no total de unidades de negócios existentes e também calcular o percentual relativo de sua participação nos setores da

equivalente. Possivelmente eles tinham seus equivalentes bíblicos. Ou simplesmente adotaram a escrita portuguesa, assim Umberto virou Humberto e Ugo tornou-se Hugo. Não foi realizada uma quantificação de todos os registros pesquisados, porém um número superior a 100.000 registros não parece exagerado, visto que somente com base nos registros escriturados nos livros da municipalidade o número atingiu em torno de 88.200 aos quais se somam os documentos avulsos e os livros de casamentos e os do cemitério de Santo Amaro. Consideram-se registros os nomes constantes na documentação e seus respectivos dados como profissão, localidade, número de veículos, datas de nascimento e de falecimento, causas de falecimento e outros. Portanto, é uma margem de erro aceitável para tal quantidade de dados.

economia de Santo Amaro. Embora não tenham constituído colônia na Vila, alguns destes italianos conseguiram formar pequenas concentrações corporativas, como por exemplo, no ramo das olarias que por todo o período estudado foi uma atividade típica de italianos aproveitando uma vocação existente de Santo Amaro de fornecer materiais de construção como pedras de cantaria, madeiras e outros.¹⁵²

Com estes livros foi possível montar uma série de tabelas explicativas das atividades econômicas exercidas em Santo Amaro pelos locais e por italianos que conseguem mostrar longas séries de anos. No entanto, foram percebidas variações e declínios de algumas atividades que não são possíveis de serem explicadas somente por acontecimentos internos de Santo Amaro, como alguns problemas climáticos, dificuldades causadas pela legislação e outros. Muitos deles, mais apropriadamente, a maioria, se deve a fatores externos, alguns muito claros como a eclosão do primeiro conflito armado mundial que trouxe algumas dificuldades para alguns setores, o café, por exemplo; e facilidades para outros, a indústria. Outros fatores estão intimamente ligados à economia cafeeira que segundo o entendimento de Furtado foi o centro dinâmico da economia brasileira por muitos anos. Suas flutuações, crises e auges, explicam algumas das variações ocorridas. Não cabe a este trabalho, entretanto aprofundar-se nestas razões porque extrapolaria a sua proposição inicial. Dessa forma, ficam indicadas as ocorrências e a cargo de outros pesquisadores buscaram a fundo suas razões.

O falecimento do responsável pela unidade de negócios também foi uma das causas pelo seu fechamento. Em 1900, a expectativa de vida era de 33 anos¹⁵³, o que vale dizer que muitas pessoas poderiam morrer antes disso e as suas unidades de negócios fecharem. Entre os italianos, e provavelmente também entre os locais, não foi comum a continuação das unidades pelos herdeiros, embora tenham ocorrido alguns casos como o dos Irmãos Giovanetti, analisado mais adiante.

Embora estes livros permitam verificar somente as estratégias de uma pequena parcela da comunidade italiana radicada no município, suas informações revelam sua forma

¹⁵² O termo típica é utilizado aqui para indicar a concentração dos italianos nesta atividade e não para indicar sua natureza e habilidade natas para tal atividade.

¹⁵³ Este número é uma estimativa calculada pelo IBGE, pois os estudos sobre expectativa de vida se iniciaram somente em 1940.

de inserção naquela sociedade. É por meio do trabalho, da abertura de unidades de negócios que o italiano vai se inserir neste meio social e cooperar com a evolução social e urbana da localidade. O sucesso ou o fracasso da sua unidade de negócios foi o pêndulo da balança que determinou sua permanência na nova terra. Os que prosperaram permaneceram e construíram unidades familiares. Os que fracassaram tentaram novamente ou desistiram e abandonaram a terra, porém deixaram suas marcas.

Como um elemento novo e sem raízes que o prendessem à terra, com saudades de sua pátria, muitos deles com intenção de retornar, e, alguns completamente sozinhos sem o apoio de familiares, o imigrante italiano condicionou sua permanência à satisfação das suas necessidades imediatas de sobrevivência. Há na historiografia sobre a imigração italiana a compreensão de que para alguns imigrantes italianos a mobilidade geográfica era a regra tanto para os de origem urbana quanto rural já que não existiu uma homogeneidade entre os que chegaram no Brasil. Os estudos de Alvim (ALVIM, p. 115) demonstram esta característica dos imigrantes italianos, pois *“ou retornavam ao país de origem ou mudavam-se para centros urbanos no Brasil”*. Para a autora, entretanto, tal movimentação não recebeu a atenção necessária da historiografia brasileira e, além disso, justificou *“mais um estereótipo em relação aos imigrantes italianos: o campo não era de fato o objetivo da maioria daqueles que desembarcaram em São Paulo”*. Michael Hall¹⁵⁴ (1984, p. 113) estimou que a taxa de abandono das fazendas girava em torno dos 40% e 60% anuais. Para Hall (op. cit., p. 108) uma das causas desta mobilidade era os salários pagos, pois:

“[...] os salários na agricultura variaram pouco entre 1884 e 1914. Ao final do século, com a queda dos preços do café, houve até um declínio, seguido por uma alta moderada entre 1902 e 1910, em decorrência do número relativamente pequeno de imigrantes que chegavam a São Paulo e do grande número dos que partiam. Isto foi compensado, porém, por um aumento da imigração em 1912 e 1913. Assim, os salários apresentavam em 1914 praticamente o mesmo nível de 40 anos antes. No mesmo período, o ganho real dos trabalhadores parece ter decaído significativamente.”

¹⁵⁴ Hall lembra, entretanto, que P. Denis considerava estes números muito altos, porém ele cita o trabalho de M. S. Beozzo Bassanezi *“Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista”*, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973, p. 153” que afirma que mesmo em propriedades bem administradas metade dos colonos permanecia menos de 4 anos.

Portanto, quando os rendimentos com o trabalho não conseguiam mais promover o sustento para o imigrante e a sua família, a solução era migrar, atitude que para ele se tornava comum, pois novo na terra e sem raízes, não encontra o que o prenda a nova terra e não o leve a se mover pelo território.

Os rendimentos recebidos com o trabalho foram por sinal um dos motivos que causaram o êxodo das fazendas e suscitaram o estereótipo discutido por Alvim. A postura com que os fazendeiros e legisladores administraram a prática de baixos vencimentos aos colonos, imigrantes ou não, só foi possível pois a corrente imigratória forçava para cima a oferta de mão de obra, enquanto que o alijamento dos trabalhadores livres nacionais, brancos ou negros, do mercado de trabalho permitiu que artificialmente se criasse uma necessidade cada vez maior de trabalhadores. Furtado (1985) argumenta que a quantidade de trabalhadores livres existente no país teria sido suficiente para fazer frente pelo menos aos anos iniciais da cultura cafeeira. Esta prática de salários forçadamente baixos era mantida por uma variável externa que era a emigração dos países europeus que lançava ao mundo milhares de excedentes de suas economias em transição. Por outro lado, os salários pagos e as condições de trabalho favoreciam a alta rotatividade da mão de obra. A alta elasticidade da oferta de mão de obra combinada com a baixa elasticidade dos salários permitiu que esse modelo fosse mantido por todo o período de predominância do café como o produto de exportação do país. Monbeig (op. cit., p. 156) completa o raciocínio afirmando que *“no fundo, para os plantadores, as somas pagas aos colonos, nunca forma mais que uma espécie de “saldo de subsistência”.*” Esta rotatividade da mão de obra permitida pelo intenso fluxo imigratório e a expansão contínua da oferta do produto geraram um subproduto paradoxal que era a *“falta de braços para a lavoura”*¹⁵⁵. Como Martins (1981, p. 68) apontou *“durante mais de um século esta foi a mais reiterada reclamação dos fazendeiros, mesmo em momentos de crise de superprodução e de baixa de preços do café, como ocorreu na passagem do século”.* Ele vai além e conclui que *“mais do que uma reposição cíclica da mão-de-obra, já que o colono tinha uma existência*

¹⁵⁵ As aspas são de Martins em MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*; São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª edição, 1981.

transitória na fazenda, essa reivindicação constitui na verdade o meio de pressão para uma permanente obtenção de um subsídio disfarçado".¹⁵⁶

Há de se considerar ainda que o baixo rendimento dos trabalhadores permitia a manutenção do status social dos proprietários de terras, pois o imigrante, em regra geral não conseguia se tornar proprietário com o que recebia nas fazendas. Martins (op. cit., p. 31) coloca como intencional a condição de que os imigrantes não poderiam chegar e encontrar “a possibilidade” [...] de “se tornarem proprietários de pequenas glebas”. Para ele, os proprietários rurais pertencentes à classe dominante “entendiam que o acesso direto à propriedade não deveria consumir-se com a pretendida facilidade [...]” de se tornarem proprietários de porções da terra. Reforça ele que “a fórmula que propunham e que acabaram implantando era a de que o imigrante deveria conquistar a propriedade da terra pelo trabalho. Nesse caso, o trabalho prévio na fazenda de café entrava como condição para que o trabalhador se tornasse proprietário”. Daí procede uma das causas da mobilidade dos imigrantes, pois alijados da possibilidade de posse da terra e remunerados com salários que não satisfaziam suas necessidades, restava procurar outras formas de conseguir a subsistência.

De acordo com Monbeig (1998, p. 193), a mobilidade dos colonos envolveu todo o período de predomínio do café como o centro dinâmico¹⁵⁷ da economia brasileira, pois percebeu que de 1926 a 1930, próximos ao declínio da cultura como predominante, a maioria dos recém-chegados pela imigração e migração se dirigia às áreas produtoras para também substituir os trabalhadores que deixavam seus postos de trabalho.

¹⁵⁶ Furtado coloca estes termos de uma forma mais clara em uma frase que se tornou clássica que “a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros”. Embora ele a tenha utilizado para explicar as formas de encontradas pela elite brasileira para enfrentar as crises de superprodução da década de 20 do século XX, ela pode ser utilizada neste contexto também, pois tanto Martins como Santos colocam a imigração estrangeira como uma forma de compensação aos fazendeiros pela libertação dos seus cativos já que oficialmente nenhuma indenização lhes foi paga. Sobre a imigração como forma de compensação ou indenização aos fazendeiros pela perda dos seus cativos ver MARTINS (op. cit.) e SANTOS, Ivison Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895)*, São Paulo: Revista de Economia Política e História Econômica, nº 21, junho de 2010.

¹⁵⁷ De acordo com a definição dada por Celso Furtado ao se referir ao produto que dominava as atenções das lideranças econômicas e da economia nacional.

Há também um argumento pouco notado pela historiografia, mas de pouca influência real na saída do imigrante na terra, verificado por Dean (1977, p. 180) que demonstra a pouca capacidade do imigrante de poupar e amealhar pecúlio com o trabalho nas fazendas, pois *“os 300 e poucos mil-réis necessários para repatriar uma família de imigrantes eram muito mais fáceis de juntar que a média de 6.000 mil réis para a compra de uma pequena propriedade”*.

Sob um outro aspecto, as remessas de dinheiro para a Itália por seus cidadãos radicados no Brasil nunca chegaram a fazer frente a outros emissários como os Estados Unidos. Dean (op. cit., p. 181) mostra que como *“era pouco o excedente além do nível de subsistência, enquanto permaneceram nas fazendas”* as *“remessas do Brasil para a Itália nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, sob a forma de ordens de pagamento, não ultrapassaram 2 mil-réis por imigrante – um quinto da média dos Estados Unidos, ainda que os dois grupos de italianos fossem mais ou menos de igual número em 1910”*. Tal apontamento mostra as diferenças entre as rendas originadas por um sistema capitalista que via a renda do trabalho como forma de gerar riquezas na forma de consumo e de um sistema pré-capitalista que via a mesma renda como um empecilho para a acumulação do capital e permanência do status quo.

No mesmo trabalho, fincado nos estudos sobre a cidade de Rio Claro, Dean (op. cit., p. 180) faz alguns estudos de caso de imigrantes que conseguiram progredir materialmente, porém como Luiz Piccoli, um dos que foi estudado afirmou em conversa informal com o seu neto *“[...] trabalhar na fazenda não era maneira “de ficar rico”*.” Ele anota que Piccoli conseguiu uma relativa evolução material com o comércio de café e chegou a possuir sete fazendas.

Santo Amaro foi para o imigrante a oportunidade de se dedicar aos ofícios trazidos da Itália e de se integrar à sociedade brasileira por meio destes ofícios. O trabalho significou a sua integração ao meio e, posteriormente, sua fixação definitiva à terra. Há dentre os casos estudados neste trabalho famílias que se fixaram no final do século XIX e ainda permanecem na localidade, pois sua integração foi total de definitiva.

A maior parte das unidades de negócios estabelecidas pelos italianos necessitava de um contato mais direto com a população local, mais notadamente os estabelecimentos comerciais que por si só exigiam do comerciante, no mínimo, o conhecimento do idioma,

mesmo que com falhas. O ramo dos serviços também o exigia. Portanto, por força de suas atividades de sobrevivência, os italianos radicados e estabelecidos em Santo Amaro tiveram que entrar em contato mais direto com os locais e com eles interagir, pois além das vendas ao público ainda existiam as compras realizadas dos produtores locais, mais notadamente para os comerciantes de gêneros alimentícios. Existia ainda uma gama de mercadores ambulantes cujo maior artifício era a comunicação com o público para convencê-lo a comprar seus produtos e não dos concorrentes, para isso a simpatia e a jovialidade deveriam ser pontos fortes do trabalho. A pesquisa mostrou que a maioria dos italianos estabelecidos comercialmente estava ligada ao comércio e a prestação de serviços. Mesmo aqueles italianos que prestavam serviços avulsos e esporádicos à edibilidade tais como carpa e limpeza das ruas, obras e outros, tinham que se comunicar de alguma forma com os locais, mais provavelmente com colegas de trabalho. Os serviços tinham que ser recebidos e para isto tinham que se deslocar à Câmara, assinar os recibos, aqueles que sabiam escrever e os que não sabiam tinham que estabelecer intermediários, como foi mostrado no Capítulo 1. Aos mestres de obras ou empreiteiros peninsulares responsáveis pelas obras cabia a negociação dos valores, dos detalhes do serviço, a contratação do pessoal, que envolvia também brasileiros e a cobrança pelos serviços prestados. A obtenção de serviços profissionais tais como barbeiros e alfaiates, cujo predomínio era de italianos, eram momentos profícuos em integração social e comunicação verbal. As idas ao barbeiro, naquela época e ainda nos dias atuais, significavam entrar em contato com a vida social da localidade, pois entre outros assuntos, os acontecimentos sociais eram os mais visados. Podia-se saber o que acontecia na política, na vida econômica e até, os novos e/ou antigos relacionamentos amorosos. Portanto, o trabalho obrigava uma integração ao mundo santamarense gostando o italiano ou não. Sua sobrevivência e da sua família dependia disto.

Não passou despercebido aos historiadores da imigração que a integração dos italianos ao Brasil se deu de forma mais rápida nas cidades que no interior.¹⁵⁸ A vida urbana exigia mais comunicação e contato pessoal.

¹⁵⁸ Para mais informações ver AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes. A aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924 – 1951)*; São Paulo: Edições Paulinas, 1993; CONSOLMAGNO, Marina. *Fanfulla: Perfil de um jornal de colônia (1893 – 1915)*, São Paulo: dissertação

Ao contrário de outras localidades como a Capital, em Santo Amaro o italiano não se localizou em bairros específicos nem formou agrupamentos étnico-raciais. Sua chegada não se deu de forma organizada ou em grupos familiares constituídos. Como estudado no Capítulo 1, os italianos chegaram de diversas formas; alguns sozinhos, outros com apenas o núcleo familiar composto por esposas e filhos e outros com suas famílias extensas compostas por pais, irmãos e outros familiares. Portanto, sua localização na Vila se deu de modo a formar suas unidades de negócios ou para prover seus trabalhos.

Esta necessidade de comunicação originada pelas atividades econômicas as quais os italianos se dedicavam e as quais estavam submetidos também, pois tinham que realizar compras em estabelecimentos mantidos por locais, foi verificada por Azzi (1993, p. 31) incluindo a presença de brasileiros como empregados dos italianos, pois *“entre os fatores que contribuíram para isso deve-se assinalar a presença frequente de brasileiros trabalhando em atividades comerciais estabelecidas nesses pequenos centros urbanos, ou por outro lado, a necessidade de atendimento dos brasileiros que vinham fazer compras em casas de negócios mantidas por italianos.”*

Esta característica não foi somente de Santo Amaro, mas de também de outras localidades brasileiras. As memórias de Atílio Pessotti (1981, p. 30) sobre a vila de São Bernardo mostram uma dinâmica que se repetia por todo o país onde havia a participação de italianos. As atividades comerciais eram pródigas em relacionamentos sociais, tais como relatadas no trecho *“naquele foco do comércio central, havia os salões de barbeiro do Lulú, do Salum, do Ninilo, do Garcia, dos Ribeiro e outros; o velho cine São Bernardo, que foi por muitos anos a calçada dos irmãos Pasin e o empório dos Lazzuri. No lado oposto, havia lavanderia do Chico tintureiro; a oficina de consertos de relógios do Zambaldi”*. Também em Santo Amaro as unidades de negócios de brasileiros e de italianos se misturavam nas ruas.

Não só trabalho, mas também o lazer significou momentos de conagração entre as nacionalidades. Santo Amaro foi famosa pelas suas festas religiosas e também pelas atividades de lazer que nelas ocorriam. Conforme citado no Capítulo 1, as festas atraíam

de mestrado, FFLCH – USP, 1993; FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984 e APROBATO FILHO, Nelson. *Kaleidosfone. As novas camadas sonoras na cidade de São Paulo. Fins do século XIX, início do XX*, São Paulo: EDUSP, 2008.

não somente os italianos residentes, mas também os de fora, ou para participar delas profissionalmente, ou para desfrutar delas.

Aos poucos, os italianos não foram somente recebendo influências da terra e se tornando brasileiros, mas também deixando marcas permanentes de italianidade nos usos e costumes da terra. Talvez a maior e mais definitiva contribuição italiana para os usos e costumes do Brasil foi na área da gastronomia para a qual contribuíram desde os primeiros momentos de fixação à terra. Em Santo Amaro e em outras localidades eles fundaram restaurantes, hotéis e fábricas de produtos alimentícios que iam sendo introduzidos e caindo no gosto dos brasileiros. Morse (1970, p. 179-180) em sua análise sobre São Paulo chega a afirmar que *“o negócio de hotéis era uma especialidade de estrangeiros”*. Em Santo Amaro os primeiros hotéis, restaurantes e bilhares foram fundados por italianos no final do século XIX. Ele (op. cit., p. 179-180) também percebeu o processo chamado por ele de *“reverência crescente pelos costumes e mercadorias introduzidos por um núcleo sempre crescente de estrangeiros da classe média”*. Esta incorporação de costumes estrangeiros, muitas vezes sem algum questionamento, também foi percebida por Dean que notou por parte da classe dominante paulista uma certa sensação de inferioridade em relação ao estrangeiro europeu. A existência de uma casa de pastas logo em 1886, porém de curta duração, demonstra uma tentativa do imigrante Theodoro Lagasse de incorporar a Santo Amaro os costumes gastronômicos italianos e ao mesmo tempo que mantinha suas tradições.

Porém, os italianos fixados em locais distantes dos centros urbanos conseguiram manter seus costumes por mais tempo de forma mais pura e sem intervenções mesmo nas proximidades de grandes cidades como São Paulo. Nos bairros rurais de São Bernardo, Pessotti (op. cit., 70) indica que os hábitos alimentares italianos persistiram por algum tempo, pois como ele mesmo os define *“eram todos gente boa e simples, falando com sotaque italiano mais acentuado. Seus meios de vida e a distância que os separava do centro não lhe permitiram acompanhar o ambiente da vila. Em seus banquetes, funcionava plenamente a cozinha italiana, com capeleti, risoto, frango assado, tudo regado com vinho puro, feito em casa”*.

Atividades e novos hábitos alimentares trazidos pelos imigrantes começavam a se instalar como a fabricação de vinho no bairro do Morumby, que a edilidade classificava

como *em grande escala*, foram instaladas. Foram instaladas também duas padarias que Alencastro (ALENCASTRO, 2010, p. 303) denota ter sido “*um alimento europeu que veio para ficar. De fato, difundido pelas vagas imigratórias da segunda metade do século XIX, o pão incorporou-se definitivamente às mesas brasileiras, mudando os hábitos nutritivos do país*”. No entanto, na sessão de 19 de novembro de 1888, a Câmara solicitou ao Ministério da Agricultura por intermédio da presidência da província “*quinhentos bacellos de parreira afim de ser distribuidos aos viticultores deste Municipio*”. Tal pedido comprova a existência de viticultores em território santamarense. A primeira fábrica de vinho “*em grande escala*” segundo o Livro de Industrias e Profissões de 1890-1891 pertencia a um imigrante alemão Bernardo Didrigsen, contrariando a tradição de terem sido os portugueses, primeiramente e, depois os italianos que foram os pioneiros nesta atividade. A fábrica deixou de existir em 1892. O registro de outra fábrica de vinho reaparece somente em 1895 no mesmo local, contudo com Luis Veiga como responsável.

Os imigrantes europeus modificaram definitivamente os hábitos alimentares brasileiros. Alencastro (op. cit, p. 300-1) coloca que de início houve estranhamento e até protestos dos fazendeiros que alegavam serem os imigrantes “*luxuosamente vorazes, começaram a exigir maior soma de alimentos [...] pretendendo igualmente que o proprietário os tratasse com iguarias delicadas e bebidas alcoólicas*”. Deve-se ponderar, entretanto, que as referidas iguarias delicadas e bebidas alcoólicas eram parte dos hábitos milenares da alimentação dos europeus, que entretanto, não eram comuns entre a população, mas somente entre as pessoas mais colocadas da sociedade. O trigo foi produzido por alguns anos em São Paulo e também em Santo Amaro como produto somente de exportação. O seu consumo, mesmo assim, não se difundiu entre a população menos favorecida. O vinho também era associado às camadas mais altas da sociedade local, mais notadamente de origem portuguesa habitantes das regiões produtoras de açúcar e das regiões mineradoras. Seu consumo não chegou a ser difundido em São Paulo. Na análise de Alencastro (op. cit., p. 301) os fazendeiros se referiam “*a vinhos e cerveja, que a propaganda das casas importadoras nos jornais da corte, interessadas em aumentar o consumo destes produtos no Império, apresentava como bebidas do homem cidadão, bem instalado na vida*”. Ou seja, produtos bem distantes da realidade mesmo do fazendeiro produtor de café que iniciava somente agora o seu período de acumulação. Cabe ao

imigrante italiano Gabriel Fioli¹⁵⁹ a instalação da primeira fábrica de cerveja em 1895, tendo, porém vida curta não sobrevivendo ao primeiro ano, pois pediu isenção em 2 de março de 1896 por ter parado com o negócio. As suas dificuldades devem ter sido muitas além do seu pioneirismo em um produto desconhecido da maioria da população acostumada com outras bebidas alcoólicas. Conseguir os insumos para a sua produção também deve ter sido uma dificuldade desde o transporte até a disponibilidade dos produtos. Sua intenção deve ter sido produzir para o mercado local, pois não havia razões práticas exportar para São Paulo já que Santo Amaro não possuía nem matérias-primas, nem meios de transporte baratos que justificassem a sua instalação tão longe. Teria sido mais simples e conveniente instalar-se em São Paulo para este fim. Quatro anos depois uma outra fábrica seria fundada, mas não por italianos que também não resistiu ao primeiro ano de vida.

Há algumas considerações a serem feitas a respeito da produção de outras bebidas durante o período em questão.¹⁶⁰ O primeiro apontamento é que nenhuma das fábricas teve vida longa, pois funcionaram em média apenas um ano. Há registros de fábricas nos anos de 1899, com uma fábrica de cerveja fundada pelo italiano Alfredo Formigoni, o mesmo que construiu o Mercado Municipal, que funcionou por apenas um ano.

Existiu, entretanto uma exceção que foi a fábrica de bebidas de Chiapim Cirillo iniciada em 1904 que funcionou até 1911, ou seja, por sete anos ininterruptos, uma exceção às unidades de negócios dos italianos. Porém, nos seus registros não consta qual tipo de bebida ele fabricava. Similar é o caso dos Irmãos Giovanetti que também não existe nos registros qual tipo de bebida fabricou.

Sobre os Giovanetti há algumas considerações a serem feitas, pois há registros de que fabricavam bebidas somente desde 1903 até 1908 sob o nome de Irmãos Giovanetti, ou

¹⁵⁹ O nome do imigrante foi registrado como Gabriel Piol nas Atas da Câmara de 1896.

¹⁶⁰ Não está sendo considerada a produção de aguardente, embora sua produção tenha existido em solo santamarense, nenhum imigrante europeu se dedicou a sua produção. Esta produção, porém, não foi significativa, existindo concomitantemente no máximo dois engenhos de aguardentes. É possível que a cana de açúcar tenha sido plantada na região, embora a documentação pesquisada não permitiu aferi-la. Tampouco foi possível quantificar sua magnitude. Esta lacuna na documentação pode ser matizada por evidências indiretas como as rendas provenientes de impostos cobrados sobre o produtos, porém não elucidam por completo a dúvida sobre a origem do produto.

a variação Irmão & Giovanetti utilizada por dois anos. Em 1908, deixaram de fabricar bebidas para se dedicar ao comércio com um depósito de bebidas ainda sob o nome de Irmãos Giovanetti que é mudado em 1909 para Benjamino Giovanetti apenas. Em 1910, é adicionado ao nome Benjamino Giovanetti o Cia, considerando portanto que recebeu um sócio prosseguindo desta forma até 1911 quando houve a mudança para João Giovanetti e Cia passando a produzir bebidas até 1914 e a partir daí prosseguiu somente com o depósito de bebidas até 1917 quando sua unidade de negócios foi vendida a Chiapim Cirillo. Entretanto, Benjamino faleceu em 25 de junho de 1909, o que explica as mudanças na razão social da unidade de negócios. Aparentemente o sócio, ou melhor sócia recebida, tenho sido sua viúva Maria Montebelli Giovanetti que administrou o depósito de bebidas. Provavelmente nem Benjamino nem sua viúva dominavam as técnicas necessárias de produção das bebidas. Fato mudado com a chegada do irmão Giovanni, ou João, conforme os registros aportuguesados da municipalidade, pois ocorreu efetivamente a mudança societária. A hipótese é a de que Giovanni tenha se afastado do negócio e retornado com o falecimento do irmão e que era ele que dominava as técnicas de fabricação. Ao observar a causa mortis de Benjamino, obstrução intestinal, pode-se aventar que a moléstia o tenha impedido de trabalhar com a fabricação das bebidas, pois uma das causas possíveis de uma obstrução intestinal poderia ter sido um carcinoma.

A experiência de Chiapim Cirillo reforça a tese de Warren Dean¹⁶¹ quando afirma que muitos imigrantes que se dedicaram às atividades industriais começaram primeiramente como importadores dos produtos que começaram a fabricar.

Bresser Pereira (BRESSER PEREIRA, 1974, p. 211) faz uma consideração a respeito dos primeiros industriais imigrantes que deve ser analisada cuidadosamente aos olhos do citado exemplo santamarense:

“A industrialização brasileira teve, portanto, início, basicamente com recursos do próprio empresário. Os recursos de terceiros foram claramente secundários. As indústrias brasileiras começaram muito pequenas. Muitas eram inicialmente oficinas de fundo de quintal. Orientados para a produção de bens de consumo, não contavam com grandes economias de escala.”

¹⁶¹ Wilson Cano reputa a Warren Dean o levantamento de tal hipótese. Ver DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880 – 1945), São Paulo: DIFEL, 3ª ed., 1977 e CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, São Paulo: Difel, 1977.

Pode-se afirmar que Chiapim Cirillo trouxe da Itália as técnicas de fabricação da bebida em questão e que tenha montado o depósito de bebidas para capitalizar-se até conseguir montar a produção, pois os equipamentos necessários à fabricação, tenha sido de vinho ou de cerveja, eram muito caros e somente importados. Não é difícil encaixar sua unidade de negócios na definição de Bresser Pereira. Suas outras unidades de negócios comerciais podem ter sido a fonte financeira para a tentativa de viabilização da unidade produtora. Após sete anos de tentativas, o imigrante pode ter desistido por razões outras que não afetaram suas unidades comerciais, onde indubitavelmente comercializava a cachaça, produto que garantiu a sua sobrevivência, pois a elasticidade de sua demanda tendia a acompanhar o crescimento populacional. Portanto, como a população italiana e estrangeira em Santo Amaro nunca ultrapassou os 8% do total da população, seu mercado era limitado. Exportar para São Paulo era uma possibilidade, mas que os fatos mostraram que mesmo tendo explorado o mercado paulistano, sua unidade de negócios não prosseguiu. Considera-se também que tinha seus concionais como concorrentes de peso, pois produzidos em escala maior e com mais incentivos sejam estruturais ou conjunturais, alcançavam preços competitivos. Um outro fator a ser considerado é o de que o clima do planalto paulistano também não se mostrou favorável à produção em larga escala de vinho, não somente pelas temperaturas ligeiramente mais altas, mas principalmente pela quantidade excessiva de chuvas.

Com a grande saída de seus nacionais, a Itália, de início, procurou tornar este fluxo produtivo para a sua economia vendo nele oportunidade para dinamizar suas exportações. Porém, como observou Consolmagno (CONSOLMAGNO, 1993, p. 276) as “*suas bases estruturais do projeto de exportação guiado pela imigração eram muito frágeis*”, pois apoiava-se basicamente em produtos alimentícios com pequena margem de lucro, bastante perecíveis e, ironicamente, como ela ressalta, “*facilmente substituídos por uma produção local*”, o que de fato aconteceu com os italianos recriando mundo afora seus hábitos alimentares e os espalhando com a produção local dos principais produtos onde isso fosse possível. Além disso, como ela observa, os navios italianos transportavam preferencialmente passageiros em detrimento das cargas de mercadorias.

Pessoas de hábitos rudes e simples, os primeiros fazendeiros de café de São Paulo demoraram a requintar seus modos. Segundo Valthier¹⁶², um engenheiro francês que viveu no Brasil durante a década de 40 do século XIX, afirmou que esses indivíduos podiam proceder de *“famílias tão antigas quanto as dos senhores de engenho”* e poderiam ser vistos empunhando *“a enxada com seus escravos e misturando seu suor ao deles”*, e vivendo em moradias acanhadas, que, *“muitas vezes, não passa de uma cabana de pau a pique”*, embora se tratasse de indivíduos cujo *“porte respira dignidade e, quando saem, vestem-se como gente da cidade; em seus calcanhares, tilintam esporas de prata”*.

Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2010, p. 239) os descreve como sendo:

“Os homens bons que integravam a Câmara e dirigiam as bandeiras de devassamento dos sertões interiores viviam com suas famílias em sítios no interior, em condições igualmente pobres. Cada um deles servido pela indiada cativa que cultivava mandioca, feijão, milho, abóbora e tubérculos, para comer com carne de caça ou pescado; além do tabaco para o pito, do urucu e da pimenta para o condimento e algumas plantas indígenas.”

O isolamento e o contato obrigatório com as populações indígenas resultaram, segundo Ribeiro (op, cit., p. 331) em um *“modo de vida, rude e pobre, era resultado das regressões sociais do processo deculturativo”*. Para ele, esta convivência trouxe inúmeras perdas de ambos os lados, pois:

“Do tronco português, o paulista perdera a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho. Do tronco indígena, perdera a autonomia da aldeia igualitária, toda voltada para o provimento da própria subsistência, a igualdade no trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa, o virtuosismo de artesãos, cujo objetivo era viver ao ritmo em que seus antepassados sempre viveram.”

Portanto, não é de estranhar que os primeiros imigrantes europeus oriundos de uma sociedade tecnicamente mais avançada e com hábitos alimentares, mesmo nas camadas mais pobres, mais depurados, tenham causado tamanha comoção.

¹⁶² Para mais detalhes ver VALTHIER, L. L. *“Casas de residência no Brasil”*. IN FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: 2ª edição. 1960.

Foi somente com as grandes levas de imigrantes do século XIX e do início do XX que esta realidade alimentar e de costumes começam a se modificar. Para este trabalho com base em Santo Amaro, elas foram sentidas pela diversificação das atividades econômicas que demonstraram as mudanças de hábitos. Dentro deste arcabouço de mudanças estavam presentes na documentação supracitada dois restaurantes e bilhares, o que indicava também as mudanças nos hábitos de lazer.

3.1 – A economia santamarense no final do século XIX

A discussão que deve iniciar o capítulo é a propagada pobreza de Santo Amaro mesmo porque entre os estudiosos de Santo Amaro ¹⁶³ há um consenso: a Santo Amaro autônoma foi uma vila pobre, muito pobre. As palavras de Zenha podem esclarecer a pobreza reinante na vila até os oitocentos: *“era uma vila pobre (...) Pobre pelos poucos recursos primários de que dispunha, pobre de comércio, pobre de comunicações e, por isso, pobre também de alegria. Isolada contava com os próprios recursos. Na vila não havia médicos.”* O isolamento da pequena vila só seria quebrado com inauguração da linha férrea São Paulo – Santo Amaro em 1886, data que demarca o início deste trabalho, e mais notadamente com a substituição dos trens a vapor pelos bondes elétricos, os quais Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p. 118) relata terem quebrado por completo o isolamento por serem mais rápidos, por trafegar com mais frequência que os trens, por evitar a baldeação no bairro da Vila Mariana e ainda por atravessar a cidade podendo assim dar um fluxo maior aos paulistanos que a procuravam como local de recreio.

A própria edilidade em seus documentos afirmava ser a vila pobre e de pouco progresso material como afirma o Relatório dos Annos de 1892, 1893 e 1894 apresentado pelo Tenente Coronel Carlos da Silva Araujo, pois *“o Progresso material, por iniciativa particular foi lento, mas com tudo, apesar de ser este povo, como é sabido, pobre,*

¹⁶³ Ver os trabalhos de BERARDI, Maria Helena Petrillo. História dos bairros de São Paulo. Santo Amaro, São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 2ª Ed., 1981. RIBEIRO, E. M., op. cit.; Op. cit. op. cit.; SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. op. cit. e ZENHA, Edmundo. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950; Op. cit. O Santo Amaro de Paulo Eiró, São Paulo: Departamento de Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII e Op. cit. op. cit.

edificaram-se oito predios e reconstruíram-se quatro.” São Paulo, nesta mesma época, para efeitos comparativos já apresenta um crescimento muito mais rápido. Oito edifícios em três anos resulta em uma média de quase três edifícios por ano, o que demonstra que o ritmo de crescimento que era frenético em São Paulo ainda não havia atingido Santo Amaro. Chama a atenção o administrador afirmar que seu povo é sabidamente pobre, mas que mesmo assim os edifícios foram construídos por iniciativa privada.

Considerando a discussão pelo ponto de vista da acumulação do capital e da circulação e entesouramento da riqueza pelos seus cidadãos, Santo Amaro realmente não oferecia muitos recursos a analisar.¹⁶⁴ Não existiram fortunas de vulto pelo menos até o

¹⁶⁴ Não se pretende aqui neste trabalho discutir a pobreza de Santo Amaro, mesmo porque isso não seria possível visto o seu alcance limitado, mas sim dar subsídios para uma pesquisa posterior que possa abarcar todos os elementos necessários a uma análise mais profunda. A discussão sobre a medição efetiva da riqueza é um assunto que ainda ocupa os cientistas sociais, pois ainda não se tem instrumentos eficientes para definir se uma sociedade é rica ou não. Há discussões que consideram que os critérios atuais não são suficientemente abrangentes para conseguir considerar todos os pontos de vistas de uma sociedade material. Cada método, porém, é próprio para o seu tempo e espaço, e por esta razão a escolha por um termo de comparação utilizado na época que era a posse de escravos. Mesmo do ponto vista material se poderia ter escolhido os critérios inspirados pela leitura da obra de Maria Luiza Marcílio (1974, p. 138), cuja pesquisa a fez concluir que na São Paulo antiga não ocorreram surtos de fome como na Europa medieval e moderna. É possível que em Santo Amaro tal fato avassalador também não tenha ocorrido, pois partilhava do mesmo modo de produção, o qual aliás foi tido como letárgico por muitos estudiosos. Em uma sociedade que comumente se convivia com grandes fomes e ausência de alimentos, tal fato indica uma grande riqueza. E que conforme lembra Gilberto Freire (2004, p. 106):

“Um, o deficiente, de populações sufocadas no seu desenvolvimento eugênico e econômico pela monocultura; o outro, equilibrado, em virtude da maior divisão de terras e melhor coordenação de atividades – a agrícola e a pastoril – entre os paulistas. Destes a saúde econômica se transmitiria mais tarde aos mineiros; os quais, passada a fase turbulenta do ouro e dos diamantes, se aquietariam na gente mais estável, mais equilibrada e, talvez, melhor nutrida do Brasil”.

A opção foi por critérios materiais cujos estudos já estão mais avançados e consolidados nas Ciências Sociais e que, por isso, não causem grandes estranhamentos na leitura. A opção por Marcílio, apesar de ser muito mais humana, suscita dúvidas materiais por não possuir uma quantidade de elementos comparativos suficientes, pois não há ainda uma quantidade de estudos que a consagrem. Embora seja possível por meio de análises laboratoriais analisar os restos humanos de uma sociedade para dizer se seus elementos passaram

final do século XIX. Considerando a posse de cativos como medida de riqueza, verificou-se que a região do planalto paulistano não concentrava um número considerável de cativos em comparação até com outras regiões da província de São Paulo. Tal fato não é nenhuma novidade, pois quem apresentava na época a maior pujança econômica por causa da cultura cafeeira era a região do interior. Os plantéis eram incomparavelmente maiores, Slenes (2010, p. 238) coloca que em 1872, “*três em cada quatro senhores em Campinas tinham menos de vinte cativos; porém, os 4% mais ricos possuíam acima de cem*”.

As tabelas na sequência apresentam os dados referentes às populações de São Paulo e Santo Amaro realçando as proporções entre a população livre a cativa.

Tabela 3.1 – Proporção escravos/livres na população da cidade de São Paulo - 1765 a 1886

Anos	Livres	Escravos	% Livres/ Escravos
1765 ¹	(20.873)	5.988	28,6
1772	21.272	5.160	24,2
1798 ²	21.304	6.075	28,5
1836	21.933	5319	24,2
1886	47.697	493	1,0

¹ Inclui Atibaia, Jaguari e Nazaré.

² Inclui Santo Amaro.

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750 – 1850.*; São Paulo: Ed. Pioneira/Ed. da USP, 1974, p. 107.

fome ou não, no Brasil não são conhecidas pesquisas nas áreas da Ciências Sociais que abordassem a fundo tal hipótese. Do ponto de vista da análise de João Cardoso de Melo, a economia de Santo Amaro do final do século XIX e início do XX sofria de um diacronismo, pois convivia com uma sociedade já inserida no modo de produção capitalista moderno, não sendo porém ainda capitalista, muito menos moderna, pois os setores tradicionais da economia ainda predominavam, como a agricultura de subsistência com a venda dos poucos excedentes para o mercado e o comércio de mercadorias pouco elaboradas.

Tabela 3.2 – Proporção escravos/livres na população da província de São Paulo - 1803 a 1886

Anos	Livres	Escravos	% Livres/ Escravos ¹⁶⁵	Total
1803	144.248	44.131	23,43	188.379
1816	165.627	54.240	24,67	219.867
1836	235.958	90.944	27,82	326.902
1886	650.209	107.329	14,17	757.538

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750 – 1850.*; São Paulo: Ed. Pioneira/Ed. da USP, 1974, p. 108.

Tabela 3.3 – Proporção escravos/livres na população da Vila de Santo Amaro - 1836 a 1886

Anos	Livres	Escravos	% Livres/ Escravos ¹⁶⁶	Total
1836	5.431	463	7,85	5.894
1854	4.101	492	10,71	4.593
1886	6.259	57	0,9	6.316

Fontes: 1836 e 1854: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Ensaio sobre a demografia e a economia*, São Paulo: FFLCH-USP, Boletim nº 53, nº 1, vols. I, II e III, 1952.

1886: LANGENBUCH, Jurgén Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971.

¹⁶⁵ A tabela original previa a divisão entre homens e mulheres nos para livres e escravos, como tal informação não era importante para a análise aqui apresentada as colunas foram adicionadas com os cálculos realizados a partir dos dados apresentados por Marcílio (1974, p. 107) na sua tabela.

¹⁶⁶ Idem em Marcílio (1974, p. 108).

Pela análise dos percentuais da população de Livres/Escravos verifica-se que em São Paulo, no geral, não se chegou a uma taxa próxima a 30%, ou seja, a população escrava chegou no máximo a ser um quarto da população total mesmo nos anos de auge da produção cafeeira que marcam o final do século XIX. Em períodos anteriores e mesmo em contemporâneos, há localidades onde este percentual passou facilmente os 50%, ou seja, pelo menos metade da população era escrava.

Ao estudar a população de origem alemã que habitava a região de Santo Amaro, Siriani (op. cit., p. 65) percebeu que eles não viam a posse de escravos como uma alternativa de diversificação de investimentos. A explicação não era por motivos exatamente humanitários, que alguns poderiam os ter, mas sim o preço proibitivo que os escravos homens em idade produtiva alcançavam. Em um dos casos estudados dos inventários por ela, o de Henrique Schunck, “*grande proprietário de terras de lavoura na região do núcleo de Santo Amaro e com uma razoável criação de gado bovino e equino, inúmeros bens de raiz*”, havia apenas dois escravos e, mesmo assim, um deles, que possuía epilepsia, teve seu valor avaliado em 700\$000, abaixo dos 1:000\$000 que alcançaria caso gozasse de boa saúde. Comparativamente, duas famílias consideradas bem de vida estudadas tiveram seus bens avaliados em 10:000\$000. As duas famílias não possuíam escravos. Na região de Campinas, nos estudos realizados por Slenes (2010, p. 238), em 1861 quando do passamento de Lúcio, cujo patrimônio envolvia “23 escravos, o sítio, e duas casas e um terreno urbanos” e alcançava a cifra de “52 contos de réis (52:000\$000), ou em torno de US\$ 27 000 pelo câmbio da época”. Lúcio era considerado “*um homem próspero na sua comunidade, mesmo entre senhores de escravos, embora estivesse longe de ser um dos mais ricos*”. Há de se notar que o valor de seus escravos perfazia o total de um terço dos bens fundiários e eram predominantemente homens adultos que trabalhavam na sua propriedade plantando milho, feijão e arroz, ou seja, bens de subsistência e não café. Slenes indica ainda que esta proporção não era “*nada estranha para os senhores da época*”.¹⁶⁷

Não é nada difícil que Henrique Schunck possuísse mais terras e produzisse mais gêneros alimentícios que Lúcio, porém a disparidade entre o número de escravos catapultou

¹⁶⁷ Ver SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*; IN NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*; São Paulo: Ed. Companhia das Letras, vol. 2, 2010.

a diferença de valores. A causa desta disparidade de valores entre as terras tem em Martins (op. cit., p. 24) uma explicação, pois “*na vigência do trabalho escravo a terra era praticamente destituída de valor*”. Completa dizendo que “*genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos, sobretudo quando pequenas indenizações eram oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados*”.

Ambos produziam gêneros alimentícios que quanto ao seu pouco valor intrínseco há a explicação de Dias (1984, p. 9) que exemplifica o modo de pensar da época, pois a sua “*produção e comercialização*” eram “*secundários sob o ponto de vista do sistema econômico da grande lavoura, permaneceram estruturalmente desorganizadas, cercadas de uma aura de menosprezo social contra o doméstico*”. E era a produção destes bens que se caracterizava Santo Amaro.

Ainda segundo Martins (op. cit., p. 25), o alto valor imputado ao fator de produção trabalho representado pelo escravo é justificado, pois sem ele nada seria produzido e a terra continuaria sem nenhum valor adicionado. O valor das fazendas era uma representação do trabalho ali acumulado e não da extensão das terras, das benfeitorias nela realizadas e dos bens ali produzidos. Na sua opinião, “*a fazenda consistia, pois, no conjunto dos bens essencialmente constituídos pelo fruto do trabalho*”. Desta forma, conclui-se que em um país onde o fator de produção terra era abundante e pôde ser obtido até 1850 por meios não monetários, esta explicação faz todo sentido. Mesmo podendo ser objeto de comércio, o que ocorria apenas limitadamente segundo ele, a terra possuía em si pouco valor. Ele cita que “*em 1882, a Associação Comercial de Santos estimava que, do valor de uma fazenda de café, uns 20% poderiam corresponder à avaliação da terra*”.

Portanto, por este índice de acumulação de capital, Santo Amaro não era exatamente um município rico.¹⁶⁸ O adjetivo pobre é razoavelmente bem utilizado para caracterizá-la. Porém, esta análise alcança somente até o ano de 1888, pois com a abolição do trabalho

¹⁶⁸ O termo município no trabalho é preferido ao termo cidade por Santo Amaro, na realidade, nunca ter sido elevada à categoria de cidade.

escravo, a sua posse deixa de representar valor. Para além dele, pode-se considerar a renda¹⁶⁹ como um elemento eficaz para comparar riquezas de municípios.

Para termos comparativos efetivos será adotada a tabela formulada por Love (1982, p. 54) onde ele apresenta as doze maiores arrecadações de impostos do estado de São Paulo do período de 1885-86 até 1920. Sua intenção ao montá-la foi demonstrar os efeitos da renda da economia cafeeira na economia dos municípios paulistas por meio da consequente evolução da arrecadação de impostos permitindo também analisar a evolução da importância dos municípios de acordo com o aumento da arrecadação.

Tabela 3.4 - Classificação dos municípios paulistas por Renda¹ (doze primeiros), Anos escolhidos (em contos, valor corrente, arredondados)

1885 – 86 ²		1896 ³		1920	
Capital	338	Capital	3.864	Capital	25.563
Santos	209	Santos	1.997	Santos	7.095
Campinas	82	Campinas	1.049	Campinas	2.040
Taubaté	34	Taubaté	442	Ribeirão Preto	1.256
Mogi Mirim	29	Ribeirão Preto	428	Bauru	921
Amparo	26	São Carlos	297	Amparo	832
Rio Claro	25	Piracicaba	252	São Carlos	754
Pindamonhangaba	23	Amparo	248	Araraquara	718
São Carlos	21	Sorocaba	236	Taubaté	576
Itu	20	Guaratinguetá	174	Sertãozinho	561
Capivari	18	Jaboticabal	174	Jaú	553
Limeira	18	Itapira	165	Sorocaba	497

¹ Arrecadação de impostos.

¹⁶⁹ O termo renda aqui se refere aos valores recolhidos como impostos pelos municípios que caracterizam uma parcela de toda a produção de bens e serviços que circulam pela localidade. É mais apropriado para determinar quantitativamente a concentração e o acúmulo de capital em determinadas regiões geográficas. O raciocínio realizado aqui é apenas para termos de riqueza como acumulação de capital e não de outros bens intangíveis como qualidade de vida e bem estar da população, que eram pensamentos longínquos à maioria da população daquela época. Procura-se trabalhar com a definição marxista de acumulação de capital que se limita a bens e serviços produzidos por uma sociedade.

² Ainda província.

³ A partir de 1889, estado.

Fonte: LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889 - 1937*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982, p. 54.

Percebe-se pela tabela 3.4 que os efeitos na renda da produção cafeeira foram muito mais sentidos em dois municípios não-produtores, mas que funcionavam como receptores como centros regionais ou locais. São Paulo, a capital administrativa, era o centro distribuidor da produção de todo o estado, pois pelo modo como as ferrovias foram instaladas, toda a produção chegava a São Paulo e de lá seguia para Santos de onde era embarcada para o exterior. Assim, foi a maior beneficiária de uma produção que não ocorreu em seu território. O café enriqueceu o estado, mais notadamente a Capital que conseguiu fazer perdurar seus efeitos para além da sua fase produtiva. Chama a atenção o vertiginoso crescimento desta renda pelo período de 35 anos que a fez permanecer como primeira classificada desde o início e, além de tudo, manter e até aumentar a diferença entre os outros municípios. Em 1885, a renda era de 338 contos de réis, aproximadamente 50% maior que a de Santos, segundo colocada com 209 contos; Campinas, a terceira colocada e produtora de café, tinha renda de 82 contos de réis, ou seja, quase quatro vezes menor que a da Capital e duas vezes e meia menos que a de Santos, que também não produzia café. No período seguinte, em 1896, São Paulo aumentou sua renda em 11 vezes em apenas dez anos; Santos obteve também desempenho semelhante ao quase decuplicar os seus valores, porém aumentando a diferença para São Paulo, que dobrou de um período ao outro; Campinas manteve-se também como terceira, aumentando sua renda em impressionantes doze vezes, conseguindo diminuir a diferença para São Paulo, que ficou em três vezes e meia, graças ao aumento maior na sua participação na renda, ou seja, graças ao bom desempenho da lavoura de café. No período final, São Paulo consegue mais uma vez multiplicar sua participação, porém não no mesmo quantum, tendo aumentado em apenas seis vezes e meia, sinal de que a lavoura perdia fôlego, mas que ainda conseguia crescer, porém por méritos próprios; Santos, por sua vez, aumentou-a em apenas três vezes e meia, mostrando que a crise na produção cafeeira se fez sentir no principal porto paulista; Campinas, mesmo mantendo-se em terceira, aumentou parcas duas vezes seu produto, mostrando que a produção cafeeira declinava e com isso as rendas do município

evidenciando a sua dependência do produto, porém fixando-se como importante centro regional.

Analisando as oscilações entre São Paulo, a primeira colocada, e as cidades nas quartas colocações, respectivamente Taubaté e Ribeirão, verifica-se que ocorreu em 1885 uma mudança na ordem de 10 vezes; em 1896, esta diferença aquiesceu para aproximadamente 9 vezes para disparar para 20 vezes em 1920, evidenciando assim cada vez mais uma tendência de concentração regional que se confirmaria como nacional que São Paulo iniciava. Esta mudança na quarta posição demonstra que Taubaté conseguiu manter sua importância mesmo depois do declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a ascensão das novas zonas produtoras representadas por Ribeirão Preto, que somente em 1920 assume o lugar de Taubaté que declinou quatro posições.

Tabela 3.5¹⁷⁰ – Receitas com impostos em Santo Amaro¹

1886	1896	1920
6:000\$000 ²	20:000\$000 ³	56:000\$000 ²

¹ Valores aproximados.

² Valores obtidos pela análise das Atas da Câmara Municipal de Santo Amaro.

³ Valores obtidos pela análise do Relatório dos Anos de 1892, 1893 e 1894 Apresentado pelo Tenente Coronel Carlos da Silva Araujo Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro Em Sessão de 07 de Janeiro do Anno de 1895, São Paulo: Typ. a Vap. Espindola, Siqueira & Comp. – Rua Direita, 10-A, 1895.

Pela comparação da tabela 3.5 com a Tabela 3.4, percebe-se que Santo Amaro em nenhum dos períodos classificados na tabela aparece como tendo uma das doze maiores rendas do estado. Muito pelo contrário e diferentemente do que mostrou a historiografia sobre a Vila, sua renda de seis contos de réis em 1885 não estava muito distante da décima segunda colocada, Limeira que era um município produtor de café e, mesmo assim, a razão

¹⁷⁰ As tabelas foram montadas para efeitos puros e simples de comparação entre a renda dos municípios e, portanto, não foram considerados os efeitos da inflação que atingiu o período considerado, mesmo porque ela deve ter atingido de forma semelhante a todos eles e mesmo que tenha ocorrido efeitos de aumento dos valores em maior ou menor proporção entre os produtos e as localidades, seus efeitos foram anulados pelo crescimento *per se* da renda.

da diferença entre elas era apenas da terça parte. Deve se considerar que em 1885 o número de municípios considerados era relativamente pequeno, pois a área pioneira estava começando a chegar às regiões de terra roxa próximas a Ribeirão Preto, e a base de comparação, portanto, também menor ainda que a renda total do estado estivesse em franco crescimento. A década de 80 do século XIX marca o crescimento e fixação da cultura cafeeira lançando as bases para ser o produto mais importante da economia brasileira e, sem embargo, o que mais mudanças estruturais trouxe para a sociedade brasileira e, mais notadamente, para o estado de São Paulo. A economia e a sociedade santamarenses vão se beneficiar, ainda que marginalmente¹⁷¹, da explosão de renda que a cultura cafeeira trouxe, porém estas mudanças não foram dadas pela produção de café em si, mas pelos efeitos multiplicadores que foram sentidos em várias regiões do estado. Santo Amaro, por ser vizinha de São Paulo, a região mais beneficiada pela economia cafeeira, entretanto não colheu plenamente os frutos desta proximidade. Langenbuch (op. cit., p. 124) demonstra que os municípios do então planalto paulistano¹⁷² relativamente ao crescimento populacional não tiveram o seu crescimento populacional compatível ao da Capital. Quando a população da Capital cresceu vinte e quatro vezes, a população dos municípios vizinhos, Santo Amaro incluído, cresceu apenas três vezes. Ele (op. cit., op. cit.) explica este processo como sendo paradoxal e estranho, pois:

“À primeira vista o fato pode causar estranheza, pois os arredores paulistanos viram a implantação e ampliação de uma série de atividades econômicas, carentes de mão de obra e portanto de vocação povoadora. Acontece, contudo, que simultaneamente com o povoamento desta forma gerado, deve ter ocorrido um processo oposto de despovoamento, comportando parte de população tradicional dos arredores paulistanos (caipiras sobretudo).”

¹⁷¹ Compreende-se o termo marginal aqui não pelo sentido dado pela teoria econômica, mas sim por ter ocorrido paralela e indiretamente.

¹⁷² A região outrora chamada de planalto paulistano foi renomeada mais adiante, com algumas poucas mudanças de desmembramentos de municípios, como região metropolitana de São Paulo. A denominação planalto paulistano se refere histórica e geograficamente aos primeiros núcleos formados por colonos europeus. Originalmente, a maior parte dos municípios, com a exceção de Santo André, fazia parte da vila de São Paulo.

Sua hipótese é a de que com o vertiginoso crescimento da Capital, as populações dos municípios próximos foram primeiramente atraídas pelas oportunidades de emprego e de melhoria de renda proporcionadas por São Paulo. Estas populações, além da atração natural que o crescimento econômico traz, foram também liberadas de seus afazeres tradicionais, ou seja, deixavam uma economia de características pré-capitalistas para se inserir no modo de produção capitalista como assalariados, conforme ele (op. cit., op. cit.) explica:

“Por um lado, a decadência de transporte por tropas de burro nos trechos extra-regionais provocou uma restrição ou extinção de várias atividades que ofereciam muitas chances de trabalho. Em sentido oposto, a cidade de São Paulo, em seu descomunal crescimento, constituía um mercado de trabalho ávido por uma mão de obra cada vez mais numerosa. A ferrovia, além de agir através do efeito supra-referido (decadência dos transportes rústicos), deve ter favorecido o processo em causa, por assegurar transporte rápido à Capital.”

No período posterior, houve um crescimento de 3 vezes em comparação com o período anterior, muito menor que o crescimento dos três primeiros colocados e oito vezes menor que a renda do décimo segundo colocado, Itapira que entrou pela primeira vez na lista. Nenhuma das cidades relacionadas cresceu tão pouco e a diferença entre ela e a última posição cresceu. Percebe-se que a cidade cresceu, porém não se aproveitou da avalanche de crescimento que aconteceu no estado todo, mostrando que ainda o café não havia chegado a Santo Amaro, ou do ponto de vista marxista, o modo de produção do capital ainda não havia chegado. É possível que este crescimento, embora pequeno para a época e para o estado de São Paulo, mas mesmo assim impressionante em termos absolutos, tenha vindo do setor de subsistência, pois com o crescimento populacional de São Paulo, a necessidade de gêneros cresceu também incentivando os produtores a fazerem maiores inversões na produção. A proximidade da Capital, neste momento é vantajosa para a produção de gêneros, pois permite que determinados gêneros perecíveis sejam produzidos, como a carne verde, e diminui os custos com o transporte agilizados pela instalação da linha de tramway São Paulo – Santo Amaro. Mais tarde esta proximidade vai expulsar as atividades agropecuárias para locais mais distantes e exterminá-las dos locais de ocupação próximos à divisa com a Capital dando lugar à urbanização.

A comparação do período de 1920 é ainda mais desvantajosa para Santo Amaro, mesmo tendo tido um crescimento de 1.000% entre 1886 e 1920, sua renda em comparação com a décima segunda colocada, Sorocaba, perfazia apenas um nono de sua razão. Ou seja, a diferença entre as cidades mais bem colocadas aumentou exponencialmente à razão terça, significando que a Vila não acompanhou proporcionalmente o crescimento obtido por outras localidades. Isto não quer dizer, entretanto, que o município tenha ficado mais pobre, porém a comparação com municípios mais ricos evidenciou mais ainda sua distância entre os mais ricos. São Paulo, comparativamente no mesmo período, cresceu impressionantes setenta e cinco vezes.

Esta análise corrobora as conclusões de Langenbuch de que o crescimento intrarregião metropolitana só foi se dispersando quando as formas estabelecidas de crescimento em São Paulo começavam a dar sinais de cansaço. É quando ocorreram crises nos formatos de crescimento que as cidades circunvizinhas começaram a usufruir do crescimento paulistano. O primeiro deles é decorrente da primeira onda imigratória de 1886 até 1902 que aumentou violentamente a população paulistana criando uma massa populacional disposta a encontrar trabalho nas mais variadas atividades, não encontrando, porém uma contrapartida na oferta de trabalho. É daí que muitos partem para o estabelecimento de unidades de negócios próprios por menores que fossem, mas que pudessem gerar o sustento familiar. Com o crescimento da atividade industrial, esta massa vai sendo empregada e o excedente populacional não utilizado vai se deslocando em busca de oportunidades em outras localidades.

Deste modo, com a análise dos dois critérios apresentados, pode-se concluir que Santo Amaro mesmo sendo um centro regional de distribuição de gêneros alimentícios e outros produtos, não era exatamente um município rico. Pode-se ainda corroborar com a opinião da edilidade e com os historiadores que ele era pobre. Pobreza esta que pode ser de certa forma matizada se forem considerados outros critérios de natureza não material.

De modo a facilitar a compreensão e aprofundar análise das atividades econômicas ocorridas em Santo Amaro, a tabela abaixo traz os totais apurados de unidades de negócios existentes no período considerado por este trabalho.

Tabela 3.6 - Totais das Unidades de negócios em Santo Amaro - 1886 a 1934

Anos	Total	Evolução	Anos	Total	Evolução
1886	297	-	1911	264	17
1887	297	0	1912	223	-41
1888	295	-2	1913	224	1
1889	291	-4	1914	232	8
1890	139	-152	1915	221	-11
1891	196	57	1916	207	-14
1892	152	-44	1917	264	57
1893	173	21	1918	246	-18
1894	172	-1	1919	220	-26
1895	148	-24	1920	222	2
1896	299	151	1921	235	13
1897	288	-11	1922	299	64
1898	311	23	1923	272	-27
1899	313	2	1924	296	24
1900	287	-26	1925	313	17
1901	288	1	1926	316	3
1902	326	38	1927	340	24
1903	303	-23	1928	367	27
1904	285	-18	1929	478	111
1905	260	-25	1930	552	84
1906	239	-21	1931	495	-57
1907	248	9	1932	444	-51
1908	229	-19	1933	535	91
1909	285	56	1934	599	64
1910	247	-38			

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Por ela é possível perceber uma variação anual às vezes muito proeminente, algumas delas são explicadas por critérios de registro, ou seja, de 1886 até 1889, os veículos estavam registrados juntamente com as unidades de negócios, como o seu número era considerável devido à existência, já mostrada por outros autores, de uma linha de transporte¹⁷³ de mercadorias da região até Santo Amaro e de Santo Amaro até São Paulo, o

¹⁷³ Estes carroceiros, se assim podem ser chamados, pertenciam à população local e os italianos chegados após a construção da ligação ferroviária entre São Paulo e Santo Amaro que causou um declínio da atividade não participava efetivamente desta atividade. Pelo material estudado, os italianos que possuíam

seu desmembramento causou um declínio na ordem de 50% entre 1889 e 1890. Por outro há um “inchamento” em 1896 das atividades pela inclusão dos pastos de aluguel e dos engenhos de farinha que por terem sido muito importantes para a economia do município aumentaram os lançamentos na razão do dobro. Há outras variações também proeminentes, mas conforme explicado anteriormente suas causas devem ser procuradas em acontecimentos internos e externos.

Morse (MORSE, 1970, p. 281) elucida as oscilações da década de 1890 ao demonstrar que as:

“atividades financeiras em São Paulo tornaram-se desordenadamente intensas. Veiga Filho ficou assombrado com as sociedades anônimas “que só nesta praça tinham um capital nominal de cerca de um milhão de contos”. Mas em 1892 veio o *crack* e um “estado agudo de crise”. Em dois anos – isto é, desde 1890 – “valor dos empréstimos hypothecarios e as escripturas de compra e venda” na praça de São Paulo caíram de mais de 150000 para 73000 contos. Ações da Estrada de Ferro Paulista caíram de 850\$000 para 260\$000. Os terrenos no Ipiranga baixaram de 4\$000 para \$500 o metro quadrado. A Bolsa e muitas fábricas fecharam-se; 16 bancos e 47 companhias foram liquidados; 200 carros foram retirados do serviço diário na Estrada de Ferro Inglesa; e – o que era talvez pior, como indicio de futuro mal-estar político-social – a “classe popular teve... que desfalcar o capital acumulado”.”

De Hutter (HUTTER, 1986, p. 37), encontram-se explicações sobre o período da década inicial do século XX, quando dificuldades enfrentadas pela superprodução da lavoura cafeeira levaram o país a experimentar uma das suas muitas crises que se sucederam por todo o século:

“Imbuídos de ilusão, operários, advogados, contadores, entre outros, desembarcaram no porto de Santos. Quando tomavam conhecimento da realidade, isto é, crise, que atravessa o Brasil – bancos falidos, empregados dispensados, dificuldade de encontrar emprego, o custo de vida -, exclamavam: “mas como, há crise também na América? Então as informações que temos não são verdadeiras?” Tal reação nos parece bastante significativa, mostrando bem a desconexão entre a informação e a realidade.

Alguns, em condições econômicas melhores, embarcavam novamente dentro de 48 horas. Os demais iam de um lugar a outro a procura de trabalho, ainda que fosse pouco remunerado.”

carroças para trabalho se ocuparam da prestação de serviços em obras da municipalidade e às próprias unidades de negócios.

Tal crise perpassa praticamente toda a década de 1910, pois segundo a mesma autora (op. cit., p. 111)

“Devido à crise causada pela superprodução de café, agravada em princípios do século XX, e à consequente queda dos preços do produto, muitos fazendeiros, por volta de 1907, achavam-se em condições econômicas precárias e impossibilitados de manter os contratos firmados com os trabalhadores. Isto trazia não só prejuízo financeiro a estes, como também dificultava a sua fixação na terra.”

A visualização da tabela 3.6 faz saltar aos olhos oscilações de altas e baixas por toda esta década. Contudo, mais especificamente, estas oscilações estão presentes em todo o período deste trabalho, pois as condições para a continuidade e estabilidade das atividades econômicas, em geral, no país eram muito frágeis. Tal fragilidade teria tido como causa, segundo os estudos da CEPAL¹⁷⁴, a especialização, e consequente dependência, em somente um produto agrícola, pois vendedora do seu produto aos mercados externos pertencentes aos países desenvolvidos e industrializados ficava a sua demanda a mercê destes. Foram os estudos da CEPAL que atribuíram, resumidamente, a causa do subdesenvolvimento das nações latino-americanas ao modelo agroexportador, propondo a um processo de industrialização para sanar seus problemas. Sendo que também considerava a industrialização como um projeto de construção das nações.

Há de se considerar ainda as oscilações causadas pela variável política que com o fim do reinado de D. Pedro II se tornaram problemáticas, pois ao contrário do que o senso comum prega, Carone¹⁷⁵ mostra uma Primeira República cheia de conflitos, enfrentamentos e desentendimentos.

¹⁷⁴ Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, órgão da ONU destinado a estudos sobre desenvolvimento para a região estabelecida em 25 de fevereiro de 1948 e incluído o Caribe em 27 de julho de 1984. Informações constantes em <http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/3/43023/P43023.xml&xsl=/tpl/p18f-st.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>, última visualização em 15 de agosto de 2014.

¹⁷⁵ Ver CARONE, Edgard. *A república velha (evolução política)*, São Paulo: Difusão europeia do livro, 1971.

A outra discussão procedente é a de Santo Amaro ter sido uma espécie de “celeiro” de São Paulo fornecendo segundo Berardi¹⁷⁶ *“todos o gêneros de primeira necessidade, mandioca, milho, feijão, arroz, batatas inglesas, eram comprados dos santamarenses. Numerosas propriedades rurais dedicavam-se à criação de gado e aves domésticas.”* Tal afirmação tem de ser analisada por produto, pois pela documentação pesquisada a sua produção pôde ser confirmada ou não de maneira indireta. Aparentemente, considerar somente Santo Amaro como centro produtor de todos esses gêneros desconsiderando seu papel como centro regional e distribuidor da produção de outras localidades, constitui na perpetuação de erros de historiadores do passado desconhecedores da região, ou tendo as feito antes do desmembramento de localidades produtoras dos gêneros em questão ou mesmo até de confusão com outras localidades, pois Raffard (1977, p. 59) ainda no século XIX transcreve o prospecto publicado em 1883 pela Companhia de Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro que já utilizava a referência. Porém, o mesmo prospecto elucida a questão colocar Santo como a *“chave de um distrito que, com razão, é chamado o celeiro da Capital, pois que seguramente metade dos víveres que aqui são consumidos são daquela procedência”*. E completa com a afirmação de que a *“população do distrito, cujos produtos passam em Santo Amaro em procura do mercado da Capital e que se compõe da própria vila, da de Itapecerica e das povoações de São Lourenço, M’Boy e alguns núcleos de habitantes como Casa Grande e outros, eleva-se a mais de 12.000 almas.”* Portanto, nem toda a produção de gêneros e outros produtos exportados¹⁷⁷ para São Paulo eram produzidos em Santo Amaro, mas sim em outras localidade tributárias a ela como Itapecerica, que foi parte integrante de seu território até 1877. É de lá que vinham as referidas batatas citadas por Berardi, mas especificamente do bairro rural Potuverá, onde Ribeiro (2002, p. 45) verificou a produção não só de batatas, mas também de café, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e algodão. Com as informações captadas pela Companhia de Carris, Raffard (op. cit., p. 60) afirma que Itapecerica produzia e exportava

¹⁷⁶ A obra de Berardi destaca-se por ser até o presente momento a única que se ocupa da história de Santo Amaro em seus aspectos sociais e econômicos. Como não é uma obra acadêmica permite-se determinadas afirmações que carecem de comprovação documental e perpetuou alguns erros de historiadores do passado.

¹⁷⁷ Exportar é o termo utilizado na época para a venda de gêneros e produtos para além dos limites do município e é utilizado por ser considerado mais adequado.

ainda madeiras de construção, lenha, pedra de cantaria e bruta, víveres, aguardente de milho, galinhas, ovos, algum toicinho e poucos carneiros.

Azevedo Marques em 1879 escrevia que as lavouras de cereais do município e de Embu¹⁷⁸ abasteciam a Capital, entretanto não esclareceu quais eram os cereais em questão, mas afirma que Santo Amaro produzia além dos gêneros alimentícios, madeira, carvão e pedra de cantaria. Itapecerica foi citada pelo viajante Avé-Lallement como produtora de batatas e legumes. Segundo o mesmo viajante toda a região de Santo Amaro se ocupava com atividades que pudessem fornecer bens e mercadorias à Capital. Müller em seus estudos de 1836, no entanto, aponta que Santo Amaro produzia 92 alqueires de batatas, mas é preciso ponderar que a esta data Itapecerica ainda era parte integrante do município, portanto é possível que a produção ocorresse somente em Itapecerica e não em Santo Amaro já que não existem registros posteriores de que Santo Amaro produzisse o cereal como observado pelo viajante. A produção, todavia, não parece ter tido vida longa, pois Raffard citando relatórios de 1885 até 1888 aponta diversas outras localidades como Santana, São Bernardo e São Caetano como produtoras, mas não cita Santo Amaro nem Itapecerica. Langenbuch (op. cit., p. 23), porém, cita o mesmo Müller que empregou a expressão em 1838 em seu *Ensaio*, mas referindo-se a outra área, por sinal um pouco mais afastada de São Paulo “as Povoações ao Norte, Bragança, Atibaia e Nazareth são, por assim dizer, os celeiros da Capital, cultivão o feijão, milho e arroz, e crião Porcos”.

Uma outra estudiosa de Santo Amaro da época, Siriani (2003, p. 142) caracteriza que o comércio entre Santo Amaro e Itapecerica foi beneficiado pela instalação da linha férrea, pois:

“Possibilitou o acesso rápido da população em direção à capital e, principalmente, promoveu o aumento do transporte de mercadorias para o abastecimento de ambas as regiões. Por ela circulavam a carne verde abatida no matadouro, a madeira e a pedra de cantaria, vindas do sertão de Santo Amaro e Itapecerica e toda a sorte de gêneros alimentícios produzidos na região”.

Desta forma, segundo Siriani (op. cit., op. cit.) a linha férrea “serviu, entre outras coisas, para movimentar a economia e a vida social da região santamarense que, há muito,

¹⁷⁸ Embu na data referida era parte do município de Itapecerica de onde se emancipou somente na década de 1960 juntamente com Taboão da Serra, que era bairro de Santo Amaro.

vivia um profundo estado de letargia¹⁷⁹”. Para a autora (op. cit., op. cit.) “era o elo que faltava para que o Planalto deixasse de ser visto como uma região longínqua, ou, mais pejorativamente, “botinas amarelas”, devido ao fato de calçarem, para vir à capital, botas de couro cru de coloração amarelada, que acabavam por se tornar um distintivo do santamarense em passagem pela cidade”. A importância da exportação de carne verde tendeu a crescer com a agilidade proporcionada pelo novo meio de transporte.

“Os aglomerados concentravam ainda o comércio e vários serviços, procurados pela população rural”. Foi a constatação feita por Langenbuch (op. cit., p. 53) ao estudar os arredores da cidade de São Paulo, mais notadamente Santo Amaro. Ele percebeu a importância da Vila como centro regional. Edmundo Zenha, mesmo sustentando a ideia de “celeiro da capital” ao analisar os livros contábeis da loja que Adolfo Pinheiro mantinha em Santo Amaro percebeu que “foi estabelecimento de larga freguesia, o mais bem sortido na vila, conhecido por extremos de admirar, - Cotia, São Lourenço, São Bernardo. De lugares tão afastados vinham fregueses fiéis, aquerenciados, já do trato que recebiam do

¹⁷⁹ A autora utiliza o termo profundo estado de letargia para caracterizar não só a economia da região, mas também a sua vida social. Outros autores também se utilizaram de termos similares para se referenciar a localidades ou regiões cuja economia se baseava, mais notadamente, em fundamentos pré-capitalistas de produção. No entanto, esta caracterização é carregada de fatores de caráter muito mais ideológicos que de análise socioeconômica, pois é utilizado, na maior parte das vezes para fazer um contraponto entre a suposta dinâmica, entendida aqui como ativa, de mudanças e adaptações rápidas, do modo capitalista de produção e os modos de produção pré-capitalistas que ele substituiu. O passatempo preferido dos fisiocratas, de Adam Smith e de Jean-Baptiste Say era ridicularizar os seus opositores mercantilistas e seus modos de produção, chamando-os também de atrasados e fora do seu tempo. As economias e as sociedades pré-capitalistas tinham um modo de ação onde as relações baseavam-se em valores outros próprios de seu tempo e lugar. Chamar uma economia de letárgica faz entender que nada acontecia ou nenhuma coisa ocorria e esconde a real luta pela sobrevivência que aquela sociedade empreendia. No caso de Santo Amaro deixa de visualizar um município que era centro regional, cujos habitantes produziam além do seu sustento, pois comercializam com regiões diversas de São Paulo. Uma economia que obedecia ainda ao ritmo natural de produção, mas que de letárgica nada tinha. Era, por sinal, intensa e variada, muito mais variada que suas similares monocultoras em outras regiões do país que tudo importavam, como definiu Gilberto Freire (2004, p. 98), cujos senhores de engenho “davam-se eles ao luxo tolo de mandar vir de Portugal e das ilhas; do que resultava consumirem víveres nem sempre bem conservados: carne, cereais e até frutos secos, depreciados nos seus princípios nutritivos, quando não deteriorados pelo mau acondicionamento ou pelas circunstâncias do transporte irregular e moroso”.

proprietário, já da variedade em artigos que dispunham”. Nesta afirmação ele percebe a função dos estabelecimentos comerciais santamarenses como distribuidores de produtos no atacado e no varejo, mas que por esta mesma razão, não deveriam abastecer-se somente de produtos da Vila.

A afirmação aqui colocada de que Santo Amaro atuou como um centro distribuidor da sua região tributária pôde ser comprovada pela existência de unidades de negócios especialistas em vendas de gêneros ao atacado, atividade que não se sustentaria se comerciasse somente em termos locais existente desde 1900 como comprovado pelo livro de *Indústrias e Profissões* de 1900.¹⁸⁰

O mesmo prospecto da Companhia de Carris utiliza as informações a respeito da produção da região para justificar a instalação da ligação ferroviária entre São Paulo e Santo Amaro, a qual excetuando a linha férrea à Cantareira, é a única ligação entre a Capital e os seus municípios periféricos, o que demonstra ser a produção existente na região de grande importância. É deste prospecto que diversos historiadores se utilizaram para explicar a economia santamarense ou outras características¹⁸¹. Não há em Raffard a explicação de como o prospecto foi produzido, porém há evidências contidas nele que demonstram terem sido enviados questionários aos proprietários de unidades de negócios da região, o que demonstra serem as informações, em termos, confiáveis. Em termos, pois

¹⁸⁰ Pode-se afirmar que a atividade já era efetivamente exercida anteriormente, talvez em menores proporções, ou até com outra denominação, pois já foi citada por Zenha em seu estudo sobre Santo Amaro do século XIX. É possível que ela não tenha sido realizada pelos armazéns de secos e molhados e que somente em 1900 tenha sido denominada oficialmente. Ver ZENHA, Edmundo. *A vila de Santo Amaro*, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

¹⁸¹ Alguns trabalhos acadêmicos importantes foram realizados segundo as informações contidas no prospecto tais como APROBATO FILHO, Nelson. *Kaleidosfone. As novas camadas sonoras na cidade de São Paulo. Fins do século XIX, início do XX*, São Paulo: EDUSP, 2008; LANGENBUCH, Jurgen Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971; RIBEIRO, Evanice Maria Hoigler. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831 – 1914)*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, tese de doutoramento, 2002; SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã. Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827 – 1889)*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

nem todos, provavelmente, foram exatamente fiéis, por diversas razões, aos reais números de seus negócios. Porém, como nem nos dias atuais é possível ter uma confiança total nas pesquisas, os números apresentados podem ser considerados confiáveis, pois muitos deles fazem parte de estatísticas, citadas no documento, realizadas pelo poder público. Conscientes dos limites da própria pesquisa, a Companhia de Carris (op. cit., p. 61) afirmou que: *“cumpre notar, porém, que de 12 negociantes a quem nos dirigimos, seis negaram-se a dar as informações pedidas e alguns dos que responderam, por um justo escrúpulo, visto não terem assentos especiais das diversas procedências, deram um número de litros certamente muito inferior ao que realmente receberam.”* E (op. cit., op. cit.) completou afirmando que não passou despercebido que muitas das negociações realizadas não passavam pelos olhos da tributação, pois *“além disso muitas famílias têm sua freguesia diretamente com os produtores e esses gêneros que devem perfazer uma soma respeitável de litros, escapam a toda a apreciação, o que igualmente acontece com os comprados pelos atravessadores, cujo comércio, apesar dos esforços da Câmara Municipal para suprimi-lo, é ainda avultado.”* Ou seja, muitas das famílias relatadas deveriam vender diretamente suas produções aos atacadistas de São Paulo.

Sobre a evasão de impostos a empresa (op. cit., op. cit.) declarou que:

“Todos sabem que dos gêneros alimentícios que entram do distrito de Santo Amaro, nem a quarta parte dá entrada no mercado municipal, onde são sujeitos ao imposto de 2 réis por litro. Os que são comprados antes de sua chegada, a entregar, nada pagam, e é natural por isso que somente uma pequena parte procure o mercado municipal. Dirigindo algumas cartas a diversos negociantes que costumam contratar gêneros no lugar da produção, obtivemos as respostas que juntamos sob os nos. 4 a 9 (no prospecto). Destes documentos vê-se que no primeiro semestre de 1883 receberam aqueles negociantes 338.145 litros, o que faz 700.000 litros, aproximadamente, por ano.”

Em sessão da Câmara Municipal de 4 de janeiro de 1897, a municipalidade de Santo Amaro recebeu uma reclamação de mesmo teor a respeito da evasão de receitas oriunda das negociações entre os cidadãos de Santo Amaro e São Paulo. O relator pedia *“providencias sobre o facto de muitos individuos comprarem os generos alimenticios dentro do municipio exportando-os para a Capital sem que paguem o minimo imposto não só a esta Camara como a da Capital porquanto os generos são vendidos na vargem de Santo Amaro*

prejudicando desta forma o interesse Municipal e dificultando a vida particular dos habitantes desta Villa". Portanto, passados 14 anos do relatório da Companhia de Carris, o problema continuava a ponto de obter a interferência da Câmara Municipal.

O transporte da produção das vilas vizinhas era de tal magnitude e importância para Santo Amaro que problemas de conservação ocorridos na estrada que ligava Itapecerica a Santo Amaro causaram tamanha comoção nos poderes públicos dos dois municípios que levaram a Câmara Municipal de Itapecerica a ameaçar não utilizar Santo Amaro como centro distribuidor de sua produção. Na sessão da Câmara Municipal de Santo Amaro em 13 de outubro de 1898 o vereador tenente Amaro Vieira de Moraes faz a seguinte indicação à mesa:

"Constando-me que a Camara Municipal de Itapecerica, pretende mudar a estrada, que d áquela villa vem a este municipio, para os Pinheiros, em virtude do máo estado da estrada ultimamente concertada por ordem do Governo do Estado, e considerando que essa mudança, pode acarretar graves prejuizos a esta villa visto que deixa de entrar para o nosso municipio, digo, nosso mercado grande copia de generos de consumo que seguirão diretamente para a capital. Indico que se oficie a Camara Municipal de Itapecerica convidando-a a uma reunião nesta vila, afim de fazer-se em comum uma representação ao Governo do Estado, pedindo providencias para que seja a estrada em questão concertada em ordem, a termos facil o transito, o que presentemente se torna perigoso e difficil."

Na Ata da Câmara Municipal de 23 de agosto de 1886, foi apresentado um ofício oriundo da Câmara de Itapecerica acompanhado de uma representação de alguns moradores da região do M'Boy¹⁸² solicitando a construção de uma ponte sobre o ribeirão Pirajussara, limítrofe à Vila, visto que a existente estava em ruínas. A edilidade resolveu mandar uma comissão examinar a referida ponte para em próxima sessão resolver pela construção ou não. Em 31 de dezembro do mesmo ano, em sessão ordinária da Câmara, foi decidido repassar 20\$420 cobrados pela municipalidade de Itapecerica sobre a referida ponte. Tal

¹⁸² Atual município de Embu das Artes que foi emancipado de Itapecerica em 1960. Marcílio (MARCÍLIO, 1974, p. 42) observa que "*Mboy teve suas origens por volta do início do século XVII. Aldeia de índios situada a sul-sudoeste da cidade e a 36 km desta, teve uma existência bem difícil. No entanto, durante o final do século XVIII, reencontramos esta aldeia contando com uma população bem fraca. Após a criação da vila de Santo Amaro, em 1832, Mboy foi incluída em seu território*". Passou a fazer parte da vila de Itapecerica com a sua criação em 1877.

fato demonstra que a Câmara de Santo Amaro não colaborou com a construção física da ponte, tendo ficado a mesma sob a responsabilidade da Câmara do município vizinho. A verificação nos Livros de Industrias e Profissões indicou a predominância das atividades ligadas à subsistência, sendo numerosos os engenhos de fazer farinha, os quais só passaram a ser tributados de 1896 até 1914. A mesma ponte foi reparada pela municipalidade de Itapecerica em 1895 com custos de 45\$000 à Vila de Santo Amaro. Novamente os gastos referentes ao conserto foram realizados por Itapecerica somente e posteriormente cobrada a parte de Santo Amaro. Por outro lado, ao ser comunicada do “*pessimo estado de uma parte do aterro da Estrada do Socorro*” a Câmara em sessão de 7 de janeiro de 1895 ordenou que “*acudisse o mais breve possivel.*” Socorro era então um bairro periférico com grande importância para a economia do município e histórica e geograficamente mais próximo ao núcleo original da vila.

Percebe-se, portanto, que a passagem da produção pelo centro distribuidor de Santo Amaro era uma fonte de renda muito importante e que a perda causaria prejuízos difíceis de serem recuperados no curto prazo, pois a leitura permite notar que Santo Amaro revendia para São Paulo os produtos vindos de Itapecerica. Portanto, Santo Amaro atuava como um centro distribuidor das mercadorias da região, pois as áreas tributárias de Itapecerica; a localidade do M’Boy, os então bairros rurais de São Lourenço, Juquitiba e Taboão, também concentravam suas produções no município centro, Itapecerica, que por sua vez repassava para um centro regional maior, Santo Amaro, que repassava ao grande centro consumidor que era São Paulo. Face à ameaça de desabastecimento, comum na época, o governo do Estado se tornava responsável pela conservação da estrada que fazia a distribuição. Este caso também ilustra como ocorria o fenômeno da multiplicação dos preços dos alimentos de que tanto se queixavam os contemporâneos, pois com todas estas dificuldades de transporte e de distribuição, os produtos passavam por vários comerciantes que colocavam seus lucros na operação e os preços, portanto, multiplicavam-se. A cada parada aumentavam também as perdas, pois com a estocagem em armazéns e congêneres aumentava a possibilidade de os produtos serem comidos por ratos, de serem perdidos em

chuvas ou outros desastres naturais ou ainda pelo próprio desperdício causado pelo armazenamento e acondicionamento impróprios¹⁸³.

Em sessão da Câmara Municipal de 4 de janeiro de 1897 foi apresentada a proposta da Câmara de Itapecerica de auxílio na construção de uma estrada de rodagem que ligasse os dois municípios considerando que a despesa será comum aos dois. A decisão da Câmara, entretanto, foi que *“por falta de verba e acrescimo de dispesa não podia no presente exercicio acceitar a convenção porem para que no exercicio vindouro entraria em accordo sobre esse melhoramento”*. Ou seja, a ligação entre os dois municípios era considerada de relevante importância para Itapecerica, pois o ligava como um importante centro produtor ao seu centro distribuidor. Daí a importância desta ligação. Santo Amaro, por sua vez, priorizava a sua ligação com São Paulo, que era o destino dos bens que produzia e intermediava. No entendimento adquirido pelo estudo de algumas relações entre a municipalidade santamarense e a de Itapecerica, há entremeada uma consideração de que o transporte dos produtos de Itapecerica até Santo Amaro era de responsabilidade de Itapecerica, pois acreditava-se que não seriam modificados os hábitos adquiridos em mais de um século de relações comerciais. Ainda reforçados pela instalação da ferrovia que transportava os produtos até São Paulo.

Os estudos realizados pela empresa mostraram uma grande movimentação de mercadorias dos municípios tributários de Santo Amaro e de Santo Amaro a São Paulo. A Companhia de Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro (op. cit., p. 60) estimou o movimento de madeira em cerca de 9.360 toneladas ao ano e o de lenha em 2.080 toneladas anuais. Sendo que ela esclareceu que os carros que movimentavam tais mercadorias eram oriundos de Santo Amaro e Itapecerica. Já o transporte de pedra de cantaria movimentava 1.150 toneladas métricas ao ano. Os gêneros alimentícios foram orçados cerca de 3.200 até 4.000 toneladas anualmente ou em torno de 4 a 5 milhões de litros. Neste ponto, a empresa apresentava divergências entre os números oficiais, ou seja, os produtos efetivamente vendidos no mercado, calculados em dois milhões de litros anuais. Esta grande diferença se devia, portanto, às vendas diretas ao consumidor e aos atacadistas que não passavam seus produtos pelo Mercado Municipal de São Paulo. Do ponto de vista da empresa interessada

¹⁸³ A influência de Santo Amaro chegava até os municípios de Cotia e São Roque e as partes limítrofes de São Bernardo.

na quantidade de fretes utilizados, estes dados demonstram que os produtos de origem florestal eram os mais importantes quantitativamente para a economia da região, porém, visto que não era objeto de seu interesse realizar o estudo das cifras envolvidas, não é possível quantificar financeiramente quanto era movimentado pelo comércio entre as duas regiões.

Portanto, foram realizados estudos de prospecção de mercado para verificar a demanda potencial do serviço a ser oferecido mesmo que tenha exagerado nas proposições para agradar o poder público que deveria aprovar e conceder a possibilidade de instalação da linha férrea. Assim, a empresa tinha consciência das possíveis receitas presentes e visualizava ainda o seu aumento futuro por conta das facilidades e comodidades oferecidas. Seu objetivo primeiro era o transporte de carga e não o transporte de passageiros, porém com vistas ao futuro, ela não poderia deixar de considerar tal serviço.

Como se tratava da instalação de uma ferrovia particular que uniria uma localidade isolada, porém de importância econômica relevante, não se acredita que a empresa tenha exagerado nos números para conseguir o apoio das autoridades para sua efetivação, pois a pena caso eles não se realizassem financeiramente, seria a falência e empresários desde os primórdios da civilização têm verdadeiro horror a perder dinheiro.

Com a ferrovia, as comunicações ficaram mais eficientes barateando o custo do transporte e tornando a viagem mais rápida a ponto de torná-la interessante para mercadores ambulantes italianos que se deslocavam de São Paulo até Santo Amaro. Nas palavras de Zenha (ZENHA, 1952), embora considere o período do início do século XX, mais notadamente as décadas de 20 e 30, a linha férrea pode ser definida da seguinte maneira: “*A comunicação com a Capital transformou Santo Amaro em local de passeio, muito em moda então.*” Ele afirma ainda que mesmo assim a vila não passou por grandes transformações no século XIX mantendo seu modo de viver simples e pacato enquanto a capital e o resto do estado afetado pelo café passaram por rápidas e decisivas mudanças. Ele, no entanto, afirma que Santo Amaro “*continuou à margem da grande corrente migratória canalizada para as fazendas de café no interior do estado*”. É neste ponto onde se apoia parte da hipótese desta pesquisa: Santo Amaro ficou à margem da grande imigração direta, porém sofreu seus reflexos indiretamente, pois após um período nas

fazendas de café ou na capital realizando várias atividades os imigrantes italianos para lá se dirigiram.

Retornando à afirmação de Berardi (op. cit., p. 79) a respeito de existirem “*numerosas propriedades rurais dedicavam-se à criação de gado e aves domésticas*” pode-se afirmar que ela depende da época a ser considerada. Como o espaço temporal desta pesquisa é longo e abarca períodos de tempo de dinâmicas muito diferentes entre si e a autora está considerando apenas o século XIX e a parte inicial do século XX, a resposta deve ser dada por partes. Se for considerado o período citado pela autora há evidências de que realmente existiam numerosas propriedades dedicadas à criação de gado bovino. Em uma requisição de 5 de junho de 1893 de nesga de terra houve indiretamente a constatação da existência de grandes criadores de aves no território do município, pois o suplicante pediu uma nesga existente entre o seu térreo e o de E. Steindel que possuía um grande estabelecimento na estrada das Pedreiras encontrando um caminho que levava à estrada que levava à Capital. A análise dos livros de Impostos e Profissões de 1886 até 1901 mostra que a partir de 1896 há uma mudança por parte da edilidade que permite uma visualização mais acurada da atividade no município. Até o ano anterior, a municipalidade cobrava impostos somente do abate das reses no Matadouro Municipal, sendo que este imposto era responsável por grande parte da arrecadação municipal juntamente com os impostos sobre indústrias e profissões. Com as crescentes necessidades de maior arrecadação para conseguir atender uma urbanização e crescimento que começavam a se delinear. Embora sua população não tenha crescido sobremaneira, a vizinha São Paulo experimentava índices de crescimento espantosos, e talvez por isso a Câmara Municipal vislumbrou que hora ou outra as pressões populacionais oriundas de São Paulo chegariam até a pequena Vila. Em sessão ordinária da Câmara Municipal em 7 de janeiro de 1895, foi apresentada uma resolução, em regime de urgência, considerando que

“a tabella nº 1 de impostos sobre os generos entrados no mercado desta Villa é defficiente para a arrecadação de impostos de muitos artigos e mesmo que ha necessidade em ser alterada em algumas taxas estabelecidas, indico: A Camara Municipal resolve: adoptar para o presente exercicio de 1895 a tabella nº 2; indico mais: Considerando que ha necessidade para augmento da receita Municipal a cobrança de impostos aos individuos cujo ramo de negocios não se acha comprehendido no lançamento geral a Camara resolve:

Os negociantes como verbo gratia; Mascates e outros não compreendidos no lançamento geral, poderão obter licenças em qualquer mez do anno e por qualquer tempo.”

Portanto, tendo em vista a necessidade de uma maior arrecadação de impostos, a Câmara Municipal resolver aumentar a base tributária passando a tributar atividades que anteriormente não eram tributadas. Os pastos de aluguel foram tributados até o ano de 1911 e os engenhos de fazer farinha até 1914, quando cessaram as cobranças, mas não as atividades.¹⁸⁴

Tais ecos começaram a ser sentidos logo no final da década de 80 do século XIX com o aumento dos pedidos de datas de terra por cidadãos paulistanos e por italianos e outros estrangeiros que viram os lotes como uma forma de investimento. Como citado no capítulo 1, há pelo menos um pedido por parte de um cidadão italiano que aparentou ser com o intuito de investir com as terras apostando em um valor futuro maior.

Por fim, a municipalidade decidiu cobrar imposto de 10\$000 sobre os pastos de aluguel a partir de 1896. Algumas considerações podem ser feitas sobre esta mudança na base tributária que não foi somente a adição de mais uma fonte de recursos para a municipalidade, mas também a necessidade de controlar uma atividade que era importante para a Vila. No mesmo ano também começou a ser cobrado o imposto dos fabricantes de farinha de mandioca e de milho, também de 10\$000, uma outra atividade muito importante para a economia santamarense que ainda não era tributada.

Com o início da cobrança de imposto dos pastos de aluguel várias observações podem ser feitas:

- A atividade é anterior à cobrança, pois foi notada uma quantidade muito grande de pessoas envolvidas que não seria possível terem iniciado suas atividades quando do início da cobrança;
- A atividade era realizada majoritariamente por brasileiros e pelos descendentes de alemães, que estavam perfeitamente adaptados e localizados na cidade. A existência

¹⁸⁴ Metodologicamente falando, a inexistência destes registros oficiais não significa que a atividade tenha cessado por completo, pois este tipo de lapso é uma característica marcante da documentação oficial brasileira por vários motivos sendo que o mais importante deles é a incapacidade, por diversas razões, de o poder público conseguir registros eficientes e completos. Como existiu efetivamente a cobrança de impostos sobre a atividade, não se pode negar que tenha existido também uma sonegação a ela.

de muitos descendentes de alemães dedicados à atividade demonstra que conseguiram um acesso maior à terra que o inicial, pois já estavam pelo menos na segunda geração em Santo Amaro. Há apenas uma exceção, William K. Richards, mercador de leite, que aparece somente em 1898;

- Os pastos estavam espalhados por todo o território do município e existiam também nos limites urbanos da Vila;
- A existência de pessoas dispostas a alugar suas terras para a criação de reses demonstra que não havia, pelo menos naquele momento uma outra disponibilidade mais vantajosa para a terra, pois não exigia nada do dono da terra, somente a disponibilização das terras. Mesmo não sabendo como eram realizados os pagamentos pelo aluguel da terra, aparentemente era vantajosa pelo número de pessoas que se dedicavam a ela;
- Pela quantidade de pessoas envolvidas, o rebanho deveria ser de algum porte, pois conforme será analisado mais adiante, foi uma atividade numericamente extensa, embora não seja possível dimensionar o tamanho da área compreendida pela atividade e a quantidade de cabeças envolvidas;
- Não foi verificado nenhum italiano dedicando-se à atividade;
- Como a divisão da terra na região era acentuada, o aluguel dos pastos era uma estratégia para aumentar a quantidade de terras disponíveis, pois nem todos os proprietários de terras as utilizavam produtivamente. Para alguns talvez fosse até mais rentável alugá-las. Se bem que ainda restavam terras devolutas na região de Parelheiros até 1910 segundo o Livro índice dos nomes dos interessados em terra devolutas que abrangia a região mais os municípios de Itanhaém e Peruíbe, portanto as terras devolutas em questão deveriam ser próximas à Serra do Mar, portanto bastante distantes;
- Há o registro da Moraes & Cia como arrendadora de pastos de aluguel. A dita empresa comercializava os mais diversos tipos de artigos em sua loja na no bairro da Capelinha onde também se localizava o pasto;
- Rita Maria de Jesus era uma pessoa que conciliava a atividade de alugar pastos com seu açougue;

- Houve paralisação, por motivos desconhecidos, da cobrança dos impostos nos anos de 1906, 1907 e 1908, retornando em 1909. E em 1909, com a retomada da cobrança houve reajuste no valor do imposto que passou de 10\$000 para 20\$000, valores ainda pequenos se comparados com a tributação das casas de comércio que pagavam anualmente 100\$000.

A tabela 3.7 mostra a evolução da atividade nos anos em que atividade foi tributada. Há lacunas de tributação entre os anos de 1906, 1907 e 1908 por motivos desconhecidos.

Tabela 3.7 – Evolução da cobrança de impostos sobre os pastos de aluguel

Anos	Quantidade de pastos	Total de unidades de negócios	% total
1896	28	299	9,4
1897	27	288	9,4
1898	33	311	10,6
1899	28	313	8,9
1900	21	287	7,3
1901	24	288	8,3
1902	22	326	6,7
1903	19	303	6,2
1904	24	285	8,4
1905	17	260	6,5
1906	não houve cobrança	239	--
1907	não houve cobrança	248	--
1908	não houve cobrança	229	--
1909	14	285	4,9
1910	12	247	4,8
1911	17	264	6,4

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1896 a 1911, Arquivo Municipal de São Paulo.

Nota-se logo de início que nos anos que não houve a cobrança dos impostos sobre os pastos e sobre os produtores de farinha, o quantum de unidades de negócios caiu sensivelmente. No seu auge, a atividade chegou a ocupar um pouco mais de 10% do total de unidades de negócios do município, o que é muito relevante para a economia de qualquer localidade. Após seu auge em 1898, a participação da atividade no total realizado decaiu lentamente, porém não demonstra que ela tenha desaparecido por completo, mas sim que ocorreu um aumento das outras. Entretanto, uma análise mais acurada na coluna da

quantidade de pastos percebe-se que o número absoluto de pastos de aluguel variou muito pouco, a variação ocorrida para menos foi relativa ao total de unidades de negócios. A partir de 1911, a atividade vai perdendo importância entre os produtores rurais, os quais também vão lentamente deixando suas atividades. O mais provável é que ela tenha migrado para as áreas mais distantes da zona urbana, o que aumentou os custos de produção por causa da distância e dos meios de transporte deficientes. Pelo que foi notado nas discussões da Câmara, as estradas só eram reparadas quando estavam em péssimo estado de conservação e não eram realizadas manutenções periódicas de conservação, o que era agravado na época das chuvas. No entanto, Marcelo Piza (PIZA, 1924, p. 228) relata que *“em diversos sítios, instalados com todas as exigências técnicas, existem núcleos de reprodutores bovinos, cavallares, suínos e ovinos das mais reputadas raças”* caracterizando que a atividade ainda chamava a atenção no município.

O gráfico a seguir mostra a evolução das quantidades de pastos de aluguel de 1896 até 1911. Sua análise demonstra que ocorreram sensíveis variações entre o número absoluto de unidades. A oscilação mais forte ocorreu entre 1903 e 1911 quando as atividades caíram de 19 para 12 em 1910 para depois voltar a crescer em 1911. Do início em 1898 até 1909, houve uma redução de mais de 50%. Tal variação não se deve somente a uma queda no número de produtores, mas também por falhas no sistema de tributação do município.

Fonte: op. cit.

De 1917 até 1921 apenas a produtora Maria de Lima Diniz no bairro do Capão Redondo sobreviveu. Na época o bairro ficava em meio do caminho até Itapecerica e era muito distante da vila.

Uma outra utilização para os animais de corte e leiteiros era a utilização na “*tração de carroças e arados para a lavoura*”, como lembra Siriani (op. cit., p. 68) “*bem como os cavalos, que serviam tanto para o auxílio da produção como para o transporte de pessoas e gêneros comercializados na própria vila de Santo Amaro e na Capital*”. Embora o período estudado por ela tenha sido diferente, de 1827 e 1889, abrangendo os alemães da colônia de Santo Amaro e os seus descendentes de primeira geração, sua análise continua válida para o período abarcado por esta pesquisa e, principalmente pela cobrança dos impostos, por ainda não terem ocorrido as modificações estruturais na sociedade santamarense que aconteceram a partir, mais acentuadamente da década de 1930, quando foi reabsorvida por São Paulo. Ela (op. cit., op. cit.) concluiu que:

“Na realidade, os bens semoventes configuravam-se muito mais como instrumentos de trabalho e produção do que propriamente como um investimento que buscasse uma lucratividade imediata. Ainda assim, dadas as circunstâncias em que viviam e produziam os alemães residentes nas áreas rurais do Planalto e da Capital, esses bens eram o principal investimento de garantia da sobrevivência diária de um sem número de famílias.”

Tais estratégias de sobrevivência não foram exclusivas dos alemães e seus descendentes, mas também dos brasileiros que dividiram com eles as listas dos livros de Industrias e Profissões. Isso se deve, como explica Siriani (op. cit., p. 67) ao fato de “*a pecuária*” ter sido “*o investimento, por excelência, das áreas englobadas pelo sertão de Santo Amaro e Itapecerica*”. E também a “*sua incidência maior no Planalto Paulistano deve-se a própria caracterização econômica da região*”. A pesquisa realizada por ela concluiu que “*os bens semoventes apareciam com grande frequência nos autos de avaliação dos inventários, ainda que não deixassem de existir em alguns processos da cidade de São Paulo*”. E não só as criações de bovinos eram importantes para a economia

da região, mas também “*os equinos e muares, que auxiliavam no transporte e na entrega de mercadorias de uma região para outra*”, como lembra também Siriani (op. cit., p. 67). Portanto, os pastos não deveriam ser apenas para a criação de bovinos, mas também para outros animais que tradicionalmente ocupavam lugar cativo na economia tradicional.

Tais informações são corroboradas pela pesquisa de Camargo (1952, p. 65) que indicava haver em Santo Amaro 504 estabelecimentos agrícolas em 1905, porém nenhum em 1934. Entretanto, é muito difícil que tantos estabelecimentos tenham desaparecido em um espaço de apenas trinta anos. Como os estabelecimentos eram pequenos, é muito provável que tenha ocorrido alguma mudança nos critérios de pesquisa, ou ainda terem se mudado para regiões ainda mais distantes, pois com a chegada dos japoneses a partir da década de 1920, a agricultura foi revitalizada continuando a ocorrer até os dias atuais.

A tabela 3.8 apresenta os dados relativos às quantidades de estabelecimentos agrícolas em extensão e porcentagem da área total do município.

Tabela 3.8 – Estabelecimentos agrícolas

Anos	Número de estabelecimentos	Área ocupada (em alqueires)	% da área total
1905	504	11 030,00	8,5
1920	100	2 127,6	1,1
1934	--	--	--

Fonte: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Ensaio sobre a demografia e a economia*, São Paulo: FFLCH-USP, Boletim nº 53, nº 1, vols. I, II e III, 1952, p. 66/115.

Mais importante que a quantidade de estabelecimentos agrícolas existentes é o espaço que ocupavam no território da Vila e o tamanho médio de cada propriedade. Primeiramente, em 1905 eles ocupavam 21,88 alqueires em média, o que perfaz 525.238 metros quadrados por propriedade que englobavam 8,5% da área total do município. Comparativamente, segundo Hutter (HUTTER, 1986, p. 147), um lote rural nas colônias

estabelecidas pelo governo de São Paulo tinha 125.000 metros quadrados e custava 250\$000 réis pagos em prestações.

Por concentração fundiária tem-se a tabela 3.9 em relação ao ano de 1905 que demonstra existir uma maior concentração de pequenas propriedades, ou seja, em média os terrenos agrícolas em Santo Amaro eram maiores que aqueles oferecidos aos colonos nas colônias agrícolas patrocinadas pelo Estado. Com a análise nos estudos de Hutter (op. cit) sobre as colônias existentes em território paulista, no geral, estes colonos conseguiram um diferencial importante que, mesmo os que produziam café, era a introdução de uma atividade de policultura com a convivência de criações de animais e a fruticultura, o que garantia nos momentos de crise de café que as famílias conseguissem atravessá-las sem sobressaltos, pois conseguiam ao menos garantir o sustento da família.

Os estudos anteriores sobre os alemães de Santo Amaro demonstram um perfil semelhante, substituído, porém o café, pelas atividades de gêneros alimentícios. Como os alemães se adaptaram aos costumes da terra, é lícito afirmar que tal costume era generalizado na região.

Tabela 3.9 – Concentração fundiária em 1905

Tamanho das propriedades	Quantidade	% do total
Até dez alqueires	344	69,49
10 a 25	90	18,18
25 a 50	51	10,3
50 a 100	10	2,02
Total de propriedades	495	100

Fonte: op. cit., p. 42, com adaptações.

A tabela 3.10 contém informações sobre o quantum de animais criados, porém com dados apenas a partir de 1920 que mostra uma produção muito modesta mesmo para os modestos padrões santamarenses, pois a renda do Matadouro Municipal continuou a ser

importante até o final do período desta pesquisa. É possível, no entanto, que a maior parte da criação tenha se mudado de localidade para regiões mais distantes como Itapecerica e municípios vizinhos, os quais demoraram mais ainda para se urbanizar e modernizar seus meios de produção. Ressalta-se novamente que embora seus dados estejam baseados em dados oficiais, é muito difícil que tenha cessado por completo a criação pecuária na cidade. É grande a possibilidade de ter havido algum tipo de erro. O Matadouro Municipal poderia ter recebido animais provenientes de outras localidades.

Tabela 3.10 – Atividade pecuária em Santo Amaro – 1920 a 1934

Tipo de animal	Anos	Quantidades em: (por unidades)	
		1920	1934
Bovinos		712	--
Equinos		480	--
Asininos e muares		239	--
Total		1431	--

Fonte: op. cit., p. 68.

Estudo e análises similares podem ser feitas em relação à produção de farinha que demonstrou ser uma atividade ainda mais relevante ao município que os pastos de aluguel. Sua localização espacial também era pulverizada por toda a zona rural da Vila, não ocorrendo, entretanto nos seus limites urbanos como no caso dos pastos de aluguel, e o início da tributação também foi coincidente tendo terminado, porém, em 1914 e o valor do imposto mudou para 12\$000 em 1910 e para 20\$000 em 1911. Da mesma forma não foram localizadas discussões na Câmara Municipal da razão pela sua cobrança e nem do seu final.

Ocorreram, entretanto, algumas dificuldades iniciais para a sua observação e consideração, pois em 1896 ocorreram dois tipos de classificação sendo eles i) Moinho de fazer farinha 2ª; ii) Moinho de fazer farinha e, iii) Engenho de fazer farinha; para em 1897, incluir mais uma classificação que foi o desdobramento do Engenho de fazer farinha para

Engenho de fazer farinha de 1ª e Engenho de fazer farinha de 2ª. Logo em 1898, a classificação Moinho de fazer farinha foi abandonada para ficar somente com as duas classificações Engenho de fazer farinha para em 1899 e 1900 ficar somente Engenho de fazer farinha de 2ª e finalmente, somente Engenho de fazer farinha. Aparentemente, a classificação de 1897 é mais completa e define melhor a produção existente, pois segundo as pesquisas realizadas os moinhos eram para utilizados para moer grãos e, portanto, a farinha neles fabricada era a de milho, importante gênero alimentício constante na dieta da época e do local. O engenho era utilizado para a fabricação da farinha de mandioca, outro gênero importante para os locais e para São Paulo. Pelas movimentações verificadas no mercado de Santo Amaro em 1894 notou-se que a farinha de milho era mais importante que a farinha de mandioca, pois de 1 a 30 de novembro do mesmo ano foram comercializados 515,5 alqueires de farinha de milho contra 75,25 alqueires de farinha de mandioca, o que é coerente com as pesquisas que indicam que a farinha de milho era elemento essencial na culinária tradicional caipira paulista, em contraponto ao resto do país que preferia a farinha de mandioca. Tal relação não se alterou durante o período observado da tributação. Na tabela 3.11 há o quantum de produção de farinhas para o período de 1896 a 1914.

Tabela 3.11 – Evolução da cobrança de impostos sobre a produção de farinhas

Anos	Unidades produtoras	Total de unidades de negócios	% total
1896	3	299	1
1896	16	299	5,35
1896	45	299	15,05
Total 1896	64	299	21,4
1897	12	288	4,1
1897	11	288	3,8
1897	1	288	0,3
1897	47	288	16,3
Total 1897	71	288	24,5
1898	61	311	19,6
1898	5	311	1,6
Total 1898	66	311	21,2
1899	71	313	22,6
1900	78	287	27,1
1901	80	288	27,7
1902	117	326	35,88
1903	94	303	31,02
1904	105	285	36,84
1905	100	260	38,46
1906	não houve cobrança	239	--
1907	não houve cobrança	248	--
1908	não houve cobrança	229	--
1909	16	247	6,4
1910	19	264	7,19
1911	11	223	4,93
1912	9	224	4,01
1913	3	232	1,4
1914	16	247	6,4

Fonte: Livro de Indústrias e Profissões, 1896 a 1914, Arquivo Municipal de São Paulo.

Algumas considerações podem ser realizadas a respeito das produções de farinhas:

- 1) Por ser uma atividade mais caracterizada como de subsistência alguns produtores declararam no início da tributação que produziam “*somente para o gasto*”, sendo cinco em 1896 e dois em 1898. Destes produtores não foi cobrado o imposto;

- 2) O maior número de produtores foi verificado em 1902 com 117 produtores e o maior percentual de participação em 1905 com 38,46% de todas as unidades de negócios registradas. Verifica-se por estes dois dados a importância dela para a economia e subsistência dos habitantes da Vila;
- 3) Não foi verificada a participação de nenhum estrangeiro, pois eram atividades tipicamente brasileiras mesmo sabendo que italianos e portugueses dominavam as técnicas de moagem de grãos, entretanto mais notadamente a do trigo;
- 4) Como no caso dos pastos de aluguel também não foi possível determinar a quantidades de propriedades envolvidas na produção, pois é possível que nem todas as unidades eram também propriedades rurais, sendo, porém, bastante provável que se dedicavam às duas atividades. Pode-se afirmar que o número de propriedades rurais é bem próximo do número de unidades produtoras de farinha dadas as características de sua produção. Não foi possível caracterizar o quantum de terras que a atividade ocupava no território;
- 5) Por ser uma atividade tipicamente de subsistência e pelas considerações anteriormente colocadas por Dias no Capítulo 1, é possível que as unidades processassem somente a produção local de milho e mandioca, talvez as mais próximas de Itapecerica conjugassem as duas produções, pois dadas as baixas taxas de retorno do investimento e os altos custos e as dificuldades do transporte;
- 6) É possível que as unidades processassem preferencialmente as próprias produções de cereais, pelos mesmos motivos elencados no item acima;
- 7) Pode-se afirmar, contudo, que a produção era exportada para São Paulo e outras localidades dada a existência dos registros documentais de sua entrada no mercado de Santo Amaro e os relatos e estudos existentes sobre a sua produção;
- 8) Há uma queda abrupta após os anos que não foram realizadas a tributação por causas desconhecidas. É possível que tenha ocorrido mais por falha da tributação que pelo decréscimo da atividade. É provável que ela tenha continuado a existir por mais algum tempo após 1914, porém ao contrário da atividade pastoril, os custos de manutenção da terra decorrentes da urbanização podem a ter inviabilizado até a sua extinção em Santo Amaro. É uma atividade,

por tradição e por necessidade e custos, localizada em regiões onde predomina a economia de subsistência;

- 9) A modificação dos hábitos de consumo decorrentes também da urbanização e da imigração europeia que trouxe novas dietas alimentares também foi determinante para o seu deslocamento e para o decréscimo da produção;
- 10) Os italianos não participaram da produção, mas certamente da sua comercialização.

O gráfico 3.2 a seguir ilustra as flutuações das unidades produtoras.

A sobrevivência e continuidade da produção de produtos de subsistência é de constituição muito frágil quando comparada colocada em contraposição ao processo de urbanização. A agropecuária é uma atividade de risco por excelência que dependente do clima que é qualquer manifestação climática mais abrupta e violenta pode por em risco todo o trabalho de anos a fio, portanto sua estrutura de custos tem que ser a mais enxuta possível e a produção exigente de muitos cuidados tanto do proprietário, geralmente em regime de produção familiar quanto de seus empregados, se existirem. A rentabilidade, geralmente baixa, é também muito suscetível aos mecanismos de mercado, podendo arriscar dizer até que as leis do regime de mercado funcionam mais acentuadamente para estes produtos

tamanha a sua dependência às leis de oferta e procura. Portanto, sua aderência aos preços também é frágil. Sua flutuação pode atrair ou repelir produtores de acordo com o nível existente de preços. Uma má colheita pode significar não somente a retirada do produtor do mercado, mas também riscos à sobrevivência de sua família, quando pode também retirar somente seus produtos do mercado sobrando apenas os relacionados à sobrevivência. Dessa forma, quando o processo de urbanização começa a ser aproximar das terras dedicadas à produção dos meios de sobrevivência o que ocorre é uma expulsão desta segunda para locais mais afastados e a retirada definitiva de alguns produtores, geralmente os de estrutura de custos maior e menos profissionalizados, portanto os mais dependentes da atividade. O processo de urbanização *per se* é nocivo à atividade por causar distúrbios ambientais e modificação dos microclimas, porém não é somente isso, os preços das terras se modificam ocorrendo uma elevação dos seus níveis e, portanto, simultaneamente dos preços das terras dedicadas à subsistência. O que à primeira vista pode parecer um efeito positivo, na realidade é o que vai causar a expulsão dos produtores, pois a comparação simples e objetiva da sua renda com a atividade com o valor em dinheiro, sem riscos e sem trabalho extenuante, que poderia amealhar pela venda de suas terras acaba por ser irresistível. A atividade agropecuária que resiste ao processo de urbanização é somente aquela que tem rendimentos maiores que os possivelmente amealhados pela venda da terra. Geralmente são os produtores mais profissionalizados com estruturas de custos menores, capacidade de armazenamento e pecúnia resistentes às variações das condições de mercado e de clima, que resistem. Os produtores com mais idade e mais anos na lida veem uma oportunidade de aposentadoria, os mais jovens uma oportunidade de recomeçar a vida. Este processo não está preso, entretanto, aos limites temporais sendo uma condição do processo de produção do capital.

Após um hiato de seis anos, em 1920 e 1921 reapareceu um registro de engenho de farinha de propriedade de Henrique Schunck¹⁸⁵ no bairro do Cipó. Provavelmente uma tentativa isolada de restabelecer a atividade. É possível que ele tenha sido um produtor de subsistência e que por ocasião de boas safras tenha resolvido se estabelecer

¹⁸⁵ Não se sabe se este Henrique Schunck é familiar do Henrique Schunck citado por Siriani anteriormente ou apenas um homônimo.

comercialmente. Ou ainda que tenha sido um produtor que não tenha conseguido fugir da cobrança dos impostos.

Dos produtos elencados por Berardi restam os ligados às atividades extrativistas tanto florestal como mineral, tais como as serrarias, o comércio de madeiras para construção e lenha para o consumo em fogões; e, às ligadas à exploração de pedreiras, como as pedras para construção e as de cantaria e as olarias. Destas produções a segunda será analisada em separado no item 3.2 mais adiante por ter tido uma participação decisiva dos italianos.

O extrativismo vegetal caracterizado pelo comércio de madeiras, lenhas, a fabricação e a comercialização do carvão vegetal era uma das atividades com as quais se ganhava a vida na Vila. Há diversas referências entre os historiadores relatando-a como centro produtor e distribuidor. Raffard (RAFFARD, 1977, p. 60) ao citar trechos do prospecto publicado em 1883 pela Companhia de Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro afirma que era grande a quantidade de lenha e madeira enviada para São Paulo. O documento estimou em 40 toneladas por semana ou 2.080 toneladas por ano de lenha, quanto à madeira para construção os números se revelaram em 180 toneladas por semana e 9.360 toneladas ao ano. É importante desvelar que o referido cálculo se deu pela observação do transporte em carros de boi e que Raffard está considerando o movimento de Santo Amaro e Itapeverica observado “*na feira semanal de madeiras de construção em S. Paulo, no Largo do Riachuelo, antigo do Piques, nos dias de sexta-feira e sábado*”. Segundo ele, afluíam neste mercado semanalmente 300 carros de boi que levavam madeira de construção e 100 para lenha.

Ainda sobre o comércio de lenha vindo de Santo Amaro, Raffard (op. cit., p. 105) lembra que com o advento da ligação férrea entre São Paulo e Santo Amaro houve alteração nos preços da lenha que deixaram de ser vendidas “*pelo preço de 4\$ cada carrada*” e teve seu preço regulado para “*2\$500 ou 5\$ quando rachada e cortada em pequenos pedaços uniformes, existindo empresas montadas para este fim, as quais trabalham com serras movidas a vapor*”.

Ao analisar as afirmações acima, Langenbuch (op. cit., p. 114) considera que esta redução de preços se deva ao transporte ferroviário em si que era tecnicamente mais eficiente e também ao esgotamento das matas locais. Esta redução das matas era sentida em

1903, quando da apresentação da proposta da construção de linha de bondes entre Santo Amaro e Itanhaém por Alfredo Silveira da Motta, foi sugerida a plantação de *eucalyptus globulos* para que além da drenagem dos terrenos pudesse servir no futuro para “*fornecimento de madeiras de construção, em substituição as que desaparecem pela devastação das mattas*”. Como se vê, no início do século XX, a devastação das matas se tornava um problema preocupante.

Entretanto, o comércio de lenha e madeiras para construção continuou relevante, pois no ato n. 361 de 28 de julho de 1910 da Prefeitura de São Paulo que mandava abrir o “*Mercado Rural de Pinheiros*”. Art. 2º - *No referido mercado, além de artigos de comércio de tropeiros, será localizado o comércio de madeiras e mais materiais de construção, procedentes de Santo Amaro e outros lugares, o qual atualmente é feito no largo Treze de Maio.*”

Sobre a atuação de italianos neste comércio, ele faz a seguinte revelação (op. cit., p. 105):

“Lembrou-me agora que o distinto Comendador Henrique Irineu de Sousa me contou ter visto colonos italianos derrubarem perfeitamente uns talhos de mata virgem, serviço geralmente considerado acima das forças morais do europeu. É sabido que o imigrante prefere as terras desbravadas às que o não são, e por isso não se lhes deve aconselhar de derrubar matas, tanto mais porque os nossos caboclos têm especial aptidão para este tão rude labor.”

Por algum tempo a historiografia desconsiderou o trabalho dos imigrantes na abertura das fronteiras agrícolas ou no trabalho direto nas florestas por considerar que era um trabalho realizado somente por brasileiros caboclos já acostumados com a tarefa ou como ele mesmo afirmou por terem especial aptidão para o labor.

Estudos mais recentes indicam que os imigrantes europeus, sobretudo os italianos, também se dedicaram à tarefa. Ao analisar a abertura de novas fazendas para o plantio de café nas zonas fronteiriças, Alvim (op. cit., p. 397) coloca que a “*tarefa específica começava pela “derrubada” e “queimada” da floresta, função perigosa, realizada por brasileiros nos primeiros anos da imigração. Com o passar do tempo, italianos já acostumados com as tarefas do café optavam por esse tipo de trabalho, sobretudo os solteiros*”.

Para fins de uma análise mais detalhada, as serrarias foram separadas das outras atividades com madeiras e derivados por ser uma atividade típica santamarense, ou seja, não teve a participação de italianos.

A tabela abaixo contém elementos que auxiliam a análise tanto quantitativa quanto descritiva da atividade no município.

Tabela 3.12 – Serrarias na Vila de Santo Amaro – 1886 a 1934

Serrarias					273
Anos	Engenho de serra de 2ª classe	Engenho de serra de 1ª classe			
	Qtd.	Qtd.	Total	% Total	
1890	2	-	2	1,43	
1891	4	-	4	2,04	
1892	2	-	2	1,31	
1893	1	-	1	0,05	
1894	14	-	14	8,13	
1895	11	-	11	7,43	
1896	6	7	13	4,34	
1897	5	6	11	3,81	
1898	13	5	18	5,78	
1899	11	1	12	3,83	
1900	7	1	8	2,78	
1901	9	1	10	3,47	
1902	9	1	10	3,06	
1903	9	1	10	2,97	
1904	13	2	15	5,26	
1905	10	2	12	4,61	
1906	9	1	10	4,18	
1907	9	1	10	4,03	
1908	6	1	7	3,05	
1909	9	1	10	3,5	
1910	17	4	21	8,5	
1911	17	3	20	7,57	
1912	12	-	12	4,54	
1913	12	-	12	5,35	
1914	11	2	13	5,6	
1915	6	6	12	5,42	
1916	6	6	12	5,79	
1917	5	4	9	3,37	
1918	8	3	11	4,47	
1919	5	4	9	4,09	
1920	6	5	11	4,95	
1921	-	-	15	6,38	
1922	-	-	13	4,34	
1923	-	-	11	4,04	
1924	-	-	12	4,05	
1925	-	-	14	4,47	
1926	-	-	12	3,79	
1927	-	-	11	3,23	
1928	-	-	9	2,45	
1929	-	-	8	1,67	
1930	-	-	4	0,072	
1931	-	-	4	0,08	
1932	-	-	-	-	
1933	-	-	-	-	
1934	-	-	6	1	

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1890 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Algumas ponderações sobre a tabela e as serrarias são necessárias antes da análise global. No período estudado, as duas primeiras serrarias aparecem em 1890. Isso, entretanto não significa que elas não tenham existido anteriormente. O momento captado aqui é o início da cobrança dos impostos relativos à atividade, portanto é o que demonstra a atenção do poder público para a atividade. Conforme mostrado anteriormente, há evidências por outras fontes de que a atividade tenha tido um início mais adiante no passado. Contudo, é lícito afirmar que o declínio da atividade e o fechamento das unidades tem sua representação definitiva aqui por razões decorrentes do esgotamento das reservas florestais e, por consequência das espécies que se prestam a este tipo de exploração. Não são todas as espécies vegetais que se prestam a utilização comercial da madeira para os fins registrados em Santo Amaro que foram para a construção civil. Houve uma pequena utilização a partir de 1925 que foi a fabricação de móveis, fato que será detalhado mais adiante. Em 1931 o pequeno aumento é causado pela queda do total.

Para seus fins, os quais não estão bem detalhados, mas acredita-se que a divisão se tenha dado por porte do estabelecimento, a municipalidade dividiu as serrarias em duas classes até 1921; existiram as serrarias de 1ª e 2ª classes. Entretanto, por razões desconhecidas, em 1894 e 1895 não houve a divisão.

Embora, as serrarias se espalhavam pelo território da Vila, tendo existido até mesmo na área urbana, sua maior concentração foi em áreas afastadas como os bairros da Varginha, Colônia e Parelheiros que pela distância do núcleo original ainda conservavam grandes extensões de áreas florestais principalmente nas áreas mais próximas à Serra do Mar.

Sobre a mata existente nestas localidades, é preciso analisar duas opiniões em essência concordantes, porém anacrônicas. A primeira observação é Caio Prado (PRADO, 1989, p. 86):

“O sítio da cidade, propriamente, esta bacia geológica flúvio-lacustre de terrenos argilosos, nunca foi, a não ser em pontos restritos, uma região de florestas. Predominou aí sempre uma vegetação de gramíneas com árvores esparsas, em particular a araucária (o pinheiro do Paraná; o seu nome). Antes do nascimento de

São Paulo, o seu sítio já era conhecido como dos “Campos de Piratininga”; circunstância que já antes da colonização europeia atraía o povoamento indígena, que aí se condensou, e facilitou mais tarde o estabelecimento dos brancos. Mas à medida que se sai desses terrenos argilosos, passando para os solos que se originaram da decomposição local de rochas cristalinas, e que cercam aqueles terrenos de todos os lados, entra-se numa zona de densa cobertura florestal. Muito atacada e desbastada pela ação destruidora da colonização, a floresta que cercava São Paulo se acha hoje, praticamente, toda ela substituída por capoeiras e capoeirões, matas secundárias que o largo período em que jazeram ao abandono permitiu que se reconstituíssem.”

Para Prado, portanto, as florestas existentes nos arredores de São Paulo e região eram matas secundárias que abandonadas pela colonização inicial europeia estavam em processo de recuperação. Ele, no entanto reitera que as floresta fechadas propriamente ditas só existiam em locais restritos.

Retrocedendo três séculos ao início da colonização europeia, Warren Dean (DEAN, 1998, p. 82) destaca uma cobertura vegetal da seguinte forma:

“O declínio catastrófico da população nativa que se seguiu à invasão europeia do século XVI e a insignificância demográfica da imigração portuguesa concederam à Mata Atlântica um alívio, após 10 mil anos de caça e coleta e mil anos de lavoura itinerante. A floresta que estava afastada de portos adequados ou carente de pau-brasil foi deixada em paz. Teve início um período de recomposição da vegetação e da fauna. Isto pode ser verificado em alguns lugares. O primeiro assentamento português nas terras altas foi abandonado porque a proximidade de florestas tornava-o indefensável. A vila de São Paulo, fundada em uma colina no meio de uma planície ampla, aberta, em 1587 possuía “mais bosques que outra coisa”, e os cidadãos receberam ordens para cortar as árvores no interior e ao longo de suas paliçadas. Ordens similares foram dadas aos habitantes do Rio de Janeiro em 1620 e 1624. Tições e machados teriam de manter encurralada uma floresta em expansão que os tupis haviam mantido em estado secundário, e os neo-europeus lutariam para evitar seu avanço para áreas que há muito desnudadas da cobertura florestal haviam se estabilizado em pradarias abertas.”

Há na análise de Dean pontos concordantes com Prado, mesmo com as diferença de séculos, ou seja, parte da cobertura florestal do planalto paulistano já era formado por florestas secundárias, o que a existência de campos e capoeiras confirma. A divergência é somente na existência, segundo Dean de uma floresta exuberante no núcleo inicial paulistano e os campos citados por Prado, frutos de uma exploração secular.

Tendo tido predominância de florestas exuberantes primárias ou não, fato é que a exploração do fim do século XIX e início do XX esgotou-as em um período de 40 anos, tendo sido esta muito mais eficiente tecnicamente que a de tempos anteriores. A intensidade da exploração também foi significativa. No seu auge em 1910, existiram concomitantemente 21 serrarias combinadas do tipo de 1ª e 2ª classe. Um ano depois uma delas já não existia mais. Dois anos depois quase a metade tinha fechado. Como mostrado anteriormente, a demanda por madeiras oriunda de São Paulo foi determinante para a expansão de uma atividade que deveria ser pré-existente ao período aqui estudado. Não somente a expansão construtiva da Capital, mas também dos municípios vizinhos e da própria Santo Amaro que também começava a se expandir demograficamente.

De todas as serrarias fundadas, apenas uma pertenceu a um imigrante italiano, Henrique Pongiluppi que a iniciou em 1890 na Vila e que funcionou por apenas um ano passando a se dedicar outra atividade também emblemática para os italianos de Santo Amaro: uma olaria. Todas as outras pertenceram a brasileiros e aos descendentes dos alemães localizados no município.

Quantitativamente o apogeu da atividade se deu em 1910 com 21 unidades, porém em 1921 ocorreu o seu auge no percentual participativo das atividades econômicas, com 6,39% do total.

Uma análise da evolução das unidades de negócios mostra que em 1894 ocorreu um pico surpreendente, pois passou de apenas uma unidade em 1893 para 14 no citado ano. Desde então até 1927, o número de unidades se manteve estável com uma média aproximada de 12 unidades. Em 1928, porém a atividade começou a declinar até o final do período atingindo apenas 3 unidades. É possível que tenha se estendido por mais alguns anos até as reservas florestais acabarem e que a atividade tenha se sustentado somente porque parte delas se ocupava com a fabricação de móveis, atividade que não exige grandes quantidades de madeira e permite a utilização de madeiras de qualidade inferior além de adicionar valor ao produto final. Em 1925, uma das fábricas de móveis e tapeçaria pertencente a dois imigrantes de origem alemã Reustscheler e Iglez. Isso significa que, talvez, somente a fábrica de móveis não proporcionasse uma escala de produção que compensasse o investimento inicial. Ou ainda, as toras destinadas aos serviços poderiam estar vindo de outros locais mais distantes, porém ainda na região, pois em 1934 o número

de serrarias torna a subir para 6 unidades. Este processo foi verificado por Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p. 108-9) que percebeu que as “*serrarias faziam vir as toras de madeira em bruto pelo trem. Esta carga constituiu, por exemplo, uma das importantes cargas transportadas pelo “tramway a vapor” de Santo Amaro*”. As serrarias mais bem organizadas e aparelhadas tanto poderiam exportar quanto importar toras dependendo da quantidade de madeira que conseguiam processar e da existência de matéria-prima, pois com o seu rareamento e a iminente possibilidade de fechamento da unidade de negócios, a importação do produto de outras localidades, talvez, próximas tenha sido uma realidade bastante palpável. O caso de Santo Amaro é peculiar, pois Langenbuch afirma que a exploração das florestas se iniciou antes da ligação ferroviária e que uma das razões da construção da linha foi a de aproveitar o comércio já existente, o que é uma constatação bastante razoável. Porém, ao analisar a afirmação de Raffard (RAFFARD, 1977, p. 105) sobre a lenha comercializada em São Paulo que “*outrora vinha de Santo Amaro e outras lugares circunvizinhos da Paulicéia [...] hoje é trazida em grande parte pelas vias férreas*”, Langenbuch (op. cit., p. 114) concluiu que ocorreu uma diminuição da parcela que outrora cabia a Santo Amaro ao “*esgotamento das matas locais*”. Aparentemente houve uma pequena confusão no entendimento de Langenbuch, pois Raffard não afirma que Santo Amaro deixou de fornecer lenha a São Paulo, e os dados apresentados aqui corroboram esta tese. Uma análise detalhada de sua afirmação mostra que ocorreu, além de tudo, uma queda nos preços praticados e um aumento da qualidade do produtos, pois era vendido conforme Raffard observou (op. cit, p. 105) “*rachada e cortada em pequenos pedaços uniformes*” por um preço ligeiramente maior que o praticado anteriormente, 4\$ contra 5\$, e a lenha bruta vendida a 2\$. Ora, quedas nos preços praticados seguidos por melhoria da qualidade só podem ser obtidos quando há um aumento da oferta do produto e os ganhos dos produtores são também aumentados. Os empresários, ao visualizar um panorama favorável às suas atividades, se dispunham a investir e a melhorar a qualidade dos produtos. A demanda para os produtos, neste caso a lenha, era grande, pois São Paulo estava em expansão e engatinhava na troca da matriz energética, o gás natural, para o funcionamento de diversos equipamentos. Um outro entendimento de Raffard pode ser colocado que é o de Santo Amaro ter sido por algum tempo o maior fornecedor, ou até mesmo único, e que com a implantação das ferrovias o produto começou a chegar também e outas localidades

diminuindo a participação de Santo Amaro, mas não a sua cessação completa, engano demonstrado pelos estudos realizados neste trabalho. Segundo Dean a lenha e o carvão eram matrizes energéticas largamente utilizadas no Brasil por uma longa série de anos. Na zona urbana, segundo o autor (DEAN, 1998, p. 211), seu uso era bastante comum e diversificado, pois desde as décadas finais do século XIX, *“as máquinas a vapor já eram bastante comuns: havia 22 fabricantes de caldeira e oficinas de consertos de motores. Só com muita relutância os operadores de motores empregavam o dispendioso carvão importado para acioná-los; normalmente o combustível era a lenha”*.¹⁸⁶ Dean (op. cit, p. 236) estimou em cinco toneladas anuais a quantidade de lenha que uma família moradora das zonas urbanas necessitava para suas atividades cotidianas. No caso das famílias rurais, essa necessidade caía para uma tonelada anual. Ainda há de ser considerado que em Santo Amaro, que também passava por um processo de crescimento, que a matriz energética não foi mudada durante o período estudado, pois não existem registros de venda de gás para a utilização doméstica. Portanto, para o empresário da área os horizontes de mercado eram bastante promissores ainda e, ao que os estudos deste trabalho mostram, de alguma forma as florestas suportaram pelo menos até a década de 30 do século as investidas. Como descrito anteriormente ocorreu uma flutuação natural da atividade e uma regressão, porém não uma paralisação total.

Pode ter ocorrido também um mecanismo de substituição da capacidade produtiva das serrarias para processar lenha, pois ela poderia ainda ser explorada em áreas cujas coberturas vegetais já tivessem sido exploradas e só restado os chamados capoeirões, ou capoeiras, vegetação de mata mais rala e com predomínio de gramíneas.

Concomitantemente à extração vegetal verificada nas serrarias, ocorreu também uma forte comercialização de madeiras e de carvão, além da fabricação de carvão. Foram atividades onde a participação dos italianos foi bastante ativa desde o início.

Na tabela 3.13 abaixo pode-se verificar a distribuição das unidades de comércio dedicadas à comercialização dos produtos citados acima.

¹⁸⁶ A afirmação de Dean é para a cidade do Rio de Janeiro na década de 80 do século XIX, porém, São Paulo, não ainda na mesma intensidade, já experimentava tal evolução nos meios de produção e consequente introdução de máquinas a vapor para realizar uma série de atividades.

Tabela 3.13 – Comércio de madeiras e carvão de 1890 a 1934

Comércio de madeiras e carvão									
Anos	Mercador de madeira	Mercador de lenha	Depósito de madeira	Depósito de lenha	Exportador de madeira	Exportador de lenha	Carvão (fabric. E comerc.)	280	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total	% total
1890	-	-	1	-	-	-	-	1	0,71
1891	-	-	6	1	-	-	-	7	3,57
1892	-	1	4	-	-	-	-	5	3,28
1893	-	-	4	-	-	-	-	4	2,31
1896	21	13		-	-	-	-	34	11,37
1897	11	1	4	-	-	-	-	16	5,55
1898	6		2	-	-	-	-	8	2,57
1899	11	1	4	-	-	-	-	15	4,79
1900	5	1	2	-	-	-	-	8	2,78
1901	4	3	3	-	-	-	-	10	3,47
1902	7	4	-	-	-	-	-	11	3,37
1903	6	3	1	-	-	-	-	10	2,97
1904	4	1	-	-	-	-	-	5	1,75
1905	-	1	-	-	-	-	-	1	0,03
1906	-	4	-	-	-	-	-	4	1,67
1907	-	5	-	-	-	-	-	5	2,02
1908	-	9	-	-	-	-	-	9	3,93
1909	-	8	-	-	-	-	15	23	8,07
1910	-	6	3	-	-	-	18	27	10,93
1911	-	9	2	-	-	-	15	26	9,84
1912	-	1	-	-	11	-	-	12	4,54
1913	1	-	-	-	8	1	-	10	4,46
1914	-	-	1	-	12	2	4	19	8,18
1915	-	-	2	1	10	2	5	20	9,04
1916	-	-	2	1	10	2	5	20	9,66
1917	2	-	4	2	5	13	3	29	10,86
1918	-	-	5	-	13	15	5	38	15,44
1919	-	-	3	-	12	14	4	33	15
1920	-	-	4	1	8	9	6	28	12,61
1921	-	-	7	-	4	9	7	27	11,48
1922	-	-	8	1	4	6	9	28	9,36
1923	-	-	7	1	3	8	10	29	10,66
1924	-	-	9	2	4	6	6	27	9,12
1925	-	-	9	2	3	7	9	30	9,58
1926	-	-	10	2	4	7	8	31	9,81
1927	-	-	5	1	5	2	4	17	5
1928	-	-	5	2	3	2	3	15	4,08
1929	-	-	5	1	2	-	2	10	2,09
1930	-	-	4	1	-	1	3	9	1,63
1931	-	-	2	2	1	2	5	12	2,42
1932	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1933	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1934	-	-	2	4	-	-	5	11	1,84

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1890 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Primeiramente é preciso colocar que na categoria Depósito de madeira estão relacionados também os importadores de madeira, pois paradoxalmente, havia uma importação grande de madeiras oriundas da Europa, como pinhos, carvalhos, castanheiras, olmos e outras para os mais diversos usos. Os registros realizados pela municipalidade não permitiram ao longo do período perceber quais eram os depósitos que importavam madeiras, porém algumas pistas na classificação permitem admitir que provavelmente todos eles trabalhavam com madeiras importadas e também autóctones, pois há o registros de unidades de negócios que eram somente exportadores de madeira. Já o mesmo não ocorre com os depósitos de lenha que certamente trabalhavam com produtos aborígenes. No que se refere ainda à exportação de madeira e lenha, há duas categorias elencadas na tabela que são os mercadores e os exportadores, cujos estudos demonstraram que realizavam a mesma atividade tendo ocorrido apenas a mudança de nomenclatura, pois deixam de existir no momento em que se começam registros como exportadores mesmo tendo ocorrido registros posteriores. Imputa-se isto ao responsável pelo registro.¹⁸⁷ Quanto ao carvão, a categoria elencada na tabela prevê os fabricantes e comerciantes, sendo que como comerciantes existiam mercadores ambulantes e depósitos de carvão. Neste caso, pode-se afirmar que a produção era completamente realizada em Santo Amaro, pois é uma

¹⁸⁷ Cabe aqui uma explicação à dinâmica realizada pelos responsáveis pela escrituração e registro dos impostos sobre Industrias e Profissões. O estudo da longa série de registros permite ousar e afirmar que a forma de descrição das atividades dos registros eram realizados de acordo com a pessoa que os registrava, pois dentre um mesmo ano foram encontradas formas diferentes de registro para uma mesma atividade. Uma outra característica percebida foi que ao longo dos anos ocorreram tentativas de modernização da nomenclatura, pois a denominação Seccos e Molhados foi mudada para Bebidas e Cereaes no início da década de 1910, mais precisamente a partir de 1915. Porém, nos mesmo ano há registros na forma antiga e nos anos subsequentes ocorreu o mesmo. O mesmo ocorreu de 1891 até 1895 quando os termos utilizados foram Bebidas, Liquidos e Comestiveis. Portanto, mesmo existindo uma tentativa de padronização dos registros com o lançamento das Tabellas de Impostos, verificou-se que ainda ocorria uma grande dependência do entendimento do escriturário. Resumidamente, não existiram padrões estáveis de lançamentos durante o período com uma grande mudança nas nomenclaturas das unidades de negócios.

atividade relacionada diretamente à exploração florestal que ocorria largamente no território do município.

Estas atividades foram classificadas em uma mesma categoria por serem oriundas de uma mesma matriz que é a exploração florestal, sendo seus produtos muitas vezes complementares e/ou substitutivos, como no caso da lenha e do carvão que podem ser utilizados nas mesmas circunstâncias havendo porém diferentes ganhos energéticos. Também não são consideradas as outras unidades de negócios comerciais que tinham carvão ou lenha como mais um de seus artigos vendidos, pois várias casas comerciais os comercializavam. São categorizadas aqui as unidades especializadas na venda dos produtos de origem florestal tão somente.

Sobre a produção de carvão nos arredores de São Paulo, Caio Prado (op. cit., p. 87-8) faz algumas considerações que devem ser analisadas a respeito das formas de exploração do produto, pois segundo ele *“dada a dificuldade e custo do transporte, a lenha é antes, e in loco, carbonizada (para reduzir o peso) em “caieiras”, como são chamadas estas pilhas de paus de lenha regularmente dispostos, cobertas de barro e em forma de calotas esféricas onde a madeira, ateando nela o fogo, entra em combustão lenta e se transforma em carvão”*.

Esta técnica de exploração também é citada por Dean em um contexto mais especializado que é o da utilização dos ferreiros itinerantes das Minas Gerais que preparavam seu próprio carvão. Segundo ele ocorreu uma modernização nas técnicas que passaram das *“covas” – poços cobertos por torrões de capim* para as *“medas” mais eficientes – fôrnalha em montes de barro* que é a técnica descrita por Prado. De fato, a técnica de produção do carvão utilizada em Santo Amaro deve ter sido a descrita pelos dois autores, pois além de significar um avanço técnico que permitia um melhor aproveitamento dos recursos justifica também a longa duração verificada para a atividade.

Como verificado com as serrarias, o comércio de madeiras e similares também oscilou durante o período tendo tido o seu auge tanto por critérios quantitativos quanto participativos no mesmo ano. Em 1918, sua participação foi de 15,44% do total das unidades de negócios com um número de 38 estabelecimentos. Se somarmos esta participação com a das serrarias para o mesmo anos teremos 19,91; ou seja, neste ano a participação total da exploração dos recursos vegetais representa um quinto de todas as

atividades econômicas realizadas no município, ou seja, mesmo não sendo possível estabelecer a renda dela oriunda, sua participação em número de unidades de negócios demonstra ter sido de grande importância para a vida econômica e social do município.

Tais atividades também apresentaram oscilações ao longo do período, porém mantiveram igualmente uma certa constância, exceto em 1905 quando somente um estabelecimento foi registrado como resultado de uma queda em 1904, que tinha 5 unidades. As atividades exploratórias de recursos naturais, tal como a atividade agropecuária, têm como característica serem muito suscetíveis a crises pelo lado da demanda, ou seja, como dependiam de mercados externos também muito dependentes de outras atividades econômicas, no caso São Paulo e o café, suas vidas não eram fáceis e as unidades de negócios estruturadas deficientemente poderiam não aguentar mesmo crises momentâneas, que foram regulares no período estudado. Paradoxalmente, as serrarias não experimentaram neste ano de 1905 um forte influxo, tendo suas atividades diminuído fracamente nos anos seguintes de 1906 e 1907, para um influxo mais forte em 1908, mas logo se recuperando. Similarmente o mesmo ocorreu com o comércio de madeiras. Depreende-se daí que as serrarias estavam mais estruturadas e poderiam enfrentar com menos dificuldades as crises periódicas. De um modo geral, as atividades comerciais são as primeiras a sentirem os efeitos das retrações de demanda durante as crises econômicas. Já as unidades produtoras passam a sentir depois os efeitos, pois com a retração da demanda, os comerciantes diminuem seus pedidos, porém como podem atender uma variedade maior de clientes tanto numérica quanto geograficamente, as unidades produtoras podem não sentir os efeitos da retração se eles forem momentâneos. É o que parece ter acontecido aqui.

O comércio de lenha parece ter sido muito mais de exportação que interno, pois o número de exportadores foi maior que o de depósitos, significando que a demanda local foi significativamente menor que a externa e o comércio local era menos significativo para quem exercia a atividade. Mais adiante será mostrado que uma das razões para a não existência de outros comerciantes internos de lenha tenha sido a permanência de comerciantes italianos que ocuparam a demanda por longos anos.

Para os propósitos deste trabalho, foi em 1890 que a primeira unidade de negócios comercial, que não pertencia a um imigrante italiano, de madeira foi fundada. Porém, logo no ano seguinte dois italianos inauguraram suas unidades de negócios sendo o mesmo,

depósito de lenha. Os italianos foram Henrique Mulinari e Angelo Pongiluppe.¹⁸⁸ Somente a unidade de Mulinari passou para o ano seguinte.

Raffard (RAFFARD, 1977, p. 105) aponta que “*São interessantes as italianas que conduzem pelas ruas da cidade seu carro com carvão ou outro qualquer gênero que oferecem nas casas particulares*”. Em Santo Amaro, porém não foi verificada nenhuma mulher comercializando carvão como ambulante. Porém, em relação à atividade em geral ele (op. cit., p. 105) afirma acertadamente que a “*indústria de carvão vegetal desenvolveu-se muito com a localização dos italianos nas imediações de várias cidades brasileiras*”.

No que se refere às permanências por todo o período existiram unidades de negócios pertencentes a italianos, porém a vida útil de suas unidades deve ser estudada mais detidamente.

Somente em 1899 é que um imigrante italiano vai abrir um outro depósito de lenha que coube a Chiappim Cyrillo como complemento de seu depósito de bebidas. Sua unidade é a mais duradoura indo de 1899 até 1911 como mercador de lenha. E depois de 1914 a 1920 como exportador de lenha. Portanto, foram doze anos como mercador simplesmente e mais seis como exportador. Não há explicação para este lapso de dois anos entre 1912 e 1913 e a mudança de categoria. Observando a tabela, percebe-se que nestes dois anos houve uma pequena diminuição dos negócios com madeira e lenha que só seria retomada em 1914. Angelo Avancini inicia suas atividades como mercador de lenha em 1908, passando a exportador de madeiras em 1912 sendo que em 1926 sua denominação passa a negociante de madeiras com a qual continua até 1930. Entre 1909 e 1911 há oito italianos registrados apenas como “carvão”, possivelmente fossem mercadores ambulantes de carvão, pois seus registros desaparecem em 1912, indicando que não comercializavam mais o produto e tampouco algum deles se estabelece com unidade de negócio. Sendo a característica marcante deste tipo de comércio o pequeno tempo de permanência de quem exercia a atividade.

¹⁸⁸ Por critério metodológico obedeceram-se as grafias originais, porém o nome correto de Henrique Mulinari é Enrico Molinari, o que reforça as considerações da nota anterior. Estes dois italianos já foram estudados individualmente no capítulo 1. Existe uma observação no registro de Molinari de que o depósito pertenceria a Ernesto Pinatti, fato comprovado pela lista de 1892 e não resistiu por mais um ano.

Na atividade carvoeira se destacou Vicente Fortuna que iniciou comercializando carvão em 1910 e passou a fabricá-lo em 1914 ficando até 1926. Outros como Lourenço Finucchi também fabricou carvão de 1914 até 1919 quando faleceu e sua viúva continuou a atividade no bairro do Vallo Velho. Ele também foi mercador de lenha desde 1903 até 1914, ou seja, esteve ligado à exploração vegetal por um bom tempo. No comércio do produto, Benjamim Bassi permaneceu por 12 anos em conjunto com sua oficina de funilaria, uma composição, por sinal, interessante.

Portanto, foi uma atividade que ocorreu um número significativo de italianos, tendo alguns que lograram o êxito de permanecer por décadas exercendo a atividade. Assim, novamente ocorrem indícios de que foi uma atividade que permitiu uma relativa permanência a quem a exercia, colaborando para afastar a hipótese de que as reservas florestais se esgotaram rapidamente, o que indica ter existido na região de Santo Amaro durante o período estudado uma grande massa florestal que mesmo com a constante e contínua exploração humana persistiu por longos anos.

3.2 – A participação do imigrante italiano na economia de Santo Amaro

Do ponto de vista da teoria marxista pode-se dizer que o italiano aqui estudado em Santo Amaro se aburguesou, ou seja, mesmo aqueles que vieram da Itália como camponeses e aqui chegaram para ser o exército de reserva para a agricultura, primeiramente e, posteriormente, para a nascente indústria, se tornaram proprietários de unidades de negócios capitalistas, ou seja, pela definição marxista, pequenos burgueses. Nem todos, entretanto, conseguiram fazer esta transição. *“Muitos chegaram pobres nas últimas décadas do século XIX e continuaram pobres para sempre”*, como Fausto (op. cit., p. 61) colocou, porém a marca do imigrante italiano em Santo Amaro é a realização desta passagem com sucesso e como visto no Capítulo 1 o estabelecimento rápido de alianças matrimoniais e de negócios com a burguesia nativa detentora do poder econômico, político e social. Era a realização do sonho de *“fazer a América”* de *“vencer na vida”*¹⁸⁹ para alguns dos italianos que se radicaram permanentemente na localidade. Para outros, como colocou Fausto (op. cit. op. cit.) restou *“a frustração da expectativa de ascensão social da*

¹⁸⁹ Grifos e aspas minhas.

massa de trabalhadores estrangeiros” e, continuando ele, “*há mesmo quem estabeleça uma correlação entre o período de greves dos anos 1917-1920*”, porém não há registros de greves em Santo Amaro neste período citado.

Aos italianos de Santo Amaro também foi imputado o pioneirismo de algumas atividades na Vila como será demonstrado posteriormente neste mesmo item, pois como oriundos de uma sociedade materialmente mais desenvolvida e organizada trouxeram consigo novas necessidades que eles mesmos tratariam de suprir por meio de suas atividades. Nota-se também que se estima que a maioria deles passou por São Paulo, ou outras cidades maiores, antes de se estabelecer na Vila, estando, portanto conectados com as necessidades dos novos mercados que surgiam e prontos para supri-las tecnicamente. Pode-se afirmar ainda que os imigrantes, não só os italianos, ajudaram a inserir Santo Amaro nos novos tempos modernos que se iniciavam. Ou como observado por Santos¹⁹⁰ (SANTOS, 2012), o imigrante era visto pela imprensa, como um reflexo do modo de pensar da elite dominante, como um elemento que *per se* se constituía na própria modernidade por ser oriundo de uma sociedade inserida nas formas de produção capitalistas. Dentro dessa concepção ele indica (op. cit., p.8) que:

“O progresso material da sociedade passava também por um progresso dos usos e costumes e, por essa razão, insistia-se na lógica de importar, para o país, os elementos que por si só eram considerados progressistas. Esse progresso só se daria com o desenvolvimento completo do sistema do capital e, para sua total conclusão, seria preciso trazer os elementos que faltavam e que pudessem dar condições para que a exploração do trabalho fosse concretizada, que eram os trabalhadores assalariados e acostumados com esse tipo de relação econômica.”

Na concepção de Say (SAY, 1986, p.195-196), os imigrantes eram os transportadores por excelência das novas ideias e dos novos ideais da sociedade capitalista que emergia, pois:

¹⁹⁰ Ver SANTOS, Iverson Poletto. *A imagem do imigrante na imprensa: uma comparação entre o discurso oficial e o não-oficial (1883 - 1895)*, Belo Horizonte: PUC Minas, Cadernos de História, v. 13, n. 18, 2012. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3896>.

Famílias criadas num país civilizado que vão se estabelecer num país novo, levam para ele os conhecimentos teóricos e práticos que são um dos principais elementos da indústria. Levam para lá o hábito do trabalho, mediante o qual essas faculdades são postas em prática, e o hábito da subordinação, tão necessário à manutenção da ordem social; levam também alguns capitais, não em dinheiro, mas em utensílios e provisões variadas; essas famílias, finalmente, não dividem com nenhum proprietário os frutos de uma terra virgem cuja extensão ultrapassa, durante muito tempo, o que são capazes de cultivar.

Para ele, não só os capitais que porventura levaram, mas principalmente, as técnicas e as ideias que disseminaram nos locais onde se estabeleceram foram importantes para a disseminação e implantação do modo de produção capitalista. E era exatamente isso que a elite dominante brasileira desejava naquele momento de transição onde não bastava somente que as relações econômicas de produção fossem capitalistas, mas também que seus valores fossem disseminados.¹⁹¹ Para Carlos Santos (1998), além de tudo, os imigrantes eram os que poderiam ser a mais bem acabada representação dos elementos do progresso. Eram os “civilizados”¹⁹², exemplos de trabalho intenso, formadores de indivíduos honrados, honestos e moralizados por virem de um mundo a ser imitado. Não bastava somente europeizar as cidades, as populações, a cultura ou os costumes, era necessário também europeizar as relações com o capital. O imigrante representava o progresso porque o progresso era o regime do capital que estava sendo introduzido no Brasil com a capitalização dos regimes de trabalho.

Antônio Prado, conforme mostrado por José de Souza Martins (op. cit., 1992) declara que os imigrantes são o melhor exemplo de que a filosofia do trabalho é o melhor meio de mudar de vida, para tanto, Prado incentivou a formação de alguns núcleos coloniais onde os imigrantes pudessem comprar terra e se tornar pequenos proprietários rurais. O europeu foi o elemento que estava acostumado com as relações capitalistas de trabalho e que estava sendo expulso da Europa por ser o excesso de carga, ou “*I xe come la zavorra*”, como proferido por Alessandro Rossi, empresário e senador do reino da Itália, excedente que deveria ser lançado ao mar para que o navio pudesse prosseguir. O preconceito não era somente de cor ou de raça, não somente social tampouco, mas sim de

¹⁹¹ Suas ideias estavam, portanto, coadunadas com as ideias que a elite brasileira da época adotava, embora para os tempos atuais elas sejam demasiadamente fora dos padrões.

¹⁹² Aspas do autor.

modo de produção. A afirmação de Say (op. cit., p. 196) de que “*A essas causas de prosperidade, deve-se acrescentar aquela que é, talvez, a maior de todas, isto é, o desejo que todos os homens têm de melhorar sua condição e de tornar o mais feliz possível o destino que abraçaram definitivamente*” complementa o arcabouço de ideias que inspiraram Martinho e Antônio Prado na formação do que pode ser chamado de projeto imigrantista. Aproveitar esse desejo de mudar de vida fez com que os irmãos Prado apostassem na ideia de localizar somente as pessoas que tivessem sido chamadas por parentes e amigos. São os exemplos de sucesso que podem apoiar e suportar uma ideia.

3.2.1 – Atividades econômicas ocupadas por italianos

A metodologia empregada neste trabalho buscou efetivamente as atividades urbanas com as quais o imigrante italiano se ocupou e, conforme demonstrado anteriormente, pode-se afirmar que o italiano se fixou em Santo Amaro com conhecimento do que a Vila poderia lhe oferecer em termos profissionais. Ou seja, a maioria deles veio com a intenção, e com os meios necessários para se estabelecer nas profissões e ocupações que trouxeram da Itália.

Hutter (HUTTER, 1986, p. 158) afirma que:

“O imigrante estrangeiro em São Paulo, que se estabeleceu na zona urbana, o fez não só como operário e técnico, mas também como dono da própria indústria. Em alguns casos, as fábricas, tendo se iniciado em instalações precárias e ocupando áreas exíguas, forma se desenvolvendo, atingindo o nível de grandes indústrias, como aliás é do conhecimento geral.”

Uma parcela significativa deles se estabeleceu em atividades extremamente promissoras tais como as olarias, a exploração de recursos florestais e nas profissões que a urbanização da época necessitava, além, é claro, do comércio onde muitos já possuíam experiência.

Como mostrado no Capítulo 1, foram variadas as formas com que o italiano tomou contato com a Vila. Uma delas foi por meio de São Paulo, muitos deles lá se estabeleceram primeiro e depois de uma análise das condições oferecidas viram em Santo Amaro oportunidades de ganhar a vida. Tal aconteceu com os oleiros, pois Enrico Pongillupe e seu

irmão Ermante se instalaram no bairro do Socorro em local onde existia matéria prima em qualidade e quantidades promissoras para a instalação da unidade de negócios. Não deve ter sido coincidência. Olarias são instalações que demandam uma quantidade maior de capital além de terrenos com extensões consideráveis. Portanto, estes imigrantes já deviam ter uma soma de capital que os permitisse iniciar sua unidade de negócios. Uma análise das condições de mercado também foi importante. O crescimento urbano vertiginoso da Capital no final do século XIX e no início do XX que na época não parecia ter fim animou-os a investir na produção de tijolos, telhas e similares.¹⁹³ O mesmo ocorreu com os italianos que se ocuparam com a exploração de produtos vegetais, como a madeira e o carvão que também se beneficiaram das condições de mercado existentes.

Um das preocupações deste trabalho foi demonstrar por meio da documentação existente uma relação de atividades ocupadas pelos italianos e após a sua análise e processamento das informações oferecidas pelos registros conclui-se que os italianos se ocuparam da seguinte relação de atividades por ordem da sua importância numérica:

- 2 Comércio em geral;
- 3 Profissionais;
- 4 Olarias;
- 5 Açougues;
- 6 Madeiras e similares;
- 7 Construção civil;
- 8 Fábricas;
- 9 Pedreiras;
- 10 Outros.

Uma análise detalhada destas atividades será realizada a seguir. Para melhores fins da análise, as atividades relacionadas com o comércio em geral, ou seja, açougues e as madeiras e similares serão tratadas no mesmo contexto.

3.2.2 – O comércio em Santo Amaro e o comércio “italiano”

¹⁹³ Langenbuch (LANGENBUCH, 1971, p .124) estima em 445% o crescimento populacional de São Paulo entre 1886 e 1900. Sendo que neste período, os municípios vizinhos tiveram o menor crescimento de apenas 22%.

É às atividades comerciais que uma parte significativa dos italianos radicados em Santo Amaro se dedicou. Mas esta não é uma característica somente da imigração para a cidade, vários autores apontaram o fenômeno em diversas outras cidades onde os italianos se estabeleceram. Uma razão é o comércio ser uma atividade tipicamente urbana. Outra razão é a que para se estabelecer com pequenas, ou minúsculas, unidades de negócios comerciais não são necessárias grandes somas de capital, o que ocorreu com muitos imigrantes. Muitas das unidades montadas não conseguiram sobreviver por esta razão: eram pequenas demais para conseguir proporcionar o sustento ao imigrante e a sua família, se porventura a tivesse. Como, por exemplo, os botequins de vender aguardente ou as pequenas tavernas que se ocupavam, principalmente, de vender o referido líquido.

Dentre as diversas análises sobre o predomínio do italiano, mais notadamente dos estrangeiros, nas casas comerciais destaca-se a levantada por Morse (MORSE, 1970, p. 263) de um artigo do jornal *Diario Popular* de 12 de março de 1892 mostrando o preconceito dos elementos nacionais diante do avanço social dos recém-chegados dizendo que a *“classe media está sendo absorvida pelo elemento estrangeiro, pela consideravel massa dos que emigram para aqui e tomaram conta de toda a pequena industria, de todo o pequeno comercio, de toda a pequena propriedade e que enriquecida porque trabalha e gasta pouco, tem amplo e incontestavel direito de fazer imposições em seu exclusivo proveito”*. Exageros a parte, os estudos mostram que uma das estratégias encontradas pelos imigrantes para ascender socialmente foi o seu estabelecimento no comércio e nas pequenas indústrias. A alegada absorção da classe média pelos elementos exóticos ainda não foi bem estudada pela historiografia, porém os estudos existentes demonstram que em São Paulo, os imigrantes conseguiram ascender significativamente dentro de uma classe média que era pouco numerosa. Na realidade, é lícito ponderar que a classe média tipicamente burguesa só se delineou com o advento da imigração e da ascensão social de seus membros a ela.

Se para o italiano oriundo do norte o sonho de fazer a América era adquirir terra para se tornar um proprietário fundiário, segundo Morse (op. cit., p. 240) para o:

“O europeu de classe inferior, que fosse empreendedor, descobria que a sociedade paulistana oferecia então considerável capilaridade econômica e mesmo social. Uma via comum para progredir era o comércio de mascate. Carregado de mercadorias baratas e de quinquilharias da cidade (ou, se mais próspero, conduzindo

uma ou mais mulas), o mascate percorria as fazendas, vendendo e fazendo trocas. Seu sonho de todos os momentos era adquirir capital para abrir um pequeno armazém de artigos generalizados numa estrada movimentada do interior, e finalmente estabelecer-se com loja ou fábrica numa cidade, idealmente São Paulo.”

Logo, o sonho de muitos outros era o de se estabelecer, pois como evidencia Carelli (CARELLI, 1985, p. 40) ao demonstrar que os *“comerciantes italianos também são numerosos. Do pequeno ao grande comércio, a gama é ampla. São os emigrados provenientes das cidades que abrem lojas onde, em geral, toda a família trabalha. O sucesso se explica porque, já na Itália, eles se haviam familiarizado com a economia urbana e com as relações de mercado”*. Eram pessoas, portanto, que estavam acostumadas com a realidade urbana e com as relações capitalistas oriundas das transformações ocorridas na economia e na sociedade da época.

Há, adicionalmente, um outro aspecto notado por Lanna (LANNA, 2012, p. 884) concernente a ligeiras dinâmicas imigratórias entre os imigrantes italianos, sobretudo os da região de Cosenza na Calábria que foi a sua tendência a imigrar para regiões onde já existissem membros da comunidades de origem e de possuir algum pecúlio que os permitissem *“financiar a viagem e a busca de outra sorte no além-mar”* e posteriormente mandar chamar os familiares que ficaram. Ela demonstra que mesmo sendo na década de 1880, a emigração algo comum, foi *“entre 1901 e 1910 que atinge cifras espetaculares (32 para cada mil habitantes)”*. Eles costumavam se estabelecer em pequenas empresas de caráter familiar como também evidenciado por outros autores.

Os estudos de Hutter para o período de 1902 a 1914 também mostram uma tendência de parte considerável dos italianos de se dedicar ao comércio. Segundo ela (HUTTER, 1986 p. 157) *“outro ramo a que se dedicaram os imigrantes da Península, em São Paulo, foi o do comércio. No período em estudo, o pequeno comércio, tanto da capital como do interior do Estado, estava quase que totalmente nas “mãos” dos italianos”*. O fato de alguns possuírem experiência anterior na Itália e a de que para iniciar na atividade não são necessários grandes capitais e nem experiência facilitaram o ingresso de parte dos italianos, ou seja, principalmente para aqueles que oriundos das fazendas não conseguiram amearhar algum capital e tampouco possuíam outras qualidades profissionais.

“De qualquer modo, o terciário representava um terreno fértil para os imigrantes” é o que delineia Alvim (ALVIM, 2000, p. 415), pois com o crescimento econômico surpreendente e, o conseguinte urbano, as oportunidades cresciam nas cidades paulistas, sobretudo em São Paulo. Os dados do Censo de 1920 apresentam que no comércio em São Paulo 18.215 eram estrangeiros e 10.413 nacionais, ou seja, o número de estabelecimentos controlados por estrangeiros era 80% maior que os por nacionais.

Tal afirmação, contudo, não procede para Santo Amaro. Quando o imigrante italiano lá chegou já havia uma tradição comercial estabelecida na cidade, pois os estudos realizados demonstram que a atividade econômica principal de Santo Amaro no período considerado foi o comércio.

A tabela 3.14 apresenta a evolução das unidades de negócios comerciais em relação com as outras atividades. Antes de qualquer afirmação a respeito da predominância e vocação comercial de Santo Amaro, é preciso considerar que nos anos de 1886 até 1889 a edilidade registrava as unidades de negócios juntamente com os veículos arrolados que perfaziam a maioria dos registros. Tal fato deve ser também analisado, pois a historiografia aponta uma grande movimentação de cargas por meio de tração animal entre Santo Amaro e São Paulo no século XIX. Tal movimentação só declina com a inauguração da linha férrea entre as duas cidades. Em 1890, quando os registros são separados, percebe-se um aumento na participação das atividades comerciais. A participação comercial só declina a partir de 1896, porém há observações também a serem realizadas. Neste ano ocorreu o acréscimo dos engenhos de farinha e dos pastos de aluguel atividades muito importante para o município como mostradas anteriormente neste capítulo. O predomínio do comércio na economia santamarense vai se retomando a partir do declínio das duas atividades e não diminui nem mesmo com a diversificação da economia que passa a ocorrer a partir da década de 20 do século XX. uma das razões para tal predominância é a posição da vila como centro distribuidor de mercadorias e gêneros da região. Para Santo Amaro acorriam parcelas significativas das produções de uma extensa região geográfica que atingia até Cotia e São Roque ao oeste e as encostas da Serra do mar ao sul. Porém, a maior parceira econômica nestes termos é Itapeverica cuja produção, ao que parece, era quase que totalmente escoada via Santo Amaro.

Tabela 3.14 - Unidades de negócios comerciais e outras atividades - 1886 a 1934

Anos	Total de unidades de negócio	Total de unidades de negócio comerciais	Participação em %
1886	297	87	29,29
1887	297	87	29,29
1888	295	68	23,05
1889	291	83	28,52
1890	139	94	67,63
1891	196	129	65,82
1892	152	126	82,89
1893	173	137	79,19
1894	172	119	69,19
1895	148	100	67,57
1896	299	112	37,46
1897	288	130	45,14
1898	311	147	47,27
1899	313	161	51,77
1900	287	143	49,83
1901	288	143	49,65
1902	326	138	42,33
1903	303	136	44,88
1904	285	143	50,16
1905	260	109	41,92
1906	239	185	77,41
1907	248	171	68,95
1908	229	150	65,5
1909	285	202	70,88
1910	247	166	67,2
1911	264	186	70,45
1912	223	176	78,92
1913	224	172	76,79
1914	232	162	69,83
1915	221	148	66,97
1916	207	151	72,95
1917	264	173	65,53

1918	246	163	66,26
1919	220	155	70,45
1920	222	146	65,77
1921	235	165	70,21
1922	299	203	67,89
1923	272	182	66,91
1924	296	199	67,23
1925	313	208	66,45
1926	316	230	72,78
1927	340	244	71,76
1928	367	284	77,38
1929	478	339	70,92
1930	552	357	64,67
1931	495	340	68,68
1932	444	-	-
1933	535	-	-
1934	599	358	59,77
Média			61,305

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Pelo Gráfico 3.3, pode-se visualizar melhor a evolução das unidades de negócios e perceber as suas oscilações com mais nitidez.

Gráfico 3.3 - Totais das Unidades de negócios - 1886 a 1934

Fonte: Livros de Industria e Profissões, 1886 a 1934.

Portanto, sem sombra de dúvidas, pode-se afirmar que a atividade econômica mais importante para Santo Amaro foi o comércio. E principalmente o comércio de gêneros alimentícios, pois as unidades de negócios que trabalhavam com este tipo de mercadoria foram predominantes por todo o período.

Dentre as unidades de negócios comerciais pode-se avistar três categorias distintas: as de Seccos e Molhados, que eram as casas que vendiam principalmente gêneros alimentícios; as Fazendas, que trabalham mais notadamente com tecidos, armarinhos e, mais para o final do período, roupas prontas; e os Botequins, ou Tavernas segundo a época que se dedicavam às bebidas alcoólicas e ao café. Contudo, uma estratégia de sobrevivência destas casas de comércio do período estudado é a sua generalidade, ou seja, quanto maior o seu porte, mais tipos diferenciados de itens ela vendia. Portanto, foram observadas unidades vendendo ao mesmo tempo gêneros alimentícios, bebidas, armas de fogo, munições, cal, cimento, louças, querosene, fumos, ferragens, tecidos, artigos de armarinho e outros. Assim, existiam os botequins que vendiam gêneros alimentícios em litros, produtos de quitandas, frutas e produtos inflamáveis como o carvão e o querosene; as casas de Seccos e Molhados que tinham em seus estoques drogas, ferragens e lenha e as Fazendas que por sua

vez também vendiam bebidas. A incógnita é se estas casas podendo vender bebidas alcoólicas, também as serviam como nos botequins. De fato, os botequins podem ser caracterizados como as unidades de menor porte, o mesmo não pode ser feito com as unidades de Seccos e Molhados e fazendas, pois aparentemente possuíam portes variados e estes poderiam ser semelhantes. Ao longo do tempo estudado, foi ocorrendo uma lenta especialização com o surgimento de Quitandas, Casas de Frutas, Casas de máquinas de costuras e casas especializadas em equipamentos e materiais como de construção, encanamentos e aparelhos sanitários, mas que não substituiu as generalistas. Para complicar ainda mais a separação, os barbeiros, sob a denominação Loja de Barbeiros poderiam também vender artigos de barbeiros como louças e perfumes, mas também ocorreram situações onde efetivamente venderam bebidas e artigos para fumantes, ou seja, mais especificamente fumo. Outros profissionais como os funileiros também venderam artigos como lenha e carvão, denotando a importância do produto, pois aparentemente todas as casas comerciais poderiam e, efetivamente o fizeram, vendê-lo.

Tal generalização é colocada como estratégia de sobrevivência, pois devido ainda às grandes distâncias existentes entre os núcleos habitados e às dificuldades de transporte, as pessoas se dirigiam aos centros comerciais, como a Vila de Santo Amaro para fazerem todas as compras de tudo que necessitavam por um período de tempo, assim o comerciante que conseguisse atendê-los mais prestamente ficava com os melhores ganhos e não abria espaço para concorrência, que era numericamente grande. Por isso talvez também o pequeno tempo de vida maioria das unidades de negócios comerciais¹⁹⁴, de locais e de italianos, mas também por isso a insistente abertura a cada ano de novas unidades. Concomitantemente, existiram as unidades nos pequenos centros dos bairros mais distantes, os quais com exceção inicialmente do bairro do Socorro, não receberam italianos. Esta é uma característica da imigração italiana para Santo Amaro, a sua concentração na área urbana da Vila de Santo Amaro e sua pequena penetração nos bairros mais afastados. Com o tempo e a melhoria dos meios de transporte e da renda pessoal, as casas comerciais puderam se especializar e oferecer produtos mais sofisticados como rádios, máquinas de

¹⁹⁴ Como não é o objetivo deste trabalho, não foi calculado o tempo médio de vida das unidades de negócios pertencentes a não italianos.

costura, tintas, fogões, bicicletas, brinquedos, livros, artigos escolares, molduras, quadros e artigos elétricos.

Com a modificação dos hábitos de consumo e dos costumes, as unidades de comércio passaram a vender também calçados e roupas prontas e surgem com isto as unidades especializadas neste comércio, além de serem mais itens a recheiar as prateleiras dos generalistas. Uma marca dos novos hábitos de consumo foi a abertura de padarias e confeitarias, no início timidamente, depois com mais vigor. Seus proprietários foram principalmente locais e imigrantes europeus, tanto alemães, italianos e portugueses. Sendo as duas primeiras registradas em 1891, sendo que uma delas pertencia ao italiano José Babiardi. Estas padarias puderam também diversificar seus itens e vendiam também doces, confeitos, bebidas e o também onipresente fumo. Aparecem por meio delas produtos novos nos hábitos brasileiros como as conservas, os queijos, a manteiga e o chá; e, além disso, ajudaram a divulgar hábitos como comer em restaurantes, pois durante três anos, de 1900 a 1902, uma delas funcionou em conjunto com um restaurante. Em 1934, existiam 12 padarias entre as 4 que vendiam somente pão; 6 que eram padarias e confeitarias e 2 que também vendiam gêneros alimentícios, sendo, entretanto o seu auge em 1931, quando funcionaram um total de 15. Entretanto, o número médio de unidades entre os anos foi de 4, e sendo as amplitudes máxima de 15 e a mínima de 1, ou seja, de 1890 até 1934, funcionaram muitas padarias em Santo Amaro.

As farmácias também foram constantes dentre as unidades de negócios de Santo Amaro, desde 1886 até 1934, porém em menor número.

Sobre o comércio a atacado de gêneros alimentícios não há na documentação indícios claros do seu registro que permitam quantificar a importância da atividade para o município, pois além de serem poucos, são também esparsos. Indiretamente, entretanto há evidências de que mesmo não ocorrendo por todo o período a separação entre varejistas e atacadistas, vender por atacado era uma prática comum entre os comerciantes, senão ao menos os de maior porte.

Por meio de Edmundo Zenha¹⁹⁵ e seu estudo dos documentos da loja de Adolpho Pinheiro de meados do século XIX, percebe-se que as vendas por atacado eram uma parte

¹⁹⁵ Ver ZENHA, Edmundo. *A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829*, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950; *O Santo Amaro de Paulo Eiró*, São Paulo: Departamento de

importante das suas receitas e de que comercializava diretamente com os produtores rurais da região por meio de pagamento em espécie ou por escambo de mercadorias. No texto, Zenha afirma que a loja atendia toda a região de Santo Amaro e até pessoas vindas de distâncias consideráveis como de Cotia¹⁹⁶. Não deve ter sido o único a proceder dessa maneira, pois existiam comerciantes de igual ou maior porte na época.

Na documentação estudada foram encontrados alguns registros de unidades de negócios que trabalhavam com as vendas por atacado de 1900 até 1902 e depois no ano de 1913. No primeiro período, existiram 2 unidades em 1900; 3 em 1901 e apenas 1 em 1902. No ano seguinte não foram encontrados registros de vendas por atacado. A denominação recebida à época foi de “Seccos, Molhados por atacado e varejo”, o que afasta a possibilidade de terem se especializado somente nas vendas por atacado. É possível, entretanto, que tenham tido a intenção de trabalhar mais especificamente por atacado e o varejo tenha sido uma opção. Nenhuma destas unidades de negócios pertenceu a italianos. Em 1913, ocorreu o registro de exportadores de “Exportador de generos alimentícios” e também e “Importador de generos alimentícios”. Sendo os exportadores um total de 21 e os importadores, 11. Notou-se uma ligeira diminuição nos estabelecimento de Seccos e Molhados de 1912 a 1913 quando ocorreu este desmembramento. Em 1912, eram 72 os estabelecimentos somente de Seccos e Molhados; em 1913, diminuíram para 59, ou seja, uma oscilação de 23 unidades. No entanto, entre importadores e exportadores havia 32, portanto, somados todas as unidades de Seccos e Molhados perfazem 91 unidades, com uma oscilação para cima de 19 unidades entre 1912 e 1913, o que não foi uma variação fora do normal. Além disso, há evidências de que alguns destes exportadores eram ou foram também mercadores ambulantes, pois os italianos Nilo Preconat e Pompeo Bassi foram registrados em 1912 como mercadores ambulantes, para sê-los como “Exportador de Gênero Alimentícios” em 1913. Há ainda Antonio Lascalla registrado em 1913 na

Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII e ***A vila de Santo Amaro***, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

¹⁹⁶ Ainda nos dias atuais existe uma pequena estrada que liga o Embu das Artes e Cotia e por meio dela poderiam atingir a estrada que vai do Embu até o Taboão da Serra atingindo o bairro do Campo Limpo, sendo que ambos pertenciam ao município de Santo Amaro. De Cotia também se poderia atingir os bairros do Butantã e Pinheiros em São Paulo, mas provavelmente o centro comercial de Santo Amaro oferecia melhores oportunidades.

atividade, entretanto não continuou para os anos seguintes. Em 1914, o número de unidades de negócios de “Seccos e Molhados” aumentou para 63, porém não ocorreu o registro dos exportadores no livro de Industrias e Profissões.

Contudo, foram encontrados os registros destes mesmos italianos no livro de Imposto de licença 1915 e 1916 para o ano de 1915. Em 1916, apenas Nilo Preconat e Pompeo Bassi continuaram com a atividade. Não há, entretanto, outros livros similares para os anos seguintes. Ambos foram registrados também em 1916 no livro de Imposto sobre ambulantes 1915 e 1916. Porém, o mesmo não ocorreu para os anos seguintes. Portanto, com a dupla tributação, pode-se afirmar que ambos vendiam seus produtos como ambulantes.

Com uma trajetória similar em alguns momentos, Nilo Preconat e Pompeo Bassi a partir de 1917 se estabeleceram como comerciantes; sendo Nilo proprietário de uma unidade de Seccos e Molhados até 1919 e, Pompeo Bassi nos mesmos anos com uma Quitanda. Bassi, contudo, em 1921, complementou as atividades de sua unidade de negócios para Seccos e Molhados com a qual permaneceu até 1926.

Por tais registros pode-se afirmar que a atividade de exportador e/ou importador de gêneros alimentícios prosseguiu, ocorrendo, provavelmente apenas uma mudança de denominação. Aparentemente, a tributação nestes anos foi uma tentativa de diminuir a evasão das rendas com a exportação de gêneros, problema este citado por Raffard e que não parece ter tido solução.

O crescimento urbano trouxe além de tudo uma diversificação das atividades comerciais e intensificou uma prática comercial comum nas zonas urbanas brasileiras que era a dos mercadores ambulantes. Nos anos de 1890, esta prática foi intensificada a ponto de surgirem reclamações da população sobre a existência de mercadores ambulantes nas ruas da vila sem a devida autorização e ocorreram reclamações formais à Câmara Municipal para providências. Foi verificado que entre 1894 e 1895, Antonio Santini e Irmão foram os primeiros ambulantes a comercializar na Vila a serem registrados pela municipalidade. Não quer dizer, entretanto, que foram os únicos, pois em sessão ordinária de 6 de maio de 1895, foi solicitado aos inspetores de quarteirão que fiscalizassem os vendedores ambulantes que não possuíam licenças para comerciar. O vereador José Felipe do Espírito Santo indicou à Câmara que *“oficiasse ao Subdelegado dessa Villa, pedindo*

para que, por intermedio dos inspetores de quarteirão fossem exigidas as respectivas licenças dos conductores de aguardente, bandeiras, mascates &a. &a. que encontrarem dentro de seu quarteirão” e teve sua solicitação aprovada. Aos olhos da população este crescimento dos ambulantes era temido por acharem que a sua permanência nas ruas atrairia somente os cidadãos de moral duvidosa e de má conduta. Porém, estes ambulantes significaram, além da diversificação dos produtos, uma introdução de novos produtos. Além dos produtos tradicionais como doces, carvão e lenha, os ambulantes vendiam queijos, peixes, bebidas nacionais e estrangeiras, bilhetes de loteria, aves, produtos de quitandas, frutas, sabão, revistas e jornais e novidades como sorvetes.

A participação dos italianos neste tipo de comércio foi bastante intensa, porém irregular. Foram poucos os que comercializaram seus produtos mais de um ano na vila, o que é também uma característica deste tipo de negócio. O estudo dos livros de Indústria e Profissões mostrou que Santo Amaro atraiu também mercadores ambulantes italianos vindos de São Paulo, cidade onde desde o início da década de 1890 existiam muitos mercadores ambulantes de origem italiana. De 1909 até 1911, a municipalidade santamarense registrou-os, deixando, entretanto de fazê-lo nos anos seguintes. Há, entretanto, um registro anterior de 1906 de Miguel Pecina que vendia louças de barro. Em 1909, foram quatro os italianos: Nestor Sabatto, que comercializava sabão; Justo Giuseppe, comerciante de livros; João Trento, amolador e José Sorrendino, quitandeiro não domiciliado com alvará. Em 1910, há Felipe Pascarelli e Bianco Afonso, ambos comerciantes de queijos; Silvio Bocio, vendedor de folhas e Nestor Sabatto. Em 1911, registraram-se os mesmos de 1910. A partir daí, não se encontram mais registros de ambulantes oriundos de São Paulo talvez pelo fato de ter sido feito um registro em separado no citado Livro de Ambulantes e também por não discriminarem mais a origem do comerciante.

As modificações nos hábitos de consumo trouxeram alguns tipos de comércio mais tipicamente urbanos que não existiam anteriormente, pois a maioria das pessoas estava ligada à zona rural da cidade e produziam elas mesmas estes produtos. Começaram então a proliferar os açougues, os mercadores de leite e de peixe. O leite, por ser um produto de rápida deterioração e por não estarem ainda amplamente difundidos os meios técnicos de refrigeração que prolongavam a vida útil do produto, teria de ser produzido localmente e

também localmente comercializado. Há seis mercadores de leite registrados como ambulantes em 1896, o que demonstra que a atividade já era possivelmente exercida anteriormente. Número este que se manteve estável até 1900, quando caiu bruscamente para 2 e só voltou a recuperar o número em 1909, quando se registraram 12 comerciantes do produto. A partir de então a atividade cresceu até chegar a ao máximo de 17 em 1911 e declinar e mudar o aspecto da atividade para duas leiterias em 1934, quando eram lojas estabelecidas com produto armazenado em refrigeração. Apenas em 1912 que há o registro de um italiano exercendo a função e de 1928 até 1931, Vicente Vostri possuiu uma confeitaria que também vendia o produto. Não foi, portanto, um produto que atraiu a atenção dos italianos em Santo Amaro.

Por outro lado, na comercialização de peixes, existiu uma permanência maior de italianos, pois Paschoal Gallo & Cia iniciou suas atividades em 1903 e permaneceu até 1908 e João Maggi, que comercializou em duas ocasiões, uma com um sócio de 1896 até 1898 para retornar sozinho de 1908 a 1911. Provavelmente, o peixe fresco vendido era dos rios da região. Há na documentação um registro *sui generis* de 1896 da existência de um “caçador de peixes” que foi Amaro Antônio de Araújo André no bairro da Campininha. No mesmo ano existiu também um criador de peixes na Vila que foi Amaro Rodrigues de Andrade, porém a atividade não prosseguiu para o ano subsequente. Não há indicação se comercializaram também os peixes salgados como o faziam as lojas de Seccos e Molhados. Paradoxalmente, a atividade declinou a partir de 1913; e até 1919 não há nenhum comerciante do produto até o registro de 1921 até 1922 de um exportador de peixes. A hipótese é de que os cardumes tenham sido reduzidos por razões intimamente ligadas ao processo de urbanização, à construção das represas pela Light e à exploração descuidada.

Os açougues e o comércio de derivados da carne, do mesmo modo que do mercado de leite, necessitava da existência de uma produção local. É uma atividade que de início não atraiu a atenção dos italianos, mas durante o curso do período cresceu tanto em importância para o município quanto em quantidade de italianos que se dedicaram a ela. Não há registros de que tenham existido produtores de carne seca em Santo Amaro, pois não foram encontrados registros da comercialização do produto no mercado municipal e nem por meio de outros autores mesmo tendo sido um produto que certamente foi comercializado pelas casas de Seccos e Molhados por ser importante componente da dieta

da época. Por outro lado, a carne verde bovina, assim denominada na época, não era comum nas receitas da culinária tradicional, mas sim a carne verde suína e as aves, que por sua vez foram encontrados nas listas de produtos comercializados pelo mercado municipal.

Tabela 3.15 - Açougues e a participação de italianos - 1886 a 1934

Anos	Açougues			Anos	Açougues		
	Total	De italianos	% total		Total	De italianos	% total
1886	-	-	-	1911	4	-	-
1887	-	-	-	1912	3	-	-
1888	-	-	-	1913	5	-	-
1889	-	-	-	1914	4	-	-
1890	-	-	-	1915	4	-	-
1891	-	-	-	1916	4	-	-
1892	2	1	50	1917	6	-	-
1893	3	-	-	1918	4	-	-
1894	4	-	-	1919	6	-	-
1895	3	-	-	1920	7	-	-
1896	4	-	-	1921	4	-	-
1897	3	-	-	1922	7	1	14,29
1898	4	-	-	1923	6	-	-
1899	4	-	-	1924	5	1	20
1900	5	-	-	1925	7	2	14,29
1901	3	-	-	1926	9	3	33,33
1902	3	-	-	1927	7	4	57,14
1903	3	-	-	1928	8	4	50
1904	4	-	-	1929	10	4	40
1905	4	-	-	1930	14	6	42,86
1906	7	-	-	1931	19	14	73,68
1907	5	-	-	1932	-	-	-
1908	5	-	-	1933	-	-	-
1909	3	-	-	1934	16	9	56,25
1910	4	-	-				

Fonte: Livro de Indústrias e Profissões, 1890 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

O primeiro açougue de um italiano pertenceu a Colon Angelo¹⁹⁷ & Cia em 1892 que não teve longa duração fechando no ano seguinte. Após um longo hiato de 30 anos, Antonio Renzo abriu sua unidade em 1922, fechando-o no ano seguinte. É somente em 1924 que Rizzieri Comenale abre sua unidade na Praça do Mercado, 8 e lá permanece até 1934, ano que se findam os estudos. Seguem-se outras unidades de propriedade de italianos que chegam a dominar em 1931; 73,68% do mercado santamarense, mais notadamente com a ajuda da família De Lucca que abre uma série de unidades a partir de 1927 com Paschoal De Lucca no bairro do Socorro que chega a ter 4 unidades em 1934. Em 1928, chega Salvador De Lucca e abre uma unidade na Alameda Santo Amaro. Em 1931, é João De Lucca quem abre a sua unidade também na Praça do Mercado. Constantino Mozillo, que iniciou suas atividades em Santo Amaro como tripeiro, abriu sua unidade em 1925, porém em 1934 não mais a possuía. Dois italianos, Luiz Cafalli e Justo de Giollo chegaram a ter duas unidades, porém uma de Justo de Giollo é em sociedade. Entretanto, nenhum dos dois prosseguiu até 1934.

No entanto, em Santo Amaro, a concentração dos açougues, e outros artigos, nas mãos dos italianos não chegou à mesma que em São Paulo no final do século XIX, quando o jornal A Platéia publicou uma série de artigos intitulada “Revista Util” – “A Republica e a Imigração”, em 25 janeiro de 1895 atacando a existência de monopólios como verduras e ovos e, principalmente, o da carne verde.

3.2.3 – As olarias e a construção civil

De um modo geral, pode-se afirmar que se houve uma atividade tipicamente italiana em Santo Amaro esta foram as olarias. Mesmo não tendo os dados quantitativos dos valores envolvidos por esta atividade, é possível concluir que teve uma grande importância para a Vila e se mostrou um meio de vida muito significativo para os seus oleiros. Como as olarias

¹⁹⁷ Embora Colon seja o equivalente a Colombo em espanhol, o imigrante é considerado italiano primeiramente pela forma com que seu nome está escrito e depois pelo prenome Angelo que não é comum na Espanha. Há nomes de origem espanhola na Itália por causa da permanência de soldados espanhóis e portugueses no século XVI.

são atividades que envolvem somas avultadas de capital, pois dificilmente vendem a varejo, denota-se que as cifras tenham sido consideráveis para um local como Santo Amaro.

O Almanaque de Santo Amaro de 1935, edição comemorativa dos 100 anos de elevação de Santo Amaro, cita, dentre todas as outras atividades, três olarias pertencentes a italianos. Naquele momento, existiam 37 olarias na Vila e 21 delas pertenciam a italianos, ou seja, mais da metade delas era de cidadãos desta origem.

De uma delas (CALDEIRA NETTO, 1935, p. 196), a Olaria Prestia, traz as seguintes informações:

“Desde 1918, está o sr. Carmine Prestia em Santo Amaro, onde adquiriu boa propriedade á rua Campos Salles n.º 1.056, ahi mantendo optima olaria dotada de todos os melhoramentos, na qual trabalham, segundo as necessidades de 8 a 10 familias de habeis operários. A producção media é de 100.000 tijollos mensaes. Tem, também, extracção e venda de areia para construcções, sendo os transportes feitos por sólido caminhão e havendo mais um automóvel particular.”

De porte menor, porém de produção mais variada, sobre a Olaria Pongiluppi de Ermante Pongiluppi considera (op. cit., p. 193):

“Adquirindo gracioso sitio com três alqueires de área, a cinco kilometros da cidade, no qual existem fartas e superiores jazidas de barro para qualquer especie de producto da industria ceramica, montou optima olaria, dispondo do aparelhamento necessario e fabricando excellentes tijollos e resistentes telhas concavas, productos que encontram franca acceitação nos mercados consumidores pela superioridade da materia prima empregada e esmero da confecção, a producção média attinge 40.000 peças mensaes.”

Sobre Biaggio Rivelino¹⁹⁸, proprietário da terceira olaria citada, o Almanaque (op. cit., p. 184-5) traz informações também sobre a sua trajetória no Brasil, onde se fixou primeiramente em São João da Boa Vista e trabalhou em uma olaria. De lá adquiriu os conhecimentos sobre a profissão que o fizeram tentar a sorte na Capital paulista no bairro de Pinheiros para somente depois se instalar em Santo Amaro comprando a olaria pertencente a Henrique Fischer.

¹⁹⁸ Biaggio Rivelino é avô do reconhecido jogador de futebol Roberto Rivelino que iniciou sua carreira esportiva em Santo Amaro.

De modo geral, a historiografia não traz maiores generalizações sobre a atividade nem em São Paulo, nem em Santo Amaro. Somente Morse a cita (MORSE, 1970, p. 237) para mostrar que:

“Em 1887, na Capital e seus arredores havia, além das fábricas de Diogo Antônio:

- uma cerâmica, com 300 operários, produzindo 2000000 de tijolos e 1000000 de telhas por ano. (Também dezenas de pequenas olarias que se aproveitavam da abundância de matéria-prima e do surto de construções na cidade);”

Não dando, porém, maiores detalhes sobre onde se localizava a cerâmica e as pequenas olarias citadas. No ano citado ainda não existiam olarias em Santo Amaro, que só foram instaladas em 1890. O autor destaca também que (op. cit., p. 348) as *“olarias e carvão de lenha são indústrias extrativas que se destacam nos subúrbios”*.

Portanto, a visualização e análise da Tabela 3.16 - Olarias - 1886 a 1934 permite algumas considerações e conclusões a respeito da atividade.

Tabela 3.16 - Olarias - 1886 a 1934¹⁹⁹

Anos	Total	Olarias de italianos		Anos	Total	Olarias de italianos	
		Qtd.	% Total			Qtd.	% Total
1890	6	-	-	1912	5	3	60
1891	11	1	-	1913	4	4	100
1892	9	1	11,11	1914	8	4	50
1893	9	2	22,22	1915	8	4	50
1894	7	3	42,86	1916	8	6	75
1895	7	2	28,57	1917	8	4	50
1896	8	3	37,5	1918	9	3	33,33
1897	12	5	41,67	1919	7	4	57,14
1898	11	4	36,36	1920	8	5	62,5
1899	8	5	62,5	1921	8	5	62,5
1900	8	5	62,5	1922	9	5	55,55
1901	7	5	71,43	1923	14	5	35,71
1902	5	5	100	1924	24	12	50
1903	5	5	100	1925	22	10	45,45
1904	6	5	83,3	1926	22	12	54,54
1905	5	5	100	1927	25	16	64
1906	4	3	75	1928	26	17	65,38
1907	4	3	75	1929	26	19	73,08
1908	4	4	100	1930	30	19	63,33
1909	3	3	100	1931	16	10	62,5
1910	4	4	100	1934	37	21	56,76
1911	4	4	100				

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1890 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

O maior crescimento das olarias em Santo Amaro foi posterior ao maior crescimento urbano de São Paulo, porém seu nascimento e, provavelmente a razão de sua instalação, está relacionada com este momento. Do início do século XX até 1913 há uma retração das atividades que voltam a se recuperar lentamente a partir de 1914 para recuperar

¹⁹⁹ Os anos de 1932 e 1933 não estão na tabela pelo fato de o livro de Industrias e Profissões relacionar somente os nomes dos contribuintes e não as suas atividades.

os níveis anteriores e ultrapassá-los com folga em 1923, mantendo a aceleração até o final do período. O refluxo de 1913 pode ter sido causado pela lei que proibia as olarias na proximidade de centros urbanos. As existentes em Santo Amaro neste período eram todas no perímetro urbano da Vila. Em 1914, começou a mudança das que restaram para as zonas mais afastadas. Desde então elas se espalharam por toda a região suburbana do município. Foram encontradas olarias nos mais diversos bairros como o Socorro, Porto Galvão, Cordeiro, Represa e Ponte de Baixo. Mais adiante a partir de 1924, as olarias vão surgindo em bairros mais distantes, pois as mais antigas, em geral, continuaram funcionando. Surgem olarias no Bororé, no Morumby, na Vila Santa Catharina, no Piraporinha, na Pedreira, no Cupecê, onde existiram 4 de italianos em 1927, e, no bairro da Campininha, onde elas se concentraram em 1934 com oito estabelecimentos de italianos.

Alguns italianos chegaram a possuir mais de uma olaria, como Luiz Ceglio que possuiu três entre 1927 e 1931, sendo duas no bairro da Campininha e uma no Cupecê. Ercole Petrella possuiu duas no bairro do Morumby entre 1927 e 1930. Francisco Avanne possuiu duas no bairro da Campininha entre 1930 e 1932, João Marini, que possuiu duas entre 1929 e 1934 e, Andrea Bertholi, duas a partir de 1897. Outros mudaram de atividade para se dedicar às olarias que foi o caso de Enrico Pongiluppi em 1890 quando possuía um engenho de serra; José Moretti que era exportador de lenha e possuiu duas olarias entre 1922 e 1923, Seraphim Tregnane diversificou suas atividades com a olaria montando uma taverna em 1904. Porém, nenhum deles mudou mais que Alexandre Rigozzi que possuiu entre 1894 e 1906 uma olaria de 1ª classe, uma fábrica de louças de barro, uma Padaria e restaurante, uma fábrica de macarrão e, por fim, uma oficina de ferreiro. Tornando-se difícil explicar tamanha variedade de atividades em setores diferentes como a oficina de ferreiro. É possível que a tenha adquirido e outra pessoa que conhecia as técnicas tocasse-a, o mesmo com a padaria. José Martini também saiu do ramo do comércio de lenha para se dedicar à olaria em 1923, porém retornou logo no ano seguinte para o comércio.

A historiografia mostra que existiam outras regiões produtoras importantes na periferia de São Paulo, como no Tatuapé e em Osasco, e em regiões de municípios vizinhos como em Santo André e São Bernardo, os quais foram maiores que as de Santo Amaro.

Considerando os crescimentos populacionais de São Paulo e de Santo no mesmo período percebe-se uma coincidência da aceleração, não em números percentuais, que não

explicam a movimentação, mas em números absolutos, já que São Paulo adicionou entre 1920 e 1934/1940 mais de meio milhão de habitantes. Já Santo Amaro adicionou dez mil habitantes, tendo, porém, um crescimento de quase 100%. Somente o aumento das construções que se deu neste período explica com alguma satisfação o processo. Contudo, não explica completamente. É possível que a produção em outras regiões próximas à Capital tenham declinado por diversas razões, principalmente por falta de matéria prima e Santo Amaro funcionou como um centro complementar.

Em alguns momentos, como de 1902 a 1903, em 1905, de 1908 até 1911 e em 1913 todas as olarias existentes em Santo Amaro pertenciam a italianos. É possível que tal especialização tenha se dado por causa da construção civil, pois em São Paulo no início do século XX, estimativas mostram que a esmagadora maioria dos trabalhadores da construção civil era de italianos. Porém, não há relação entre os italianos que se dedicaram a construção civil e as olarias de Santo Amaro. Estes foram na maioria empreiteiros e construtores que foram atraídos para as obras públicas realizadas na Vila, como Alfredo Formigoni que construiu o Mercado de Santo Amaro em 1896 e Francisco De Bonni que realizou as reformas em 1903. Eram todos eles mestres de obras, ou seja, pedreiros que conseguiram ultrapassar as barreiras profissionais e se tornaram responsáveis pelas obras. Foram registrados com Empreiteiros de obras ou Constructores. É apenas em 1929 que é registrado o primeiro engenheiro e em 1934 o primeiro arquiteto, e nenhum deles era italiano.

Uma característica da construção civil em Santo Amaro foi o seu pouco tempo de permanência, provavelmente próprio da atividade, pois nem sempre o profissional consegue obras onde está estabelecido e pode ficar muito tempo fora em obras em outras localidades. De toda forma, apenas Guerino Banzolli de 1929 a 1934 e Francisco Di Boni de 1903 a 1909 permaneceram por mais de dois anos. O empreiteiro de obras que por mais tempo permaneceu na Vila foi Angelo De Lucia de 1929 até 1934.²⁰⁰ Foi em 1934 que a atividade atingiu o seu auge com o registro de nove profissionais. Porém, foram longos os períodos em que não houve nenhum registrado como de 1886 até 1902 e de 1910 até 1917. A moda estatística para o período é de apenas 1 profissional com oito ocorrências.

²⁰⁰ O imigrante, segundo fontes familiares, permaneceu por mais anos. O corte em 1934 é pelo fim do período estudado.

3.2.4 – As pedreiras

Como demonstrado anteriormente, as pedreiras para a produção de materiais de construção e de cantaria foram atividades muito importantes para a economia de Santo Amaro. A exploração destas jazidas minerais perpassou todo o período com poucas lacunas como de 1901 até 1904, deixando de ser exploradas a partir de 1926. A atividade foi tão importante que o bairro da Pedreira já tinha essa denominação na época por ser a localidade onde era realizada a exploração.

Não existiu um número de pedreiras funcionando concomitantemente decerto pelo grau de complexidade e de perigo que a atividade que são suas características.

Entre 1892 e 1893, Enrico Molinari foi responsável por dois requerimentos à edilidade para explorar uma pedreira que foi de propriedade da “*viuva Deolinda Dominguez e herdeiros, sito no lugar denominado Cachoeira*”. Na primeira solicitação de 29 de dezembro de 1892, ele não obteve sucesso, pois segundo o despacho da municipalidade, em 30 do mesmo mês, o pedido foi “*Indeferido por prejudicar os transeuntes, vizinhos e a entrada geral.*” Molinari solicitou em 25 de março de 1893, a revisão do seu pedido e novamente o teve negado. Somente em 31 de maio de 1893, ele refez a solicitação já tendo mostrado aos representantes da Câmara que os métodos utilizados eram seguros e adicionando que tencionava “*esperimentar de explosão de umas minas com o emprego das rodilhas, visto tornar-se indispensavel o uso delas para amparação dos estilhaços transeuntes e vizinhos; como pode verificar a illustre commissão que dignou-se presenciar a primeira experiencia*”. O pedido foi, finalmente, atendido em 7 de agosto de 1893.

Por estes documentos percebe-se como eram feitas as explorações do mineral à época em questão e que sua exploração era determinada por uma licença especial da Câmara Municipal da localidade em questão. Todo o processo poderia ser demorado como mostram os requerimentos.

Parte dos materiais retirados das pedreiras da região foi para as obras na Vila como mostrado anteriormente pela série de documentos relacionados a Raphael Sansevero que forneceu guias e outros materiais à Câmara e também por Luiz Grecco em 1893 pelos mesmos serviços. Sansevero permaneceu explorando a Pedreira por apenas três anos de 1891 até 1893, por ocasião de seu falecimento. Depois dele, Nuncio Ciampaglia explorou

uma pedreira de 1918 até 1925. Outros italianos exploraram a atividade como Rafael Gallo em 1896, Vicente Pechicaco em 1897 e Visenção Chiapaghia em 1912 e 1913.

3.2.5 – Profissionais urbanos

Primeiramente é preciso definir que os profissionais relacionados aqui são barbeiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, tintureiros e sapateiros, enfim uma gama de atividades tipicamente urbanas que era comum nas cidades do século XIX. Quanto aos profissionais liberais são considerados aqueles de nível universitário que podem ou não trabalhar por conta própria como médicos, dentistas, engenheiros, arquitetos e advogados.

Existiram poucos profissionais liberais italianos na Santo Amaro de 1886 a 1935. O seu desenvolvimento econômico e nível de renda da sua população não permitiram que eles se instalassem anteriormente. Zenha (1952) enfatiza que a Santo Amaro antiga era tão pobre que nem médico tinha. Entretanto, eles também não foram comuns no país. O primeiro dentista a se estabelecer com consultório foi o imigrante Alfredo Bronzoni de 1902 até 1907, o ano de seu falecimento. Seu filho, Umberto Bronzoni, no entanto, o sucedeu de 1913 até 1917. Após eles, surgem mais dois que também permanecem por pouco tempo; Eliza Gusberti, filha de Carlos Gusberti, comerciante instalado no bairro do Socorro, cujo consultório ficava na Vila. Ela clinicou de em 1925 e 1926, tendo provavelmente parado de clinicar por ter engravidado. O Almanaque de Santo Amaro (CALDEIRA NETTO, 1935) cita que em 1935, ela tinha dois filhos. Em 1931, V. Brenha Ribeiro²⁰¹ se estabeleceu na Avenida Adolpho Pinheiro. Nenhum médico de origem italiana estabeleceu consultório na Vila. Mesmo ocorrendo períodos, como em 1930, que existiram nove médicos. O primeiro consultório médico só foi estabelecido em 1908 pelo Dr. Joaquim Domingues Lopes, portanto depois do primeiro dentista. É provável que isto tenha ocorrido, como mostrado no Capítulo 1, pelo fato de a municipalidade ter oferecido serviços médicos gratuitos por algum tempo. Uma outra razão é lembrada por Marcílio (MARCÍLIO, 1974, p. 139) que os “*barbeiros’ de então, cortavam a barba e faziam sangrias, preparavam drogas, vendiam medicamentos. Os “cabeleireiros” cortavam cabelos exclusivamente.*” Seu objeto de estudo, no entanto, é a São Paulo de 1750 a 1850,

²⁰¹ Brenha Ribeiro já é descendente de italianos, provavelmente de mãe italiana.

porém hábitos centenários são difíceis de serem superados, ainda mais com a ciência médica ainda dando seus primeiros passos no início do século XX não é, portanto, difícil de acreditar que na Santo Amaro do início do século XX, e talvez um pouco mais, ainda tenham existido barbeiros que faziam sangrias. Reforça a tese o fato de as lojas de Seccos e Molhados ainda venderem drogas medicinais.

Os funileiros também foram profissionais comuns na Vila. Muitos estudiosos da cidade de São Paulo perceberam uma grande atividade destes chamados profissionais nos seus ramos de atuação. Franco Cenni (CENNI, 1975, p. 225) observou que uma das figuras características da época era “*o ‘homem que conserta tudo’ que, com a mesma indiferença e habilidade remendava panelas e consertava móveis ou encanamentos*”.

Destaca também os engraxates (op. cit., p. 224) que passaram a ter o serviço executado “*sucessivamente, mesmo por italianos adultos, em geral provenientes das províncias de Salerno e de Basilicata, ou por calabreses [...]*.”

Porém, segundo evidenciou Morse (Morse, 1970, p. 180), em São Paulo desde a década de 1870 já havia uma concentração grande de profissionais estrangeiros atuando na cidade:

“Prosperavam muitos estrangeiros, entre os quais barbeiros, cabeleireiros, médicos, dentistas, horticultores, joalheiros, alfaiates, costureiros e varejistas de toda sorte. Entre os barbeiros estavam o português Vieira Braga e os franceses Teyssier, Biard, Bossingnon e Pruvot. Quando Teyssier voltou à França em 1871, seu empregado Inácio Preto tomou posse do estabelecimento, adicionando “Teyssier” ao seu próprio nome.”

Foram muitos os profissionais italianos, dentre todas as atividades que eles exerceram. Foi esta uma das que atraiu mais pessoas em alguns rivalizando quantitativamente com o comércio. Por critério metodológico, foram elencados nesta categoria todos os profissionais que possuíam oficinas, pois muitas vezes eram registrados como Ferreiro e Officina de Ferraria²⁰², por exemplo.

²⁰² Na documentação foram comuns lançamentos variados como Sapateiro concertador, Sapataria e Officina de Sapateiro. Provavelmente esta denominação mudava de acordo com a capacidade do profissional, ou seja, se ele somente consertava sapatos ele seria um Sapateiro Concertador; se ele além de fazer reparos em sapatos ainda os fizesse sob encomenda seria uma Sapataria. O termo Officina de Sapataria devia ser

Ao longo do tempo, foram surgindo os profissionais ligados aos veículos automotores como as oficinas mecânicas e às ligadas a um processo de urbanização mais sofisticado como os relojoeiros e ourives e aos confortos urbanos como os encanadores. Com algum atraso, pois atividades tão comuns e corriqueiras em São Paulo, como os jornaleiros e os engraxates só foram aparecer em Santo Amaro na década de 1920. O primeiro engraxate foi Agostinho Dalessio em 1924 sendo sucedido por, provavelmente seu irmão, Victor Dalessio que permaneceu de 1925 até 1928. O primeiro italiano encanador, que possuía também uma oficina de funilaria, foi Luiz De Sforzia que abriu sua oficina em 1925, não tendo permanecido, porém. As tinturarias, testemunhas de uma época de que se transformava, pois passaram a oferecer um serviço profissional que antes era totalmente realizado nas casas ou por lavadeiras, chegam a partir da década de 1910. José Spanholetti ou Spagnoletti trabalhou de 1914 a 1916, retornando depois em 1920 e 1921. Angelo Merlanga também trabalhou de 1914 a 1916, não tendo retornando, entretanto.

Atividades como as oficinas de tanoaria também foram trazidas por italianos a Santo Amaro. Adelo Caymini & Irmão permaneceu na Vila de 1924 até 1932 oferecendo seus tonéis e barris provavelmente aos produtores de cachaça ou aos comerciantes com depósitos de bebidas. Oficinas de verniz também foram introduzidas por italianos como a de Heitor Cruscio que funcionou de 1925 a 1930.

Alguns profissionais permaneceram por um longo tempo como Affonso Bochiglione ou Bocchiglieri, sapateiro, que exerceu seu ofício de 1916 até 1931 na Alameda Santo Amaro. Anteriormente, Bisoli Luigi, também sapateiro, se estabeleceu em 1891 e continuou até 1902, tendo tido, contudo, alguns momentos em que tentou novos horizontes, pois possuiu uma Taverna em 1900 e uma loja de Roupas Feitas em 1901.

As marcenarias, carpintarias e suas respectivas oficinas não atraíram um número grande de italianos, porém os que se dedicaram ao ofício permaneceram por longo tempo. E foi protagonista de um fato incomum para a época, pois de 1922 a 1932 funcionou uma “Marcinaria” de propriedade de uma mulher, a italiana Luiza Pattigliani ou Bettigliani. O destaque da área foi a família Montanaro²⁰³ que se estabeleceu com duas oficinas em 1894

utilizado para os mais bem equipados. O mesmo raciocínio vale para os outros profissionais como os marceneiros.

²⁰³ Ainda há descendentes seus atualmente no bairro de Santo Amaro.

e só deixou o ofício em 1926 com algumas idas e vindas e a sucessão de um de seus membros pelo filho. Os Montanaro foram um exemplo de que a integração ao mundo social da localidade foi de extrema importância para a sobrevivência da unidade de negócios, pois desde o início demonstraram a intenção clara de permanecer, primeiramente se naturalizando e depois registrando-se como eleitores. Além de tudo, a documentação consultada mostra que se adaptaram bem ao idioma e o dominavam mais que o necessário para exercer o seu ofício. Por um período, foram os únicos marceneiros na Vila e, também por esta razão, prestaram muitos serviços à municipalidade. Com a exceção dos Montanaro e de Luiza, somente Pedro Escalia permaneceu mais de dois anos. Os outros funcionaram somente 1 ano. Dentre as carpintarias houve períodos de permanência maiores, porém um número de unidades de negócios similar. Conrado Andreoni ou Andreoli, teve oficina de 1918 até 1926. Archimedes Spaginnno começou em 1926 e foi até 1931, mas o destaque foi Pompilio Chiampim que permaneceu por trinta anos consecutivos de 1904 até 1934. Tão longo período de atividade, mesmo para os dias atuais, provavelmente se deve à sua versatilidade, pois além da carpintaria, fez do conserto de carroças a sua atividade principal, além de tê-las efetivamente fabricado entre 1909 e 1913, além dos serviços de ferreiro em 1930 e 1931. Existiram também mais alguns italianos dedicados ao ofício, porém não permanecendo por mais de dois anos.

Já entre os ferreiros não ocorreu uma permanência assim tão longa, mas mantiveram a características dos profissionais italianos de Santo Amaro de terem, se não predominância, pelo menos uma presença ativa na Vila. Paradoxalmente, sua presença se intensificou durante as décadas iniciais do século XX que marcaram a introdução dos veículos automotores e da urbanização mais acentuada. Entretanto, esta urbanização deve ser matizada, pois mesmo com o crescimento das áreas urbanizadas, não se pode dizer que a Vila tinha características marcadamente urbanas, ao contrário, suas feições ainda eram predominantemente rurais. Existiam alguns núcleos de maior crescimento urbano como a região central, o bairro do Socorro e as regiões limítrofes à Capital e às estradas que faziam a ligação entre os dois municípios. Portanto, a existência de uma demanda pelos serviços de ferreiros ainda era comum.

A expansão urbana de Santo Amaro trouxe também uma atividade profissional tipicamente urbana que eram os alfaiates. Como os ferreiros, existiram vários alfaiates e

alfaiatarias, porém pouquíssimas venceram o primeiro ano de vida. Decerto pelo fato de muitas pessoas ainda fazerem suas próprias roupas, denotado pela existência de muitas lojas especializadas no comércio de tecidos e seus complementos e também já estarem surgindo as lojas que vendiam roupas prontas. Mesmo a loja de máquinas de costura estabelecida por Victor Ficarolla em 1930 não logrou êxito de existir por mais de dois anos ao contrário das referidas lojas que perpassaram todo o período. Alexandre Zamboni foi o primeiro italiano a se estabelecer em 1896, sendo seguido por Salvador Calamora em 1899, porém nenhuma das duas oficinas existiu por mais de um ano. Seguiram-se vários outros com a mesma característica. Somente em 1930 há a oficina de Francisco Cataldo que continuou até pelo menos 1934. No mesmo período funcionou a de Roberto Vaccaro que, no entanto, fechou as portas em 1933 mesmo vendendo chapéus e calçados.

Já entre os barbeiros encontraram-se algumas peculiaridades. Existiram primeiramente no final do século XIX os barbeiros que provavelmente exerciam além do seu ofício, as atividades relatadas por Marcílio. Na documentação, entretanto, só ocorreu a divisão Cabeleireiro e Barbeiro em 1916, portanto acredita-se que os barbeiros possam ter tido esta função adicional por algum tempo. A partir de 1896, a documentação começa a registrar as lojas de barbeiro, sendo que a primazia coube ao italiano Felici Becenci, que em 1899 *“fugiu para logar incerto”* segundo as observações do livro de Indústria e Profissões do mesmo ano. Estas lojas de barbeiro indicam que o profissional tinha licença para vender outros produtos além e oferecer seus serviços capilares. Entretanto, seria de se esperar que as lojas vendessem apenas produtos relacionados à vaidade masculina como perfumes e acessórios para o barbear, porém foram encontrada lojas que vendiam desde artigos para fumantes até bebidas e gêneros alimentícios. Vicente Cornetti chegou a possuir um restaurante juntamente com a sua barbearia em 1915 que funcionou até 1919. Alguns profissionais receberam ambos registros de Barbeiro e Loja de Barbeiro como Salvador Cosentino. Há ainda os salões de barbeiro e a primazia coube a Prandis Angelo em 1907. É possível que esta nova denominação fosse uma tentativa de se desvincular os antigos barbeiros dos novos que se dedicavam tão-somente a cortar e aparar barbas e cabelos.

Foi uma atividade onde os italianos foram maioria na maior parte do tempo estudado e onde alguns italianos possuíram mais de um salão, como foram os casos de Mario Gennari que em 1930 e 1931 possuiu duas, sendo uma na Rua Capitão Thiago Luz, 6

e a outra na Praça Floriano Peixoto, ambos logradouros centrais. Em geral, os barbeiros tenderam a se localizar nas áreas centrais da Vila. Somente em 1929, Antonio Dante abre seu salão no bairro do Socorro.

Do mesmo modo que as outras atividades, os barbeiros também tiveram elementos que foram versáteis nas suas unidades de negócios. É o caso de Quintillio Genari que possuiu anteriormente ao salão de Barbeiro e Cabelereiro de 1917 até 1922, um Botequim de Café e Bebidas e uma torrefação de café. Paschoal De Lucca também diversificou suas atividades iniciadas com um açougue 1927 comprando de Reynaldo Alves Senna um salão de barbeiro em 1931.

Foi uma atividade que também apresentou unidades de negócios longevas. O já referido Salvador Cosentino e Vicente Cornetti trabalharam de 1906 até 1934²⁰⁴, ou seja, por 28 anos ininterruptamente.

Em 2 de fevereiro de 1920, a Câmara Municipal colocou em discussão um abaixo assinado dos barbeiros da Vila solicitando a permissão para seus estabelecimentos fecharem às 14h00 aos domingos. No texto, os barbeiros colocam que:

“As vantagens de semelhante lei Dispenssa qualquer concideração. A maioria das classes é sempre beneficiadas com os favores do descanso Domenical e, para que essas regalias atinjam tambem a classe que em sua unanimidade assigna esta, é que os barbeiros confiantes no espirito justo da digna Edelidade esperam que seja deferida a prezente aspiração.”

Ao assinar, dois italianos, Angelo Bonaldo e Vicente Corneti, fizeram questão de colocar a sua data de estabelecimento na Vila, desta forma pretendendo dizer que já estavam estabelecidos na comunidade há tempos. Naquele ano, de seis barbeiros estabelecidos, cinco eram italianos ou descendentes²⁰⁵.

O pedido foi deferido na sessão de 5 de abril do mesmo ano. A Câmara assim determinou:

²⁰⁴ Os dois provavelmente continuaram além de 1934, pois não há referências de seus falecimentos no Livro de inhumação de 20/11/1933 a 29/09/1937.

²⁰⁵ Os barbeiros que assinaram o abaixo assinado foram Leonaldo Rodrigues Abello, S. Benatti, Pedro Vieira Machado, Vicente Corneti, Angelo Bonaldo e Mario Jenari. Sendo que Leonaldo Rodrigues Abello deveria ser filho de pai italiano.

“A Comissão de Justiça infra assignada, tendo com toda atenção estudado o requerimento dos senhores barbeiros, estabelecidos nesta cidade, sobre o fechamento das portas de seus estabelecimentos em determinados dias, e que se acha assignado pela unanimidade da classe, representando assim, que a justa aspiração deve ser convertida em lei; depois de diversas considerações apresenta a seguinte resolução: Resolução nº 60 – A Camara Municipal de Santo Amaro, resolve: Art. 1º - Fica prohibido as casas de Barbeiros estarem com suas portas abertas depois das quatorze horas aos Domingos; § 1º. Ao infrator será applicada a multa de vinte mil reis. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.”

Dessa forma a lei foi considerada retroativa a 22 de Março de 1920 e previu multa aos que não a obedecessem mesmo tendo sido um pedido dos profissionais.

Segue, no entanto, uma nova petição dos barbeiros para o fechamento de seus estabelecimentos em 5 de novembro de 1923. Nesta ocasião, os seis barbeiros que a assinaram eram italianos.²⁰⁶ Ao que também foram atendidos. Porém, em 01 de julho de 1929, a Câmara modificou ligeiramente as regras, pois ficou diante de uma demanda de outros profissionais, incluindo os barbeiros, cujo maior movimento era aos domingos, pois era um dia que descanso para a maioria de seus clientes. Pediram em troca, a possibilidade de não abrir aos dias úteis como na segunda-feira. A Câmara decide, então:

“As Comissões de Justiça e Hygiene e de Finanças e Obras, reunidas, apresentam o seguinte parecer aos requeridos do Prefeito Municipal e de uma comissão de barbeiros desta cidade, despachados respectivamente a um – quatro – vinte e nove e seis – cinco – vinte e nove. Estas comissões são de parecer que os requerimentos devem ter aprovação nos termos do projecto que apresentam: Resolução n. 256. A Camara Municipal de Santo Amaro resolve: Artigo Primeiro. Fica permittido aos estabelecimentos commerciaes do genero bar ou restaurant o conservarem-se abertos de vinte e duas ás vinte e quatro horas, mediante licença especial, paga a taxa fixa de duzentos mil reis. Artigo segundo. Fica estabelecido que os estabelecimentos do genero barbeiros e engraxates poderão conservar-se abertos, nos dias uteis, até ás vinte e treis horas, e nos dias feriados e domingos até ás onze horas, independente de licença ou taxa especial.”

No entanto, por problemas regimentais, ocorreu uma modificação na resolução em 05 de agosto de 1929, ficando a redação da seguinte forma:

²⁰⁶ Assinaram a solicitação Angelo Bonaldo, Mario Casemiro Gennari, Julio Benatti, Vicente Cornetti, Eugenio Pesce, Luiz Petroni.

“Terminado o expediente passou-se a segunda parte, constante da materia impressa na acta da sessão realisada no dia primeiro de Julho do corrente anno, sendo submettido a discussão e a aprovação o parecer das Comissões reunidas de Justiça e de Finanças, regeitando o projecto de resolução nº duzentos e cinquenta e quatro, o qual foi aprovado sem debate; a seguir foi submettido a discussão o parecer acompanhado da resolução numero duzentos e cinquenta e seis, sendo apresentado o seguinte – Substitutivo ao Projecto de Resolução numero duzentos e cinquenta e seis - A Camara Municipal de Santo Amaro resolve: Artigo Primeiro. Todos os estabelecimentos commerciaes pagarão cinquenta por cento sobre o imposto pago, para ficarem abertos até ás vinte e quatro horas. Os estabelecimentos do genero barbeiros, poderão conservar-se abertos nos primeiros cinco dias da semana até ás vinte e uma horas, aos sabbados até as vinte e treis horas, e aos Domingos até ás onze horas.”

Em 1894, existiam mais profissionais italianos que comerciantes. O fato se repetiu em 1907, quando existiam 15 profissionais contra 12 comerciantes. Nos anos posteriores, a atividade chegou se aproximar do número de comerciantes, tendo, contudo, se distanciado a partir de 1926 quando a diferença entre elas se aprofundou. Em termos de número de elementos foi uma atividade significativa, porém não chegaram a estabelecer monopólios nacionais como as olarias.

3.2.6 - Fábricas

Pode-se afirmar que durante o período estudado, as atividades fabris não foram significativas. Foram pouquíssimos os casos observados desde 1886, não somente de italianos, mas em Santo Amaro no geral. Os italianos, ativamente relacionados com a atividade em outras localidades já tão sobejamente conhecidas, não tiveram o mesmo desempenho na Vila, mesmo em alguns momentos tendo sido os únicos industriais presentes, como de 1920 até 1922. Sua participação foi diminuindo ao longo do período, em 1930 ela foi de apenas 7% do total. Nos anos seguintes aumentou ligeiramente até 1934.

Pela Tabela 3.17 - Atividades fabris por italianos - 1886 a 1934 pode ser observado o comportamento das unidades fabris.

Tabela 3. 17 - Atividades fabris por italianos - 1890 a 1934²⁰⁷

²⁰⁷ Foram suprimidos os anos de 1886 até 1890 por não terem tido nenhuma unidade fabril. Nos anos de 1932 e 1933 as informações referentes às atividades desempenhadas não estiveram disponíveis.

Anos	Total	Fábricas	
		De italianos	% total
1891	1	-	-
1892	2	-	-
1893	2	-	-
1894	1	-	-
1895	3	1	33,33
1896	3	1	33,33
1897	-	-	
1898	1	-	
1899	2	1	50
1900	2	1	50
1901	2	1	50
1902	2	1	50
1903	3	2	66,67
1904	4	2	50
1905	5	4	80
1906	4	3	75
1907	4	3	75
1908	3	2	66,67
1909	4	3	75
1910	4	3	75
1911	4	3	75
1912	6	2	33,33
1913	5	3	60
1914	5	1	20
1915	5	1	20
1916	5	1	20
1917	4	2	50
1918	3	2	66,67
1919	2	1	50
1920	1	1	100
1921	1	1	100
1922	1	1	100
1923	3	2	66,67
1924	6	3	50
1925	6	3	50
1926	7	2	28,57
1927	11	3	27,27

1928	7	2	28,57
1929	10	2	20
1930	14	1	7,14
1931	18	5	27,78
1934	21	5	23,81

Fonte: Livro de Indústrias e Profissões, 1890 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

As primeiras fábricas iniciaram suas atividades na década de 1890 com a abertura da fábrica de pólvora pertencente a João Dias de Oliveira no bairro da Ponte de Baixo que funcionou pelo menos até 1905. Foram unidades produtoras de bens que não exigiam grandes quantidades de capital, conhecimento técnico e equipamentos mais sofisticados. A primeira unidade de um italiano foi a de Gabriel Piol e Cia que produziu cerveja por apenas um ano. Dos italianos, a fábrica que funcionou por mais tempo foi a de massas alimentícias de Sétimo Gianini, de 1905 até 1915. Nenhuma outra teve duração similar. A produção fabril de Santo Amaro até 1923 foi baseada em produtos alimentícios e bebidas, com a exceção da citada fábrica de pólvora. É somente a partir de 1923 que esta produção começou a se diversificar com produtos mais elaborados tecnicamente, porém ainda aquém do que se produzia em São Paulo. Surgem, então, fábricas de matérias primas para espelhos, de doces, de giz; molduras; de móveis, de pinceis, de tamancos, calçados, de fitas, de salsichas, linguiças, etc, de tecidos, redes e baixeiros, de brinquedos; de parafusos, de ladrilhos, de areias, de grampos para correias, de bancos; de artigos dentários e de escovas. Cumpre notar que a contribuição de imigrantes alemães foi maior que a de italianos. Os italianos, notadamente, se concentraram em produzir os seus produtos típicos como as massas e os embutidos conforme observou Consolmagno (CONSOLMAGNO, 1993). A fábrica de salame de Angelo De Lucci funcionou por cinco anos ininterruptos de 1918 a 1922. É curioso observar que a produção de massas alimentícias atraiu também dois santamarenses de origem alemã tradicional, João Helfstein e João Gotzfrietz Netto, cujas fábricas funcionaram por pelo menos três anos. É provável que tenham considerado entrar no ramo pelos italianos existentes na região e, talvez, para atender as regiões limítrofes de São Paulo. Apesar de a sua produção não ter grandes segredos técnicos, bastando ter algum conhecimento de produção de alimentos a base de farinha de trigo, é interessante questionar onde e como entraram em contato com o produto. É provável que tenham tido algum tipo

de relacionamento com alguma família italiana e com ela tenham conhecido o produto. Questiona-se também se tiveram algum tipo de experiência anterior na produção de alimentos.

Na Tabela 3.18 – Fábricas em Santo Amaro pode-se verificar a contribuição dos imigrantes europeus e mesmo dos brasileiros na produção fabril.

Tabela 3.18 – Fábricas em Santo Amaro²⁰⁸ - 1894 a 1934

Data de início	Atividade fabril	Proprietário
1894	Fábrica de Louças de barro	Alexandre Rigoci (Rigozzi)
1890	Fábrica de pólvora	João Dias de Oliveira
1891	Fábrica de vinho	Bernardo Didrigsen
1891	Fábrica de cerveja	João Zeltner
1892	Fábrica de licores	João Zeltner
1895	Fábrica de cerveja	Gabriel Piol e Cia
1895	Fábrica de vinho	Luiz Veiga
1896	Fábrica de vinho	Banco de Credito Real de São Paulo
1896	Fábrica de vinho	Catharina Clein Schunck
1899	Fábrica de cerveja	Alfredo Formigone
1900	Fábrica de sabão	Antonio Lascalla
1903	Fábrica de bebidas	Irmãos Giovanetti
1904	Fábrica de macarrão	Alexandre Rigoci (Rigozzi)
1905	Fábrica de massas alimentícias	Sétimo Gianini
1906	Fábrica de malas	Rodrigues e Irmãos
1909	Fábrica de carroças	Pomillio Chiapim
1909	Fábrica de massas alimentícias	João Helfestein
1910	Fábrica de massas alimentícias	João Gotzfrietz Netto
1913	Fábrica de fogos	José Antônio da Luz Quaresma
1913	Fábrica de fogos	João Antônio Domingues
1914	Fábrica de fogos	Saturnino Antônio da Silva
1914	Fábrica de arreios	Dias & Comp ^a
1916	Fabricante de Sabão	Narciso Carnatore e Cia
1917	Fabricante de salsichas e margarinas	Victor Manzini

²⁰⁸ Não estão relacionadas as fábricas de artigos dentários e a de escovas por não estarem disponíveis os nomes dos seus proprietários.

1918	Fabricante de Carroça	Vicente Galhardo (Galhardi)
1918	Fábrica de Salames	Angelo de Lucci
1923	Fábrica de Tijolos	José Pestore
1923	Fábrica de Molduras	J. C. Bari
1923	Fábrica de matérias primas para espelhos	Gustavo Heissner
1924	Fábrica de tamancos	Belmiro Nascimento Sá
1924	Fábrica de tamancos	Aurelino e Belmiro
1926	Fábrica de giz	José Vaz Valença
1926	Fábrica de pincéis	Luiz Tragl
1927	Fábrica de Doces	Julio Lamberti
1927	Fábrica de fitas	C. T. Forub
1927	Fábrica de salsichas, linguças, etc	Alexandre Eder
1927	Fábrica de tecidos, redes e baixeiros	Angelo Nogueira e Cia.
1927	Fábrica de calçados	Affonso Bochiglione (Bocchiglieri)
1928	Fábrica de grampos para correias	Franck Waldhauser
1929	Fábrica de móveis e tapeçaria	Reustscheler e Iglez
1929	Fábrica de ladrilhos	Cruz e Fontinha
1929	Fábrica de parafusos	Alexandre Prascher
1931	Fábrica de moveis	Luz & Bordine
1931	Fábrica de moveis	Manzo e Valleri
1931	Fábrica de sabão	Ricardo Nolfacelhi
1931	Fábrica de salsichas, linguças, etc	Eduardo Sobblemann
1931	Fábrica de bombas	Luiz Pinto
1931	Fábrica de colchão	Lozelen Candarghiz

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

É somente em 1927 que chegam à Vila as primeiras fábricas de tecidos e calçados. A fábrica de calçados pertenceu ao italiano Affonso Bochiglione ou Bocchiglieri, que já possuía uma oficina de sapataria e decidiu passar também a produzi-los para o grande público. No seu registro há a indicação de que fabricava e comercializava a varejo a sua produção, portanto deve ter montado uma pequena lojinha juntamente com a sapataria. Porém, sua iniciativa perdurou somente até 1930.

Aproveitando o costume ainda muito popular de se dormir em redes e a grande quantidade de cavalos que ainda existiam, a empresa Angelo Nogueira e Cia. abre uma fábrica de tecidos, redes e baixeiros em Santo Amaro. Não é conhecida, entretanto a sua

origem. E para rivalizar com ela, marcando a mudança de costumes, em 1931 é aberta uma fábrica de colchões, que, contudo, teve vida curta. Como também teve a loja de camas de ferro do imigrante italiano Antonio Bianco treze anos antes.

Os alemães que fundaram indústrias na Vila a partir de 1923 não pertenciam, contudo, àquela primeira leva de alemães que chegaram em 1827 e já estavam estabelecidos e integrados a sociedade santamenrense. Pelo tipo de indústria mais especializada que fundaram, é provável que tenham se dirigido ao Brasil pela eclosão da Primeira Grande Guerra.

3.3 – Taxas de mortalidade das unidades de negócios italianas

Uma característica marcante das unidades de negócios italianas em Santo Amaro foi a sua alta taxa de mortalidade, entretanto, mesmo não tendo sido feito um estudo detalhado das unidades pertencentes a locais e a outros imigrantes, percebeu-se que elas também padeciam do mesmo mal, pois estavam expostas a condições desfavoráveis de sobrevivência como pode ser visto na tabela 3.19 abaixo.

Tabela 3.19 – Taxas de mortalidade de unidades de negócios de italianos

Tempo de permanência	Total	% Total
Até 1 ano	212	43,44
De 2 a 5 anos	201	41,19
De 6 a 10 anos	36	7,4
Mais de 10 anos	39	7,99
Total de registros	488	100

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Via de regra, as unidades italianas duraram pouco, poucas delas conseguiram passar do primeiro ano de vida, quase a metade delas sucumbiu; e, outra parcela significativa

permaneceu apenas de dois a cinco anos. Apenas 15% delas lograram êxito de funcionar ininterruptamente por cinco anos e ultrapassar o espaço de uma década.

As causas de mortalidade foram inúmeras e colocadas no início deste item. Dito isso, resta analisar o outro lado da moeda que é a permanência, ou seja, questionar porque algumas unidades conseguiram sobreviver em um ambiente hostil, não somente pelas condições econômicas dadas pela sociedade, mas também por serem elementos exógenos em uma sociedade tradicional com suas regras sociais estabelecidas e com seus grupos dominantes.

De um modo geral, a historiografia aceita que a inserção dos elementos estrangeiros, mais notadamente dos italianos, não sofreu dificuldades, porém elas existiram. Carelli faz uso de um poema de Cornélio Pires para mencionar rivalidades existentes entre os caipiras e os recém-chegados e que na década de 1920 ainda não tinham sido satisfatoriamente resolvidos. Segundo o autor (CARELLI, 1985, p. 69) os “*caipiras invejam sobretudo sua prosperidade.*” No poema de Cornélio Pires encontram-se ameaças e xingamentos de um caipira a um italiano provavelmente oriundo de alguma negociação mal resolvida, pois o fato de estar no mercado, e dos soldados presentes, é motivo para o caipira não matar o italiano. segundo o caipira, o italiano o chamou de “veiacó”, adjetivo comumente utilizado na época para os comerciantes supostamente mal intencionados. Não se deve esquecer que Santo Amaro era uma região de forte cultura caipira e onde ela permaneceu pelo seu isolamento e por suas condições econômicas por mais tempo que em São Paulo.

Talvez por esta razão tenham sido poucas as associações entre italianos e não italianos e tenham predominado as unidades de negócios individuais. A Tabela 3.20 mostra as associações verificadas durante o período que foram uma parcela pouco significativa do total.

Tabela 3.20 - Sociedades de italianos com não italianos

Nomes	Indústria
Sgarbi & Bonjardim	Seccos, Molhados, Fazenda, Chá
Contier & Bonaldo	Empresa Cinematographica
Hessel e Avancine	Seccos, Molhados, Cereaes, Fumos, Inflam.
A. Erdenque & Lamberti	Bomba de Gazolina
Luz & Bordine	Fábrica de moveis
Polleto e Bento	Não há o registro
Beccare e Silva	Olaria de 2ª Classe
Beccari & Rodrigues	Botequim de Bebidas, Fumo, Conservas, Quitandas
Moraes & Bruno	Seccos, Molhados, Cereaes, Fazendas, Armº, Fumos, Inflam.
Luccas & Klein	Seccos, Molhados, Carvão, Fumo, Infl.
Branco & Giollo	Fazendas, Armº, Chapéos, Calçados, Roupas Feitas, Inflam., Fumos, Conservas e bomba de gasolina
F. Laborde & Tanquela	Deposito de bebidas
Total - 12	% do total de registros - 2,46

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

No geral, os italianos, quando se associaram, o que foi raro, preferiram se associar a conacionais ou a parentes, principalmente irmãos, conforme pode ser observado na Tabela 3.21.

Tabela 3.21 - Sociedades de italianos com italianos

Nomes	Indústria
Parisi & Irmão	Padaria
Piffoni e Irmão	Botequim, Bilhares, Fumo e Quitandas
Manzo e Valleri	Fabrica de moveis
Mozani & Casati	Seccos e Molhados
Nagalli e Irmão	Não há o registro
Irmãos Valleri	Não há o registro
Antonio Santini e Irmão	M. Volante
A. Casarini & Filho	Relojoaria com vitrine
José Gielo & Irmão	Seccos e Molhados
Irmãos Zanella	Seccos e Molhados
José Chiarion & Filhos	Alfaiate
Alexandre Tedesco & Scaglia	Deposito de Carvão
Canaro & Lazzarini	Ferraria
Anadeto e Franco	Botequim, Bebidas, Fumo e Quitandas
Arthur Bocaron & Irmãos (Bossalon)	Photographo e Quadros
Bazzi e Basso	Padaria 2ª Classe
Irmãos Hergetti	Officina Mechanica e sorveteria
Raul Rachoti Irmão	Seccos, molhados, conservas, fumo, fazendas
Irmãos Bordini	Comércio a varejo (duas em 33)
Mesani e Casoli (Merani & Casotti)	Não há o registro
Adelo Caymini & Irmão	Officina de Tanoaria
Irmãos Giovanetti	Fabrica de bebidas
Total - 22	% do total de registros - 4,51

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Somando os percentuais das duas com mais as associações que não permitiram deduzir se era com conacionais, parentes ou não italianos, que perfizeram o total de 2,05% das associações, tem-se o percentual de 9%, ou seja, houve um predomínio das unidades individuais.²⁰⁹

Conforme analisado no Capítulo 1 deste trabalho, Bresser Pereira chamou a atenção para dificuldades de inserção encontradas pelos imigrantes ao buscar outras formas de

²⁰⁹ Estas associações eram denominadas com as terminações Companhia ou Outros, que não deixavam margem para conhecer as origens dos sócios.

sobrevivência que não fossem na lavoura, mais notadamente como lavradores nas fazendas de café. Havia um entendimento da elite e até de setores da classe média de que os imigrantes tinham sido trazidos para trabalhar somente na lavoura e não para buscarem outros horizontes. Nos jornais da época podem ser encontrados vários artigos criticando a mobilidade dos imigrantes e a sua dedicação a atividades que não a agrícola, mais notadamente o comércio nas grandes cidades.

Talvez a pior crítica tenha sido realizada em 16 de março de 1883, em o **Diabrete do Rio de Janeiro**, em artigo denominado “O que faxem os italianos?”, há uma amostra do que uma parcela da sociedade brasileira, no caso a carioca, representada pelo periódico, pensava a respeito dos imigrantes, nesse caso, os italianos. Não só dos que chegavam como imigrantes, mas também dos que vinham ao Brasil com companhias de ópera e de dança para apresentações. O artigo abusa da má linguagem e, em vários parágrafos ocorreram ofensas aos imigrantes. Os homens foram chamados de vagabundos, inimigos do trabalho, malandros e malditos. Mas, foi às mulheres que os piores adjetivos foram usados: desde vagabundas, não no mesmo sentido que aos homens, mas como sinônimo de prostitutas, também utilizado, assim como bilontras e aproveitadoras. Mas a má linguagem não foi dirigida somente aos imigrantes italianos e às italianas; os brasileiros também foram aquinhoados com adjetivos como tolos e burros ao cederem aos desejos e encherem-nas de presentes e dinheiro. Essa utilização de linguagem depreciativa e pejorativa retira do artigo a sua seriedade, mas é preciso ponderar, no entanto, que o periódico se autodenomina como o da pilheria, da crítica e do ridículo, portanto fazia parte de sua proposta editorial. Ele pode estar incluído em uma dessas três categorias, ou em todas elas. Contudo, críticas semelhantes foram encontradas em outros periódicos e em outras cidades e, por isso, o seu conteúdo pode ser considerado como a opinião do autor do periódico e não somente como uma brincadeira. Segundo o jornal, a colonização italiana não traria fruto nenhum para o país, pois “*os italianos segundo o nosso modo de pensar, são inimigos fidagaes do trabalho*” e que “*Elles entendem que, tocando rabeca, batendo tacho, engraxando botas, dizendo missas e impingindo-nos umas companhias de operas, as quaes sobem á scena muito esbodegadas, teem feito o seu itinerario nesta vida*” completando ainda que “*O italiano, é malandro por natureza, e raro é, ver-se um que seja trabalhador, e que, procure ganhar a vida, que não seja pelos meios acima apontados.*”

A forma com que os imigrantes eram trazidos suscitaram críticas, pois alguns jornais foram de opinião de que a subvenção que as famílias recebiam para vir ao Brasil as tornava “turistas”. Em o *Diario de Noticias – Folha da Tarde*, de 26 de fevereiro de 1889, foi noticiado que *“uma família italiana, composta de cinco pessoas, que, chegando aqui, como imigrante, a 24 de Janeiro ultimo, recebeu o auxilio provincial no dia 26 do mesmo mez, e volta para a Europa, fazendo, pois, a viagem a custo do nosso governo, que teve de pagar-lhe cerca de 400\$000!”*. E completa afirmando que outra *“numerosa familia de imigrantes demorou-se nesta Capital o tempo exclusivamente necessario para receber o respectivo auxilio, partindo para o Rio da Prata tão depressa pilhou a boa maquia.”*

O *Commercio de São Paulo*, de 22 de junho de 1893 afirmou que *“apenas uma quinta parte seguiu para o interior a occuparse nos serviços da lavoura”*. O que demonstrou a preocupação existente de uma parte da sociedade brasileira com o destino dos recém-chegados e que sua não fixação na lavoura fazia com que *“as nossas cidades, principalmente esta capital, contam aos milhares homens que exploram as mais inuteis industrias, e vêm, dia a dia, augmentar na proporção desse acrescimo da população suspeita, a pratica de attentados a vida e a propriedade.”*

No entanto, a análise da crítica contida nos veículos da imprensa da época resulta em que ela não era exatamente aos imigrantes e o seu desvio de destino, mas sim ao dinheiro público gasto para trazê-los para trabalhar na lavoura de café, ou em outros casos para algumas colônias agrícolas, e que teve desvio de função. Ou seja, a crítica foi à imigração subsidiada e não à imigração estrangeira em si. O mesmo jornal citado acima afirmou que *“Se esses estrangeiros procurassem espontaneamente o nosso paiz sem de fôrma alguma pesarem nos cofres publicos, nada teríamos a dizer sobre a sua ida ou não para os estabelecimentos agricolas.”*

Portanto, a imigração e os imigrantes encontraram alguns óbices à sua instalação e fixação nas cidades e, talvez, Bresser Pereira tenha colocado a questão de modo a caracterizar que aos imigrantes tenha sido melhor se dedicar a atividades que não as tradicionais, também por uma questão de existir uma concorrência menor de pessoas já estabelecidas e com maior poder.

Nem sempre as razões para o sucesso de unidades de negócios são objetivas e técnicas, principalmente numa época e lugar em que as unidades de negócios eram muito

relacionadas às personalidades que as administrava. Uma análise mais detalhada dos empresários que conseguiram sobreviver, e se integrar, por mais tempo possivelmente possa trazer elementos que permitam chegar, ou não, a uma conclusão.

A análise parte do setor que mais atraiu quantitativamente italianos que foi o comércio, mais notadamente o comércio tradicional e bem estabelecido de Seccos e Molhados e ao contrário do entendimento de Bresser Pereira, aparentemente não foram encontrados óbices ao estabelecimento de imigrantes na atividade, pois além de italianos, foram encontradas várias outras nacionalidades como sírios, alemães, portugueses, espanhóis e até poloneses.

Analizando as unidades de negócios que perduraram por mais de dez anos seria de esperar que as unidades comerciais tivessem um resultado no mínimo equivalente ou correspondente à sua participação no total. E foi o que ocorreu. Seguindo as categorias elencadas na Tabela de Divisão de unidades de negócios italianas - 1886 a 1934, as participações seguem na mesma ordem de relevância, porém não havendo o registro de pedreiras, profissionais liberais e da construção civil.

Das 39 unidades de negócios que perduraram por mais de 10 anos foram procurados padrões que explicassem o seu sucesso, não ocorrendo, entretanto, regras gerais, mas sim algumas generalidades que podem explicar o fenômeno:

- 1) Somente quatro unidades eram sociedades, sendo que duas com parentes, uma com não italiano e outra desconhecida. Portanto, a marca pessoal do empresário deve ter determinado o seu sucesso. A sua habilidade na sua atividade pode ter sido marcante. No comércio a habilidade também contava bastante, porém ligeiramente menos que com os profissionais que dependiam somente deles. E além, disso, nenhum deles foi pioneiro, todos se estabeleceram já com concorrência. Ocorreram apenas dois casos de pioneirismo: o de Censo Valentino com a pipa d'água e o de Sétimo Gianini com a refinação de açúcar. Decerto a competência profissional aqui foi fator determinante para a longevidade, pois não se permanece estabelecido em um mercado por tanto tempo sem a existência de uma qualidade de bens e serviços que justifique a permanência;
- 2) A existência de forte demanda para os seus bens ou serviços que foi o caso das olarias e dos negociantes de madeira. Eles se instalaram nos centros dinâmicos da

economia de Santo Amaro, e no caso das olarias, os italianos foram predominantes. Como no período, São Paulo liderou forte crescimento urbano aliado a mudança da matriz construtiva, da taipa para o tijolo, as olarias estabelecidas em Santo Amaro aproveitaram as suas vantagens comparativas: matéria-prima, oferta de transporte com custos menores e o conhecimento técnico de seus proprietários;

- 3) O estabelecimento de relações sociais e de integração a terra. A maioria deles se naturalizou e se inscreveu como eleitor. Apesar, de possivelmente ser mais uma causa que consequência, indica porém que o imigrante decidiu permanecer e estabelecer relações com a sociedade da terra. Alguns estabeleceram importantes relações com a classe dominante, como Afonso Vitalli, que casou com uma esposa pertencente à elite local. Outros buscaram alianças com outros italianos bem sucedidos ou com outros imigrantes igualmente sucedidos. Sétimo Gianini casou sua filha com o sírio Feres Elias, importante comerciante e proprietário de imóveis. Abramo Montanaro teve como padrinho Adolpho Anastacio Hannickel, de família tradicional alemã da Vila. Eugenio Montanaro uniu sua família com outra de comerciantes italianos razoavelmente bem estabelecidos, além de também casar a filha com um representante de família alemã tradicional. Ocorreram alianças também entre eles, possivelmente pelo fato de a maioria deles ter participado ativamente da Società Italiana de Mutuo Soccorso XX di Settembre, cujos esforços eram de auxiliar mutuamente os imigrantes italianos na nova terra;
- 4) Não há evidências que estes estabelecimentos tenham ocupado um nicho mercadológico caracterizado pelos italianos estabelecidos na Vila. Primeiramente porque este nicho na realidade não existiu. Não houve uma colônia italiana propriamente dita, muito menos um afluxo organizado e repentino de uma quantidade de pessoas que justificasse este nicho, tampouco, ao longo dos anos, os italianos representaram uma população numericamente grande o suficiente para que os empresários pudessem contar somente com ela. Uma evidência disso é que as tentativas de comercializar somente os produtos característicos da Itália não vingaram. O próprio Gianini teve uma fábrica de massas alimentícias que durou algum tempo, mas que não funcionou isoladamente de sua unidade de negócios principal. As fábricas de vinho estabelecidas não duraram mais que dois anos,

tampouco os negociantes de queijo. Portanto, pode-se afirmar que quanto mais integradas à nova terra as unidades de negócios, mais sucesso tiveram e mais longevas foram.

Na próxima tabela é possível verificar que os imigrantes italianos de Santo Amaro estabeleceram proeminência em algumas áreas donde se conclui que em alguns setores sua participação foi marcante para a economia santamarense.

3.22 – Proeminência italiana nas atividades econômicas

Atividade econômica	Maior participação numérica	Maior participação em %
Olarias	21	100
Unidades fabris	5	100
Açougues	14	73,68
Profissionais urbanos	31	45,46
Unidades comerciais	67	20,49
Comércio de madeira e carvão	38	15,44
Serrarias	21	7,57

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

A maioria das unidades fabris foi relacionada com os setores de alimentos e bebidas tipicamente ofícios trazidos da Itália, assim como as profissões urbanas e o comércio, porém é possível que muitos deles principalmente os que chegaram mais tardiamente tenham aprendido as profissões no Brasil com outros italianos ou trabalhando como empregados. Além disso, não se pode deixar de destacar que muitos podem ter resolvido se dedicar às atividades econômicas proeminentes no município como a exploração florestal na forma das serrarias e da fabricação de carvão.

3.4 – A presença da mulher italiana nas unidades de negócios

Antes de iniciar as considerações a respeito da presença da mulher italiana nas unidades de negócios, é preciso analisar os estudos de Sheila de Castro Faria, que embora tenha discutido o Brasil colonial, são fundamentais para compreender a razão de uma marginalização no papel feminino na condução de suas vidas; e, de Maria Odila Leite da Silva Dias, que estudou mais especificamente as mulheres na São Paulo oitocentista.²¹⁰

Na opinião de Sheila Faria (FARIA, 1998, p. 47-7) o patriarcalismo foi uma forma de ideal defendido por autores como Gilberto Freyre “*que, em particular, mas também outros autores da mesma época, buscava entender a origem do caráter do brasileiro e achava que nas casas-grandes dos engenhos poderia encontrar o resumo do que então se considerava (p. 48) como ‘povo’*”. Portanto, desconsideravam todos aqueles que não faziam parte deste universo, mesmo sendo, como destaca Sheila Faria (op. cit, p. 48), numerosíssimos, não tendo, no entanto uma forma de lógica própria de comportamento, pois no ponto de vista de Freyre, eles “[...]– *não se organizavam em famílias, eram promíscuos e, para sobreviver, se sujeitavam aos mandos e desmandos dos ricos patriarcas. Não poderiam ser considerados como “povo”*. Para Sheila Faria (op. cit, p. 48), portanto, este tipo de “*ênfase mostra o exercício da história do “ideal”, ou seja, a história de uma tentativa de domínio que poucas vezes se consumava*”.

Em raciocínio semelhante à participação da mulher, a autora (op. cit, p. 48) conclui que:

“O mesmo pode ser dito em relação à situação feminina. O ideal da mulher enclausurada, casando virgem, responsável pela casa e pelo bem-estar da família, subjugada pelo marido, era situação sonhada por todos que teriam algo a perder socialmente caso não fossem alcançados tais objetivos. Nada mais ilusório. A população pobre agia, reagia e possuía regras de conduta próprias. Processos de rapto, divórcio, filhos adulterinos e crianças expostas denotavam práticas frequentemente encontradas, demonstrando que as regras poderiam existir, mas mecanismos de rebeldia e tensão estavam sempre presentes.”

Maria Odila Leite da Silva Dias (DIAS, 1984, p. 9) raciocina que:

²¹⁰ Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984; e FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

“Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinham de valores machistas, misógenos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho manual e de qualquer ofício de subsistência. Além destes, também as afetavam os preconceitos advindos da organização da família e do sistema de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas, parte integrante do próprio sistema de dominação.”

E completa afirmando que a *“sua presença era ostensiva na cidade, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam”*.

Dito isso e consciente de que o papel histórico da mulher na sociedade brasileira ainda não está bem estudado pelas razões apresentadas pelas autoras e também por razões de ordem da divisão do trabalho por sexos e do forte patriarcalismo ainda presente na sociedade brasileira do período estudado, deve-se admitir que era esperado encontrar uma pequena presença de mulheres italianas na condução das unidades de negócios. Contudo, efetivamente não foi o ocorrido como se percebe pela Tabela 3.22 - Mulheres italianas com unidades de negócios, pois o número de unidades de negócios capitaneadas por mulheres foi além do esperado.

.

Tabela 3.22 - Mulheres italianas com unidades de negócios

Nomes	Indústria	Permanência
Francisca Boquino	Hotel, Padaria e Restaurante	1900
Josepha Montanaro	Quitanda de doces, Botequim de quitandas em 1901	1900, 01, 02
Luiza Pattigliani (Bettigliani)	Marcenaria	1922, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
Sgarbi Esther (esposa de Sgarb Cesare)	Botequim de Bebidas	1924
Boglina Conchetta	Padaria	1924, 25, 26, 27
Eliza Gusbertti	Gabinete Dentario	1925, 26
Oliva Rosalina	Botequim de Bebidas e Quitandas	1926
Aurea Faria Monico (esposa de Antonio Paschoal Monico)	Seccos, Molhados, Conservas, Fumo, Quitandas	1926, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34
Brazilina Cuchiasello	Botequim de Bebidas, Fumo, Conservas, Quitandas	1927
Geralda Sbardone	Botequim de Bebidas, Fumo, Quitandas, Carvão	1927
Maria Bassi (esposa de Pompeo Bassi)	Seccos, Molhados, Carvão, Quitandas e Inflam.	1927, 28, 29, 30, 31
Rosario de Fabbi	Restaurant de 2ª Classe	1927, 28
Angelina Montealta	Quitanda, Bebidas, Fumo, Louças	1928, 29, 30
Mario Leone Luanazzi	Botequim de bebidas	1931
Thereza Schameni	Não há o registro	1933
Maria Augusta Banoro	Não há o registro	1933
Luiza Palma	Não há o registro	1933
Yolanda Bronzoni	Restaurant	1933
Elvira Clissevinatto	Não há o registro	1932, 33
Total - 19	% do total de unidades - 3,89	

Fonte: Livro de Industrias e Profissões, 1886 a 1934, Arquivo Municipal de São Paulo.

Foram 19 mulheres que estiveram à frente de unidades de negócios durante o período compreendido pelo estudo totalizando 3,89% do total. O seu índice de mortalidade com 1 ano de vida foi maior que as das unidades masculinas; 57,9 contra 43,44 dos

homens. Já as unidades com 2 a 5 anos de permanência tiveram taxa de mortalidade menor, 26,31 contra 41,19; o mesmo para as de 6 a 10 anos de permanência, 10,53 contra 7,4. Apenas 1 delas conseguiu ter mais de 10 anos de permanência. Contudo, deve-se admitir que, possivelmente, seja uma tentativa de comparar o incomparável. Pois, é lícito admitir que as condições de sobrevivências destas unidades devem ter sido mais árduas que para os homens por diversas questões desde a educação para o lar que era dada às mulheres e, portanto, muitas vezes, a mulher ao enviuvar não tinha condições técnicas de assumir uma unidade de negócios até a não aceitação de seus familiares em continuar encabeçando os negócios. Afora o preconceito e até o desdém social para sua atuação em áreas de atuação socialmente aceita para homens como evidenciou Maria Odila anteriormente.

Mesmo existindo, no decreto nº 1839 de 31 de dezembro de 1907²¹¹, no seu artigo 3º a previsão de que se “*attribua á mulher herdeira a livre administração, estabeleça as condições de inalienabilidade temporaria ou vitalicia, a qual não prejudicará a livre disposição testamentaria e, na falta desta, a transferencia dos bens aos herdeiros legitimos, desembaraçados de qualquer ônus*”, foi notado, por vias indiretas, que a transmissão das unidades de negócios dos falecidos às suas viúvas foi rara no período, provavelmente também pelas razões citadas acima.

Deste modo, das unidades elencadas, somente três são comprovadamente sucessão de seus maridos: Sgarbi Esther, esposa de Sgarb Cesare, que continuou com seu Botequim de Bebidas até 1924, ou seja, apenas um ano após o falecimento dele; Aurea Faria Monico, esposa de Antonio Paschoal Monico, que conservou a unidade de Seccos, Molhados, Conservas, Fumo, Quitandas de 1926 até 1934 e, é provável que tenha continuado por mais tempo por não existirem registros de seu falecimento no Livro de inumação de 20/11/1933 a 29/09/1937; e, Maria Bassi, esposa de Pompeo Bassi, que também logrou êxito em continuar a unidade de Seccos, Molhados, Carvão, Quitandas e Inflamaveis de seu marido de 1927 até 1931. Todas elas lograram êxito em prosseguir com as unidades de negócios comerciais, provavelmente por serem atividades onde as mulheres poderiam encontrar menores dificuldades de atuação. Com exceção de Esther, as outras duas prosseguiram por um tempo consideravelmente longo dadas as condições estruturais de permanência das unidades de negócios.

²¹¹ Esta disposição foi aceita pelo Código Civil de 1916.

É provável que à data de falecimento de seus maridos, seus filhos ainda tenham alcançado a maioridade e, por esta razão, elas tenham continuado encabeçando as unidades de negócios. Geralmente, ao falecimento do titular, no ano subsequente era registrado o seu nome seguido da inscrição entre parênteses “Herança”. Ou ainda, “Viuva”. Em nenhum destes casos foi utilizada esta denominação.

Sobre Maria Bassi, é importante notar que seu nome de solteira era Maria Placoná, tendo adotado o nome do marido. Fato comum entre as mulheres italianas.²¹²

Já Aurea Faria Monico era santamarense e foi considerada na pesquisa pelo seu consórcio com o imigrante italiano.

Um caso ainda mais raro foi o caso de Luiza Pattigliani ou Bettigliani, que encabeçou desde o início uma marcenaria, atividade tipicamente masculina, ainda mais naqueles tempos. Não é difícil imaginar as dificuldades que teve em administrar o negócio, porém o realizando com comprovada eficácia, pois permaneceu por 11 anos à frente da unidade, de 1922 até 1932. Segundo as informações encontradas no Livro de inumação de 20/11/1933 a 29/09/1937, ela faleceu em 02 de janeiro de 1936 de colapso aos 73 anos de idade. Iniciou, portanto, as atividades já aos 62 anos. É possível que seja também uma herdeira do marido, pois o seu nome no registro do citado livro é Luiza Pittigliani Zucchi, porém não há nenhum registro de um italiano chamado Zucchi exercendo a atividade, o que conduz a uma presunção de que tenha se instalado em Santo Amaro vinda de outro município.

²¹² Foi observado que entre as ligações de consórcio entre os italianos, eram adotadas duas estratégias de nomes: ou as italianas adotavam completamente o nome de família de seus maridos ou permaneciam com os seus nomes. Ambas estratégias foram igualmente comuns. Não era hábito, entretanto, comporem os seus nomes com os dos maridos, estratégia mais ligada, entretanto, aos já localizados no Brasil. Os filhos, obrigatoriamente adotavam o nome de família do homem e, igualmente, as composições com os nomes das mulheres eram comuns aos aqui estabelecidos.

Conclusão

Estabelecendo os devidos limites desta pesquisa, pode-se afirmar que os dados levantados a partir do estudo dos casamentos e óbitos podem ser considerados para toda a comunidade italiana que se estabeleceu em Santo Amaro durante o período aqui abordado, pois tal documentação abrangeu, com as devidas exceções, toda a população. As exceções são os italianos que já chegaram casados e os que se casaram no Brasil, porém em outras localidades. No caso dos óbitos, as exceções são aqueles imigrantes que por várias razões viveram na Villa, mas que não decidiram ser lá sepultados. Portanto, são elas as conclusões das séries estatísticas levantadas em torno do número de filhos, do tamanho das famílias, das idades de casamento e de óbito e das causas de óbitos. Por outro lado, é tentador estabelecer o mesmo para os dados levantados a respeito das atividades profissionais, pois no cruzamento dos italianos que possuíram unidades de negócios com os casamentos e óbitos há uma parcela considerável de duplas ocorrências significando que foram poucos os italianos moradores em Santo Amaro que se ocuparam de outras atividades, a maioria como empregado das unidades de negócios ou os trabalhadores do setor agropecuário, atividade que a pesquisa não logrou alcançar. Além de tudo, a documentação tributária, em alguns momentos, da edilidade alcançou também pessoas da base da pirâmide social como os ambulantes e prestadores de serviços como pintores. No entanto, a participação dos imigrantes italianos no total das unidades de negócios nunca chegou aos 30% em todo o período, sendo o máximo de 26,58% em 1927. Somando-os com os ambulantes, proprietários de veículos e outros, o total não se aproximou dos 40%. Portanto, não se pode fazer afirmações que os considerem como um todo.

O imigrante italiano estudado por este trabalho teve um perfil urbano e se ocupou de atividades tipicamente urbanas. Foi uma movimentação imigratória motivada por decisões individuais, pois não foi encontrada a formação de grandes grupos de imigrantes; do ponto de vista familiar também não foram numerosas as famílias completas que se dirigiram à Villa. Do ponto de vista demográfico, eles se diferenciaram em vários pontos dos seus conacionais localizados nas fazendas de café no interior do estado.

Em Santo Amaro foram verificadas algumas características diferentes no perfil da família imigrante. Foram elas:

- 1) Uma maioria de famílias nucleares compostas apenas pelos pais e filhos.
- 2) Um número de componentes menor que o esperado pela tradição oral e menor ainda que o verificado por especialistas em História da família imigrante.
- 3) Famílias compostas em maioria por casais já envelhecidos no final de sua vida reprodutiva para os padrões de sua época.

Predomínio dos imigrantes do sexo masculino em idade de trabalho. Por critério de idade predomínio quantitativo dos meninos em detrimento das meninas. Entre os meninos, um predomínio dos que tinham idade para o trabalho; e entre as meninas, um predomínio das menores que 8 anos.

Quanto às idades esperava-se que os noivos fossem mais velhos que as noivas e, de fato, isso foi percebido. Em somente sete deles as noivas eram mais velhas que os noivos, no entanto, em dois dos registros não há a idade delas. Foi verificado que as idades de matrimônio dos italianos em Santo Amaro foram acima do esperado, sendo que os homens se casaram em torno dos 29 anos e as mulheres em torno dos 22 anos de idade. A explicação para tal comportamento é o perfil urbano dos nubentes, onde é possível esperar um pouco mais para contrair matrimônio, pois a necessidade de mão de obra auxiliar é relativamente menor.

Aparentemente foram poucos os arranjos matrimoniais familiares, ou trazidos da Itália, ou contraídos no Brasil mesmo. Quanto à origem social, as estratégias entre eles, pode-se dizer, foi mais aberta. Uma parcela considerável dos italianos casados em Santo Amaro casou-se com brasileiros, entre os recém-chegados e seus filhos. Percebeu-se, no entanto que uma parte razoável das relações foram estabelecidas por critérios profissionais, ou seja, as atividades de sobrevivência foram importantes no momento de escolha dos parceiros. Pode-se perceber que desde o início da imigração houve a tendência dos imigrantes em casar fora do grupo étnico, e como era esperado, com a passagem do tempo, este percentual foi crescendo.

Com a análise demográfica com base nos livros do cemitério de Santo Amaro pode-se concluir que para este grupo de imigrantes italianos radicados em Santo Amaro as condições apresentadas de saúde pública foram satisfatórias. Com exceção da primeira infância, a faixa etária até o primeiro ano de idade foi onde ocorreu a maior parte dos óbitos, diminuindo paulatinamente até a chegada da idade adulta. As enfermidades que

mais vitimaram as crianças foram doenças típicas da fase potencializadas pela falta de conhecimento de métodos de profilaxia e higiene. Quanto aos adultos, o resultado foi muito próximo de enfermidades causadas pela vida urbana e o sedentarismo. Foram poucos os casos das doenças infectocontagiosas que grassaram o Planalto paulista até o início do século XX. Apesar de não ser possível calcular a sua taxa de mortalidade, os dados indiretos indicam melhorias nas condições de vida. Para este grupo, a opção por Santo Amaro, do ponto de vista da longevidade foi altamente positiva. Pode-se admitir que Santo Amaro, para este grupo, obteve dados muito parecidos com o que apresentou e analisou Bertolli (BERTOLLI, 2003, p. 55) comparando o nível de salubridade da São Paulo de 1916 com outras cidades do mundo. Segundo ele, *“em escala mundial, a capital paulista superava, no aspecto sanitário, cidades como Madri, Berlim, Lyon e Montevideú, apresentando uma taxa de mortalidade geral de 17,7. O índice paulistano era bem superior a Leipzig e Amsterdã, que apresentavam respectivamente coeficientes de 11,8 e 11,5”*.

Mesmo a tuberculose, que foi a principal ceifadora de vidas, segundo Bertolli (op. cit, p. 54), foi *“responsável por 10.450 mortes, número que corresponde a 39,9% de toda a mortalidade por doenças transmissíveis ocorridas entre 1894 e 1917”*, marcou presença apenas discreta no grupo aqui apresentado. As enfermidades aqui relacionadas estavam muito mais ligadas aos problemas típicos da urbanização e sedentarização da população que com as moléstias tradicionais. Ainda segundo Bertolli (op. cit., p. 52), este estado de melhoria se deve principalmente aos esforços do *“Serviço Sanitário desempenhou um papel destacado no rebaixamento da mortalidade em várias áreas do Estado, principalmente em sua capital”* mesmo com as suas dificuldades e defeitos. Não somente a Capital, mas também as áreas ligadas a ela lograram atingir resultados positivos.

Após a análise dos dados pesquisados, a média de idade de óbito entre os italianos em Santo Amaro foi de 19,16 anos, fortemente puxada para baixo pela grande quantidade de nascidos mortos e pela grande mortalidade infantil. Levando em conta os limites metodológicos desta pesquisa e dos documentos pesquisados, a média calculada é ainda menor, pois conforme relatado anteriormente não foi possível incluir as crianças filhas de mães italianas e pais de outras etnias, o que puxaria a idade ainda mais para baixo.

Do ponto de vista das razões pela escolha por Santo Amaro estão as íntimas relações de São Paulo com Santo Amaro é que surgiu a hipótese de que o italiano conheceu

a Villa por meio da Capital e que para lá se encaminhou a trabalho. As obras da construção civil foram um importante canal de entrada de imigrantes, pois segundo alguns autores, os italianos representaram em alguns momentos 95% da mão de obra do setor. Muitos empreiteiros e mestres de obras eram também italianos e, na busca por trabalho podem ter levado seus conacionais para trabalhar na localidade e alguns podem ter decidido permanecer. Posteriormente com o avanço da urbanização, estes italianos e outros podem ter sido atraídos para as obras particulares que surgiam no município. Foram relacionadas algumas obras públicas que comprovadamente atraíram imigrantes a Santo Amaro primeiramente para o trabalho avulso e, depois, para fixação. Obras como a caixa d'água do Poly, o Mercado Municipal, a manutenção e ampliação das vias públicas, a Capela do Cemitério, a construção da superestrada ligando São Paulo a Santo Amaro e da estrada de Itapeceira, bem como outras pequenas obras foram fatores de atração para os italianos que moravam em São Paulo.

Um outro fator que atuou em conjunto com as obras públicas foi a possibilidade de aquisição de datas de terra a preços razoáveis se comparados com São Paulo. Para o imigrante italiano, a possibilidade de se tornar proprietário de terras urbanas foi extremamente atraente. Nas Atas da Câmara Municipal foi grande o movimento de vendas das datas, sendo estas receitas por algum tempo muito importantes para o orçamento municipal. Não seja possível, por esta razão, quantificar e relacionar todos os imigrantes que obtiveram cartas de data, no entanto, é possível afirmar que a maioria dos imigrantes relacionados como possuidores de unidades de negócios bem sucedidos as possuíram e, muitas vezes, mais de uma. Muitos imigrantes pobres também conseguiram adquiri-las e a sua facilidade de aquisição foi um atrativo para que os residentes em São Paulo se interessassem em adquiri-las, pois a Câmara periodicamente colocava anúncios nos principais jornais sobre a abertura de hastas públicas para vendê-las.

Uma discussão que vem se perpetuando na historiografia é em relação a Santo Amaro como “*o celeiro da Capital*” conforme prospecto da publicado em 1883 pela Companhia de Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro. Entretanto, não foi esta a primeira referência à localidade como tal função. Outros já o utilizaram anteriormente como Azevedo Marques que se referiu aos cereais produzidos localmente e que abasteciam os mercados da Capital; antes dele o viajante Avé-Lallement também se referiu a toda a região de Santo Amaro e,

mais notadamente Itapecerica, como produtores de legumes e batatas. Mesmo estudiosos especializados na Villa como Zenha e Berardi cometeram o equívoco de repetir a afirmação. Zenha (1977), porém, chegou próximo a desfazer o equívoco ao afirmar que de *“meados do século passado para diante, Santo Amaro era considerado como o celeiro da Capital. Todos os gêneros de primeira necessidade consumia-os o paulistano comprando-os do santamarense”*. Realmente os gêneros de primeira necessidade eram comercializados pelos santamarenses, porém isso não significa que lá eram produzidos. Santo Amaro era um importante centro regional como evidenciou também o prospecto da Companhia de Carris onde afirmava que a *“Villa de Santo Amaro é a chave de um districto que, com razão, é chamado o celleiro da capital, pois que seguramente metade dos viveres que são aqui consumidos são d’aquella procedencia”*, porém não era somente produtora, era um centro comercial para onde acorriam os produtos de toda a sua região tributária. A própria edilidade em 1930, desfaz a dúvida nas Atas da Câmara de 07 de julho de 1930 ao responder à solicitação de permissão para a construção de uma estrada ligando o centro da Villa à estação de Ambura da Estrada de Ferro Sorocabana e que diminuiria a distância entre o município e São Paulo em aproximadamente 100 quilômetros além de se estabelecer como mais um entreposto comercial de importância para a localidade. Outros documentos da municipalidade sobre a conservação das estradas que a ligavam ao município de Itapecerica evidenciaram a importância destes para a sua sobrevivência. Os dados apresentados por Camargo (1953) também mostram uma produção agropecuária não tão exuberante para fazer jus ao título de celeiro. Em 1905, os estabelecimentos agrícolas ocupavam apenas 8,5% da área total do município, caindo para 1,1% em 1920 e o número de estabelecimentos caiu de 504, em 1905, para 100, em 1920. Para Passaglia (1983), uma das funções da construção do novo Mercado Municipal foi a de regularizar uma das suas principais atividades econômicas que era a comercialização de gêneros alimentícios. Portanto, Santo Amaro se colocava muito mais como centro distribuidor da região que como centro produtor, embora tivesse também a sua produção. Na realidade, o município foi um grande centro produtor de carvão, madeiras para construção, lenha para alimentar os fogões a lenha e materiais para construção como pedras, tijolos e telhas.

Oriundo de uma sociedade onde as relações capitalistas estavam mais adiantadas, mesmo que atrasadas em relação aos grandes centros, este imigrante viu no trabalho uma

forma de amear capital para se estabelecer como proprietário de uma unidade de negócios, pois tinha consciência de que o trabalho não era forma de enriquecer, mas sim o capital. Santo Amaro proporcionou a este imigrante a possibilidade de se estabelecer como proprietário, pois oferecia oportunidades que São Paulo não mais possuía ou que estivessem com a concorrência mais acirrada. Profissionais urbanos como barbeiros, ferreiros, marceneiros e outros também viram no crescimento urbano da Villa uma chance para se fixar sem muita concorrência e com custos, como o aluguel, mais baixos, o que possibilitava exercer a profissão que trouxera da Itália. Mesmo assim, eles não foram pioneiros na atividade industrial, foram poucas as fábricas montadas por italianos. Entretanto, de 1920 até 1922, todas as fábricas existentes no município pertenciam a italianos, embora numericamente no período existiu apenas uma fábrica registrada. Quantitativamente, a maior participação ocorreu em 1934 com cinco unidades. Não foi neste período estudado, contudo, que Santo Amaro se industrializou.

Entretanto, via de regra, estas unidades estabelecidas por italianos não tiveram longa duração, poucas delas conseguiram passar do primeiro ano de vida, quase a metade delas unidades de negócios sucumbiram; e, outra parcela significativa permaneceu apenas de dois a cinco anos. Apenas 15% delas lograram êxito de funcionar ininterruptamente por cinco anos e ultrapassar o espaço de uma década.

Analisando a contribuição italiana para a economia de Santo Amaro pode-se dizer que numericamente a mais importante foi o comércio. A maior parte dos italianos que possuíram unidades de negócios se dedicou a esta atividade, porém a área onde sua proeminência foi mais marcante foi a de olarias, onde nos anos de 1902, 1903, 1908 a 1911 e 1913 todos os estabelecimentos pertenciam a italianos. A menor participação italiana no segmento foi em 1892 com 11,11%, dois apenas após a fundação da primeira olaria em território santamarense. Nos anos seguintes, apenas em 1895, 1896 e 1898 a participação foi menor que 30% do total.

Os profissionais urbanos, barbeiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros e outros também foram atividades importantes para os italianos de Santo Amaro. Se considerados apenas pelo critério numérico foram tão importantes quanto os comerciantes.

Embora não tenha sido possível fazer uma análise patrimonial dos principais proprietários de unidades de negócios, se analisados em confronto com a sua participação

na população, os italianos de Santo Amaro tiveram uma participação no bolo das unidades de negócios proporcionalmente muito maior que a sua participação na população. Sua participação absoluta máxima na população foi de aproximadamente 3%, entretanto nas unidades de negócios registradas eles tiveram uma participação máxima de 26,58%, ou seja, quase dez vezes maior. Esta afirmação pode ser matizada se considerado que em 1920, o ano de maior participação populacional não foram considerados os descendentes de italianos e, em 1927, quando da maior participação nas unidades de negócios, foram os descendentes foram considerados por impossibilidade de reconhecê-los, porém mesmo assim, é uma participação desproporcional que ilustra a hipótese de que em Santo Amaro, os imigrantes se fixaram para estabelecer unidades de negócios próprias e que para eles pode-se fazer a alusão de que a propriedade de unidades de negócios significou o mesmo que a posse da terra para os italianos radicados no interior do Estado.

BIBLIOGRAFIA GERAL

a) Documentos manuscritos

Arrolamento do imposto de captação para o Fundo Escolar do Municipio de Santo Amaro – 1892; Arquivo Municipal de São Paulo.

Atas da Câmara de Santo Amaro (1914 a 1934), Arquivo Municipal de São Paulo.

Balancetes resumidos da Receita e Despesa da Intendencia municipal da Villa de Santo Amaro no trimestre de Abril á Junho do corrente anno, exercício de 1890 á 1891; de 1º á 26 de Dezembro de 1891, exercício de 1891 à 1892; do 1º trimestre do corrente exercício de 1891 à 1892; do mez de novembro, exercício de 1891 á 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Carta do engenheiro Alberto Kuhlmann à Câmara Municipal de Santo Amaro em 30 de novembro de 1885; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 5.

Colocação de bomba, e outros concertos feitos no Matadouro publico por ordem do Intendente por Carlo Girardi em 21 de novembro de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Conta dos camaradas que por ordem da Intendencia tem trabalhado no movimento de terra á rua do tenente Adolpho em 31 de janeiro de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Conta dos carroceiros – e trabalhadores sendo os primeiros a cinco mil réis por dia e os segundos a dois mil ditos, 2500 réis de 20 de fevereiro de 1892 e 12 de Março de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Conta dos trabalhadores da Intendencia da Villa de Santo Amaro contendo nesta folha os serviços de 4 trabalhadores e 4 ditos com carroças sendo os primeiros a 2.500 réis por dia, e os segundos a 5000 ditos; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Conta dos trabalhadores e carroceiros - a dois mil e quinhentos por dia os primeiros – e a 5000 ditos a segundos; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Feria de serviço foi feito na Estrada que desta Villa vai a Capella de Parelheiro no logar denominado Varzea do Socorro sob a administração de Antonio Ferreira da Silva em 12 de maio de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Feria de trabalhadores de 7 de Maio, de 13 a 18 de março, de 13 de julho, 25 de junho, 25 de Junho de 1893, 4 de Marc de 1893, 3 a 8 de Abril de 1893, Junho de 1893, 18 Abril del 893, 23 de Abril de 1893, ; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Feria dos trabalhadores a Intendencia no serviço do Aterrado do Socorro em 12 de março de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Feria dos trabalhadores do Matadouro, feitos por ordem do Intendente Luiz Guerra e sob administração de Carlos Girardi em 31 de outubro de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Feria dos trabalhadores empregados no serviço do encanamento de 13, 27, de 13 a 28, 30 de Setembro; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Feria dos trabalhadores empregados no serviço do encanamento das aguas do Poly do dia 30 do mez de novembro até o dia 14 de Dezembro de 1891, de 12, 13 e 14 de Dezembro, 15 até o dia 24 do mez de Dezembro; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Folha de pagamento aos empregados da Camara Municipal da Villa de Santo Amaro, nos trimestres de Janeiro a Março e de Abril a Junho de 1889, exercicio de 1888 a 1889; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 6.

Lançamento dos impostos municipaes (Industria e Profissões) no exercicio de 1900, Arquivo Municipal de São Paulo.

Lista dos trabalhadores em serviços prestados á Intendencia na Caixa d'agua e varriduras de ruas, no periodo de 14 de Dezembro de 1891 a 24 do corrente; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Lista geral dos individuos que foram acomettidos de variola, no municipio de Santo Amaro durante a epidemia dos mezes de Agosto, Setembro e Outubro de 1892, Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Livro Caixa do exercicio de 1890/1891, Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 35.

Livro de Casamentos de Santo Amaro 1887 a 1911 - Cota 4 - 1 - 4 (livro 11), ACMSP.

Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1911 a 1917 - Cota 28 - 2 - 22 (livro 13), ACMSP.

Livro de Casamentos São Paulo - Paróquia de Santo Amaro 1917 a 1924 - Cota 08 - 1 - 36 (livro 13), ACMSP.

Livro de impostos sobre industria e profissões, no exercicio de 1891 á 1892, Arquivo Municipal de São Paulo.

Livros de inhumação de 03/11/1890 a 04/06/1892, de 1892 a 1909 e de 01/01/1910 a 19/03/1923, Arquivo Municipal de São Paulo, vols. 1, 2, 3, 4 e 6.

Livro indice dos nomes dos interessados em terras devolutas - Parelheiro, Peruhybe, Conceição de Itanhaen, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, EO6645 e EO6650.

Primeiro traslado de escriptura, Livro de Notas, Fls. 163; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Proposta para Construção do Mercado de 25 de maio de 1893 de Elizario Augusto Paschoal; de Frederico Pennasilico; de José da Silva Santos; de José Figliolini e de Pardi Rinaldo e Enrico Molinari; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Receita e Despeza da Intendencia Municipal de Santo Amaro de 1894 Arquivo Municipal de São Paulo.

Receita médica do dr. Aristides Serpa de 05 de março de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Recibo da Companhia Paulista de Materiaes para Construccão em 10 de maio de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Recibos da Pharmacia e Drogaria do Castor de 24 de fevereiro de 1896; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 11.

Recibo da Pharmacia Santo Amaro pertencente a Arthur Franco Martins de 30 de março de 1896; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 11.

Recibo de Carlo Girardi de 13 de dezembro de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Recibo de Gustavo Mirabella em 5 de abril de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Recibos nº 18 de 14 de novembro de 1891, nº 24 de 15 de dezembro de 1891, nº 10 de 20 de novembro de 1892, nº 16 de 4 de abril de 1892, nº 21 de 9 de dezembro de 1892, nº 25 da Conta dos camaradas em 15 de abril de 1892, nº 31 de 26 de outubro de 1892 de Vittorio Pravaglia, nº 32 da Conta dos camaradas em 23 de abril de 1892, nº 35 de 25 de abril de 1892, nº 65 da Conta dos camaradas em 29 de maio de 1892, nº 81 da Conta dos camaradas em 13 de março de 1892, nº 20 de 20 de abril de 1893, nº 21 de 2 de maio de 1893, nº 21 de 23 de fevereiro de 1893, nº 47 de 18 de março de 1893, nº 8 de 01 de julho de 1896, nº 13 de 05 de março de 1896, nº 15 de 22 de janeiro de 1896, nº 15 de 08 de abril de 1896, nº 27 de 10 de abril de 1896; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 11.

Recibo da firma E. HEINKE & COMP. de 1 de Novembro de 1890; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 6.

Recibos de 11 de Janeiro de 1891, de 29 de Janeiro de 1891 de Antonio Bolzani e Felice Daltrozzi; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Recibos de Felice Daltrozzi, 29 de Janeiro de 1891 e 5 de Fevereiro de 1891; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Recibo de Mariatti C. Marisi, 30 de novembro de 1891; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Recibo de Roque Banilha de 6 de Fevereiro de 1891; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Relação nominal dos que deixaram de pagar os impostos pelos quaes foram colletados no corrente exercicio de 1890 á 1891, 1891 á 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Relação nominal dos que pagaram impostos, durante o 1º trimestre do corrente exercicio de 1891 á 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Requerimento de Henrique Molinari à Câmara Municipal de Santo Amaro em 29 de Dezembro de 1892 e 31 de Maio de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

Requerimento de Luiz Grecco à Câmara Municipal de Santo Amaro em 08 de Abril de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Requerimento de Natali Floriano à Câmara Municipal de Santo Amaro em 20 de Dezembro de 1893; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Requerimento de Maggi Giovanni à Câmara Municipal de Santo Amaro em 30 de Abril de 1894; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 9.

Serviços feitos nas ruas Adolpho Pinheiro e nova, á cargo de Antonio de Araujo, de 3 de Fevereiro a 7 do mesmo mez; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Solicitação de Pulga Cesare de 21 de novembro de 1892; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 8.

b) Documentos impressos

Diario Popular de 12 de março de 1892, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1910, p. 97; Arquivo Municipal de São Paulo.

O Commercio de São Paulo – Folha imparcial, data 22/06/1893, Nº 123, Biblioteca Municipal Mario de Andrade.

Recibo de “AO PROGRESSO PAULISTANO” de 15 de novembro de 1891; Arquivo Municipal de São Paulo, documentos avulsos da Câmara Municipal de Santo Amaro, caixa 7.

Relatorio dos Annos de 1892, 1893 e 1894 Apresentado pelo Tenente Coronel Carlos da Silva Araujo Presidente da Camara Municipal de Santo Amaro Em Sessão de 07 de Janeiro do Anno de 1895, São Paulo: Typ. a Vap. Espindola, Siqueira & Comp. – Rua Direita, 10-A, 1895.

c) Documentos eletrônicos

Brasil, Casamentos, 1730-1955." Index. FamilySearch. <http://FamilySearch.org> : accessed 2014. Index based upon data collected by the Genealogical Society of Utah, Salt Lake City.

Decreto nº 1839 de 31 de dezembro de 1907. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1839-31-dezembro-1907-580742-republicacao-103783-pl.html>. Última visualização em 20/08/2014.

Registro de entrada de diversos imigrantes em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_estrangeiros_popup.php. Última visualização em 11/05/2014.

d) BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente. Os italianos em São Paulo (1870 – 1920)*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 – 1915)*, São Paulo: Carenho Editorial, 2º ed., 2004.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Controle social e obediência: Vida de moças imigrantes.* Belo Horizonte: ABEP, IN Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a168.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

APROBATO FILHO, Nelson. *Kaleidosfone. As novas camadas sonoras na cidade de São Paulo. Fins do século XIX, início do XX*, São Paulo: EDUSP, 2008.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2ª edição, 1981.

AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes. A aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924 – 1951)*; São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BACELLAR, C. A. P. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765- 1855.* São Paulo: Estudos CEDHAL, n. 7, 1991.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *A família na fazenda de café: tamanho e força de trabalho.* Belo Horizonte: ABEP, IN *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Vol. 4, 1984. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A14.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *As escolhas matrimoniais no velho oeste paulista.* Belo Horizonte: ABEP, IN [Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T84V04A14.pdf), Vol. 1, 1990. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T84V04A14.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Padrões de casamento em uma comunidade em mudança: (1870-1890).* Belo Horizonte: ABEP, Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 1, 1992. Disponível em <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-do-viii-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-1992-volume-0031>. Última visualização em 30/08/2014.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *História dos bairros de São Paulo. Santo Amaro.* São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 2ª Ed., 1981.

BERTOLLI, Claudio. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade.* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003.

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895).* São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

CALDEIRA NETTO, João. *Album de Santo Amaro.* São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1935.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Ensaio sobre a demografia e a economia*, São Paulo: FFLCH-USP, Boletim nº 53, nº 1, vols. I, II e III, 1952.

CANABRAVA, Alice P. *Esboço da História Econômica de São Paulo* IN BRUNO, Ernani Silva (org.). *São Paulo. Terra e Povo*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, São Paulo: Difel, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História. Ensaaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 4ª ed., 1997.

CARELLI, Mario. *Carcamano e comendadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919 – 1930)*, São Paulo: Ed. Ática, 1985.

CAVALCANTE, José Luiz. *A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra*; São Paulo: Revista Histórica, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil. “Andiamo in ‘Merica...”*, São Paulo: Livraria Martins Editora - Edusp, 1975.

CONSOLMAGNO, Marina. *Fanfulla: Perfil de um jornal de colônia (1893 – 1915)*, São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Ed. UNESP, 9ª edição, 2007.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880 – 1945), São Paulo: DIFEL, 3ª ed., 1977.

_____, _____. Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 - 1920, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1977.

_____, _____. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DREHER, Martin (org). Imigrações e história da Igreja no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1993.

DUARTE, Raul. São Paulo de ontem e de hoje..., São Paulo: Monsanto Editora Gráfica, 1941.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924), São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____, _____ (org.). Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____, _____. Negócios e ócios. Histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____, _____. *A revolução de 1930. Historiografia e História*, São Paulo: Cia das Letras, 16ª Ed., 2011.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo: Global Editora, 2ª ed. 2006.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*; disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>, 2ª edição, 2005. Última visualização em 03/04/2014.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo: Global Editora, 49ª edição, 2004.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850 -1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*, São Paulo: tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo.

GAETA, M. A. J. V. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de Lino Deodato de Carvalho (1873 – 1894)*, São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1992.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da imigração europeia para o novo mundo*, São Paulo: tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2008.

GROSSELLI, Renzo M. *Da schiavi bianchi a coloni. Um projeto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane.* Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1991.

GROSSI, Vincenzo. *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di S. Paolo,* Roma: Oficina Poligrafica Italiana, 1905.

HALL, Michael M. *The origins of mass imigration in Brazil, 1871 – 1914,* Columbus University: Tese de doutorado apresentada para a Faculty of Political Science, (mimeo), 1969.

HALL, Michael M. & STOLCKE, Verena. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo,* São Paulo: Ed. Marco Zero, Revista Brasileira de História, nº 6, p. 80-120, 1984.

HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo,* São Paulo: Ed. Ática, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. II. O Brasil Monárquico. 5. Do Império à República,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo II, 7ª ed., 2004.

HOLLOWAY, Thomas. *Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885 – 1915 – uma análise preliminar.* São Paulo: Revista Estudos Econômicos, v.2, n.6, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889). Os primeiros contactos do imigrante com o Brasil,* São Paulo: IEB – USP, 1972.

_____, _____. *O desenvolvimento de alguns núcleos coloniais no estado de São Paulo em princípios do século XX*, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Anais do I e II Fórum de Estudos Ítalo-brasileiros, 1979.

_____, _____. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório*, São Paulo: IEB – USP, 1986.

LANGENBUCH, Jurgem Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, Campinas: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1971.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Aquém e além-mar*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, vol. 28, nº 48, jul./dez., pp. 871/888, 2012.

LASLETT, Peter. *Introduction: the history of the family in Household and family in past time*, London: Cambridge Group, 1974.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, Campinas: Ed. Unicamp, 5ª ed., 2006.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889 - 1937*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750 – 1850*; São Paulo: Ed. Pioneira/Ed. da USP, 1974.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*; São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª edição, 1981.

_____, _____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, São Paulo – São Caetano do Sul: Ed. Hucitec, 1992.

MATOS, Odilon Nogueira de. *O visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo*, São Paulo: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, vol. 1, 1973.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*, São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª ed., 1986.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845 – 1895. Contribuição ao estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista*; São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MISSORI, M. *Le condizione degli emigranti alla fine del XIX secolo in alcuni documenti delle autorità maritime*, Affari Sociali Internazionali, 1937.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo: Ed. Hucitec, 2ªed., 1998.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*; São Paulo: DIFEL, 1970.

NOVAIS, Fernando A. (org.), *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 2010.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *Mercado velho de Santo Amaro*, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1978.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*, São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PEREIRA, João Batista Borges. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: EDUSP, 2002.

PERISSINOTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889 – 1930)*, São Paulo: Annablume, vol. 1, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Empresários e administradores no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914)*, São Paulo: Edusp, 1994.

PESSOTTI, Atílio. *Vila de São Bernardo*, São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1981.

PETRUCELLI, José Luiz. *Comportamento demográfico e estratégias familiares, os grupos sociais dominantes numa economia cafeeira 1889 – 1929;* Belo Horizonte: ABEP, IN *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a168.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

POZZEBON, Zola Franco. *Uma odisséia na América*, Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1997.

PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo. Geografia e História*; São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1989. (faz parte de *Evolução política do Brasil e Outros Estudos – 1953*).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural - cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Pauliceia*, São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

REGINATO, Mauro. *Emigração e comportamentos demográficos italianos que emigraram para Santa Izabel e italianos que permaneceram na pátria*; Belo Horizonte: ABEP, IN *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a168.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Reflexões sobre o sistema de migrações internacionais: Proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*, Belo Horizonte: Tese de doutorado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*; São Paulo: Ed. Companhia de Bolso, 2010.

RIBEIRO, E. M., *A política de imigração no 1º reinado: os núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, dissertação de mestrado, 1997.

_____, _____. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831 – 1914)*, São Paulo: FFLCH-USP, Departamento de História, tese de doutoramento, 2002.

ROTELLINI, Vitaliano. *Il Brasile e gli italiani*, pubblicazione del Fanfulla, 1906.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A constituição da família na população livre*. Belo Horizonte: ABEP, IN *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vol. 1*, 1990. Disponível em

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A14.pdf>.

Última

visualização em 30/08/2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)*, São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Iverson Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração - (1886 - 1895)*; São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, _____. *A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895)*, São Paulo: Revista de Economia Política e História Econômica, nº 21, junho de 2010.

_____, _____. *A imagem do imigrante na imprensa: uma comparação entre o discurso oficial e o não-oficial (1883 - 1895)*, Belo Horizonte: PUC Minas, Cadernos de História, v. 13, n. 18, 2012.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*, São Paulo: Nova Cultural Editora, 2ª edição, 1986.

SCHMIDT, Afonso. *O romance de Paulo Eiró*, São Paulo: Ed. Clube do Livro Ltda., 1959.

SCHUMPETER, Joseph A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã. Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827 – 1889)*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554 – 2004)*; São Paulo: Paulinas Editoras, 2004.

SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*, Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1986.

SPINDEL, Sheiwa. *Homens e máquinas numa economia cafeeira (1850 – 1930)*, São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1983, mimeo.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo: Nobel – Istituto Italiano de Cultura di Sao Paolo, 1985.

TUPY, Ismênia S. Silveira T. *A Demografia Histórica e o Estudo da Condição Feminina no Brasil: Uma Análise Preliminar das Contribuições da ABEP*; Belo Horizonte: ABEP, IN Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, População e História, 2000. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Demografia%20Hist%C3%B3rica%20e%20o%20Estudo%20da%20Condi%C3%A7%C3%A3o%20Feminina%20no%20Bra.pdf>. Última visualização em 30/08/2014.

VALENTIM, Agnaldo, COSTA, Iraci del Nero da & MOTTA, José Flávio. *Quando os deveres eram muitos. Distribuição e concentração da riqueza a partir de inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa*; Belo Horizonte: ABEP, IN Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, População e História, 2008. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1171.pdf. Última visualização em 30/08/2014.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850 – 1930)*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*, Campinas: Papirus Editora, 1999.

VERONA, Antônio Folquito. *O mundo é nossa Pátria (a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895)*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *FÉ ESCRITA: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil*; Pelotas: TESSITURAS: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 2, 2014. Disponível em <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/viewFile/2717/2655>. Última visualização em 30/08/2014.

ZENHA, Edmundo. *A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829*, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950.

_____, _____. *O Santo Amaro de Paulo Eiró*, São Paulo: Departamento de Cultura, 1952. Separato da Revista do Arquivo, Vol. CLIII.

_____, _____. *A vila de Santo Amaro*, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.